



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

TALITA CANÔNICO E SILVA

**ESTUDO ARGUMENTATIVO-DISCURSIVO DO
PROTAGONISMO FEMININO REPRESENTADO
PELA MÍDIA IMPRESSA**

Londrina
2020

TALITA CANÔNICO E SILVA

**ESTUDO ARGUMENTATIVO-DISCURSIVO DO
PROTAGONISMO FEMININO REPRESENTADO
PELA MÍDIA IMPRESSA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de Doutora em Estudos da Linguagem.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Esther Gomes de Oliveira.

Londrina
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Silva, Talita Canônico e.

Estudo argumentativo-discursivo do protagonismo feminino representado pela mídia impressa / Talita Canônico e Silva. - Londrina, 2020.
346 f. : il.

Orientador: Esther Gomes de Oliveira.

Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2020.

Inclui bibliografia.

1. Semântica argumentativa - Tese. 2. Análise do discurso - Tese. 3. Protagonismo feminino - Tese. 4. Mídia impressa - Tese. I. Oliveira, Esther Gomes de. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. III. Título.

CDU 8

TALITA CANÔNICO E SILVA

**ESTUDO ARGUMENTATIVO-DISCURSIVO DO
PROTAGONISMO FEMININO REPRESENTADO
PELA MÍDIA IMPRESSA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de Doutora em Estudos da Linguagem.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Esther Gomes de
Oliveira
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^ª. Dr^ª. Edna Regina Pugas Panichi
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^ª. Dr^ª. Rosemeri Passos Baltazar Machado
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^ª. Dr^ª. Rosane Suely Alvares Lunardelli
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^ª. Dr^ª. Elza Kioko Nakayama Nenoki do
Couto
Universidade Federal de Goiás - UFG

Londrina, 22 de junho de 2020.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo completo amor e carinho de Pai, por ter me capacitado em todos os momentos, a Ele toda honra e glória.

À Professora Doutora Esther Gomes de Oliveira, adorável ser humano, exemplo de empatia, sensibilidade, comprometimento e sabedoria. Não há palavras suficientes para descrever minha admiração por você. Trilhar por este caminho só foi possível mediante sua impecável orientação. Este estudo é nosso, obrigada por tanto!

À minha mãe, Roseli, minha heroína, pelo amor incondicional, pelos princípios, pela educação, por tanto incentivo e encorajamento. Ao meu pai, João, por me ensinar o valor dos estudos e, principalmente, da disciplina. Vocês nunca esconderam que antes da vitória há batalhas, mas sempre estiveram ao meu lado, dizendo e acreditando que eu seria capaz.

Ao meu irmão, Fabício, e à minha cunhada, Letícia, por serem meus maiores incentivadores, por comemorarem, verdadeiramente, minhas conquistas e por trazerem ao mundo, durante este período, meu afilhado amado, o Emanuel.

À minha avó, Gessy (*in memoriam*), pelos valores cristãos, pelo exemplo de fé e de coragem.

À minha tia, Maria Tereza, por me orientar a cursar Letras, por demonstrar tanto carinho, amor e admiração por mim. É recíproco, você é referência.

À Professora Doutora Rosemeri Passos Baltazar Machado, por acompanhar minha trajetória acadêmica desde 2004, na graduação, e me incentivar a ingressar no Mestrado e no Doutorado. Obrigada, também, por dividir seu conhecimento, apresentar o apaixonante campo da AD e colaborar com a execução deste trabalho.

À Professora Doutora Edina Regina Pugas Panichi, pelas riquíssimas e emocionantes aulas e pelas valiosas sugestões durante este estudo.

Às Professoras Doutoradas Elza Kioko Nakayama Nanoki do Couto e Rosane Suely Alvares Lunardelli, pela disponibilidade e pelas contribuições para o aperfeiçoamento do trabalho durante o exame de qualificação.

A todos os Mestres responsáveis pela minha formação desde a Educação Infantil até o Doutorado.

À Vera Gaviglia, por sua brilhante escuta, profissionalismo e incentivo, meus sinceros agradecimentos.

Às minhas amigas da vida, Táisa, Cristiane e Débora, pela torcida e cuidado; do trabalho, Tânia e Márcia, por serem luz e exemplos de competência; da corrida, Edneli, Luana e Andrea, quarteto amado, por serem sinônimo de força, de resistência e por me ensinarem o prazer de ir cada vez mais longe; e da UEL, Valéria, Helena e Ana Carolina, pela parceria do início ao fim do Doutorado, sei que nossa amizade é para a vida.

Ao Ricardo, por valorizar esta jornada acadêmica e colaborar para a qualidade do meu tempo de estudos.

Ao Instituto Federal do Paraná (IFPR), especialmente, ao Câmpus Londrina, pela oportunidade ao conceder três anos de afastamento integral para dedicação ao Doutorado.

À Universidade Estadual de Londrina (UEL), lugar onde sonhei estudar e que, por meio de seus servidores, oportunizou esta realização tão almejada em minha vida.

*Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado para mulher,
esta espécie ainda envergonhada.
Aceito os subterfúgios que me cabem,
sem precisar mentir.
Não sou tão feia que não possa casar,
acho o Rio de Janeiro uma beleza e
ora sim, ora não, creio em parto sem dor.
Mas o que sinto escrevo. Cumpro a sina.
Inauguro linhagens, fundo reinos
- dor não é amargura.
Minha tristeza não tem pedigree,
já a minha vontade de alegria,
sua raiz vai ao meu mil avô.
Vai ser coxo na vida é maldição para homem.
Mulher é desdobrável. Eu sou.*

Adélia Prado (1993)

SILVA, Talita Canônico e. **Estudo argumentativo-discursivo do protagonismo feminino representado pela mídia impressa.** 2020. 345 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

RESUMO

O campo da linguagem é multidisciplinar e social, dessa forma, sua compreensão permite maior engajamento coletivo e consciência a respeito da história mundial. A mulher é participante ativa na sociedade, colaboradora fundamental em grandes conquistas e transformações históricas quanto ao seu papel na sociedade, especialmente em relação ao mercado de trabalho. Em nossa pesquisa, estudamos textos da mídia impressa como fonte de análise, pois são capazes de informar, criticar, revelar, persuadir e provocar acontecimentos, entrelaçando linguagem, argumentação e ideologia, refletindo posicionamentos conservadores ou progressistas a partir de vozes que emergem de determinadas formações discursivas e ideológicas constituidoras de imagens do comportamento feminino. A partir da questão de como foi significada, por algumas revistas, a produtividade feminina, nosso objetivo geral é estudar a argumentação, o discurso e seus efeitos de sentido em publicações que abordam a representação da mulher profissional. Assim, analisamos materiais veiculados no final das décadas de 1960 e de 2010, na Revista Claudia, dirigida ao público feminino, e na Revista Veja, direcionada ao público em geral. Definimos tal período com base na época de lançamento das revistas e por compreender mudanças políticas e sociais, principalmente em relação ao posicionamento da mulher na sociedade e no ambiente profissional. De abordagem qualitativa e por intermédio da análise bibliográfica, apresentamos um percurso histórico a respeito da mulher e do trabalho e, com fundamento teórico da Semântica Argumentativa e da Análise do Discurso, suportes que capacitam a observação do discurso segundo sua articulação com a exterioridade e a formação de identidades, verificamos a movimentação argumentativo-discursiva no que se refere à linguagem e à ideologia, sucedida ao longo dos anos, destacando os recursos persuasivos como consolidadores do discurso ao sinalizarem valores, relações de poder, práticas e papéis caracterizadores das ocupações da mulher em diferentes condições de produções discursivas. As análises indicam o protagonismo feminino e o desempenho social, em que padrões são reproduzidos e reforçados pela mídia impressa quanto à valorização ou não da mulher envolvida em atividades sociais e profissionais.

Palavras-chave: recursos argumentativos; formação ideológica; formação discursiva; mídia impressa; protagonismo feminino.

SILVA, Talita Canônico e. **Argumentative and discursive study of female protagonism represented by printed media.** 2020. 345 p. Thesis (Doctorate in Language Studies) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

ABSTRACT

Language is a social and multidisciplinary domain whose understanding allows for greater collective engagement and awareness of world history. Women are active participants in society, fundamental collaborators in great achievements and historical transformations regarding their role in society, especially in relation to the job market. In our research, we study printed media as a source of analysis since they are able to inform, criticize, reveal, persuade and provoke events, inter-relating language, argumentation and ideology, reflecting conservative or progressive positions based on voices that emerge from certain discursive and ideological formations, constituting images of female behavior. From the perspective of how female productivity has been represented by some magazines, our objective is to study argumentation, discourse and their meaning effects in publications that address the representation of professional women. So we analyze materials published in the late 1960s and 2010, in Claudia Magazine, addressed to a female audience, and in Veja Magazine, aiming at a general audience. We delimited this period based on the time these magazines were launched as well as on the understanding of how political and social changes took place, especially in relation to the position of women in society and in the professional environment. By means of a qualitative and bibliographical methodology, we present a historical course about women and about work. Using the theoretical basis of Argumentative Semantics and Discourse Analysis, supports which enable the observation of discourse according to its articulation with exteriority and the formation of identities, we verify the argumentative-discursive movement regarding language and ideology, which obtained over the years, highlighting persuasive resources as consolidators of discourse by communicating values, power relations, practices and roles that characterize women's occupations in different discursive conditions of production. Thus, the analyzes indicate female protagonism and social performance, in which patterns are reproduced and reinforced by the printed media regarding the valuation or not of women involved in social and professional activities.

Keywords: argumentative resources; ideological formation; discursive formation; printed media; female protagonism.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Programas de contribuição às mulheres brasileiras.....	126
Quadro 2 – Classificação dos adjetivos	191

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise do Discurso
AIDS	Acquired Immunodeficiency Syndrome
AIE	Aparelhos Ideológicos de Estado
ARE	Aparelhos Repressores de Estado
BBC	British Broadcasting Corporation
CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CP	Condição de Produção
CPs	Condições de Produção
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
ENIAC	Electronic Numerical Integrator and Computer
EUA	Estados Unidos da América
FBPF	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
FCC	Fundação Carlos Chagas
FD	Formação Discursiva
FDs	Formações Discursivas
FI	Formação Ideológica
FIs	Formações Ideológicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IRME	Instituto Rede Mulher Empreendedora
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGs	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RME	Rede Mulher Empreendedora
SESI	Serviço Social da Indústria
SOF	Sempreviva Organização Feminista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
WEPs	Women's Empowerment Principles

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
	JUSTIFICATIVA	13
	OBJETIVOS.....	17
	Objetivo Geral	17
	Objetivos Específicos	17
	CONSTITUIÇÃO DO CORPUS.....	18
	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	20
	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	20
1	CAPÍTULO I – O UNIVERSO FEMININO	23
1.1	A MULHER NA HISTÓRIA	24
1.2	A MULHER NA HISTÓRIA DO BRASIL.....	29
1.2.1	Período Colonial.....	29
1.2.2	Século XIX – Império e Primeira República	35
1.2.3	Século XX – Lutas e conquistas, conquistas e lutas	45
1.2.3.1	O retrato da mulher nas sete constituições	60
1.2.4	O século XXI e suas primeiras duas décadas	62
1.3	PERSONALIDADES QUE FIZERAM HISTÓRIA.....	65
1.4	CONSIDERAÇÕES SOBRE FEMINISMO	81
2	CAPÍTULO II – A MULHER E O TRABALHO	92
2.1	MULHER, TRABALHO E SOCIEDADE: UM POUCO DE HISTÓRIA	93
2.1.1	Divisão Sexual do Trabalho e Dupla Jornada	103
2.1.2	Conquista de Melhores Níveis Escolares.....	108
2.2	TRANSFORMAÇÕES LEGAIS E PROGRAMAS POLÍTICOS E SOCIAIS: O IMPACTO DOS MOVIMENTOS DE MULHERES.....	113
2.2.1	Resultados em Formas de Leis.....	116
2.2.2	Iniciativas Públicas e Privadas	122
2.3	PIONEIRAS E INSPIRADORAS: ALGUMAS PROFISSIONAIS.....	128
3	CAPÍTULO III – A MULHER NA MÍDIA IMPRESSA	132
3.1	MÍDIA: CANAL DE COMUNICAÇÃO	133

3.1.1	A mídia Impressa no Brasil.....	135
3.2	SEGMENTAÇÃO DE REVISTAS.....	142
3.2.1	Imprensa Feminina.....	145
3.2.2	A Revista Claudia.....	152
3.2.2.1	Carmen da Silva.....	156
3.2.3	A Revista Veja.....	159
3.3	LINGUAGEM DE CONSUMO OU CONSUMO DA LINGUAGEM?	161
3.3.1	Palavras que Determinam Padrões: Nova, Moderna, Empoderada.....	167
4	CAPÍTULO IV – SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA	178
4.1	BREVE DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDOS DA LINGUAGEM.....	179
4.2	O INÍCIO DA ARGUMENTAÇÃO E A SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA.....	182
4.2.1	Argumentação: da Antiguidade aos Novos Caminhos	183
4.2.2	Estudos Semântico-Argumentativos	186
4.3	RECURSOS ARGUMENTATIVOS.....	189
4.3.1	Adjetivação.....	190
4.3.2	Seleção Lexical	197
4.3.3	Lugar da Quantidade.....	203
5	CAPÍTULO V – ANÁLISE DO DISCURSO	207
5.1	TRAJETÓRIA E DESENVOLVIMENTO DA ANÁLISE DO DISCURSO DE ORIENTAÇÃO FRANCESA	208
5.1.1	As fases da Análise do Discurso	211
5.2	PRINCÍPIOS DA ANÁLISE DO DISCURSO	216
5.2.1	Condições de Produção.....	220
5.2.2	Formações Ideológicas e Formações Discursivas	222
5.2.3	Memória Discursiva e Interdiscurso	229
6	CAPÍTULO IV – ANÁLISE DO CORPUS	233
6.1	A MULHER MODERNA: UMA VIDA MAIOR – MARINA COLASANTI (REVISTA CLAUDIA, SETEMBRO DE 1968).....	235
6.2	E NO FINAL DEU CERTO – CYNTHIA DE ALMEIDA (REVISTA CLAUDIA, ABRIL DE 2018).....	260

6.3	ESTA É A MELHOR MANEIRA DE VOCÊ PROVAR QUE CONFIA EM SUA MULHER (REVISTA VEJA, 18 DE SETEMBRO DE 1968)	280
6.4	MENINAS PELO CLIMA – THAIS NAVARRO (REVISTA VEJA, 27 DE MARÇO DE 2019)	295
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	309
	REFERÊNCIAS	316
	APÊNDICES	338
	Apêndice A – Periódicos e revistas influentes no Brasil.....	339
	ANEXOS	342
	Anexo A – Texto “A mulher moderna: uma vida maior” (Revista Claudia, 1968).....	343
	Anexo B – Texto “E no final deu certo” (Revista Claudia, 2018)	344
	Anexo C – Texto “Esta é a melhor maneira de você provar que confia em sua mulher” (Revista Veja, 1968).....	345
	Anexo D – Texto “Meninas pelo clima” (Revista Veja, 2019)	346

Introdução

JUSTIFICATIVA

Analisar a linguagem sempre despertou nosso interesse, pois, a língua faz sentido a partir das palavras em movimento, proporcionando inusitadas significações. Pela dinamicidade da linguagem, é impossível separá-la de qualquer situação social, e, conforme a definição de Koch (2012), a linguagem é um lugar de interação e, por meio dela, identidades são formadas, papéis são desempenhados e sentidos são disseminados, não sendo apenas uma representação do pensamento ou de uma ferramenta de comunicação. É por meio da prática da linguagem, considerando a ideologia e o momento histórico, que a língua faz sentido e promove o discurso; nesse ato, segundo Orlandi (2015), enunciador e enunciatário realizam, simultaneamente, o processo de significação.

Estudamos argumentação e discurso desde o curso de Especialização, primeiramente, com foco nos operadores argumentativos no discurso publicitário; no Mestrado, trabalhamos com vários recursos argumentativos em propagandas bancárias; e no Doutorado, continuamos a pesquisa na mídia impressa, contudo, utilizando duas bases de conhecimento como alicerce: a Semântica Argumentativa e a Análise do Discurso, pesquisando discursos a respeito do protagonismo feminino, em especial, no mercado de trabalho.

As pesquisas de linguagem envolvem várias áreas de conhecimento desde suas primeiras investigações, no século V a.C., com filósofos gregos, em que as atividades linguísticas focalizavam a persuasão; até serem reconhecidos como estudo científico e autônomo, a partir do século XX, com os trabalhos de Ferdinand de Saussure. Desde então, muitos modelos de análise da linguagem foram pesquisados, discutidos, polemizados e reestruturados com diferentes perspectivas por importantes teóricos.

Com a perspectiva de analisar a linguagem de maneira subjetiva e interacional, muitos autores contribuíram para o desdobramento de duas relevantes áreas de conhecimento, a Semântica Argumentativa e a Análise do Discurso, campos teóricos, de orientação francesa, em que basearemos nossa pesquisa para colaborar com os estudos linguísticos e compreender o funcionamento da linguagem e da ideologia em conteúdos de mídia impressa que retratam a mulher e seu envolvimento no mercado de trabalho, veiculados pela revista *Claudia* e pela revista *Veja*, no final das décadas de 1960 e de 2010.

Diante de várias abordagens ao tema “protagonismo feminino”, em diferentes áreas de pesquisa, pode parecer um assunto muito explorado, entretanto, defendemos o constante questionamento a respeito da representação da mulher pela mídia, pois, a cada discurso, em condições de produção específicas, os sentidos são sempre outros e as relações de poder nunca são transparentes, por isso, há muito a ser investigado. Com base em Orlandi (2012, p. 14), “o discurso é um processo contínuo que não se esgota em uma situação particular. Outras coisas foram ditas antes e outras serão ditas depois. O que temos são sempre ‘pedaços’, ‘trajetos’, estados do processo discursivo”. Analisar a argumentação e o discurso nos possibilita visualizar com profundidade embates e mudanças ocorridas na história das mulheres e sua trajetória no campo profissional, pois a imagem da mulher se mantém, se modifica e se constrói a partir de efeitos de sentido que surgem de acordo com determinadas condições de produção, na relação entre sujeitos.

Ao longo dos anos, com movimentações de mulheres, alterações legislativas, discursos de direitos humanos, constatamos ampla exposição das questões femininas, repercutindo em acontecimentos que retomam discursos instaurados na memória, refletem ideologias e trazem novos dizeres por meio do resgate da cultura, dessa forma, em uma enunciação sobre o trabalho da mulher, discursos enraizados são lembrados, enquanto outros são apagados.

A escolha do tema origina-se de interesse pessoal e profissional que, ao ser trazido ao campo científico, possibilita pesquisas referentes à representação da mulher em gêneros argumentativos. Explorando e questionando a atuação da mulher em sociedade, poderemos entender suas conquistas e sua história multifacetada. Acreditamos na capacidade da mulher, na sua competência inata (condicionada conforme a ideologia de cada momento histórico), e na sua atuação profissional, pois valoriza suas qualidades, características que foram silenciadas em muitos momentos da história, demarcando estereótipos e consolidando determinados valores.

Propomos conhecer a história da mulher para interpretar as manifestações ocorridas até o presente, na possibilidade de compreender significações. A história nos revela o arranjo familiar vivido ao longo dos séculos, por inserir o homem em uma posição pública, envolvido em guerras, trabalhando fora e sustentando a família; e a mulher na esfera privada/ doméstica, responsável pelos deveres da casa e pela educação dos filhos. Na classe menos favorecida, a mulher

já participava do ambiente público há mais tempo, mas sem valorização alguma por suas ocupações. A partir do século XIX, opiniões femininas, aos poucos, foram divulgadas, ocorreram algumas mudanças sociais e novas configurações sucederam no ambiente de ensino superior e profissional, garantindo maior participação das mulheres. Progressivamente, a mulher vem ocupando funções consideradas, outrora, masculinas; e tem exercido forte influência não só na liderança de seu emprego, como também à frente das decisões familiares, desenvolvendo, na maioria dos casos, a referida “dupla jornada”. Outra situação atual, são as discussões a respeito do empoderamento feminino na mídia em geral.

Essas diferentes ideias, reveladas em cada época, são encobertas por posições ideológicas, pois referem-se aos acontecimentos sociais e, ao serem representadas pela mídia impressa, afetam a vida dos sujeitos por meio dos mais variados discursos, formulados argumentativamente para que, conforme Charaudeau (2015, p. 60), “a informação seja posta em cena de maneira a interessar o maior número possível de cidadãos”. Segundo Ducrot (1981), a argumentatividade está inscrita na própria língua. Dessa forma, pretendemos analisar como a mulher é representada e os sentidos revelados pela força persuasiva dos recursos argumentativos e pelas formações ideológicas e discursivas que regulam o discurso, em matérias ou propagandas veiculadas em diferentes épocas por uma revista direcionada ao público feminino e outra voltada ao público em geral. Conforme Brandão (2012, p. 47), “os discursos são governados por formações ideológicas” e as formações discursivas determinam o dizer em determinado contexto.

Os capítulos um, dois e três apresentam o percurso histórico da mulher no Brasil, o percurso histórico da participação da mulher no mercado de trabalho e as características a mídia impressa no Brasil, com especificações a respeito da imprensa feminina, respectivamente. A princípio, o objetivo não era a realização de um histórico extenso, já que a argumentação e o discurso são nosso foco, mas, durante as pesquisas, ao constatar a escassez de estudos a respeito do trajeto histórico em um único volume, decidimos organizar o material tal como se apresenta, pois, além de base para trabalhos futuros em várias áreas do conhecimento, possibilita a compreensão do movimento argumentativo-discursivo de cada época e sua respectiva ideologia, facilitando a captação dos efeitos de sentido pela memória discursiva em diferentes condições de produção.

Todos os materiais de mídia expressam os valores presentes em determinado momento histórico e são passíveis de análise, pois demonstram a ideologia e as condições de produção que sustentam o discurso da imprensa, contudo, justificamos a escolha das revistas *Claudia* e *Veja* por sua jornada, destaque e prestígio nacional, veículos estáveis no mercado mesmo com a facilidade de acesso a informações pela *Internet*. Revistas exclusivamente femininas, por mais que contemplem transformações sociais, conduziram a interpretações claras em relação à mudança de padrão das mulheres, por isso, apresentando, também, material de uma revista de informação, dirigida ao público em geral, poderemos comparar e refletir acerca de silenciamentos, evidências e pressuposições. Tanto *Claudia* quanto *Veja* são direcionadas a classes sociais equivalentes; se analisássemos revistas com foco em outras classes, como *Ana Maria*, por exemplo, a representação do protagonismo feminino e de envolvimento no mercado de trabalho seria diferente de *Claudia*.

As revistas, ao emitirem posicionamentos, ativam vozes que não podem ser conferidas, somente, as vozes de seus suportes, de seus jornalistas ou dos sujeitos fontes (objetos) de suas publicações; as vozes são provenientes de outros discursos, de diferentes formações discursivas. O sentido de reforçar o protagonismo feminino ocorre pela relação entre modelos de comportamento tradicional e moderno; e na possibilidade de valorizar a mulher moderna, algumas vezes, as revistas mantêm a imagem feminina ao conservadorismo. De qualquer forma, é a partir das crenças e dos valores compartilhados que o protagonismo feminino é revelado. Pinsky (2014) considera que toda revista utiliza a ideologia social da época para tratar seu conteúdo e atuar no contexto social, não extrapolando certos limites do discurso, difundindo pensamentos e visões da realidade por meio do interdiscurso.

Justificamos a opção pelas publicações das décadas de 1960 e de 2010, por ser um período de intensas manifestações políticas e sociais, especialmente no que se refere ao aumento expressivo da participação da mulher no mercado de trabalho; também, por 1960 ser a década de lançamento das revistas escolhidas e pela forte atuação feminista desse período. A década de 2010 foi definida por ser a última vivida até então, é a condição de produção mais atual de manifestações discursivas, a que mais revela atravessamentos, sendo um desafio, para as revistas, manterem sua popularidade diante do contexto tecnológico, pois, atualmente, os

indivíduos são estimulados por vários recursos de mídia, sejam impressos, televisivos e, principalmente, pela *internet*. Seleccionamos publicações (artigos e/ou propagandas) que relacionam a mulher ao mercado de trabalho, não só pelo incentivo para assumir uma profissão/ ocupação, como também por considerá-la grande colaboradora para o desenvolvimento da sociedade ou, até mesmo, não apresentar possibilidades de engajamento fora do lar, como indica a propaganda selecionada da revista *Veja* para representar a década de 1960.

O discurso, tal como se apresenta, devido às práticas sociais da linguagem realizadas em certo período histórico, tem grande proporção, pois, em cada época, identificamos determinadas concepções produtoras de sentidos no encadeamento entre língua, argumentação e ideologia. As bases teóricas, a Semântica Argumentativa e a Análise do Discurso, possibilitarão análises a fim de explorar caminhos alternativos de estudos da linguagem sobre a representação da mulher na mídia impressa, conforme a motivação social, histórica e ideológica que a sustenta. Dessa forma, explicaremos os recursos argumentativos, como a adjetivação, a seleção lexical e o lugar da quantidade; o processo de significação dos discursos, como as formações ideológicas, as discursivas, as condições de produção e a memória discursiva; e discutiremos os valores sociais, estimulando outras possíveis leituras na constituição de novos sentidos.

OBJETIVOS

Objetivo geral

- Estudar, na mídia impressa, a movimentação argumentativo-discursiva do protagonismo feminino na sociedade e no mercado de trabalho.

Objetivos específicos

- Pesquisar a história da mulher no Brasil, suas conquistas e contribuições profissionais.
- Analisar os recursos argumentativos mais frequentes e expressivos no material selecionado.

- Detectar as formações discursivas e ideológicas, conforme a representação de valores e as condições de produção, presentes nas publicações, quanto aos aspectos textuais, discursivos e na resignificação da representação da mulher.
- Constatar as mudanças e/ou as permanências argumentativas e ideológicas de conteúdos que envolvem a mulher profissional, comparando os textos das revistas selecionadas em diferentes momentos da história.
- Verificar os efeitos de sentido referentes à figura da mulher nas décadas de 1960 e de 2010.

CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

Nosso *Corpus* será constituído de quatro textos, sendo uma propaganda e três artigos, retirados das revistas *Claudia* e *Veja*, sendo dois da década de 1960 e dois da década de 2010. Um texto de cada revista representará cada década e as análises buscarão apreender os efeitos de sentido com base nos recursos argumentativos e discursivos. Para melhor compreensão dos processos de significação do componente mulher e trabalho, além dos quatro objetos selecionados, apresentaremos trechos de outras revistas, como, por exemplo, da revista *Realidade*, importante veículo que abordou implicações históricas, políticas e sociais em nosso país.

No início de nossa pesquisa, definimos a seleção de doze textos, sendo um texto da revista *Claudia* e um da revista *Veja*, para representar cada década, desde 1960 até 2010. No entanto, após compreendermos a riqueza de informações e de efeitos de sentido proporcionados pelo material e avaliarmos a extensão das análises, decidimos focar nas extremidades das décadas selecionadas, 1960 e 2010; pois, dessa maneira, estudaríamos a representação do sujeito mulher nesses períodos de forma significativa.

Conteúdos de vários assuntos são veiculados na imprensa, em diferentes gêneros, com diversas representações ideológicas e do mercado de consumo. Em nosso *corpus*, há predominância de artigos que indicam, a partir da análise dos efeitos de sentido, transformações quanto à representação feminina na sociedade, especificamente a relação da mulher com o mercado de trabalho e seu

protagonismo quanto ao desenvolvimento de novas ideias e à tomada de atitudes. Os dois textos retirados da revista *Claudia* promovem a relação entre mulher e trabalho, os dois da revista *Veja* não contemplam diretamente o tema “trabalho”; nesse sentido, selecionamos o de 1968 pela falta de publicação referente ao assunto na época, e o de 2019 por compreendermos o ativismo juvenil como reflexo do protagonismo feminino na década atual.

Nossa ideia inicial seria manter o padrão do gênero discursivo, no caso, artigo de revista, para a análise. Mas, ao avaliar o conteúdo das publicações de *Veja* da década de 1960, não encontramos artigos que relacionassem a mulher ao meio produtivo; a propaganda selecionada também não reflete o protagonismo feminino, pelo contrário, preserva a mulher na esfera privada, o que torna nossa análise discursiva mais expressiva, principalmente, no que diz respeito à ideologia.

A publicidade também é um objeto de análise riquíssimo no campo da linguagem, porquanto, com objetivos políticos, econômicos e culturais, propaga ideias, sugere atitudes e comportamentos para favorecer o mercado de consumo. Para atingir o consumidor, apela ao inconsciente, retoma conceitos alojados na memória coletiva, promove o posicionamento e a ação do interlocutor sem que ele perceba a ideologia que o atravessou. A escolha ocorre pela significação do protagonismo feminino a partir do veículo de divulgação e do contexto histórico.

Os textos selecionados para a composição do *Corpus* estão transcritos no corpo do capítulo de análise e as cópias das versões originais encontram-se anexas, organizadas da seguinte forma:

- ANEXO A: Texto “A mulher moderna: uma vida maior” – Revista *Claudia* (setembro de 1968).
- ANEXO B: Texto “E no final deu certo” – Revista *Claudia* (abril de 2018).
- ANEXO C: Texto “Esta é a melhor maneira de você provar que confia em sua mulher” – Revista *Veja* (setembro de 1968).
- ANEXO D: Texto “Meninas pelo clima” – Revista *Veja* (março de 2019).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nossa pesquisa possui caráter qualitativo, pois investiga os movimentos da argumentação e do discurso. Orientamos a busca pelo *Corpus*, considerando artigos ou propagandas veiculados na revista *Claudia* e na revista *Veja*, no final das décadas de 1960 e de 2010, que permitissem refletir a relação mulher e trabalho, em questões associadas à produção, à continuidade e/ou à transformação dos valores incorporados e desempenhados pelos sujeitos sociais no decorrer dos anos. Visando examinar a construção argumentativa e os efeitos de sentido dos textos, analisamos os recursos persuasivos e as formações ideológicas e discursivas caracterizadas em diferentes condições de produção.

A fim de cumprir com os objetivos apresentados, procedemos às etapas da pesquisa da seguinte maneira:

- pesquisa bibliográfica dos estudos da história da mulher e do desenvolvimento da Semântica Argumentativa e da Análise do Discurso;
- seleção de textos com destaque para o envolvimento profissional da mulher, nas revistas *Claudia* e *Veja*, das décadas de 1960 e de 2010;
- verificação dos efeitos de sentido que indicam mudanças e/ou permanências na prática discursiva relacionada ao tema mulher e trabalho;
- análise dos recursos argumentativos e dos posicionamentos ideológicos no *Corpus*;
- elaboração das considerações finais.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A tese foi dividida em seis capítulos, além da introdução (com a justificativa da escolha do tema, a apresentação dos objetivos, a constituição do *Corpus*, os procedimentos metodológicos e a organização do trabalho) e das considerações finais (com a apresentação dos resultados). O trabalho está organizado conforme os capítulos a seguir.

Capítulo I – O universo feminino

No primeiro capítulo, traçamos o percurso histórico da mulher no mundo e no Brasil, com base em historiadores como Perrot (1992, 2007), Del Priore (1992, 2002), Bassanezi (2002), Pinsky (2012, 2014), entre outros. Estudamos o perfil social desde o período colonial até as primeiras décadas do século XXI, com o objetivo de colaborar com a realização das análises. Salientamos personalidades fundamentais de relevantes conquistas políticas, culturais e sociais e, para finalizar o capítulo, destacamos alguns pontos do feminismo.

Capítulo II – A mulher e o trabalho

O segundo capítulo, fundamentado nas pesquisas de Bruschini (1979), Blay (1975), Hirata (2009), entre outras, é um percurso histórico da participação da mulher no mercado de trabalho, com apontamentos a respeito do desenvolvimento da sociedade industrial, do impacto dos movimentos de mulheres, da instituição de leis, da conquista por melhores níveis escolares, de organizações em prol do desenvolvimento feminino, de entraves sobre a carga horária de trabalho, da licença maternidade, da remuneração, principalmente no que se refere às diferenças salariais e de posicionamento entre homens e mulheres. Esses temas possibilitam melhor entendimento de cada época, de acordo com o *corpus* analisado.

Capítulo III – A mulher na mídia impressa

O capítulo três focaliza a imprensa feminina no Brasil, ou seja, os principais periódicos do século XIX e XX e as características das revistas femininas; como base, recorreremos aos estudos de Buitoni (1981, 1990), Mira (2001), Sodré (1966), entre outros. Elencamos os tipos de mídia impressa, abordando suas principais características, entre elas, trazer à tona o não dito, recortando singularidades dos acontecimentos, conforme estudos de Charaudeau (2015). Apresentamos algumas particularidades das revistas selecionadas para a nossa pesquisa, *Claudia* e *Veja* e, por fim, estudamos as três palavras utilizadas

progressivamente pela imprensa feminina: nova, moderna e empoderada, com intuito de compreender seus efeitos de sentido em cada momento histórico.

Capítulo IV – Semântica Argumentativa

O quarto capítulo aborda o desenvolvimento da Semântica Argumentativa desde os estudos da Retórica, na Antiguidade, com base nos autores Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), Ducrot (1981, 1987), Koch (2003a, 2003b, 2009, 2011, 2012), Fiorin (1998, 2005, 2017), Oliveira (2002, 2003, 2004) e outros. Também estudamos os recursos argumentativos predominantes no *Corpus*, como seleção lexical, adjetivação, lugar da quantidade, entre outros, a fim de indicar as relações estabelecidas entre os textos e os acontecimentos que os fazem significar. Os mecanismos linguísticos orientam a argumentação e possibilitam a apreensão dos sentidos velados no discurso.

Capítulo V – Análise do Discurso

No capítulo cinco, conforme orientação das teorias de Pêcheux (2014), Orlandi (1992, 2007, 2015), Maingueneau (1997, 2008, 2015), Brandão (2012) e outros, apresentamos o percurso da Análise do Discurso e alguns de seus conceitos para o embasamento de nossas análises, dentre eles: a formação ideológica, a formação discursiva, as condições de produção e noções que possibilitam constatar os encadeamentos sociais e as variações ideológicas quanto aos valores, às relações de poder e às práticas socioculturais, no que concerne à mulher e ao ambiente de trabalho, ocorridas ao longo das décadas.

Capítulo VI – Análise do *Corpus*

Finalizando o trabalho, no sexto capítulo, as análises dos materiais selecionados retomam e confirmam a teoria estudada para desenvolver a interpretação, a comparação e a apreensão dos sentidos e reconhecem como o discurso de mídia impressa aborda o protagonismo feminino, seja pelo rompimento ou pela manutenção da imagem tradicional da mulher, instigando à reflexão do que é dito, silenciado e reafirmado.

Capítulo 1

O universo feminino

É preciso que os incomodados vençam os acomodados. E que os inquietos vençam os magoados. E que uma força nova surja a cada dia nascida da coragem de quem não tem medo dos acontecimentos nem espera que eles aconteçam (CHALITA, 2005, p. 13).

1.1 A MULHER NA HISTÓRIA

Os estudos da história da mulher são recentes, sendo definido como campo de pesquisa de historiadores em meados de 1980, ampliando-se consideravelmente. Perrot (2007) afirma que a história das mulheres, como pesquisa, surgiu em 1960, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos e, na França, em 1970. Por mais que, na literatura e nas artes, a mulher sempre tenha sido ilustrada, por mãos de homens, seus pensamentos e sentimentos não eram relatados ou levados em consideração. A autora salienta:

Para escrever história, são necessárias fontes, documentos, vestígios. E isso é uma dificuldade quando se trata da história das mulheres. Sua presença é freqüentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos, destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígios (PERROT, 2007, p. 21).

No início da escrita, as histórias de descobertas, de sociedades e de relacionamentos com seres humanos eram contadas por homens e, qualquer situação que envolvia a mulher, também, era relatada por homens. Com o início do século XX, a mulher passou a participar com mais vigor na escrita da história. Há escassez de informações do período pré-histórico, mas é possível destacar a mulher cultuada em figuras de deusas e como guerreiras amazonas. A mulher romana era valorizada em seu trabalho doméstico e nos cuidados com a família.

Segundo Alves e Pitanguy (1981), na Grécia, a mulher era tratada como uma escrava, praticando trabalhos manuais como a tecelagem, algumas auxiliavam no trabalho agrícola, além da função reprodutora e de cuidadora dos filhos, pois os gregos acreditavam que os deuses criaram as mulheres para tais funções. A liberdade em Atenas era reservada ao homem, somente eles tinham acesso ao desempenho intelectual, como a Filosofia, a Política e as Artes. As autoras (1981) contam sobre um protesto de mulheres, no ano de 195 a.C., no Senado Romano, contra atitudes discriminatórias e revelam que, durante os primeiros séculos da Idade Média, antes da Legislação Romana do século XIII, as mulheres usufruíam de alguns direitos e participavam das discussões coletivas. Na ausência do homem, envolvido em guerras e viagens, a mulher assumia tarefas pesadas e tomava a frente dos negócios da família, o que se repetiu, até mesmo, nas duas Grandes Guerras Mundiais.

As mulheres foram muito perseguidas durante a Idade Média por conta da Inquisição (poder eclesiástico puramente masculino), pois o corpo feminino era considerado fonte de malefícios. Segundo Alves e Pitanguy (1981), o Tribunal da Inquisição se estabelece no século XIV, a seguir inicia-se o período renascentista e isso abala a produção feudal, em que a mulher participava e tinha mais espaço de atuação política. A mulher, por ter origem em Eva, por menstruar e por muitas outras características era considerada impura, bruxa, demoníaca e, em alguns casos, da Idade Média até o início do Renascimento, tinha o seu corpo queimado.

Não apenas as instituições da Inquisição e da medicina condenam a mulher. Discursos de intelectuais e humanistas, como Jean Bodin, também a estigmatizam como inferior e impura, contribuindo para a justificação ideológica de sua desvalorização (ALVES; PITANGUY, 1981, p. 25).

O século XVII é marcado pelo início do capitalismo, em que o comércio é expandido, as ideias religiosas sobre puritanismo estão em alta e há mais respeito pela razão e pela ciência. O século ainda foi marcado por banir quem tentava declarar a igualdade entre homem e mulher. No século XVIII, foi evidente a participação da sociedade no meio político, com mais ideias de liberdade, tanto que a independência dos Estados Unidos ocorreu nesse período. Durante essa época, na França, as mulheres estavam em luta por direitos, reivindicando a mudança da legislação que previa os direitos do homem sobre o corpo e os bens da mulher. As mulheres francesas participaram ativamente do período revolucionário com diversos manifestos.

O século XIX é afetado pela substituição da mão de obra por máquinas, afastando a mulher da produção e as que continuaram tinham posições inferiores e os salários menores do que os dos homens. Muitas foram as reivindicações, lutas e greves das mulheres nesse período, principalmente na busca pelo direito ao voto em vários países ocidentais.

O primeiro historiador a olhar para a mulher foi o francês Jules Michelet em sua obra *La Femme*, em 1859; Del Priore (1992) considera que, apesar de abordar as mulheres, a obra é oblíqua e moralista. Ainda em meados de 1930, a mulher era tratada pela história como uma variável de reprodução, não sendo consideradas por si só, apenas dentro da família, como esposa.

Stuart Mill, um parlamentar inglês de 1865, com base na história, revela que desde o princípio da sociedade humana a mulher é colocada em posição inferior

ao homem e, mesmo com a abolição da escravidão, a dependência da mulher ao homem continuou ocorrendo. Segundo Stuart Mill (2006), a única razão para tal desigualdade é a lei dos mais fortes, em um mundo em que, desde os primórdios, as posses eram medidas pela imposição. O parlamentar foi um defensor da liberdade individual e da participação da sociedade na política, propôs ao Parlamento da Inglaterra, em 1867, que o voto fosse, também, um direito das mulheres. Ele faleceu em 1873 e deixou um legado de informações, esclarecendo que a subordinação de um sexo a outro “é um dos principais obstáculos para o desenvolvimento humano” (2006, p. 15).

Independentemente das habilidades, capacidades ou inteligência, antigamente, a humanidade era dividida em duas classes: os senhores e os escravos, e, em determinada época, isso era considerado comum, era a única esfera da raça humana. Assim, a autoridade patriarcal prevalecia, a nobreza dominava os homens das classes inferiores, que não podiam pedir por igualdade. Dessa forma, como todas as histórias de sujeição, a obediência das mulheres era um comportamento universal.

Todas as mulheres são criadas, desde muito cedo, na crença de que seu caráter ideal é o oposto do caráter masculino: sem vontade própria e governadas pelo autocontrole, com submissão e permitindo serem controladas pelos outros (STUART MILL, 2006, p. 32).

Para a historiadora Perrot (1992), as mulheres francesas eram excluídas da sociedade, e havia a divisão sexual de tarefas no século XIX, em que o homem cuidava da política e a mulher da casa e da família. Os homens eram os únicos que ocupavam cargos políticos, levando em conta que o equilíbrio histórico dava-se pela ordem patriarcal, tanto na família como no Estado. A autora (1992) salienta que as mulheres dos operários de Paris, no século XIX, além das funções do lar, auxiliavam no sustento da família com faxina, lavagem de roupa, entrega de pães, venda de produtos artesanais. O mesmo não ocorria com a mulher casada da burguesia, pois ela não tinha muita liberdade de circulação.

Segundo a autora (1992), a imagem de Paris do século XIX representa lavadeiras em toda parte onde havia água, inclusive às margens do Sena. Pátios, janelas e terrenos estampavam lençóis, toalhas estendidas e muito brancas, somente após maior urbanização foram criados lugares específicos para a lavagem das roupas. Em 1853, foram criadas lavanderias públicas para evitar as fofocas das mulheres e, em 1880, as municipalidades republicanas restringiram a água e

impuseram o cargo de mestre de lavagem para supervisionar as lavadeiras que, depois disso, faziam filas para realizar o seu serviço. Após esse período, grandes estabelecimentos de lavagem foram criados e ocupados por máquinas de lavar operadas por homens, extinguindo a lavagem de roupas por mulheres.

No início do século XX, na França, ainda de maneira retraída, a mulher passou a reivindicar a igualdade dos direitos civis e políticos e o acesso às profissões intelectuais; a luta era sempre confrontada e ameaçada por pensamentos conservadores. A ideia do acesso da mulher na política, muitas vezes e até hoje, está enraizada no tradicionalismo, tanto por pensamentos masculinos como por femininos. Não só a França possui uma história das mulheres a ser contada, todos os países e suas habitantes femininas passaram por momentos conturbados com lutas e vitórias e muitos modelos, bons e ruins, influenciaram o nosso país, tanto os modelos patriarcais, com a herança da colonização, como os modelos de organizações pela emancipação feminina.

Em nosso terceiro milênio, é evidente a maior liberdade feminina em comparação aos séculos anteriores; a realidade dos países ocidentais é diferente de alguns países orientais que ainda, em pleno século XXI, possuem a cultura de assassinar, queimar, torturar, apedrejar e vender mulheres somente pelo fato de serem do sexo feminino.

Mesmo após a declaração da ONU de 1993 a respeito da eliminação da violência contra as mulheres, se faz urgente a aplicação dos direitos e princípios do gênero humano às mulheres de alguns países orientais. Brisset (2011) conta a respeito da violência sofrida por crianças em alguns países da África e da Ásia, garotas que, por causa da cultura, são abortadas e mortas pelos próprios familiares, ou são abandonadas por causa das crenças religiosas, mutiladas e, quando com vida, impedidas de frequentarem a escola, sendo obrigadas a trabalhar duramente como domésticas e, até mesmo, como escravas sexuais. Tais atitudes fazem com que a população feminina diminua e as raras que permanecem não são bem tratadas, na fase adulta correm o risco de serem traficadas e comercializadas.

Treiner (2011) informa a respeito dos crimes cometidos por muçumanos de alguns países do Oriente Médio ou do sul da Ásia, familiares contra mulheres, em nome da cultura e pela “honra” da família. A autora ressalta o fato de a mulher muçumana ser tratada como um objeto, sem direito algum de posicionamento, tendo seu comportamento controlado. Com o progresso da sociedade e dos códigos

penais, algumas mulheres tiveram coragem de expor seu sofrimento à comunidade internacional, mas, muitas preferem permanecer caladas por medo da punição que podem vir a sofrer.

Bessis (2011) conta a respeito da triste realidade das mulheres da África Subsaariana e do mundo árabe, pois não possuem os mesmos direitos civis que os homens. Um exemplo é o casamento no mundo árabe, em que o homem pode escolher uma mulher de qualquer religião como esposa, mas a mulher muçumana só pode se casar com um homem de sua mesma confissão. As leis não funcionam da mesma forma em todos os países árabes, alguns já modernizaram o código civil, como a Tunísia e o Marrocos, a reforma é considerável, pois promove mais direitos às mulheres, mas ainda é insuficiente. A autora (2011, p. 304) cita a Arábia Saudita como “o país mais conservador do planeta em matéria de direito das mulheres”, tomando o Alcorão como a Constituição do Reino, tanto que somente em 2005 as mulheres passaram a ter papéis de identidade pessoais por direito. Por mais que haja mudanças ideológicas em outros países e que tenha mulheres árabes em reivindicação, o conservadorismo religioso predomina nesses países.

Marcovich (2011) revela que, em alguns países, o tráfico de pessoas é considerado mais rentável do que o de armas ou o de drogas. O tráfico de mulheres, especificamente, ainda ocorre em determinados países, revelando a persistência da desigualdade sexual e da discriminação da mulher em objeto sexual. Desde o século XIX, há histórias registradas de tráficos de brancas para vários continentes, as europeias, principalmente, eram enganadas com promessas de que iriam para um novo mundo. Mulheres com frente aos movimentos feministas tentavam se manifestar para tentar abolir o sistema de tráfico para prostituição, o que originou algumas vitórias legislativas na Europa.

O Brasil, desde o período colonial, registra a história de tortura, prisões e punições para mulheres que tentavam se levantar contra o sistema imposto; a história também relata os modelos rígidos de restrição em que a mulher era submetida. Algumas situações foram se resolvendo ao longo do século XX, mas muitas questões permeiam o nosso século, como a violência doméstica, a ocorrência do estupro e de assédios das mais variadas formas. Apresentaremos a história das mulheres brasileiras a fim de expressar suas estratégias e articulações diante da subordinação e da resistência.

Certamente, o comportamento brasileiro foi influenciado por outros

países, e ainda é; portanto, a história da nossa nação é contada a partir de sua colonização e, neste capítulo, nosso principal objetivo é detalhar a história das mulheres de nosso país. Não forneceremos muitos detalhes das lutas femininas travadas em países europeus ou da América do Norte, mas estaremos cientes de que a interferência cultural de outros países embasou a ação das mulheres brasileiras em busca da igualdade.

1.2 A MULHER NA HISTÓRIA DO BRASIL

1.2.1 Período colonial

Os registros do período colonial são escassos, a maioria das mulheres era negra e índia e só com a chegada das mulheres brancas portuguesas que houve registros raros de suas histórias. Até o final do século XIX, muitas mulheres eram analfabetas, mas, aos poucos, documentos mais expressivos foram surgindo com artigos femininos publicados em revistas. Com base nos manuscritos dos viajantes europeus que possuíam visão e valores cristãos, não se interessavam, muitas vezes, pela realidade dos habitantes indígenas. Nos séculos XVI e XVII, Raminelli (2002) ressalta os índios tupinambás terem sido considerados bárbaros ou demoníacos, sendo inferiorizados e catequizados para que, ao ver dos europeus, pudessem viver como civilização. As descrições da mulher índia foram influenciadas pelo pensamento religioso do ocidente.

No nascimento dos tupinambás, o pai tinha importante participação no parto, comprimindo o ventre da esposa e cortando o cordão umbilical do bebê, caso fosse menino. Sendo menina, os cuidados eram recebidos pela própria mãe. Um mês após o parto, a mulher já retornava ao seu trabalho na roça e, diferentemente da Europa, onde as mães entregavam seus bebês para o cuidado de amas, as índias levavam o filho para a roça, nas costas ou encaixado nos quadris. Os europeus, segundo Raminelli (2002), encontraram algumas tribos canibais, mães que se livravam dos filhos por não suportarem mais o choro da criança ou por precisarem alimentar o esposo doente com a carne da própria criança.

Assim que as meninas passassem pela primeira menstruação, eram submetidas a um ritual selvagem, cortavam partes de suas peles, deixavam-nas sem

comer e nem beber por três dias, a fim de torná-las fortes e saudáveis. Regras de comportamento durante o período menstrual, resguardo da virgindade e rituais após o casamento também eram considerados pelas tribos. Para acontecer o casamento, o homem demonstrava sua vontade de casar e, se fosse aceito pela índia, noivariam e estariam casados, sem cerimônias. Quando qualquer um dos dois estivesse farto, poderiam romper o casamento e procurar outro(a) parceiro(a). Os grandes guerreiros e caciques podiam praticar a poligamia. Caso a mulher traísse o esposo, poderia ser expulsa, e caso engravidasse de outro homem, tinha o filho enterrado vivo e era abandonada; todavia, nada acontecia com o homem, para não provocar inimizade ou guerra.

As índias andavam nuas por ser próprio de sua natividade. Os europeus tentaram vesti-las, pois muitos religiosos sentiam-se atraídos pela nudez, mas elas alegavam desconforto, preferiam enfrentar o sol a terem panos sobre a pele. Algumas índias chegaram a armar tendas para servirem de prostitutas, outras queriam ser comparadas aos homens e se apresentavam como guerreiras. Havia também as canibais, que se reuniam a fim de matar um prisioneiro (alguém que havia cometido alguma transgressão), esquartejá-lo e comer suas partes.

Nos primeiros séculos de dominação, após o início da organização dos portugueses, houve a plantação de cana-de-açúcar e a exploração de trabalho escravo na produção açucareira, bem como de algodão e de tabaco. Diferente do modelo imposto para que a mulher permanecesse enclausurada, no período colonial, era outra realidade, elas trabalhavam arduamente para que pudessem sobreviver.

Nos primeiros anos da dominação colonial no Brasil, a Igreja divulgava que a moral cristã era constituída na família, e, para serem bem vistas para o casamento, as mulheres precisavam ser virgens. Com a Reforma Protestante e a Contrarreforma católica, o discurso dos pregadores para a mulher era no tom de acusação por luxúria, ideia que vinha desde Gênesis pela “perversão” de Eva; a história do Éden era lembrada incessantemente pela Igreja. Os padres do final do século XVIII propunham penitência à mulher que se vestisse com algum enfeite para agradar a alguém que não fosse seu esposo; elas não podiam, tão somente, deixar os tornozelos à mostra.

Segundo Del Priore (1992), o ato de ser recatada devia ser obedecido à força, inclinando-se positivamente às orientações e às críticas do marido, caso

contrário, a mulher seria castigada pelos céus. A Igreja ainda condenava o coito interrompido, aceitando o ato apenas como forma de reprodução e proibia o acesso de mulheres menstruadas no templo, considerando-as sujas. Assim, o papel da mulher era de educar os filhos nos caminhos do cristianismo, cuidar da casa e obedecer ao esposo. Del Priore (1992) afirma ser pretensão da igreja implantar um modelo feminino para a família e para a fé.

A imagem de Eva era afastada da mulher quando ela se casava e se tornava mãe, aproximando-se, assim, da imagem de Maria. A maternidade era considerada o auge da vida da mulher. Louro (2002, p. 447) afirma que o ideal feminino de ser comparada com Eva e Maria “implicava o recato e o pudor, a busca constante de uma perfeição moral, a aceitação de sacrifícios, a ação educadora de filhos e filhas”. As mulheres buscavam, na igreja, meios para resistir à exploração e ao sofrimento. Segundo Del Priore (1992, p. 20), “as mulheres coloniais [...] mergulhadas nas asperezas do trabalho doméstico, ou nos ofícios de rua e da lavoura, acabam por elaborar, mesmo enquanto rascunhos dos modelos eruditos, regras e éticas próprias”.

O século XVIII foi considerado o Século de Ouro, pois ouro e diamante eram extraídos das colônias em Minas Gerais, Bahia, Goiás e Mato Grosso. As mulheres não participavam das decisões políticas, elas pouco tinham espaço nas profissões consideradas masculinas e serviam como cozinheiras, rendeiras, fiandeiras e parteiras. Algumas escravas negras trabalhavam na extração do ouro com trabalhos mais leves que dos homens.

Em cidades como Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro os serviços de ambulantes eram ocupados por mulheres. Segundo Figueiredo (2002, p. 145), “as vendas eram quase sempre o lar das mulheres forras (alforriadas) ou escravas que nelas trabalhavam no trato com o público”. Na região de Minas, negras, mulatas, escravas ou forras circulavam pela cidade e pelas áreas de extração de ouro com seus tabuleiros para vender quitutes e bebidas. Algumas auxiliavam a desviar ouro, contrabandear, na atividade de prostituição e na discussão com os quilombos.

A sociedade passou a se incomodar com o aumento de mulheres à frente de vendas, que, após escaparem da escravidão, tentavam sobreviver com a venda de mantimentos e de bebidas, bem como se prostituíam e, até mesmo, davam suas filhas para a prostituição para que pudessem subsistir, pois tinham que pagar certa quantia ao proprietário de seu pequeno comércio. Segundo Figueiredo (2002, p.

152), “a prostituição parece ter sido adotada como prática complementar ao comércio ambulante. No entanto, constituía atributo das escravas, empurradas muitas vezes a esse caminho pelos seus proprietários”.

Minas Gerais foi o território onde mais houve prostituição, em comparação com outras colônias e, por causa do alto número de gravidez entre negras e a quantidade de crianças abandonadas, a prostituição precisou ser combatida ao longo do século. Mas, foi difícil conter, já que Minas Gerais era o estado que mais cobrava tributos e impostos; as que possuíam casa ou estabelecimento, muitas vezes, serviam de alcoviteiras, arranjando encontros dos homens com as prostitutas e cedendo suas próprias casas. Pela sobrevivência, as famílias liberavam as próprias filhas para a prostituição, ato que levava a mãe a alguma penalidade, morte ou cadeia, porém, era o único meio de resistir.

O Estado e a Igreja tentaram reprimir a prostituição com o auxílio de forças policiais, consideravam tal atividade pecaminosa, todavia, na verdade, conforme Figueiredo (2002), a intenção era cessar o nascimento de mestiços livres, pois traziam despesas e ameaçavam a economia do Estado. A Igreja passou a insistir na formação da família legítima e na prática do casamento oficializado. Del Priore (1992) afirma que as prostitutas, no Brasil colonial, valorizavam o seu oposto: a mulher pura. A Igreja atribuiu o termo “luxuriosas” às prostitutas e duas imagens foram formadas: as esposas boas e castas e as prostitutas lascivas e pecaminosas.

Os manuais de confissão aconselhavam o homem a não se envolver com as meretrizes, mas o pensamento masculino era de que o envolvimento com prostitutas significava um momento de lazer e entretenimento, como jogos, música e bebidas. As prostitutas eram acusadas de transmitir doenças e fazerem mal à saúde. Alguns médicos da época até ensinavam receitas caseiras com vinagre ou banho gelado como forma de se livrar das doenças.

O matrimônio era reservado às mulheres da elite branca. O concubinato passou a ser praticado nos séculos XVII e XVIII, pois era um modo de se ter vida sexual sem a responsabilidade do matrimônio, já que muitos não tinham dinheiro suficiente para o casamento e para os dotes. Para Del Priore (1992, p. 32),

o concubinato possibilitava às mulheres solteiras e viúvas uma opção em lugar do matrimônio, constituindo-se em espaço para a reprodução, as relações interétnicas e inter-sociais, para as solidariedades materiais e afetivas, e sem dúvida, um nicho mais acolhedor para a sobrevivência no contexto da ocupação colonial e incipiente urbanização da maior parte das capitânias.

Muitos homens casados tinham concubinas, normalmente negras, e enchiam-nas de regalias, com presentes e assistência de saúde, deixando as esposas com sentimento de abandono. Os homens acabavam tendo filhos com as concubinas e, em alguns casos, eles não podiam manter as duas casas, o que levava manceba e esposa a viverem na mesma residência. Segundo Del Priore (1992), “na fronteira entre a claridade e as trevas, a Igreja dá mostras de registrar a presença destas relações alternativas, mas apressa-se a condená-las”.

As matronas brancas eram desgastadas pelas várias gestações que tinham desde muito novas, mas também as moradoras das colônias tinham vários filhos e, em muitos casos, perdiam os filhos para doenças. Segundo Del Priore (1992), as mulheres pobres executavam tarefas pesadas de trabalho doméstico e também fora do lar; com a ausência de companheiros, eram obrigadas a, sozinhas, criarem os filhos. Muitas crianças foram abandonadas, no século XVIII, o que fez o governo distribuí-las como serviçais em casas particulares ou na produção agrícola.

A concepção de uma criança era vista pela Igreja como uma bênção divina, independentemente de ter ocorrido dentro ou fora do casamento, a criança sendo ou não abandonada. De acordo com Del Priore (1992, p. 50), “as mulheres do período colonial viviam a maternidade na luta pela vida e adaptavam os destinos de seus filhos às suas condições materiais”. Venâncio (2002) ressalta que muitas mulheres se viam forçadas a abandonarem os próprios filhos por falta de condições para sustentá-los, principalmente em áreas portuárias baianas e cariocas. Alguns eram adotados ou agregados por famílias mais abastadas, mas grande parte ficava desabrigada pelas cidades. A Igreja e os governadores tentavam auxiliar, acolhendo os recém-nascidos nas Santas Casas a fim de batizá-los posteriormente. Para isso, contavam com doações e ajuda financeira de comerciantes ricos e de devotos da Igreja.

Havia o discurso de que era necessário desenvolver o Brasil, aumentando sua população para que as demandas do sistema colonial fossem atendidas e para que a fé católica fosse propagada. A Igreja condenava o prazer não ligado à procriação e impulsionava a multiplicação da espécie humana, mas isso sobrecarregava as mulheres da colônia, pois elas precisavam trabalhar e não podiam contar com ajuda financeira. Para as mulheres que precisavam criar os filhos sozinhas, muitas vezes, a solução, segundo Del Priore (1992), era o aborto ou o

infanticídio. A Igreja, na tentativa de impedir o aborto, impunha que a mulher se confessasse e, assim, teria alta penitência como punição. Os religiosos também pregavam ser pecado qualquer falta de paciência com os incômodos da gravidez e tentavam controlar a forma de amamentação.

Interessada em constituir famílias onde o papel da mulher fosse o de “instruir e educar os filhos cristãmente”, a fim de propagar os ideais do catolicismo, a Igreja contribuiu para formar uma sensibilidade mais aguda em relação à maternidade e à infância, tanto no mundo da afetividade quanto no do saber (DEL PRIORE, 1992, p. 57).

Nos primeiros anos de colonização, as pessoas acreditavam que doenças eram permitidas por Deus para que trouxessem algum aprendizado ou repressão. Quando a mulher ficava doente, a Igreja e os médicos afirmavam ser a ira celestial em face aos pecados cometidos, ou, também, a mulher era qualificada como endemoniada ou enfeitiçada. Conforme Del Priore (2002), os médicos diziam que o corpo da mulher era mais frágil não somente em ossos e carnes, mas também em sentimentos. A Inquisição foi o fator responsável pelo atraso no avanço da medicina portuguesa. Pela falta da medicina, mulheres recorriam a ervas, orações, rituais e benzimentos para tentar curar os enfermos, tradição que era passada de mãe para filha, mas eram perseguidas pela Igreja, pois eram consideradas feiticeiras. A Igreja pregava que determinados santos deveriam ser aclamados para cada tipo de doença e só eles poderiam curar.

O conhecimento médico sobre o corpo feminino dizia respeito, somente, à reprodução, pois, na época, a função da mulher era gerar filhos. As dores sentidas eram consideradas histerias e o sangue da menstruação era visto como impuro. Quando grávidas e com dores da gestação, eram submetidas a sangrias para evitar hemorragia durante o parto, o que nem sempre adiantava e muitas, ao dar à luz, morriam por esgotamento. Conforme Del Priore (2002, p 99), “a desconfiança que os médicos nutriam em relação ao corpo da mulher os fazia diagnosticar as hemorragias como resultado de pecados cometidos ou de uma má inserção da anatomia feminina”.

Segundo os estudos de Vainfas (2002), vários tipos de mulheres povoaram o Brasil colonial, desde as submissas e amedrontadas pelo castigo do homem, até as que seduziam os homens pelas cidades. Imagens estereotipadas sugerem nos estudos de história, que as mulheres brancas eram sujeitas aos pais e, posteriormente, aos maridos; as índias se ofereciam aos portugueses assim que

eles desembarcavam; e as negras também possuíam fama de amantes de seus senhores.

Na visão de Schumacher e Brazil (2000), a mulher indígena de nosso país foi ocultada na história, há poucos relatos, e os que existem são registrados por colonizadores; o que fica óbvio nas pesquisas de historiadores é a violência sexual a que eram submetidas. As negras, conforme os autores (2000), lutaram contra duas opressões, a de raça e a de gênero; suas ocupações variavam entre escravas rurais, domésticas, amas de leite, prostitutas e quituteiras, algumas tiveram coragem de se levantar na luta por mudança de condições. As brancas eram destacadas pela cor da pele, mas isso não significa a falta de opressão sofrida; algumas faziam parte da elite, mas outras eram lavadeiras, prostitutas, tecelãs e quituteiras.

De acordo com Teles (1999), a mulher branca da elite não tinha instrução escolar, casava-se muito jovem e com um marido arranjado, deveria cuidar do lar e dos filhos, das rendas e dos bordados; qualquer manifestação de desobediência, ela era encaminhada para um convento, solução também encontrada para aquelas que não conseguiam pretendentes para o casamento. As negras não viviam em boas condições, trabalhavam na lavoura, exercendo o mesmo esforço de trabalho masculino, serviam como domésticas ou eram abusadas sexualmente pelos seus patrões; quando engravidavam, normalmente tentavam o aborto ou matavam o próprio filho para evitar o sofrimento da criança de viver como um escravo. Nessa época, alguns quilombos foram criados como forma de resistência. Há na história o registro de nomes de algumas mulheres como líderes de capitania e como influenciadoras.

1.2.2 Século XIX – Império e Primeira República

No período imperial, muitas mulheres foram destemidas ao enfrentar algumas situações consideradas impróprias para o sexo feminino, alguns exemplos são: Anita Garibaldi, pelo destaque na Guerra dos Farrapos em auxílio ao seu companheiro Giuseppe Garibaldi; Maria Quitéria de Jesus Medeiros, por se vestir como homem e alistar-se no exército, recebendo, inclusive, uma condecoração de Dom Pedro I; Nísia Floresta Brasileira Augusta, uma das primeiras a lutar por direitos

educacionais para as mulheres; Chiquinha Gonzaga¹, pela coragem ao renunciar a casamentos por conta da música e se envolver em questões políticas, como o movimento abolicionista.

O país era basicamente rural no início no século XIX; foi sendo urbanizado durante o século e várias transformações ocorreram na sociedade brasileira. Surgiram novos ideais burgueses remodelando as práticas familiares. De norte a sul do Brasil, as famílias seguiam o modelo patriarcal; no sertão nordestino, segundo Falci (2002), a população era miscigenada, com muitos pardos e negros e poucos brancos. Havia, também, poucas mulheres, número que foi se elevando com a vinda de casais portugueses, de escravas indígenas e africanas e de migrantes interessados no trabalho com gado e algodão.

Na região sul, diferentemente, a maior parte da população era de raça branca, cuidavam de propriedades de terra e estavam envolvidos em atividades agropecuárias. A quantidade de escravos na região sul era pequena em comparação com o restante do país, mas havia, também, bairros pobres habitados por brancos. A população foi crescendo e centros urbanizados passaram a se formar por pessoas mais abastadas. No final do século, a ideia era civilizar o país espelhando-se em padrões europeus, assim, a pobreza passou a ser afastada dos centros das cidades, principalmente na região central do país (Rio de Janeiro e São Paulo). Segundo D’Incao (2002, p. 226), “a cidade tinha se transformado num lugar de interesse público”.

As mulheres da elite do século XIX podiam frequentar restritamente bailes, teatros, cafés, porém, sendo vigiadas pelos maridos ou pelos pais ou na presença deles. A partir do momento em que a mulher se casava, deveria ter uma postura que demonstrasse ser boa esposa e boa mãe, pois nesse período era bastante enfatizado que a mãe tivesse total cuidado com a primeira infância dos filhos, não deixando mais nas mãos de amas como antes. D’Incao (2002) expressa ser papel da mulher da época ajudar a manter a posição social do marido.

Convém não esquecer que a emergência da família burguesa, ao reforçar no imaginário a importância do amor familiar e do cuidado com o marido e com os filhos, redefine o papel feminino e ao mesmo tempo reserva para a mulher novas e absorventes atividades no interior do espaço doméstico (D’INCAO, 2002, p. 230).

¹ Mais informações a respeito de Anita Garibaldi, Maria Quitéria, Nísia Floresta e Chiquinha Gonzaga estão delineadas no tópico 1.3 deste capítulo.

Nessa época, o namoro era vigiado e os encontros aconteciam por baixo de vários olhares, os pais precisavam garantir que a moça fosse virgem e disso dependia a “boa” educação dada pela mãe. A Literatura Brasileira estava na época do Romantismo, em que, nas obras de ilustres, como Joaquim Manoel de Macedo e José de Alencar, os apaixonados “escapavam” para viverem seus beijos e seus momentos. Segundo D’Incao (2002), o amor, então, passou a ser uma epidemia, mas como a nobreza regulava os encontros, apenas os sentimentos e as ideias sobre o amor eram permitidos.

Os enxovais eram confeccionados logo que a menina passasse pela primeira menstruação e o pai já procurava uma família à altura para que pudesse realizar um acordo e encaminhar a filha. O namoro, ao ser autorizado, era submetido a regras e imposições, muitas vezes, sendo vigiado por um empregado da família. Após o casamento, o marido era o responsável por todos os bens da esposa e, somente em 1916, conforme Falci (2002), a mulher passou a ter o direito de controlar seus bens.

A virgindade era a chave para alianças políticas e econômicas e garantia a herança. Para isso, valia que os pais fossem severos e chegassem a trancafiar as filhas em suas casas e, muitas vezes, as moças conheciam o marido no dia do próprio casamento. Com algumas mulheres, nem era necessária a severidade, pois contentavam-se com a vida da espera pelo casamento. Nos romances de Machado de Assis, a liberdade de escolha do casamento passa a ser tratada.

O casamento da mulher rica era à base de grandes festas com muita comida, bebida e duravam vários dias. Conforme os relatos de Hahner (2003), a mulher da elite brasileira do século XIX vivia em uma família patriarcal, com vários filhos, escravas e um marido autoritário. Caberia a ela defender a honra feminina, administrar o lar e se responsabilizar pela educação dos filhos e pela saúde da família. A mulher viúva gozava de maior independência, pois precisaria gerir os negócios da família. Para o casamento ocorrer, geralmente aos treze anos de idade, o noivo, homem mais velho, era escolhido pelos pais em proteção das propriedades e das convenções sociais. Aos vinte e cinco anos de idade as mulheres já começavam a envelhecer por conta das muitas gestações. De acordo com Hahner (2003, p. 44), “uma mulher casada tinha que se submeter à autoridade do marido nas questões relativas à educação, criação e local de residência dos filhos”.

Ao acompanharem os maridos no meio social, as mulheres ricas vestiam-se com vestidos bufantes e decotados e tocavam algum instrumento musical para demarcar o *status* familiar. A prática de caridade, estimulada pela Igreja Católica, permitiu que a mulher acessasse um mundo externo a configuração de seu próprio lar, assim, conforme Hahner (2012), ampliou-se o número de sociedades beneficentes criadas por mulheres da classe alta e de organizações em prol de órfãos e de causas abolicionistas. Com as escravas e, posteriormente com as criadas, a mulher rica era rígida e rude, o cotidiano fazia com que criassem laços, mas a senhora sempre dava o tom de superioridade.

Já a mulher da classe pobre iniciava sua vida no trabalho desde criança e vivia em maior liberdade ao longo da vida, transitava pela cidade, trabalhava fora como lavadeira, ambulante, doméstica, no serviço da roça ou prostituíam-se para manter o sustento. Todas eram tratadas como objetos e eram alvo de preconceito por saírem vendendo nas ruas, algumas corriam risco de perseguição, de serem separadas de suas famílias e de sofrerem violência sexual de seus senhores. Muitos pobres viviam em família, mas o casamento, para eles, não incluía acerto nem dote, aproveitavam as festas religiosas populares para realizarem a união; não havia legitimidade religiosa ou civil e algumas mulheres, mesmo com a liberdade de poder se casar informalmente, aspiravam pelo casamento formal.

Soihet (2002) registra a história de algumas mulheres pobres que, ao sofrerem violência doméstica, moral e física, tiveram coragem de denunciar o marido. Muitas foram defendidas pelos promotores, mas algumas foram consideradas culpadas por iniciarem a briga ou por provocarem seus maridos, não respeitando o sistema de subordinação feminina. Conforme a autora (2002, p. 377), algumas mulheres não aceitavam o estereótipo do homem dominador e da mulher submissa – “Algumas reagiam à violência, outras recusavam-se a suportar situações humilhantes chegando mesmo a abrir mão do matrimônio – instituição altamente valorizada para a mulher, na época”.

Os pobres passaram a ocupar os grandes centros da cidade em busca de trabalho, muitos moravam em cortiços e dividiam espaços para dormir. O governo do Rio de Janeiro começou a derrubar os cortiços e a polícia passou a impedir que os pobres circulassem em alguns ambientes, como algumas ruas e praças. As mulheres ricas eram proibidas de saírem às ruas, pois não eram bem vistas se andassem desacompanhadas, era papel das mães o de resguardá-las. As pobres

precisavam circular pelas ruas, afinal, disso dependia sua conquista por um trabalho, muitas vezes, eram maltratadas pelos civis pelo simples fato de estarem na área central.

Como era grande sua participação no “mundo do trabalho”, embora mantidas numa posição subalterna, as *mulheres populares*, em grande parte, não se adaptavam às características dadas como universais ao sexo feminino: submissão, recato, delicadeza, fragilidade. Eram mulheres que trabalhavam e muito, em sua maioria não eram formalmente casadas, brigavam na rua, pronunciavam palavrões, fugindo, em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao *sexo frágil* (SOIHET, 2002, p. 367).

Engel (2002) escreve sobre o diagnóstico de histeria, feito pelos médicos no final do século XIX e início do século XX às mulheres. As pesquisas biológicas e as descobertas científicas apontavam o homem como o “cérebro” e a mulher como a “emoção”. A mulher era vista como um mistério, como um ser ambíguo, Engel (2002, p. 332) salienta que “a mulher transformava-se num ser moral e socialmente perigoso, devendo ser submetida a um conjunto de medidas normatizadoras extremamente rígidas que assegurassem o cumprimento do seu papel social de esposa e mãe”. Se a mulher não desejasse cumprir o papel de esposa e de mãe, tal comportamento era considerado antinatural. Conforme os padrões psiquiátricos da época, a mulher estava mais próxima da loucura do que o homem.

Médicos afirmavam que a mulher estaria mais propensa à loucura durante o período de menstruação, porém, qualquer atitude de nervosismo ou exagero era considerada loucura e associada, muitas vezes, ao ato de menstruar. Acreditavam também que a mulher só poderia ser livre ou curada da insanidade quando fosse mãe, caso não fosse, estaria presa à loucura. Os procedimentos terapêuticos aplicados às “histéricas” na tentativa de aliviar a “sexualidade inconvenicional” eram torturantes, como a extração do clitóris e a inserção de gelo na vagina.

Com a transferência da corte portuguesa, em 1822, para o Brasil, no Rio de Janeiro, as cidades e a vida urbana desenvolveram-se mais rápido, ampliando as relações sociais e “as brasileiras de classe alta começaram a adotar o modelo europeu, por influência da corte”, diz Hahner (2003, p. 49). O vestuário identificava a classe de cada pessoa. Como o modelo europeu priorizava a escrita e o saber, a cultura do Brasil foi influenciada; o letramento estava ligado ao poder, e era utilizado como maneira de dominação em uma época nebulosa para trabalhadores, mulheres e colonizados europeus; pois poucos sabiam ler, mas o número de leitores, no

século XIX, aumentou e, mesmo no cenário de desvalorização e sem ensino superior, segundo Telles (2002), as mulheres passaram a escrever na Europa e nas Américas.

Para a autora (2002), antes da Independência, em 1822, a elite intelectual de Recife difundia várias ideias; e melhorias em estradas e construção de teatros foram realizadas, tornando-se o primeiro centro açucareiro e uma grande cidade editorial. Dentre os jornais da época, destacamos o *Sentinela da Liberdade*, de Cipriano Barata que, em 1823, trouxe impresso um manifesto como movimento de apoio à Independência por cento e vinte mulheres, já na tentativa de reivindicarem sua igualdade.

Em 1832, a escritora Nísia Floresta, influenciada pela escritora inglesa Mary Wollstonecraft, publicou *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, obra com o objetivo de requerer igualdade e educação para as mulheres, indo contra o modelo de sociedade patriarcal. A porto-alegrense Ana de Barandas, com base na literatura de Nísia, escreveu, em 1836, época da Revolução Farroupilha, *Ramalhete ou flores escolhidas no jardim da imaginação*, publicado em 1845. Na obra, ela defendeu a presença da mulher na política, e o século XIX não via tal presença com bons olhos.

As mulheres do século XIX não podiam ocupar cargos públicos, nem estudar um curso superior, precisavam ficar em casa e, na literatura, eram retratadas pela visão masculina. Mesmo sendo anuladas na prática, as mulheres escreviam bastante, a escritora contemporânea Lygia Fagundes Telles conta em seu livro *A disciplina do amor*, de 1980, a respeito dos cadernos-goiabada do século XIX, onde as moças, entre as receitas culinárias, anotavam pensamentos, poemas, poesias, eram o refúgio da vida real e muitos foram incendiados a fim de eliminar o que ali estava escrito.

Telles (2002) destaca a fluminense Narcisa Amália de Campos como uma notável poetisa do século XIX, influenciada por ideias europeias liberais, escrevia em jornais sobre o progresso e a modernização da nação e protestava em favor dos escravos. Ela sofreu várias críticas, principalmente do público masculino, mas isso não fez com que parasse de escrever. No início do século XX, a escritora ocultou-se da cena pública por motivos de saúde, porém deixou um legado de conhecimento para as mulheres.

Maria Benedita Camara Bormann, de pseudônimo Délia, é porto-alegrense e viveu no Rio de Janeiro, era de família rica e teve boa educação; escreveu vários romances, no final do século XIX, que traziam traços da ideia da Nova Mulher difundida na Europa. Segundo Telles (2002, p. 434), “algumas escritoras, Délia entre elas, começam a falar a respeito da necessidade de uma educação *para a vida* e do conhecimento da própria sexualidade”. A escritora foi uma das primeiras a falar livremente sobre a sexualidade feminina e também fazia críticas severas ao casamento arranjado.

Os brasileiros alfabetizados dos séculos XIX e XX utilizavam os jornais para manterem-se informados, as mulheres em defesa da igualdade feminina aconselhavam a leitura para o aprimoramento do conhecimento. O primeiro jornal feminino foi publicado em 1852 e editado por Joana Paula Manso de Noronha, *O Jornal das Senhoras* articulava os direitos da mulher com muitas matérias escritas em anonimato, pois ainda havia medo da exposição. Esse jornal não permaneceu por muitos anos, mas outros foram surgindo com o aumento da quantidade de mulheres alfabetizadas no país e abordavam temas relacionados à moda, bailes, teatros e poemas. Segundo Teles (1999), o jornal atentava para a capacidade da mulher, mas seus textos faziam referência ao auxílio ao marido e à liderança do lar.

Francisca Diniz, editora do jornal *O Sexo Feminino*, orientava quanto à educação e à emancipação feminina, inspirando-se nas conquistas das mulheres de outros países e, de acordo com Teles (1999, p. 34), “defendia a ideia de que a dependência econômica determina a sujeição feminina e uma educação melhor ajudaria as mulheres a elevar seu *status*”. Hahner (2003, p. 98) ressalta que o jornal possuía várias assinantes, mas “nem todas as mulheres respondiam às ideias de ‘liberdade’ ou ‘emancipação’, muitas preferiam gastar seu tempo cuidando da aparência física mais do que cultivando suas mentes”. Muitos jornais suspendiam as edições por falta de verba, o que justifica a vida curta de muitos deles, então, a imprensa feminina do século XIX foi marcada por idas e vindas de edições e de novos periódicos que foram surgindo no Rio de Janeiro: *O domingo*, *O eco das damas*, *Primavera*, *O direito das damas*, *A família*.

Após a Proclamação da República, ficou difícil restringir o papel da mulher apenas ao de mãe e de esposa, mas a imprensa tentava forçar a imagem de que a boa mulher deveria se casar, ou ficaria mal falada e poderia ser comparada à mulher perdida (prostituta), por isso, conforme Pedro (2002), os jornais publicavam muitas

matérias com críticas à prostituição, na tentativa de inibir comportamentos considerados desonestos.

De acordo com Hahner (2003), não se falava em direitos femininos, na primeira metade do século XIX, uma das primeiras a pleitear garantias educacionais para as mulheres foi Nísia Floresta, professora e fundadora de uma escola no Rio de Janeiro, defensora do respeito pelas mulheres, da liberdade religiosa e da abolição da escravatura. A partir da segunda metade do século XIX, o Brasil foi avançando em industrialização, sendo o Rio de Janeiro o líder em economia e cultura; então, surgiram algumas defensoras da emancipação feminina. Nas palavras de Hahner (2003, p. 251), “o Rio foi centro das primeiras manifestações de protesto contra a subordinação feminina, lideradas pelas mulheres de classe média e alta”. Segundo os estudos de Falci (2002, p. 251),

a mulher de elite, mesmo com um certo grau de instrução, estava restrita à esfera do espaço privado, pois a ela não se destinava a esfera pública do mundo econômico, político, social e cultural. A mulher não era considerada cidadã política.

A escolaridade não era comum para nenhuma classe, o acesso à educação era mais facilitado aos meninos, pois acreditavam que as mulheres não fariam bom uso da alfabetização. Aos poucos, as meninas da elite passaram a obter educação doméstica e surgiram algumas escolas, mas que ensinavam tarefas destinadas às mulheres, como ser boa esposa e boa mãe, e mantinham as garotas até por volta dos treze anos de idade, pois era a época de se casar. O ensino superior ainda não era acessível para mulheres. Na segunda metade do século XIX, conforme salienta Hahner (2003), as crianças mais ricas recebiam educação em casa ou em internato de freiras, as menos ricas dirigiam-se a escolas particulares e, as pobres estudavam em escola primária pública; porém, não havia instrução para a maioria dos brasileiros.

A maioria das escolas era para meninos, que aprendiam geometria, enquanto as meninas aprendiam costura e bordado. Mesmo com as poucas escolas, a educação não era para todos, negros e índios, por exemplo, não tinham a oportunidade de estudar. Para as meninas de famílias abastadas, havia oferta de aula de leitura, escrita, matemática, piano, francês e, também, de habilidades domésticas, culinárias e de como se portar perante a sociedade, nesse caso, as

professoras iam até a casa da aluna. A preocupação não era a mulher ter instrução, e sim educação para saberem criar filhos e cuidar de sua família.

Louro (2002) esclarece que, desde a colonização do país, eram os homens responsáveis pelas catequeses, aulas régias e, em meados do século XIX, as mulheres passaram a ter o direito de frequentar o magistério nas escolas normais. Nessas escolas, havia classes para homens e para mulheres separadamente e, com o passar do tempo, mais mulheres do que homens procuravam pelo magistério. Segundo a autora (2002), havia muito preconceito contra as mulheres normalistas, pois acreditavam que não eram capazes de ensinar crianças, outras opiniões defendiam as professoras, com argumentos de a profissão ser uma extensão do papel de mãe, então teriam amor para com os alunos e isso, de certa forma, justificava a menor procura pela docência por parte dos homens. Com menos homens, surgiu a preocupação de quem, então, lecionaria para a escola de meninos.

O salário da professora mulher era reduzido em comparação ao do homem e tal disparate era justificado com o argumento de que a mulher trabalhava fora um só turno e teria o outro período para se dedicar ao lar. De acordo com Louro (2002), não era considerado que o salário da mulher serviria para as despesas e, sim, apenas como algo complementar. A autora ressalta:

A incompatibilidade do casamento e da maternidade com a vida profissional feminina foi (e continua sendo!) uma das construções sociais mais persistentes. De fato o 'culto da domesticidade' já vinha se constituindo ao longo do século XIX e representava uma valorização da função feminina no lar, através da construção de vínculos entre o espaço doméstico e a sociedade mais ampla (LOURO, 2002, p. 454).

Algumas escolas eram internatos, outras de período integral ou de meio período, a maioria associadas à Igreja. O ensino era rígido e fora de sala de aula, nos intervalos, os professores não poderiam conversar com as alunas, conforme Louro (2002, p. 468), "para que uma mulher exercesse autoridade ela precisaria, então, respeitar esses limites e ter uma *performance* de autoridade, o que pressupõe distância". Era ensinado sobre como se vestir e como se portar, inclusive, como caminhar e se sentar.

A maioria das professoras era solteira, pois havia preconceito em relação às casadas, acreditando que a profissão não seria digna para seu *status* de esposa e de mãe. A professora solteira também era representada pela característica de

poder entregar-se totalmente à docência, vivendo para a escola e para seus alunos. Para os meninos de até dez anos, foram aceitas professoras solteiras com mais de vinte e três anos de idade, para preservar a sexualidade. Muitas mulheres passaram a desejar o magistério, algumas por vocação e outras por encontrarem um caminho para garantir educação, poderem trabalhar e terem certa independência.

No final do século XIX, as mulheres começaram a buscar mais o acesso à educação, principalmente, o ensino superior. Até então, a educação para mulheres centrava-se em aprendizado sobre o desempenho de mãe, de esposa e de dona de casa. Conforme Hahner (2003), as leis de educação pública eram criadas por homens, então, os assuntos, matérias e livros que seriam utilizados eram embasados em uma percepção masculina. Enquanto os homens liam sobre política, as mulheres liam textos devocionais ou moralizadores, voltados para que aperfeiçoassem a maternidade; romances não eram bem vistos.

Nesse período, algumas brasileiras protestaram a favor do acesso da mulher ao ensino superior. Nas palavras de Hahner (2003, p. 136), “usando a retórica do patriotismo e o desejo de desenvolvimento econômico, elas argumentavam que o progresso de um país dependia de suas mulheres”. As mulheres que tinham mais condições e intenção de cursar o ensino superior iam para fora do país, o caso de Maria Augusta Generosa Estrela, que cursou medicina nos Estados Unidos, sendo financiada pela família no início, e, após a morte do pai, alguns amigos e o imperador ofertaram-lhe apoio financeiro (assistência da corte que, normalmente, beneficiava somente os homens, sendo Maria Estrela uma exceção). O nome da primeira médica brasileira tomou conta de alguns jornais nacionais. Ao retornar para o Brasil, Maria Estrela trabalhava auxiliando mulheres e crianças e impulsionou a abertura de escolas de medicina para mulheres. Logo, outra jovem interessou-se e foi estudar medicina nos Estados Unidos, Josefa Águeda Felisbela Mercedes de Oliveira, juntas, as duas médicas lutaram em defesa da educação para as mulheres.

Conforme Hahner (2003), o governo brasileiro, em 1879, abriu instituições de ensino superior para mulheres, todavia, poucas ingressaram, pois ainda havia preconceitos dos “patriarcas” e muitas não tinham condições financeiras. De acordo com Teles (1999), nesse período, muitos homens já haviam garantido seus diplomas. A primeira mulher a se formar médica por um curso de medicina no Brasil foi Rita Lobato Velho Lopes, na Bahia, em 1887. Muitas foram as lutas, pois a

profissão de médica não era bem vista pela maioria da sociedade, alguns acreditavam que seria impossível dedicar-se ao lar e aos filhos sendo médica, e que não era profissão de mulher honrada.

As manifestações das mulheres europeias e norte-americanas influenciavam as brasileiras que, cada vez mais, empenhavam-se na luta pelo direito de voto, de reconhecimento no trabalho, de acesso aos estudos, entre outros. Os trabalhadores eram duramente explorados durante a primeira república, mesmo após a abolição da escravatura. Para os homens, a situação já não era favorável, para as mulheres, então, o abuso era ainda maior, pois, além de cuidarem do lar, seus empregos nas fábricas não garantiam bons salários e a jornada de trabalho era excessiva².

As discussões a respeito do voto feminino tiveram início no final do século XIX, mas a luta foi grande, a mulher encontrava muitas barreiras para assumir cargos na vida pública. Hahner (2003, p. 154) salienta que “se alguns já desaprovavam as mulheres professoras e, até, médicas, a absoluta maioria considerava muito mais perturbadora a existência de advogadas e de políticas”. Francisca Diniz foi uma das ativistas na peleja pelo voto feminino, após a proclamação da república, modificou o nome de um de seus jornais para que pudesse dedicar as páginas à questão do voto. Outras grandes mulheres também estavam à frente das manifestações pela conquista do voto, esforço intensificado no início do século XX, mesmo com vários impedimentos e discursos masculinos de que o papel da mulher era cuidar dos serviços domésticos e da maternidade.

1.2.3 Século XX – Lutas e conquistas, conquistas e lutas

No início do século XX, conforme Hahner (2003), as cidades do Brasil haviam se transformado fisicamente, ficaram mais urbanizadas e era possível ver mulheres da elite caminhando pelas ruas e frequentando casas de chá sem a presença de um homem; as escolas superiores passaram a ser mais ocupadas. Para a classe pobre não houve muitas modificações, continuava lutando muito para manter os empregos, sobreviver mediante doenças e desnutrição e conseguir moradia que, muitas vezes, era coletiva. Na capital do Brasil da época, o Rio de

² Considerações a respeito do trabalho feminino serão realizadas no próximo capítulo.

Janeiro, famílias ricas habitavam a zona sul e as pobres a zona norte; com o tempo, por falta de transporte e de dinheiro para acessar alguns bairros mais distantes, a alternativa para os pobres foi ocupar os morros, constituindo favelas.

Mesmo com um pouco mais de liberdade para passear nas ruas, o Código Civil subentendia que o lugar da mulher era dentro de casa, “o lar era sua esfera própria de ação, embora nela o marido ainda exercesse o controle legal” (Hahner, 2003, p. 192). As mães educavam as meninas para ajudar nas tarefas domésticas mais leves, enquanto os meninos tinham liberdade para brincar na rua. De acordo com Arend (2012), os pais tinham receio de que o menino se tornasse “afeminado”, caso ajudasse em tarefas domésticas. Eram nas festas de debutantes que as meninas de classe rica eram apresentadas à sociedade e, a partir de então, iniciavam os flertes e namoros, mas era preciso manter-se virgem até o dia do casamento.

Segundo Fonseca (2002), no início do século XX, alguns casais juntavam-se sem se casar, não registravam os filhos e não faziam documentação de divórcio ao se separarem. A mulher que decidia casar-se novamente sofria preconceito, diferentemente do homem na mesma situação. A autora complementa (p. 528), “para a mulher ser ‘honesta’, devia se casar; não havia outra alternativa. E para casar, era teoricamente preciso ser virgem. O próprio Código Civil previa a nulidade do casamento quando constatada pelo marido a não-virgindade da noiva”. O pai burguês precisaria assegurar a virgindade da filha, assim a condicionaria a um bom casamento e garantiria uma boa relação financeira.

Mas a ideologia burguesa da boa conduta da mulher espelhava as de classes menos favorecidas, que também eram consideradas desonradas caso praticassem sexo antes do casamento ou possuíssem outro companheiro após uma separação. Quando o casal separado tinha filhos, a justificativa do marido no tribunal pela guarda da criança, normalmente, era em acusação pela “infâmia” da mãe.

A figura da mulher pública, mesmo diante de preconceitos, passava a ser formada. Muitas mulheres de classes abastadas trabalhavam como datilógrafas, em escritórios, ou no comércio como atendentes e recebiam um salário muito baixo, pois a renda da mulher serviria apenas para complementar a do homem ou seria um trabalho temporário até que conseguisse um marido. As negras, mesmo após a alforria, não tiveram sua situação totalmente modificada, passaram a receber pouca

remuneração, mas continuavam em trabalhos como domésticas, lavadeiras, ambulantes, e em alguns casos, prostitutas.

As mulheres com condições melhores frequentavam a escola normal, algumas estudavam em cursos superiores como farmácia, arquitetura, engenharia, direito e medicina. Essas contavam com mais oportunidades e foram importantes figuras na campanha sufragista dos anos 1920. Matos e Borelli (2012) ponderam as áreas de magistério e enfermagem como as de maior destaque entre as mulheres por causa da paciência, cuidado e afeto, podendo, nessas atuações, desenvolver o instinto de maternidade, o que muito foi confundido com o ato de exercer a profissão por amor sem a necessidade de alta remuneração, o que reflete até hoje na vida de alguns profissionais.

O trabalho das mulheres de camadas populares centrava-se nos serviços de bordadeiras, engomadeiras, lavadeiras ou domésticas, sem descanso ou dias de folga e com baixa remuneração; como prostitutas, em bordéis ou nas ruas das zonas portuárias, realizando um serviço não regulamentado e passível de adquirir doenças, porém com salários um pouco maiores do que os de costureiras ou de domésticas; ou nas indústrias, sujeitas a péssimas condições de trabalho e a ambientes insalubres. Os homens saíam para guerras, demorando a retornar, fazendo com que as mulheres buscassem alternativas de renda. O trabalho assalariado não era bem visto, segundo Fonseca (2002, p. 516), as mulheres eram consideradas “mães relapsas”, sendo maltratadas e tendo seu comportamento monitorado.

“A norma oficial ditava que a mulher devia ser resguardada em casa, se ocupando dos afazeres domésticos, enquanto os homens asseguravam o sustento da família trabalhando no espaço da rua”, relata Fonseca (2002, p. 517). A ideia tinha como base os princípios burgueses, europeus, porém, a realidade indica que há muito tempo as mulheres pobres trabalhavam para o sustento e, na época, não tinham suas atividades encaradas como uma profissão, e sim como um meio de complementar a renda do marido. De acordo com a autora (2002), a mão de obra da mulher custava em média 30% menos em relação a do homem, o que dificultava quando se separava do marido e precisava pagar aluguel, então recorria a pensões e cortiços de bairros mais pobres.

Nas fábricas, conforme Hahner (2003), as mulheres que engravidavam não tinham período de licença maternidade, logo após o parto retornavam ao trabalho e, se não tivessem com quem deixar os filhos, eram demitidas. Algumas

fábricas tinham creches, o que fazia com que a criança passasse a trabalhar antes mesmo dos dez anos de idade; somente a partir do Código de Menores de 1927, na legislação trabalhista, que as crianças pobres foram afastadas das fábricas, mas originou o trabalho de engraxate para meninos e de doméstica para meninas de ainda doze anos de idade. Conforme Matos e Borelli (2012), os salários das mulheres eram inferiores aos dos homens e elas trabalhavam de onze a quatorze horas por dia, muitas vezes, sem pausa para descanso.

As mulheres solteiras chegavam a sofrer assédio dos patrões e corriam o risco de serem demitidas caso não cedessem. Surgiram algumas discussões, greves na busca pela regulamentação da carga horária de trabalho e manifestações de igualdade de salário entre homens e mulheres, todas sem sucesso na época. Hahner (2003, p. 239) ressalta:

Muitos líderes de sindicatos pregavam que as mulheres deveriam restringir-se à esfera doméstica, entretanto, em face da necessidade econômica e financeira, admitiam que as circunstâncias forçavam a mulher a entrar no mercado de trabalho onde era miseravelmente explorada.

Além do cenário de trabalho na cidade, havia também grande quantidade de mulheres no serviço rural. Desde que a mão de obra escrava foi substituída pela mão de obra livre na agricultura, no final do século XIX, muitos trabalhadores estrangeiros, em especial europeus, motivados pelas propagandas do governo do país, vinham para o Brasil a fim de serem empregados na lavoura cafeeira, principalmente em São Paulo. Os fazendeiros contratavam a família que viveria como colonos; a partir de doze anos de idade já se podia trabalhar e cada acordo determinava quantas pessoas da família prestariam serviço, em troca, tinham moradia, um pedaço de terra onde podiam plantar ou criar animais e alguma remuneração.

As mulheres também trabalhavam no cafezal, além de cuidarem dos serviços domésticos, mas conforme Silva (2002), não eram consideradas trabalhadoras individualizadas, pois seus trabalhos eram controlados pelo marido, considerado a autoridade do lar (muitas vezes rude), o chefe da família e o gerenciador das atividades. Como a mulher também precisava realizar as tarefas domésticas, seu turno de trabalho acabava sendo bem maior do que o do homem. Os fazendeiros viam vantagens nas mulheres, pois, segundo a autora (2002, p. 558), “as mulheres colonas eram interessantes no sentido de que, como mães,

poderiam gerar, criar e cuidar de futuros trabalhadores, além de participarem, sempre que possível, do trabalho na roça de subsistência e no cafezal”.

A oportunidade para os trabalhadores brasileiros, de prevalência negros e mestiços, não era a mesma dos colonos vindos da Europa, suas tarefas eram mais árduas na preparação do terreno para a plantação do café, seus rendimentos eram inferiores e poderiam ser dispensados a qualquer momento; as mulheres negras tinham como alternativa o trabalho doméstico na casa do proprietário. A imigração foi suspensa por causa da Primeira Guerra Mundial e, a partir de 1920, já não teve tanta força, fraquejando mais ainda após a Segunda Guerra Mundial.

As mulheres pobres eram consideradas incapazes, menos racionais que as ricas, que eram, por sua vez, menos valorizadas intelectualmente que os homens. Textos escritos por mulheres tornaram-se mais frequentes no início do século XX. De acordo com Hahner (2003), Júlia Lopes de Almeida, filha de um nobre português e esposa de um poeta português, alcançou reconhecimento literário. A jornalista e escritora publicou em jornais e periódicos do Rio de Janeiro, defendia a educação da mulher, o divórcio e prezava por ambientes mais floridos. Ela lutou pelo melhor posicionamento da mulher na sociedade, pela educação de mulheres e crianças, por melhorias urbanas e até por projetos de jardinagem. Participou de várias organizações femininas e da formação da Academia Brasileira de Letras, mas não atuou por ser mulher, membro da Academia foi seu esposo Filinto de Almeida. Seus escritos ressaltavam a necessidade da mulher ter boa educação, ter cuidados com o lar e os benefícios de a mulher trabalhar fora.

Falci (2002) conta sobre a primeira mulher a se candidatar a uma cadeira da Academia Brasileira de Letras, Amélia de Freitas, nordestina, nascida em 1861 e filha de um importante político da época. Sua candidatura foi negada, pois somente homens eram bem-vindos na academia. Amélia foi aluna de um professor contratado pelo seu pai e aprendeu a ler por consequência de palmatórias. Em Recife, foi redatora da revista feminina *O Lyrio* (1902 – 1904), em que apenas mulheres eram autorizadas a publicar. Ela se casou com Clóvis Beviláqua, autor do Código Civil Brasileiro, e residiu na capital federal Rio de Janeiro. A piauiense escreveu várias obras, inclusive uma sobre concepções da educação da criança.

Novas tecnologias chegavam ao Brasil, sendo o cinema uma das inovações, com filmes que retratavam os costumes da mulher da Europa e dos Estados Unidos, apresentavam uma nova moda em vestuário e novos padrões de

comportamento, principalmente, condutas de mulheres mais modernas e independentes. As classes mais pobres não tinham acesso ao cinema, mas podiam frequentar teatros do subúrbio, que também exploravam temas liberais. No início, as sessões de cinema ocorriam separadamente para homens e mulheres, pois o ambiente escuro poderia trazer consequências de má reputação para as moças.

Hahner (2003) ressalta que, na segunda década do século XX, era maior a concentração de mulheres no comércio, em escritório e em cursos de nível superior. Grande parte da população era analfabeta, mas era crescente o número de mulheres que acessava a educação e encontrava empregos como secretária, telefonista, balconista, datilógrafa, mesmo ainda com certa discriminação social, baixa remuneração e regras para que somente as solteiras fossem contratadas. Iniciou-se uma grande luta pelo sufrágio, conduzida por mulheres urbanas e das classes alta e média. As mulheres de classe baixa, obrigadas a trabalhar para o sustento, pouco participavam do movimento feminista e não viam muito significado no direito de voto.

Na segunda década do século XX, as atitudes dos grupos femininos intensificaram-se; com o fim da Primeira Guerra Mundial, a produção industrial aumentou no Brasil, alguns movimentos eclodiram, correntes políticas passaram a circular e uma nova consciência cultural foi disseminada pela Semana da Arte Moderna, em 1922. Tarsila do Amaral estava entre as artistas, mulher com boa condição financeira e com sucesso no ramo intelectual, mas não se envolvia nas lutas por condições melhores para a mulher, porém, foi citada por muitas ativistas como exemplo de mulher a demonstrar suas capacidades.

As mulheres obtiveram mais liberdade em suas manifestações, iniciando discussões para expandir seus direitos políticos e civis. Filha de político, Maria José de Castro Rebelo Mendes foi a primeira mulher a ser aprovada em concurso público, em 1917, para assumir um cargo no Ministério das Relações Exteriores; em seguida, Bertha Lutz conquistou um cargo no Museu Nacional do Rio de Janeiro; Myrtes de Campos foi a primeira advogada brasileira a ser reconhecida pela Ordem dos Advogados no Brasil e a ser aceita no tribunal, assim, muitas outras passaram a concluir o ensino superior, a tentar e a ocupar cargos e a lutar pelo sufrágio feminino sem a necessidade de um combate agressivo, como ocorreu nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, conforme relata Hahner (2003).

De acordo com Hahner (2003), Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura buscavam a emancipação intelectual da mulher, concordando em alguns pontos, mas discordando em outros. Bertha Lutz³, em suas movimentações, transitava de assuntos gerais, como a paz mundial, a assuntos específicos, como a equiparação salarial e de oportunidades educacionais entre homens e mulheres, defendendo o acesso da mulher ao voto. A luta pelo voto não obteve muito sucesso nas primeiras tentativas do movimento de Bertha Lutz, mas ela continuou liderando e representando, inclusive no exterior, grupos feministas, sendo possível trazer ideias para o Brasil, inovar as organizações e orientar as mulheres a serem efetivas participantes do cenário público e social.

Bertha Lutz e outras sufragistas viam no voto um meio de ação. Para elas, constituía um necessário instrumento de progresso para romper barreiras que impediam uma liberdade social mais completa, e, portanto não apenas um instrumento com fim em si próprio (HAHNER, 2003, p. 293).

As organizações de busca pelo sufrágio permaneceram na década de 1930 e a Federação Brasileira de Progresso Feminino (FBPF), liderada por Bertha Lutz, era o grupo feminista mais notável. A ideia não era se rebelar contra o sistema político, mas sim unir-se a ele e participar ativamente das decisões. Como argumento para os antissufragistas, as combatentes reiteravam que o envolvimento na vida política não ameaçaria o lar, pelo contrário, melhoraria a segurança da família. As mulheres que tomavam a frente nas discussões, muitas vezes, eram punidas por agitarem comícios, sendo humilhadas verbalmente ou até fisicamente. Vistas como “histéricas”, eram consideradas como “mal-amadas” e “solteironas”. Muitos jornais como *A Terra Livre*, *A Lanterna*, *A Plebe*, *A Voz do Trabalhador*, e outros, redigiam sobre a emancipação feminina como acontecimentos nacionais e internacionais.

O grupo de feministas do Brasil tentava desfazer a ideia de que era contra homens ou que queria se masculinizar, como era o objetivo do movimento em alguns países, elas só queriam compartilhar dos mesmos direitos que os homens, tanto que não iam, em geral, contra os dogmas da Igreja Católica (muitas feministas eram católicas praticantes). Nesse período, Igreja, médicos e positivistas introduziram o discurso da valorização da maternidade, mas isso não afetou a luta das que estavam dispostas a pleitear por melhores condições, segundo Rago (2002,

³ Mais informações a respeito de Bertha Lutz estão delineadas no tópico 1.3 deste capítulo.

p. 596), “a luta pela libertação feminina estava, pois, subordinada à ideia da emancipação de toda a humanidade”.

Conforme Hahner (2003), o primeiro estado do Brasil a considerar o voto das mulheres foi o Rio Grande do Norte, em 1927, pois seu governador da época defendia ser irracional a privação da mulher de exercer tal direito. Com isso, a FBPF impulsionou seus esforços junto ao debate do Senado, mas, a princípio, elas não tiveram suas atitudes bem aceitas. Em contrapartida, na cidade de Lages, no Rio Grande do Norte, a primeira mulher prefeita foi eleita, Alzira Teixeira Soriano, apoiada pelo governador do estado. De acordo com Soihet (2012, p. 225), “a pressão das feministas no Congresso Nacional começou a dar frutos com a conquista de novos apoios nos meios políticos”.

A luta da FBPF continuou, e cada vez mais conseguia apoio de mulheres vinculadas a familiares envolvidos na política e podiam contar com alguns aliados masculinos. A partir de 1930, com a posse de Getúlio Vargas na presidência do país, as feministas idealizaram maiores conquistas, pois o regime do presidente previa ouvir os rejeitados pelo governo, em específico, os trabalhadores urbanos. Getúlio Vargas não era condizente com o sufrágio, mas ponderava a situação, inclusive, sua filha, Alzira Vargas, era diplomada em advocacia.

Em 1931, a FBPF fez uma grande movimentação que atraiu organizações feministas de quase todo o Brasil, e após muita insistência e enfrentamentos liderados por Bertha Lutz junto ao governo da nação, foi decretado um novo código em 24 de fevereiro de 1932, cedendo o direito de voto às mulheres (as mulheres poderiam votar dentro das mesmas condições dadas aos homens na época, analfabetos não exerciam o voto). Somente em 1934 que o direito da mulher ao voto foi incluído na Constituição. Dessa forma, o Brasil foi o segundo país da América Latina a atribuir direito ao voto às mulheres e, conforme ressalta Hahner (2003, p. 333), “o quarto país do hemisfério ocidental a garantir o voto às mulheres, logo após o Canadá, os Estados Unidos e o pequeno Equador”.

Os movimentos feministas não interromperam seu labor por causa da conquista pelo voto, muito pelo contrário, questionavam as péssimas condições de trabalho, questões previdenciárias, de maternidade e as divisões de classes. Muitas mulheres de diferentes classes e de diferentes ocupações participavam da FBPF, mas não havia presença de operárias, provavelmente por não terem acesso à educação e capacitação e por estarem trabalhando nos horários em que reuniões e

manifestações ocorriam. Bertha Lutz continuava na luta pela emancipação econômica, principalmente porque as trabalhadoras cumpriam com dupla jornada, não tinham acesso igualitário às questões de saúde e nem à cultura e à educação.

A federação continuava não apenas a buscar apoio para aprovação de leis que protegessem a mulher trabalhadora e para a obtenção de reformas no código civil que findassem com a incapacidade relativa da mulher casada, mas, sobretudo, num plano mais amplo que beneficiaria todas as mulheres, a fazer pressão por oportunidades educacionais condignas e direitos políticos idênticos (HAHNER, 2003, p. 344).

Soihet (2012) afirma que, mesmo com as conquistas, como pelo direito ao voto, algumas atitudes não foram contestadas pela condição ideológica em que estavam, como a questão da sexualidade e a responsabilidade pelas obrigações domésticas e familiares, que ainda continuavam como antes, ou seja, cabia à mulher o total cuidado com a casa e com a educação dos filhos.

Aos poucos, algumas mulheres passaram a fazer parte de reuniões no Congresso, mas com o golpe de estado contra seu próprio governo, em 1937, Getúlio Vargas cancelou as eleições presidenciais, e iniciou-se o regime do Estado Novo, que durou até 1945 e não tolerava a participação de mulheres em setores do governo. O próprio Getúlio Vargas, que havia aberto espaço para algumas mulheres como Bertha Lutz, Natércia da Silveira, Carmem Portinho, Rosalina Coelho Lisboa, entre outras, para participar de comissões públicas, retirou-as dos cargos a partir de 1937. Conforme Hahner (2003, p. 365), “enquanto a Constituição de 1934 afirmava que todos são iguais perante a lei sem distinção de sexo, a Constituição de 1937 promulgada por Getúlio Vargas eliminou essa referência ao sexo”. A autora salienta que não vingou nenhuma ação política das mulheres até a saída de Getúlio Vargas do poder.

Teles (1999) menciona que após Getúlio Vargas, a democracia de Juscelino Kubtschek não garantiu maior liberdade aos movimentos, pelo contrário, impediu-os. Mesmo assim, os grupos continuaram com seus projetos, conforme relata Teles (1999, p. 51), “as mulheres trabalhadoras reivindicavam a extensão dos direitos trabalhistas às mulheres do campo, organizavam campanhas pela sindicalização da mulher e para que elas participassem também nas direções dos sindicatos”. Com a queda do Estado Novo, em 1945, as organizações femininas tentaram continuar suas ações e, em 1964, o país foi acometido por uma ditadura

militar. Com todos os direitos políticos interrompidos, somente em meados dos anos de 1970 que pequenas organizações femininas voltaram a se formar.

Segundo Bassanezi (2002), nos anos 1950, após a Segunda Guerra Mundial, a classe média se elevou e as cidades cresceram em urbanização e em industrialização com mais oportunidades de estudos e de emprego para ambos os sexos. Mesmo assim, a mulher que trabalhava fora ainda era vista com preconceito, pois eram valorizadas as que se dedicavam ao lar. Nessa visão, o homem era a autoridade da casa, quem sustentava a família.

A mídia da época, jornais e revistas, veiculavam propagandas de enceradeiras, liquidificadores, panelas de pressão e as matérias prezavam pela vocação da maternidade, pelos cuidados do lar e classificava as mulheres, segundo Bassanezi (2002), entre *moças de família* e *moças levianas*. As *de família* tinham o comportamento com base nas exigências da sociedade, delicadas e virgens até o matrimônio; caso tomasse um caminho *leviano*, seria punida e não a desejariam mais para o casamento. Já para os homens, sair com prostitutas era uma virtude e anunciava sua virilidade, quando quisessem se casar, procuravam por uma virgem e, mesmo após o casamento, buscavam pelo prazer fora de casa, além disso, o Código Civil permitia a anulação do casamento caso a moça não fosse virgem.

O moço deveria conquistar a moça, ela deveria se vestir bem, se perfumar, ter uma conversa interessante e ser amável, afinal, ficar solteira não era bem visto. As vontades próprias da moça não eram levadas em consideração, ela precisava impor respeito, não entrar em comentários impróprios e o homem assumiria o valor da conta, além disso, a mulher deveria ficar longe dos aproveitadores. A família não arranjava mais o casamento como antes, ficando a critério dos jovens escolherem seu par, mas o relacionamento só seguia adiante se tivesse a aprovação dos pais. A mulher que não ficava noiva até os vinte e cinco anos de idade era considerada “solteirona”.

O mercado de trabalho, na década de 1950, foi bem ocupado por mulheres, principalmente professoras, enfermeiras, médicas e vendedoras. A mulher que trabalhava fora ainda era vista com preconceito, havia a preocupação de que ela deveria cuidar do lar e bem direcionar a vida dos filhos. A procura pelo ensino superior por mulheres também aumentou, principalmente pelo curso de magistério.

Dentro do casamento, o homem era considerado autoridade, o chefe da casa, quem tomava as decisões, cabia à mulher lavar, passar, cozinhar, limpar e

cuidar dos filhos, vestindo-se recatadamente, sem muitos exageros em acessórios. Para o marido devia se vestir bem, não discutir e ser econômica. Se a mulher traísse o marido, sofreria várias punições sociais, mas precisava suportar e continuar uma boa esposa caso fosse traída pelo marido. A mulher desquitada tinha sua reputação degradada, enquanto o homem não sofria tal atitude social. A possibilidade de separação (desquite) passou a ser vigente pelo Código Civil em 1942. Scott (2012) ressalta ser concedida, somente, em 1943, pelo Código Civil, permissão para que a mulher trabalhasse fora de casa sem a autorização do marido.

Às mulheres dessa época são dadas menos opções de vida para além do desempenho dos tradicionais papéis de dona de casa, esposa e mãe. Do homem, entretanto, é esperado o sustento da família e, para isso, é necessário que ele esteja em condições financeiras no mínimo razoáveis, o que demora algum tempo para ocorrer (PINSKY, 2014, p. 104).

Muitas ideias provenientes dos anos dourados continuam existindo em famílias tradicionais até hoje, mesmo que conceitos modernos tenham permeado a mídia e a sociedade. Somente a partir de 1980, o compromisso do namoro passou a ser menos direcionado a um noivado ou a um casamento; passou a ser aconselhável namorar para conhecer a pessoa. O termo “ficar” começou a ser utilizado no meio jovem a partir da década de 1990, significando a ausência de um compromisso de namoro.

A partir de 1960, as mulheres tiveram acesso à pílula anticoncepcional e à educação formal, o magistério foi reconhecido como grau de ensino médio, garantindo que as estudantes pudessem pleitear por vagas em cursos superiores. As escolas passaram a formar turmas mistas, permitindo que ambos os sexos aprendessem o que fosse ensinado da mesma maneira. A carreira profissional foi se tornando mais buscada. O corpo magro e a pele branca passaram a ser valorizados pela mídia e a cultura *pop* impulsionava novos estilos de roupas e diferentes cortes de cabelo. Os namoros, geralmente, iniciavam-se após a sessão de cinema, nos famosos *footings* nas praças, em que os rapazes circulavam em um sentido e as moças em outro sentido, assim poderiam trocar olhares e sair da roda para conversar, caso houvesse interesse.

Na década de 1960, era comum ver mulheres tricotando vestimentas como atividades de lazer, algumas se engajavam em leituras e as jovens solteiras iam a cinemas e liam obras voltadas para sua idade. Consideradas fontes de lazer,

as fotonovelas da época eram lidas com frequência e as radionovelas faziam sucesso, pois podiam ouvi-las enquanto trabalhavam nos afazeres domésticos, mas foram perdendo a audiência a partir do surgimento da televisão e o lançamento das telenovelas. Segundo Miguel e Rial (2012, p. 152), “já na década de 1970, a novela aparecia como o mais lucrativo e popular programa na televisão brasileira”.

No período da ditadura, com as alterações nas relações de trabalho e a nova tecnologia em produtos agrícolas, o cenário foi modificado, ocorrendo o êxodo rural, muitas famílias abandonaram a área do campo para ocupar as cidades, o que ocasionou muita população na área urbana e grande concentração de pobreza e famílias passando necessidades. Surge, então, o trabalho de boia-fria. As famílias passaram a ter dificuldade para se sustentar nas cidades, as despesas aumentaram e os meios de subsistência eram incertos, a mulher, em busca de rentabilidade, passou a ser explorada no trabalho agrícola com salários inferiores aos dos homens, além disso, as grávidas eram impedidas de trabalhar. Quanto à jornada dupla de trabalho da mulher, Silva (2002, p. 564) afirma:

Levantam-se, em geral, às 4h da manhã, preparam a comida para elas e os demais membros da família que trabalham fora e também para os que ficam em casa. Às 6h, ‘pegam’ o caminhão ou ônibus para uma jornada de trabalho de nove a dez horas, inclusive aos sábados. Ao chegarem a casa, por volta das 18h ou 19h, ainda vão preparar o jantar, lavar roupa, limpar a casa e cuidar dos filhos.

As boias-frias casadas eram obrigadas a subir no caminhão na presença do marido, para evitar assédio; as solteiras só conseguiam trabalho se cedessem aos apelos lascivos dos agentes e, se engravidassem, corriam o risco de serem expulsas de casa.

A mulher, nessa época, era considerada cidadã somente de forma indireta e a trabalhadora industrial continuava sem proteção, as fábricas se recusavam a contratar as casadas, e quando a funcionária engravidava, era dispensada. Por não conseguir manter o filho, muitas mães eram forçadas a abandonar a criança. Teles (1999) ressalta a influência da escritora Carmen da Silva, da revista *Claudia*, e da americana Betty Friedan, nessa época de ditadura; ambas levantavam polêmicas a respeito do comportamento da mulher e influenciavam-nas à independência.

Em seus estudos, Teles (1999) elenca os nomes de várias mulheres que se empenharam no combate a favor do povo, na luta armada de 1969 a 1974, e que foram reprimidas, presas, machucadas, torturadas, assassinadas ou dadas como

desaparecidas pelo exército. A partir de 1974, as mulheres impulsionaram a luta em favor da anistia, com o *Manifesto da mulher brasileira* e um abaixo-assinado, organizado no *Ano Internacional da Mulher*. Esse esforço se espalhou por todo o Brasil e culminou na criação do *Movimento feminino pela anistia*, liderado por Terezinha Zerbini. Como consequência da junção do movimento feminino e outros liderados por homens, a Lei da Anistia foi aprovada em 1979. Na luta pela anistia, Motta (2012) ressalta a presença de muitas idosas lutando pela liberdade de seus parentes presos ou exilados; vale considerar que, na época, uma mulher de cinquenta anos já era considerada idosa.

Teles (1999) escreve a respeito da atitude da ONU em declarar 1975 como o *Ano Internacional da Mulher*, tornando-se “o marco histórico para o avanço das idéias feministas no Brasil”. Assim, a mulher, em meio às dificuldades enfrentadas, passou a pronunciar-se e a enfrentar os impasses da época. Grupos que se formavam em cidades principais como São Paulo e Rio de Janeiro iam influenciando grupos de outras regiões e promovendo benefícios para todas as brasileiras. Nesse mesmo ano, foi publicado o primeiro exemplar do jornal *Brasil Mulher*, pela edição de Joana Lopes, com início em Londrina - PR e, em breve, transferido para São Paulo. A proposta era a rogativa pela equidade entre homens e mulheres e tratava de assuntos polêmicos como a reforma agrária, o divórcio, a sexualidade, o aborto, os casos de violência e os direitos das mulheres. O jornal era enviado para várias cidades, sugeria a defesa pela anistia e circulou até março de 1979.

Outros jornais surgiram a fim de fortalecer as reivindicações femininas a partir dessa época, como *Nós Mulheres*, *Brasil Mulher* e *Mulherio*, sendo este o que mais tempo permaneceu em circulação. As matérias publicadas, geralmente criticavam a dupla jornada de trabalho, propondo que os homens dividissem o trabalho doméstico e também solicitavam maior número de creches, lavanderias e restaurantes coletivos.

O termo “feminismo” era utilizado com certo cuidado em meados de 1975, pois era encarado de forma pejorativa, muitos o consideravam uma promoção de atitudes contra o homem. Teles (1999) conta que o jornal *Brasil Mulher* só utilizou o termo pela primeira vez em sua terceira edição, e com muita cautela, pois até

algumas mulheres da organização não se sentiam confortáveis com o uso da palavra. Até hoje encontramos impasses com o uso da expressão “feminismo”⁴.

Além dos jornais, outros meios foram utilizados para a propagação das ideias das mulheres, como peças de teatro e a televisão. Em 1980, Marta Suplicy apresentava um quadro sobre sexualidade no programa *TV Mulher*, na Rede Globo, o alvo eram as donas de casa, porém, muitos conservadores repreenderam severamente o programa, levando-o a ser retirado do ar em 1986. Outro programa sobre a reivindicação das mulheres foi o seriado *Malu Mulher*, também da Rede Globo, de 1979 a 1980. Revistas como *Realidade*, *Veja*, *Claudia*, também retratavam a vida da mulher na época.

Em São Paulo, em 1979, 1980 e 1981, ocorreu o *Congresso da Mulher Paulista* e, no segundo evento, foi discutido o caso da violência contra a mulher, com isso, em algumas regiões do país, foram criadas instituições em defesa da mulher e o incentivo para que denúncias fossem feitas. Os grupos de mulheres também lutaram para que fatos de assassinato contra a parceira fosse considerado crime sem absolvição pela justiça, código que só foi oficializado em 2006, com a Lei Maria da Penha. As organizações feministas da década de 1980 também lutaram pelo combate ao estupro e a devida punição ao praticante.

Em 1985, foi criada, em São Paulo, a *Delegacia policial de defesa da mulher*, que em pouco tempo foi instalada, também, em outros estados do país. Conforme Teles (1999, p. 135), “com a criação dessas delegacias, a demanda, antes reprimida, começa a aflorar nas estatísticas policiais de norte a sul, permitindo trazer à tona uma realidade anteriormente oculta”.

De acordo com Giuliani (2002), entre 1979 e 1985, a força dos sindicatos de trabalhadores cresceu e eles começaram a tomar mais espaço na tentativa de melhores decisões salariais, de posição de trabalho e de condição de vida, irradiaram-se greves, manifestações, abaixo-assinados e diálogos com poderes políticos. A autora (2002, p. 644) ressalta que a mulher conseguiu direito ao voto em 1932, mas “as aspirações à cidadania no mundo do trabalho, as que buscam proporcionar iguais oportunidades entre homens e mulheres, passam por um demorado silêncio, interrompido entre 1979 e 1985”.

⁴ Considerações a respeito do feminismo envolvem o tópico 1.4 deste capítulo.

Houve muitas discussões, reuniões, argumentações, enfrentamentos, organizações pelos direitos das mulheres e, aos poucos, a mulher passa a ocupar lugares anteriormente preenchidos somente por homens: diretoria, administração, partidos políticos, associações. Um ótimo exemplo de mulheres organizadas são as trabalhadoras rurais, que lutavam pelo respeito à legislação, pelo acesso à previdência social e pelo direito de participar de seus sindicatos. Em pequenas reuniões, muitas vezes de cunho religioso, discutiam o seu papel na família, suas condições de vida, até que os grupos foram resultando em sindicatos que objetivavam diversas ações rurais. Segundo Giuliani (2002, p. 648), “permanece claro que em todos os grupos as mulheres reivindicam *direitos* e não *favores*”.

Em 1980, novos posicionamentos são expandidos pela igualdade dos sexos, com mais mulheres participando das questões políticas, refletindo sobre a rotina do lar e do trabalho e a representação sindical. Segundo Giuliani (2002), várias mulheres participaram do processo de estruturação da Constituição de 1988⁵, mas a redação decisiva do documento não contemplou tudo o que fora discutido em relação à cidadania da mulher, porém muito foi considerado em relação aos direitos do trabalhador, como carga horária máxima de 44 horas semanais, proibição de trabalho para menores de quatorze anos, direito dos aposentados ao 13º salário, entre outros benefícios. Segundo Scott (2012), a Constituição de 1988 defendeu os princípios da isonomia entre homens e mulheres. No que coube a mulher, Giuliani (2002, p. 658) ressalta:

é ampliado o tempo de licença maternidade; é introduzida a licença paternidade; são fixados limites diferentes de idade para a aposentadoria dos homens e mulheres; é reconhecido o direito de chefe de família também à mulher; é instituída a reciprocidade no casamento e a igualdade entre mulher e homem; é dado às mulheres do campo o direito de registrar no seu nome os títulos de propriedade de terra.

Nos anos 1990, as mulheres reivindicam maior participação nos sindicatos. Em 1992, é formado o CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria – criado a fim de propiciar igualdade de gênero, equidade quanto à oportunidade de trabalho, proteção do trabalho da mulher, entre outros, acompanhando os projetos no plenário do Congresso. Em 1992, a Força Sindical instituiu a Secretaria Nacional da Mulher, do Adolescente e da Criança. No sindicato,

⁵ Considerações a respeito das Constituições brasileiras estão elencadas no subtópico 1.2.3.1 deste capítulo.

alguns temas começam a ser debatidos, como: papel de esposa e de mãe, de marido e de pai; participação da mulher no orçamento doméstico; tarefas domésticas atribuídas a homens e a mulheres; renovação do conceito de feminilidade e de masculinidade. A partir da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, políticas sociais foram modificadas e muitas meninas foram incentivadas a saírem das ruas para frequentarem as escolas, o governo, a partir de alguns projetos, passou a acompanhar a frequência das crianças na escola.

1.2.3.1 O retrato da mulher nas sete Constituições

Neste subtópico, elencaremos o caminho da história da mulher na Constituição brasileira, considerando o fato de que, inicialmente, as Constituições não priorizavam a família e diferenciavam homens e mulheres; hoje, as leis são mais igualitárias, todavia, ainda há muitas reivindicações pendentes.

Conforme Cortês (2012), a Constituição envolve cidadãos e traça as normas de direitos civil, penal, trabalhista, previdenciário, entre outros. O Brasil passou por sete Constituições; a primeira, de **1824**, excluía a mulher, já que ela não podia votar nem ser votada, não participava da vida civil e não exercia cargo público. A de **1891**, logo após a abolição da escravatura, reconheceu a validade do casamento civil e afirmou que "todos são iguais perante a lei", todavia, a mulher não estava incluída.

A Constituição de **1934** trouxe mais direitos igualitários, proibindo a diferença de salário entre os sexos para o mesmo tipo de atividade, mas afirmava que o casamento era indissolúvel. Nessa época, a mulher já podia votar, mas com restrições. A de **1937** foi opressora, extinguindo partidos políticos, mas preservou alguns direitos à família. A de **1946** colocou em dúvida se a mulher estaria inserida no lema de que todos são iguais perante a lei, mas modernizou quanto à assistência familiar ao estabelecer a prisão daquele que não pagasse pensão alimentar.

A penúltima Constituição, a de **1967**, advinha de um governo militar e não realizou muitas modificações para as mulheres, apenas reduziu a idade da aposentadoria de trinta e cinco para trinta anos de serviço. Por fim, a de **1988** contou com a cooperação da sociedade em sua elaboração, tendo as mulheres participando ativamente. Conforme Piovesan (2011), a Constituição de 1988 foi a que mais

garantiu atuação popular no decurso de sua elaboração. As reivindicações dos grupos de mulheres resultaram na composição da “Carta das Mulheres aos Constituintes” e muitos pontos foram contemplados no documento oficial.

Segundo Cortês (2012), muito foi conquistado, como: isonomia, igualdade de todos perante a lei; proibição do desacato humano, como o racismo (direitos humanos); enumeração dos direitos sociais e dos trabalhistas; mesma definição dos direitos e deveres do homem e da mulher dentro do lar; reconhecimento de vários tipos de família; e cessão, à mulher, do direito ao título de domínio e concessão do uso de terra.

O Código Civil de 1916, mesmo sendo ajustado ao longo do tempo, vigorou oficialmente por oitenta e seis anos e nele a mulher foi muito discriminada. O Código nomeava o homem como chefe de família; proporcionava a anulação do casamento caso a mulher não fosse virgem; fazia necessária a autorização do marido caso a mulher desejasse trabalhar fora ou gerenciar imóveis; colocava o dote como forma de casamento, que foi caindo em desuso com o tempo; entre outras restrições.

O Código Civil sancionado em 2002 estava em discussão desde 1975 e contemplou várias das reivindicações das mulheres, como a alteração de textos em que citava o termo "todo homem", foi trocado por "toda pessoa"; o Código também reforça que ambos, homem e mulher, têm responsabilidades iguais dentro da família e para com os filhos; caso o casal tenha filhos e se divorcie, pode-se solicitar a guarda compartilhada; a adoção do nome do marido caso a mulher prefira, sendo que o homem também pode adotar o nome da mulher; entre outras modificações.

No que se refere ao Direito Penal, leis específicas para crimes hediondos como o estupro e leis ordinárias como o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso e a Lei Maria da Penha vieram colaborar para questões ligadas à família e à mulher (Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha de Combate à Violência Doméstica). A Lei é resultado da luta de mulheres que discutiram a questão por anos e conceitua a violência física, sexual, psicológica, patrimonial e moral realizadas em casa, no trabalho ou em locais de convivência. O objetivo da Lei é prevenir, evitar, educar, mudar comportamentos e punir pela violência com medidas de assistência e de proteção com atendimento por 24 horas. A Lei também sugere que centros de atendimento multidisciplinar sejam criados.

1.2.4 O Século XXI e suas primeiras duas décadas

A cultura tradicional promoveu que, por muitos anos, a mulher não ocupasse a vida pública, cenário modificado em meados do século XX pela expressividade das lutas e dos movimentos sociais na busca pela igualdade. As mulheres do século XXI têm mais independência, trabalham em diversas áreas profissionais, ocupam cargos de liderança em empresas e, muitas vezes, são responsáveis pelo orçamento familiar. Hoje, há leis que as amparam, seja em período da maternidade ou contra a violência; há, também, maior espaço para que suas vozes não fiquem silenciadas.

Mesmo diante de muitas conquistas, ainda há desigualdade, preconceito, inversão de valores e atitudes machistas que veem a mulher como a única cuidadora do lar. Sinais de desequilíbrio em questões salariais, de respeito moral e corporal ainda existem, pois há uma visão estereotipada de que o homem detém o dinheiro e controla as finanças, de que a mulher é um sexo frágil e a ela cabem as atribuições domésticas e os cuidados com os filhos. O Brasil, mesmo após a vigência da Lei Maria da Penha, de 2006, ainda aponta grande número de mulheres que sofrem violência doméstica ou abuso sexual.

Ainda é minoria perante os homens, mas, cada vez mais, as mulheres vêm se envolvendo no meio político e nos setores públicos, como vereadoras, governadoras, deputadas, juízas, promotoras, delegadas, entre outras ocupações não praticadas por mulheres em outros momentos da história. A América do Sul, neste século, contou com três presidentes do sexo feminino, Michelle Bachelet, do Chile; Cristina Kirchner, da Argentina; e Dilma Rousseff, do Brasil. Hoje, mesmo ainda não sendo o ideal, há maior conscientização masculina a respeito da atuação feminina no contexto social, equilibrando acontecimentos em diversas situações em que havia preconceito.

Scott (2012) reconhece que a família do século XXI tem se tornado mais democrática, com mais respeito entre homem e mulher e entre pais e filhos. Leis existem para proteção da criança e para que haja maior negociação entre pais e filhos do que agressões físicas como maneira de educar. A heterogeneidade e a pluralidade é defendida em muitas áreas.

A autora (2012) considera que as mudanças do papel da mulher na sociedade foram altamente significativas, pois hoje é possível casar, não casar,

amasiar, ter filhos, não ter filhos, divorciar, casar novamente, sem que a felicidade dependa do casamento ou da prole, como antigamente. Os novos arranjos familiares da geração y (nascidos a partir de 1978) permitem que a responsabilidade pelos filhos não seja somente materna, mas também paterna. As famílias recompostas são cada vez mais comuns, com crianças vivendo com madrastas, padrastos ou meio-irmãos sem tanta discriminação como antigamente.

Ainda há mulheres, muitas mulheres, que se sentem obrigadas a permanecer em uma relação matrimonial por conta da dependência econômica, ou por pressão familiar, mas a sociedade contemporânea lhes dá cada vez mais escolhas. O ideal agora, o grande motivador da sociedade conjugal, com ou sem filhos, são relações amorosas e satisfação individual, tanto para homens quanto para mulheres (SCOTT, 2012, p. 39).

Em relação à educação, surgiu o lema “educação para todos” e novos parâmetros curriculares nacionais para os ensinos fundamental e médio foram elaborados, a Lei de Diretrizes e Bases, de 1996, ainda não contemplava todas as reivindicações das mulheres, que passaram a ser parcialmente atendidas a partir de 2003, quando foi decidido incluir, em materiais didáticos, temas de orientação sexual e retirar conteúdos sexistas e discriminatórios.

Conforme Rosemberg (2012), nas últimas três décadas, foi maior o número de estudos a respeito das mulheres, da educação e de gênero; é comum a presença de temas e disciplinas que abordem a questão de gênero, incluindo a luta das gerações anteriores. É maior, também, o número de mulheres professoras universitárias, em campo científico e de pesquisa, seja em área da educação ou em outras áreas. A procura de mulheres por cursos antes considerados masculinos, como engenharia, agronomia, forças policiais, também é maior.

Os estudos de Louro (1997) definem que o termo “gênero” passou a ser utilizado timidamente a partir dos anos 1990 e a autora ressaltou o século XXI como um período de amplitude para a discussão de novos significados para a expressão “diferença sexual”. O propósito das pesquisas sobre gênero é fazer com que o ser humano compreenda e coloque-se contra a maneira de encarar a diferença como uma consequência biológica, e a favor de buscar, na história, em quais condições a sociedade foi representada, pois, conforme a autora (1997, p. 23), o conceito de gênero “passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos”. A partir do século XXI, o

termo “gênero” realmente passou a ser amplamente utilizado entre os grupos feministas.

Louro (1997, p. 61) faz referência à escola como uma das motivadoras da diferença, pois, ao longo da história, fez separação entre religiões, etnias, faixa etária, poder aquisitivo e, também, entre sexos; “ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a preferir”. As filhas são separadas por sexo e os brinquedos também são distintos; se, para estudar e para brincar, é preciso separar, provavelmente, no futuro, as pessoas não saibam conviver com o sexo oposto no ambiente de trabalho. A escola, de certa forma, passa a ser afetada pelos valores e condições vigentes, colocando todas as “diferenças” em contato, fazendo com que as circunstâncias se modifiquem; gerando, muitas vezes, polêmica do que seria adequado ou inadequado.

Adichie (2015) ressalta que a questão de gênero é um problema a ser resolvido incluindo todos, homens e mulheres, como responsáveis pela mudança. A autora (2015) pondera ser necessário evidenciar os talentos da criança e não o seu gênero, pois, o que a sociedade tem propagado é a criação de um menino capaz de resistir a qualquer impasse em uma “prova” de masculinidade, sem chorar ou se entristecer, criando-se egos fragilizados.

O problema da questão de gênero é que ela prescreve como *devemos* ser em vez de reconhecer como *somos*. Seríamos bem mais felizes, mais livres para sermos quem realmente somos, se não tivéssemos o peso das expectativas do gênero (ADICHIE, 2015, p. 36).

Hoje é possível dizer que o Brasil faz sua própria busca pela igualdade, certamente algumas ideias provenientes de países da Europa e da América do Norte ainda influenciam algumas iniciativas, mas os grupos que discutem os direitos da mulher lutam pelos motivos vividos em nossa nação. As discussões atuais são pautadas em torno dos seguintes temas: combate à violência doméstica; discriminação no trabalho ou em qualquer outra área; estudos sobre gênero; maior inserção feminina na política; independência pessoal da mulher, com autonomia para viver suas escolhas.

O material *Princípios do empoderamento das mulheres* (2017), elaborado pela ONU Mulheres, define gênero como os atributos conferidos socialmente e culturalmente às pessoas; é uma identidade movente, dinâmica e varia entre as culturas, de acordo com o desenvolvimento de cada sociedade. Quanto à descrição

de sexo, a referência é para as características biológicas que diferenciam os humanos entre homens e mulheres.

A *Internet* e as redes sociais colaboram para que movimentos sejam formados e pensamentos sejam disseminados; e a mídia, como reflexo e reforço dos ideais sociais, ora promove, ora dificulta as aspirações femininas. As estratégias de *marketing* de hoje, por exemplo, são diferentes em relação à última década por conta das novas conquistas femininas. A mulher de antes era retratada como dona de casa, submissa ao homem e seu corpo era utilizado como fonte de prazer em propagandas de cerveja; no presente, outros artifícios de persuasão, os que procuram não ferir os direitos humanos, têm prevalecido.

Assim como a palavra feminismo surgiu de um empréstimo linguístico e passou a ser usada no Brasil para batizar o movimento das mulheres na busca pela emancipação, hoje, muito se fala em protagonismo feminino e em empoderamento, termo que tem como significado, no Brasil, “tomar posse de si”. Destacaremos especificações a respeito dessa expressão em outro capítulo deste trabalho.

No próximo tópico, evidenciaremos algumas mulheres do Brasil e do mundo que foram e são capazes de participar da desconstrução de imagens patriarcais cristalizadas e de impulsionarem novas descobertas, agindo com coragem e modificando a condição social atual. Certamente, nas próximas décadas do século XXI, haverá muitos enfrentamentos, lutas e conquistas e, o que esperamos, é a participação da sociedade como um todo para que a mulher não tenha nenhum direito a menos.

1.3 PERSONALIDADES QUE FIZERAM E FAZEM HISTÓRIA

Embora a história retratada em livros atribuam as principais experiências aos homens, muitas mulheres se destacaram em batalhas, em descobertas, em inovações, em liderança e em outros fatos. Mesmo muitos anos antes de Cristo, é possível constatar a influência da mulher na história por meio de várias rainhas do Antigo Egito, como Cleópatra (69 a.C. – 30 a.C.), grande estrategista em seu governo, com alto nível de conhecimento; e Enheduana (2285 a.C. – 2250 a. C.), uma das primeiras poetisas da história.

Mulheres tiveram a coragem de lutar quando o preconceito contra o sexo feminino predominava e elas não eram consideradas participantes ativas da sociedade. Desde o Brasil colonial, é possível encontrar registros de amazonas que guerreavam bravamente. Bárbara de Alencar, avó do escritor José de Alencar, destacou-se na Revolução Pernambucana de 1817, foi a primeira mulher brasileira política e presa. Maria Quitéria de Medeiros se vestiu de soldado para lutar no combate pela independência do país, e outra mulher a se vestir de homem foi Antonia Alves Feitosa (Jovita), seguindo os passos do irmão, alistou-se como soldado voluntário para lutar na Guerra do Paraguai, mas logo, em 1865, teve sua identidade revelada.

Conforme destaca Wolff (2012), Ana Maria de Jesus Ribeiro, a famosa Anita Garibaldi, também foi uma das grandes combatentes em nosso país, dentre vários outros nomes anônimos a participar de guerras, mulheres que acompanhavam os exércitos para suprir serviços de alimentação, de vestimentas e de cuidados com os soldados feridos. Além de acompanharem os grupos, muitas vezes necessitavam manipular armas e participar ativamente das batalhas. Outra guerreira foi a cangaceira Maria Gomes de Oliveira, ela andava armada e ficou conhecida como Maria Bonita; juntou-se a Lampião em 1929, e foi morta, degolada pela polícia, em 1938.

A enfermeira Ana Nery ganhou sua fama trabalhando com o exército na Guerra do Paraguai, não foi considerada combatente, mas exerceu um trabalho bem estruturado. O Exército modificou sua maneira de recrutamento, no início do século XX, dessa forma, mulheres não poderiam mais participar como soldadas e nem como vivandeiras. Na Segunda Guerra Mundial, em 1942, uma organização feminina passou a ofertar serviços de secretariado e de enfermagem ao exército.

De acordo com Prado e Franco (2012), mais mulheres se envolveram com as questões políticas do século XIX, principalmente durante a Revolução Farroupilha, de 1835 a 1845, Delfina Benigna da Cunha elogiou o imperador em seus poemas; Maria Josefa Barreto manifestou-se contra o revolucionário Bento Gonçalves; Ana Eurídice Baranda fez publicações a favor da liberdade de expressão feminina; Maria Josefa da Fontoura Palmeiro posicionou-se a favor dos farroupilhas. Algumas mulheres tomaram a frente de organizações a favor da abolição dos escravos, destacam-se: Narcisa Amália, Chiquinha Gonzaga, Inês Sabino, Ana Autran, Revocata de Melo, Ana Aurora do Amaral Lisboa, Emília de Freitas, Maria

Amélia de Queiroz, entre outras e, Nísia Floresta, considerada uma das primeiras feministas brasileiras, lutou pelo direito da mulher à educação.

As ações de muitas mulheres mudaram o mundo, transformando ideologias e permitindo que hoje possamos viver com maior respeito e liberdade, mesmo que haja muito para ser alcançado. Esportistas, aviadoras, lutadoras, militantes, astronautas, motociclistas, policiais, dançarinas, médicas, enfermeiras em campos de batalha, mecânicas, entre outras ocupações tiveram suas primeiras estreantes antes de 1940, que certamente sofreram com olhares de reprovação para que hoje as mulheres pudessem escolher livremente a profissão desejada. Inclusive, para a programação da maior tecnologia utilizada atualmente, o computador, a ENIAC (*Eletronic Numerical Integrator and Computer*) contou com a colaboração de uma equipe de mulheres da Universidade da Pensilvânia para os cálculos de programação, em 1945.

A participação das mulheres, seja dentro de casa ou no ambiente de trabalho, seja à frente de batalhas, na arte, na ciência ou na política, sendo criticadas ou idolatradas, todas colaboraram para a mudança do mundo e abriram caminhos, sendo capazes de romper estilos conservadores, enfrentar preconceitos, influenciar nações e direcionar a história. Todas, sem exceção, foram intensas e vitoriosas em suas causas, pois não tiveram medo de enfrentar contratemplos em busca da valorização, sendo protagonistas na trajetória.

Destacaremos neste tópico os nomes de algumas mulheres, principalmente, do nosso país, capazes de influenciar as nações e de provar que a mulher sempre teve poder. Primeiramente, elencaremos os nomes de dez personalidades estrangeiras que tomaram a frente de batalhas e discussões; posteriormente, listaremos os nomes de algumas brasileiras que conquistaram mudanças de valores. Muitas protagonistas não serão aqui citadas, pois nosso objetivo é reunir representantes de áreas distintas.

Angela Merkel

Eleita pela revista *Forbes*, em 2013, como a mulher mais poderosa do mundo e a terceira pessoa mais poderosa do mundo, Angela Merkel é uma política e cientista alemã nascida em 1954, é a primeira mulher eleita pelo parlamento alemão. Desde 2005, ela é chefe do governo (chanceler) e, desde a vida acadêmica, tem se destacado em suas pesquisas e envolvimento como Ministra federal da mulher e

juventude, Ministra federal do ambiente, conservação da natureza e segurança nuclear; também como líder de seu partido político, entre outras ações. Na imprensa, Merkel é referida como “Garota de ferro” em comparação a Margaret Thatcher, a Dama de ferro.

Emma Goldman

Nascida no Império Russo, filha de um pai rude, Emma Goldman (1869 – 1940) não costumava cumprir com as regras estabelecidas. O pai lhe arranhou um casamento, ela contestou e, por isso, teve seus livros queimados por ele, então, fugiu para a América e trabalhou em fábricas por longos períodos diários para receber pouca remuneração. Em Nova Iorque, passou a fazer parte de um movimento anarquista, escrevendo e palestrando sobre a emancipação da mulher, os problemas sociais e a luta sindical. Conforme Schatz (2017, p. 109), Goldman “achava que as pessoas, principalmente as mulheres, deviam poder amar quem quisessem, ter filhos quando quisessem e andar pelo mundo com liberdade”. Ela foi presa várias vezes em razão de motivar a contracepção, a resistência ao alistamento militar e outros tipos de influências, até ser deportada para a Rússia. Nada parou Goldman, ela continuou escrevendo e disseminando suas ideias em suas palestras, artigos e cartas pessoais.

Eva Perón (Evita)

Considerada a “mãe dos descamisados”, tornou-se um emblema da história política da Argentina e do mundo. Evita Perón (1919 – 1952) foi atriz e líder política, atuando como primeira dama da Argentina de 1946 até o dia de sua morte, acometida por um câncer de útero. Não teve uma infância fácil e, após o casamento com o político Juan Domingo Perón, passou a lutar pelos trabalhadores argentinos, complementando a figura do presidente. Evita se envolveu em causas sociais e conquistou muita popularidade em apenas sete anos de atuação, tendo sua história, inclusive, contada pelo filme *Evita* (1996), de produção estadunidense.

Frida Kahlo

A pintora mexicana (1907 – 1954) não era muito conhecida na época em que viveu, somente após alguns anos de sua morte passou a ser reconhecida mundialmente como uma das maiores artistas do século XX. Frida teve sua saúde

comprometida em muitos momentos, quando adquiriu poliomielite na infância e quando sofreu um grave acidente de ônibus na adolescência. Por causa do acidente, ficou por muito tempo acamada, assim, seu pai, que também era pintor, adaptou um cavalete para que pudesse pintar enquanto estivesse deitada. Frida passou a pintar várias obras que remetiam ao seu estado de saúde (autorretratos que mostravam o sofrimento de si mesma). Ela se casou com o pintor Diego Rivera, vivendo um casamento conturbado. Sua morte foi registrada por embolia pulmonar, mas havia algum tempo ela apresentava viver um quadro depressivo.

Indira Gandhi

A primeira mulher a se tornar chefe de governo da Índia, Indira Gandhi (1917-1984) liderou o país por dezoito anos, colaborando com a história do país e sendo reconhecida mundialmente. Ela não possui parentesco com Mahatma Gandhi, herdou o gosto pela política de seu avô e de seu pai, era muito estudiosa e possuía estratégias políticas apuradas. Mesmo em uma sociedade de visão patriarcal, Indira percorreu uma carreira com grandes ações e conquistas para um país de população diversa e muito burocrático, como a vitória em conflitos entre países e o desenvolvimento da indústria nuclear, em 1974. Contra a corrupção, conquistou muitos inimigos que tentaram tirá-la do poder, sendo derrotada em uma eleição e vitoriosa na seguinte. Em uma rebelião, os soldados convocados por Indira morreram em massa, e, como retaliação pelo envio dos soldados, ela foi assassinada.

Malala Yousafzai

Malala é uma paquistanesa nascida em 1997, ganhadora de vários prêmios, dentre eles o Nobel da Paz (a mais jovem a conquistá-lo), em 2014; seu nome é em homenagem a Malalai de Maiwand, uma heroína afgã que foi morta após incentivar os soldados de seu país. A jovem é ativista pelos direitos das mulheres ao acesso à educação, pois, em seu país, as meninas são proibidas de estudar pelos Talibãs, um grupo terrorista. Desde muito nova, ela desempenhava várias ações, inclusive, forneceu informações de sua vida perante um governo radical ao BBC e, após as publicações, mesmo com o uso de um pseudônimo, a história de Malala ficou conhecida mundialmente, ela passou a envolver-se com ONGs e é homenageada em várias esferas pelo mundo.

Malala sofreu, principalmente, após levar um tiro na cabeça de um grupo Talibã; ela tinha apenas quatorze anos e ficou em estado grave, mas se recuperou e nada impediu que continuasse o seu objetivo. Atualmente, ela é autora de um livro – *Eu sou Malala* – e já percorreu o mundo em defesa da paz e da educação, conquistando direitos para os povos de seu país e de toda nação. Ela é a mais famosa adolescente do mundo e, recentemente, em 2017, foi aprovada para estudar na Universidade britânica de Oxford.

Margaret Thatcher

A política britânica Margaret Thatcher (1925 – 2013) foi a primeira mulher a ser Primeira-Ministra do Reino Unido, de 1979 a 1990. Na sua infância, ajudava o pai na mercearia; por ser sempre boa aluna, conseguiu uma bolsa para estudar química na Universidade de Oxford. Na faculdade, já influenciava grupos a condenar a intervenção econômica do governo. Foi selecionada para fazer parte do Partido Conservador e casou-se com Denis Thatcher; a partir de então, fez várias tentativas na carreira política, nem sempre bem sucedidas. Em 1959, foi eleita como membro do Parlamento; em 1961, como Secretária do Estado do Ministério de Pensões e Seguro Social; em 1970, como Ministra da Educação e Ciência; em 1975, como líder da oposição; e, em 1979, como Primeira-Ministra.

A Dama de Ferro, apelido adquirido por sobreviver a uma tentativa de assassinato e por se opor aos sindicatos, sempre foi muito questionadora e decidida e, na tentativa de orientar a economia do país, teve perdas e ganhos, amigos e inimigos; controlou a inflação, conquistou a valorização da moeda e conduziu seu país com sucesso durante a Guerra das Malvinas. A partir de seu segundo mandato, foi se tornando impopular pelo índice de desemprego, perdeu o apoio do partido e renunciou em 1990. Em meados de 2000, passou a apresentar confusão mental; faleceu por consequência de um acidente vascular cerebral.

Maria Montessori

A médica e educadora italiana Maria Montessori (1870 – 1952) sempre foi muito inteligente, aprendeu várias línguas estrangeiras, realizou um curso técnico em engenharia e, sem o apoio do pai, estudou medicina. Ela foi rejeitada por muitas universidades por ser mulher e, quando foi aceita pela Universidade de Roma, não podia participar de todas as aulas em que os meninos estavam inseridos. Após a

formatura, dedicou-se ao trabalho com crianças portadoras de doenças mentais e, aplicando seu método, provou que elas eram capazes de aprender ao serem estimuladas. Maria criou um espaço educacional para crianças que brincavam na rua – a Casa dei Bambini – e percebeu que seu método funcionava com todos os tipos de crianças por meio de atividades lúdicas e da auto-educação, em que o professor tem o papel de aguçar o aprendizado.

Maria viajou o mundo fazendo palestras, foi indicada três vezes para o Prêmio Nobel da Paz e foi a única mulher a aparecer no dinheiro italiano. Até hoje, seus métodos são utilizados em várias escolas do mundo. Conforme Schatz (2017, p. 105), “Maria acreditava que todas as crianças têm a capacidade e o desejo de aprender e que esse espírito devia ser encorajado”.

Marie Curie

Polonesa com naturalização francesa, Marie Curie (1867 – 1934) foi uma renomada cientista com pesquisa em radioatividade. Foi a primeira mulher do mundo a ganhar um Prêmio Nobel e o ganhou por duas vezes, em áreas científicas distintas. Filha de professor, de família humilde, teve dificuldade de acesso ao ensino superior pelo fato de ser mulher; graduou-se posteriormente, em um momento em que passava fome pela dificuldade financeira. Casou-se com um físico e, juntos, realizaram diversas descobertas. Tornou-se a primeira professora mulher na Faculdade de Ciências e na Universidade de Sorbonne; descobriu dois elementos químicos, o polônio e o rádio; fundou centros de pesquisas médicas e muito contribuiu para o avanço da ciência. Sua filha, Irène Joliot-Curie, seguiu seus passos e, juntas, levaram equipamentos portáteis de raio-X para o campo de guerra (Primeira Guerra Mundial), a fim de auxiliarem os médicos. Curie morreu de leucemia, doença gerada por sua exposição à radiação durante seus trabalhos.

Quando Curie tentou se candidatar à Academia de Ciências, não obteve sucesso por ser mulher. Chalita (2005) destaca o protesto de Remy de Gourmont, poeta francês que criticou o fato de as mulheres serem barradas no ingresso à Academia, ressaltando o quão irônico era o fato de discutirem as propriedades do rádio em portas fechadas, enquanto sua descobridora aguardava do lado de fora. Só mais tarde Curie foi convidada a participar da Academia.

Michelle Obama

Advogada e escritora norte-americana, Michelle Obama, nascida em 1964, foi a 46ª primeira-dama dos Estados Unidos. Ela trabalhou em uma firma de advocacia onde conheceu seu esposo, Barack Obama, e envolveu-se em atividades comunitárias da Universidade de Chicago. No princípio, não era a favor de o marido concorrer à presidência, porém, auxiliou-o na campanha na medida do possível, sempre inserindo suas filhas em seus compromissos. Excelente oradora, a primeira afrodescendente a ocupar o cargo de primeira-dama foi considerada a mulher mais bem vestida do mundo e seu índice de popularidade é altíssimo. Michelle tomou várias iniciativas em projetos sociais e educacionais direcionados aos jovens e também às mulheres, dentre elas, o programa *Let's girls learn*; é comum em seus discursos utilizar-se da educação como prioridade e impulsionar a liderança feminina.

O Brasil, em sua relevante história de mulheres, tem muito a se orgulhar. De mulheres que fizeram diferença nos limites do lar e fora dele, compondo, dançando, manifestando ou lecionando foi possível alcançar a Presidência da República; Dilma Rousseff, nascida em 1947, liderou o nosso país de 2011 a 2016. A economista do Partido dos Trabalhadores (PT), desde 1964, posicionou-se de esquerda e lutou contra o regime militar, o que a fez ficar detida por dois anos; a partir de 1980, ela teve vários cargos políticos até ser escolhida pelo PT (Partido dos Trabalhadores) para se candidatar como chefe do Estado. Dilma foi eleita e reeleita, até que, em 2016, foi afastada da presidência por um processo de *impeachment* e retirada do cargo no mês de agosto do mesmo ano.

Pintoras, professoras, aviadoras, deputadas, escritoras, engenheiras, cantoras, atrizes, sambistas, ambientalistas, médicas, advogadas, jogadoras de futebol, estilistas, historiadoras, brancas e negras, ricas e pobres, todas, com objetivos e coragem, venceram estereótipos e proporcionaram um legado inspirador. Anita Malfatti, Anália Franco, Antonieta de Barros, Cora Coralina, Carmen Portinho, Carolina Maria de Jesus, Dandara, Hilda Hilst, Hipólita Jacinta Teixeira de Melo, Marta Vieira, Nair de Teffé, Rachel de Queiroz (a primeira mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras, em 1977), Tarsila do Amaral, Zélia Gattai, Zuzu Angel são algumas das importantes guerreiras do nosso país que não se calaram e, em sua área, destacaram-se e provaram ser possível lutar por seus ideais. Dessas

citadas, não aprofundaremos em suas biografias, consideraremos outras brasileiras nomeadas a seguir.

São muitos os nomes que fizeram e vêm fazendo história, na verdade, todas as mulheres que lutam por melhores condições, todos os dias, são consideradas vitoriosas, pois não viram limitação onde, por algum motivo, alguma barreira lhes foi imposta pela sociedade. Não é possível listar todas as mulheres, essa relação seria infinita, então, elencaremos os nomes de algumas brasileiras, de diferentes áreas de atuação, que quebraram paradigmas e mostraram coragem em diferentes épocas da nossa história.

Anita Garibaldi

Conhecida como “Heróina dos dois mundos”, Ana Maria de Jesus Ribeiro, a famosa Anita Garibaldi (1821 – 1849), mostrou, em seu pouco tempo de vida, muita força, autonomia e determinação. Desde muito nova, ela demonstrava atitudes de valentia e de liberdade e, obrigada pela família, casou-se aos quatorze anos, casamento infeliz que durou apenas quatro anos, época em que o italiano Giuseppe Garibaldi chegou em Santa Catarina durante a Revolução Farroupilha, em 1839. A paixão entre os dois foi intensa e Anita acompanhou o guerreiro a partir de então.

Anita passou por várias batalhas, cuidando de feridos, atirando com armamentos até ser presa, mas usou da sabedoria e fugiu. Em uma segunda vez que se viu em uma situação de risco, ela também fugiu, mas, dessa vez, com um filho nos braços. Em 1841, o casal decidiu se casar no Uruguai e tiveram mais três filhos; ao chegarem na Itália, foram aplaudidos pela população. Anita não parou por aí, continuou acompanhando Garibaldi nas batalhas e, por causa de grande esforço físico e da desnutrição, faleceu grávida, nos braços de seu esposo, que precisou fugir e, somente após dez anos, pôde voltar para buscar o corpo. O nome de Anita está estampado por ruas e cidades do Brasil e da Itália em homenagem à grande e destemida guerreira.

Bertha Lutz

Na época em que as mulheres pediam autorização para o marido para sair de casa, Bertha Maria Júlia Lutz (1894 – 1976) lutava pelo sufrágio e foi considerada uma das feministas mais importantes do Brasil. Seus pais eram influentes e enviaram-na para Paris a fim de estudar biologia; quando ela retornou

ao Brasil, em 1918, trouxe relevantes conhecimentos biológicos, e também feministas; afinal, na época, a Europa estava agitada com o movimento sufragista. Conforme Souza e Cararo (2017, p. 72), para Bertha, “as mulheres não só precisavam ter direito ao voto e aos cargos políticos, mas também ao trabalho e à educação, para se livrar da dependência dos homens”.

Além de disseminar ideias feministas e organizar grupos de mulheres, ela se preocupava com a qualidade do ensino, lutava por melhores condições de trabalho e foi a segunda brasileira a ter um cargo público; devido aos seus famosos estudos sobre anfíbios, ingressou no Museu Nacional. Bertha foi uma das idealizadoras e líder da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), criada em 1922; muitas foram as movimentações da Federação para a conquista do voto, que a princípio foi negado, mas em fevereiro de 1932, Getúlio Vargas decretou permitido o voto feminino facultativo. A FBPF continuou a busca por novos progressos, principalmente, na área trabalhista e no direito a gestantes e mães; por ser suplente de um deputado federal, assumiu o cargo por pouco tempo e tentou novas vitórias. Nem tudo ocorreu conforme Bertha idealizou, pois, após a instituição do Estado Novo, o Congresso não atuava mais.

Deve-se ao ativismo de Bertha os direitos conquistados hoje. Ela viajou o mundo buscando novas ideias e disseminando seus ideais, participando de conferências e sendo homenageada em muitas situações. A feminista faleceu em um asilo no Rio de Janeiro. Atualmente, a Universidade de Brasília disponibiliza uma página *on-line* de pesquisa, o *Museu Virtual Berta Lutz*, e uma das espécies de anfíbio leva o seu nome, *Aplastodiscus lutzorum*.

Chiquinha Gonzaga

Pianista, compositora e maestrina, Chiquinha Gonzaga (1847 – 1935) foi a primeira regente de orquestra do país, defensora da libertação dos escravos e autora da primeira marcha carnavalesca *Ó Abre Alas*. Sua vida foi repleta de lutas e vitórias, seu espírito ativo não se deixou abalar em momentos de dificuldade e sempre foi ousada em suas decisões. Na infância, estudou com a elite e se apaixonou pela música; os pais lhe arranjaram um casamento, que não vingou, pois o marido a proibia de conviver com a música, culminando no divórcio, atitude que garantia punições na época, mas Chiquinha escolheu sua carreira, mesmo com três

filhos. Viveu outra paixão, com quem teve outra filha, mas a sociedade a pressionava e o relacionamento não deu certo.

Chiquinha foi proibida de ver a filha, então, passou a viver de música, mudou-se para uma casa simples e envolvia-se nas composições, apresentações e aulas particulares, para isso, foi necessário enfrentar muito preconceito, pois não era comum a mulher participar da vida pública na sociedade, principalmente pelo fato de seu estilo de música (maxixe, forrobodó) despertar comentários negativos. Mas, com o tempo, a partir de 1910, a compositora já era reconhecida nacionalmente e passou a viajar para o exterior a fim de divulgar seu trabalho. Nessas viagens, um grande amor a acompanhava, ele era trinta e seis anos mais novo que Chiquinha, por isso o romance não foi assumido; foi nos braços dele que a grande pianista faleceu, aos oitenta e sete anos. Seu nome jamais será apagado e, hoje, o Dia Nacional da Música Popular Brasileira é comemorado na data de seu aniversário.

Clarice Lispector

Escritora condecorada com vários prêmios, Clarice Lispector (1920 – 1977) não é nascida no Brasil, mas foi naturalizada e se declarava brasileira. Coursou direito e consagrou-se no jornalismo, começou a trabalhar como redatora de alguns jornais famosos do Rio de Janeiro na década de 1940. Foi casada com um diplomata e, por isso, viajou por vários países, mas o relacionamento não deu certo e ela passou a morar definitivamente no Rio de Janeiro com seus dois filhos. Clarice foi uma das escritoras mais influentes do século XX e despertava muitas críticas por conta de sua forte personalidade, e declarava: “Liberdade é pouco. O que eu desejo ainda não tem nome”. Um incêndio em sua casa, provocado pelo cigarro, quase tirou a vida da escritora e a deixou, por dias, debilitada. Seu falecimento, com cinquenta e seis anos, foi ocasionado por um câncer de ovário; suas obras, muito influentes, continuam vivas no Brasil e, também, em outros países. Em homenagem, há uma estátua da escritora na praia do Leme, no Rio de Janeiro, e outra em uma praça, no centro de Recife.

Laudelina de Campos Melo

Atualmente, as empregadas domésticas possuem direito à Carteira de Trabalho e à Previdência Social graças ao esforço inicial de Laudelina de Campos Melo (1904 – 1991). Laudelina era filha de afrodescendentes e nasceu logo após a

abolição da escravatura. Ela não conseguiu prosseguir por muito tempo com os estudos, pois precisou trabalhar desde criança para ajudar a família, mas sempre esteve incomodada com a maneira como tratavam os negros. Na adolescência, trabalhava como doméstica e participava de uma associação cultural para os negros; na juventude, mudou-se para São Paulo, casou-se, teve filhos e continuou trabalhando como doméstica. Em Santos, em 1936, ela fundou a Associação de Empregadas Domésticas, a primeira do Brasil. Assim, filiada a um partido político, lutou por direitos, assistências e sindicatos para todas as domésticas do país, resultando em determinadas leis para trabalhadoras.

Leila Diniz

A atriz carioca Leila Diniz (1945 – 1972) foi defensora da liberdade, não apenas tinha ideias, ela as colocava em prática. A atriz faleceu cedo, aos vinte e sete anos, vítima de um acidente aéreo; mas, mesmo com o pouco tempo de vida, tornou-se ícone do comportamento sexual e da liberdade. Leila rompeu com muitos padrões de sua época, usou biquíni na praia enquanto estava grávida, falava palavrões desenfreadamente e, ao lecionar em uma escola infantil, escandalizou os pais por defender a liberdade. Ela foi casada com um cineasta e atuou em peças teatrais e em novelas; após o fim do casamento, relacionou-se com outro cineasta com quem teve uma filha. Leila sempre exibiu seu bom humor e mesmo com críticas e perseguições dos conservadores, não deixou de falar o que pensava. Ela possuía um diário, que inclusive foi encontrado no local da queda do avião com um texto que escrevia durante o voo. Leila rompeu alguns tabus com as suas atitudes e se tornou símbolo da revolução feminina.

Leolinda Daltro

Sufragista e indigenista, Leolinda Daltro (1859 – 1935) questionou situações e reclamou por direitos das mulheres e dos índios. Mãe de cinco filhos, ela lutava pela educação para os índios e pela permanência de sua cultura. Leolinda foi fortemente criticada pela sociedade, principalmente por ser a favor do divórcio; ela fundou o Partido Republicano Feminino, na década de 1910, para lutar pelo direito ao voto da mulher; insistiu em passeatas com suas alunas, espelhando-se nos gestos das sufragistas inglesas. A ativista faleceu em 1935, pouco tempo após a conquista pelo direito ao voto, vítima de um acidente de carro.

Luz Del Fuego

Luz Del Fuego é o nome artístico de Dora Vivacqua (1917 – 1967), uma atriz, dançarina, naturista e feminista, considerada a primeira nudista do Brasil. Ela contribuiu notoriamente para a emancipação feminina, foi famosa por domar serpentes e pelas suas representações no teatro, quase nua, na maioria das apresentações. Lutou ativamente pela liberdade de expressão e contra preconceitos; foi duramente criticada, reprimida, intimada e multada por ser considerada rebelde e imoral. Chegou a ser internada em um manicômio e depois reatou um antigo relacionamento, que não durou, pois ele a impedia de dançar. Após visitar vários países mostrando suas performances, fundou o Clube Naturalista Brasileiro na Ilha do Sol, onde morava, e lá foi assassinada, aos cinquenta anos, por dois pescadores.

Lygia Fagundes Telles

Uma das maiores escritoras brasileiras, nascida em 1923, Lygia Fagundes Telles foi a primeira mulher do Brasil a ser indicada para o prêmio Nobel da Literatura, em 2016. Em suas obras, além de incentivar que a mulher seja destemida, versa sobre o amor, a morte, a loucura, os medos, utilizando como principal recurso a sinestesia. Desde criança, era interessada em literatura e, em 1946, ingressou na Academia de Letras da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. A autora já ganhou diversos prêmios e honras, nacionais e internacionais, por suas obras e ocupou, com posse em 1987, a cadeira número dezesseis da Academia Brasileira de Letras. Aos noventa e dois anos, em novembro de 2015, a escritora foi homenageada no Encontro Mundial de Invenção Literária e, ao discursar, contou sobre a dificuldade de cursar Direito em um ambiente composto, predominantemente, por homens e, conforme Rodrigues (2015) relata no jornal Estadão, a escritora disse: “Eu queria mostrar que a mulher, no Brasil, não precisava ser rainha do lar. Queria dizer que ela pode segurar a tocha da coragem e do desejo de mostrar a igualdade entre homens e mulheres”.

Maria da Penha

Farmacêutica e bioquímica, Maria da Penha Maia Fernandes, nascida em 1945, começou a relacionar-se com Marco Antonio Heredia Viveros, um colombiano, quando ele esteve em São Paulo cursando o seu mestrado. Casaram-se e tiveram três filhas. Com o tempo, o marido tornou-se agressivo com ela e com

as crianças, mas disfarçava esse comportamento na presença de outras pessoas. Maria tentou se separar amigavelmente, mas não conseguiu; ela tinha medo de procurar a justiça e causar mais violência, temia pelas filhas. Em 1983, enquanto ela dormia, Marco Antonio atirou em suas costas, deixando-a paraplégica; a versão para a polícia foi de um assalto. Ao recuperar-se, ela voltou para casa e passou a ser aprisionada pelo marido, que tentou matá-la novamente, dessa vez, eletrocutada.

Maria da Penha esperou que o marido viajasse para sair de casa com suas filhas e tentou muitas alternativas para mantê-lo na cadeia, foi difícil, pois o crime era considerado passional e com pena mínima. Em sua luta, ela escreveu um livro com sua história, em 1994 – *Sobrevivi...posso contar*. O fato repercutiu até à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), inclusive, com isso, o Brasil foi condenado pela OEA por não promover, de forma eficaz, a segurança para a mulher. Assim, o país tomou iniciativas para a redução da violência de gênero e a Lei Maria da Penha foi aprovada em 2006. Atualmente, Maria da Penha e suas filhas lideram o Instituto Maria da Penha e, em 2016, ela foi ovacionada quando carregou a tocha dos Jogos Olímpicos em Fortaleza.

A **Lei Maria da Penha** (Lei nº 11.340) entrou em vigor, em 22 de setembro de 2006, a fim de aumentar o rigor das punições sobre crimes domésticos e familiares praticados contra mulheres; a lei ampliou o tempo de detenção para o agressor e possibilitou que ele seja removido da residência ou mantenha distância da parceira. A denúncia da mulher deve ser feita no núcleo de apoio de sua cidade ou região; a lei permitiu que a taxa de homicídio doméstico diminuísse, mas muitas mulheres ainda têm receio de denunciar por medo de sofrer represália posteriormente. A Lei colaborou para a redução do número de violência doméstica, mas ainda é preciso que as políticas públicas e a proteção à mulher, após a denúncia, sejam mais efetivas.

Maria Quitéria de Jesus Medeiros

A primeira soldada mulher do Brasil ocupou este cargo no século XIX. Maria Quitéria (1792 – 1853) cortou os cabelos, vestiu-se de homem e se alistou para a Guerra da Independência, em 1822, apresentando-se como soldado Medeiros, sendo aceita para a artilharia. Mesmo após ser descoberta como mulher, foi mantida na tropa por ter bom desempenho e disciplina; a partir de então,

participou de diversas batalhas. Maria Quitéria foi elevada ao posto de cadete e honrada com o direito de portar espada; ela também recebeu do próprio D. Pedro I a condecoração de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro. Maria Quitéria tornou-se inspiração para muitos na época, tanto que passou a ser comparada com Joana d'Arc. A primeira militar brasileira faleceu aos sessenta e um anos.

Nise da Silveira

O tratamento para esquizofrênicos atualmente é muito diferente de como era realizado em 1930, graças a Nise da Silveira (1905 – 1999), médica psiquiatra que lutou contra formas agressivas do tratamento psiquiátrico (lobotomia, eletrochoque, insulinoaterapia) em uma época em que a maioria dos médicos era homens e apoiava essas técnicas controversas. Nísia foi a única mulher de sua turma na Faculdade de Medicina da Bahia; na juventude, mudou-se para o Rio de Janeiro com seu marido – o único até o dia de sua morte – e passou a trabalhar em hospitais psiquiátricos. Depois de sua prisão, por ser leitora de livros marxistas, retomou suas atividades como médica e passou a trabalhar no Centro Psiquiátrico Nacional de Engenho de Dentro, hoje chamado Instituto Municipal Nise da Silveira.

No hospital, pelo fato de ir contra o tratamento com eletrochoque e de lobotomia, Nise foi transferida para o setor de terapia ocupacional, onde não havia necessidade da presença de um médico. Não foi um momento fácil, mas, como boa aluna de Carl Jung e seguidora dos estudos do inconsciente, fez da oportunidade um grande trabalho; envolveu os clientes (assim ela denominava os pacientes) em atividades artísticas e em convivência com animais pequenos, assim o quadro de saúde dos internados foi apresentando melhoras significativas. Em 1949, foi feita a primeira mostra de arte de seus clientes, o que levou os nomes de alguns deles a serem reconhecidos mundialmente. A médica também é autora de vários livros e recebeu diversos prêmios e condecorações.

Nísia Floresta

O nome verdadeiro da educadora e escritora é Dionísia Pinto Lisboa, mas adotou o pseudônimo de Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810 – 1885) por vários motivos: Floresta por ser o nome do sítio onde nasceu, Brasileira por sua devoção ao país e Augusta como homenagem ao seu segundo marido. Nísia Floresta, em pleno início do século XIX, foi uma das primeiras brasileiras a lutar fervorosamente

pela educação das mulheres, pelos indígenas, pela abolição da escravidão, entre outras questões. A família de Nísia possuía boas condições financeiras; mudou-se para Goiana ainda em sua infância e com treze anos teve um casamento arranjado, que não deu certo; com dezenove anos uniu-se ao seu verdadeiro amor e com ele teve dois filhos. Ela já escrevia e, em 1832, publicou o seu primeiro livro – *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, tradução de uma obra da escritora inglesa Mary Wollstonecraft. Depois de perder o pai e o companheiro, mudou-se para o Rio de Janeiro, lá fundou uma escola para meninas para ensinar além do que era oferecido na época. A partir de 1940, seus métodos eram divulgados em artigos, jornais, e muitos livros de sua autoria foram publicados. Nísia faleceu de pneumonia durante a época em que viveu na Europa e hoje a cidade em que nasceu, no Rio Grande do Norte, tem o seu nome.

Pagu

Pagu é o mais conhecido dos vários pseudônimos da desenhista, escritora, jornalista e militante Patrícia Rehder Galvão (1910 – 1962). Em sua juventude, arriscou-se várias vezes para lutar pelos seus ideais, sendo presa mais de uma vez e ameaçada de morte. Desde criança, tinha comportamentos considerados “masculinos” e como desenhava bem, passou a ilustrar o jornal do seu bairro na adolescência. Com dezoito anos, começou a frequentar a turma de modernistas, época do manifesto antropófago lançado por Oswald de Andrade e, por causa de seus desenhos, auxiliou na elaboração da Revista de Antropofagia. Quando Oswald se separou de Tarsila do Amaral, casou-se com Pagu, em 1930; juntos tiveram um filho e começaram a participar do Partido Comunista Brasileiro. Pagu foi presa por envolver-se em uma organização de estivadores e, após sua soltura, escreveu algumas obras na companhia do marido e do filho. Em 1934, foi para a Europa e filiou-se ao Partido Comunista Francês, sendo presa em uma manifestação e deportada. Separou-se de Oswald, foi presa novamente por causa de suas opiniões no jornalismo, meio em que trabalhava, e decidiu, dali para frente, apenas escrever poemas e peças de teatro. Casou-se novamente e, após algumas tentativas de suicídio, morreu de câncer aos cinquenta e dois anos.

Zilda Arns

Encerraremos nossas descrições a respeito de nossas guerreiras com o nome de Zilda Arns (1934 – 2010), a médica pediatra que transformou a imagem da desnutrição infantil e replicou seus conhecimentos a muitos voluntários. Zilda foi uma das seis mulheres que cursaram medicina na Universidade Federal do Paraná, no ano de 1953, em uma turma de cento e quatorze homens. Ela teve cinco filhos e o esposo era participativo, dessa forma, ela pode seguir com suas especializações. Com a morte repentina do marido, Zilda precisou trabalhar, também, no período noturno e atendia a comunidade em sua casa, muitas vezes sem cobrar. Ficou muito conhecida pela campanha contra a poliomielite e, então, fundou, em 1983, a Pastoral da Criança; Zilda treinou muitos voluntários para colaborar com o projeto sobre cuidados simples, nutrição, vacinação, amamentação, entre outros. O projeto excedeu o território nacional e, então, ela fundou a Pastoral da Pessoa Idosa, em 2004. A médica conquistou diversos prêmios nacionais e internacionais, títulos de cidadã honorária no país e algumas indicações ao Nobel da Paz. Quando estava no Haiti, em 2010, discursando sobre a implantação da Pastoral, faleceu ao ser atingida por uma parte do teto da igreja onde estava, por conta de um terremoto. Um de seus filhos, Nelson Arns Neumann, coordena, atualmente, a Pastoral da Criança.

Concordamos com Perrot (1992, p. 187) quando menciona: “o que importa reencontrar são as mulheres em ação, inovando em suas práticas, mulheres dotadas de vida, e não absolutamente autômatas, mas criando elas mesmas o movimento da história”. O resumo a respeito da vida de algumas mulheres é inspirador e mostra a real participação histórica, a autonomia e o protagonismo. Algumas foram/são consideradas feministas, outras, mostraram sua coragem mesmo antes do surgimento da palavra “feminismo”. Com isso, o próximo tópico focaliza o termo “feminismo” e como alguns movimentos específicos se desenvolveram e vêm expressando a igualdade entre homens e mulheres.

1.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE FEMINISMO

Não há uma definição pontual para “feminismo”, há suporte no passado e também se constrói no dia a dia, com modificações, contestações, regressos e progressos. O movimento feminista não pode ser considerado uma organização

única, pois ele é de ampla extensão, seja em grupos grandes ou pequenos, demonstrando a vivência particular de cada mulher. Um movimento não apenas formado para ir às ruas e protestar, e, sim, visto no cotidiano de cada mulher, em todas as áreas em que ela esteja e tenha relações interpessoais. Segundo Blay (2017, p. 96), “os feminismos vieram atuar em espaços historicamente construídos e tiveram de desconstruir ideologias que desumanizavam, em geral, as mulheres”.

Para as autoras Goldenberg e Toscano (1992), o feminismo não existiu desde sempre, mas também não há uma data certa para o seu início e não pode ser considerado uma rivalidade entre os sexos. Mesmo que durante todo o período da humanidade tenha presença de mulheres e homens com ideias feministas, somente a partir do século XVIII, na Europa Ocidental, com a corrida industrial e com a Revolução Francesa, houve um movimento feminista organizado. Olympe de Gouges⁶ foi quem, em 1791, propôs a “Declaração dos direitos da mulher cidadã”, que tentava posicionar a mulher no mesmo nível de direitos do homem. Outro destaque da época é a literatura feminista da inglesa Mary Wollstonecraft.

No século XIX, o feminismo se fortaleceu nos movimentos operários, dessa forma, surgiram associações de mulheres revolucionárias, proporcionando às mulheres alguns direitos, mesmo com contestações masculinas. Segundo Gondenberg e Toscano (1992, p. 19), “a dupla jornada, a precariedade das leis de proteção à maternidade e a superexploração da força de trabalho feminina eram algumas das discriminações que as mulheres sofriam”. Socialistas e marxistas tiveram importante papel no que se refere à colaboração nas reivindicações femininas. De acordo com as autoras (1992), o socialismo acrescentou evolução na situação da mulher, mas ainda não garantiu sua igualdade com o homem o que, segundo as autoras, ainda não aconteceu em nenhuma sociedade.

Em 1848, ocorreu a primeira convenção dos direitos da mulher em Nova Iorque e, posteriormente, mulheres da Inglaterra começaram uma movimentação para a conquista do voto feminino, em 1865, manifestação atrelada à garantia de maiores chances de aproximação em áreas como educação, trabalho e proteção à maternidade. O direito foi concedido às inglesas em 1928. A movimentação durou por anos, com passeatas, prisões, greves e, até mortes. Na França, devido ao

⁶ Olympe de Gouges, autodidata, dramaturga, ativista política, feminista e abolicionista francesa, foi acusada por não viver os atributos de seu próprio sexo e, então, presa e guilhotinada em 1793.

feminismo estar marcado pelas doutrinas socialistas, a mobilidade pelo voto foi mais tardia, em 1944, ao fim da Segunda Grande Guerra.

Oito de março é, mundialmente, a data para comemoração do dia da mulher, dia que simboliza toda luta pela paz e pela democracia. A data de homenagem foi proposta pela alemã Clara Zetkin⁷, na Conferência Internacional da Mulher Socialista, em Copenhague, em 1910. O dia oito de março foi escolhido por causa da luta das mulheres de uma indústria têxtil de Nova York por melhores condições de trabalho em 1857, resultando em tragédia com incêndio e várias mortes.

A maioria dos homens e a Igreja não compreendiam a ideia feminista de que as mulheres não pretendiam exterminar a família, por isso, eram opostos às manifestações e buscavam atender as mulheres em poucos assuntos, apenas na tentativa de controlá-las. Os movimentos sociais, mesmo o feminista, ficaram fracos com a crise econômica dos anos 1930 e com o início da Segunda Grande Guerra, em 1939. Devido aos acontecimentos, uma nova sociedade estava para nascer.

As manifestações das mulheres dos séculos XVIII e XIX foram consideráveis e colaboraram para conquistas futuras, mas ainda não se conceituavam como *feministas*, termo que teve início na década de 1960. O feminismo já era identificado nos séculos anteriores, mas, como estudo na área acadêmica, efetivou-se em 1970. A história do movimento feminista é dividida em três partes: a **primeira onda**, séculos XIX e XX, com principal referência ao sufrágio feminino; a **segunda onda**, a partir da década de 1960, com as lutas pela igualdade para as mulheres em diversas áreas; e a **terceira onda**, a partir de 1990, como continuação entre debates e conquistas por temas vigentes.

Por empréstimo da palavra francesa *féminisme*, o termo *feminismo* surgiu nos Estados Unidos, como menção aos movimentos de luta de mulheres por direitos, nos anos 1960. Etimologicamente, Perrot (2007) ressalta ser proveniente do uso do escritor francês Alexandre Dumas Filho, em 1872, com um tom crítico em relação ao homem “efeminado”. Após a apropriação do termo, associando-o à forma de organização social das mulheres, tomou-se o sufixo “-ismo” atribuído à ideia de participação ativa por uma crença, um movimento; ligado ao radical “feme-”,

⁷ Clara Josephine Zetkin, alemã, jornalista e política marxista, personalidade do feminismo, foi exilada e logo faleceu, em 1933.

atribuído à pessoa do sexo feminino, e obteve-se o significado: atitude de pessoas do sexo feminino.

O feminismo não considera a mulher mais poderosa do que o homem, mas luta pela igualdade de direito entre os gêneros; o “femismo” seria o oposto de machismo, enfatizando a predominância da mulher sobre o homem e o regime matriarcal, mas não é o caso nas discussões dos movimentos feministas. Conforme definido no material elaborado pela ONU Mulheres – *Princípios do empoderamento das mulheres* (2017, p. 25), feminismo

refere-se aos movimentos ou conjuntos de pensamentos político, filosófico e cultural que defendem a igualdade de direitos entre os homens e as mulheres. Muitas vezes, são alvo de conotações pejorativas, por se entender que se trata do contrário de machismo. No entanto, diferente do machismo, que prega a superioridade do homem sobre a mulher, o feminismo prega a igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres.

No Brasil, a história da mulher enquadra-se na história das minorias por conta das repressões e do patriarcado instalado desde o período colonial (1500 a 1822). Conforme Goldenberg e Toscano (1992), o movimento feminista brasileiro não só foi um reflexo das sociedades da Europa e dos Estados Unidos, mas também teve suas próprias características ligadas à colonização. A escravidão e a Igreja foram fortes influências para o nascimento da sociedade conservadora em nosso país. O movimento feminista surgiu, na segunda década do século XX, para requerer o direito ao voto.

No final do Segundo Império, as relações internacionais foram intensificadas e, dessa forma, ideias feministas foram trazidas da Europa ao Brasil e conduzidas pela bióloga Bertha Lutz. Com um turbilhão de ideias entre as duas Grandes Guerras, criação do partido comunista, Semana da Arte Moderna, Tenentismo, entre outros eventos, Bertha Lutz, em São Paulo, criou a Liga pela Emancipação Feminina, que, em 1922, mudou de nome para Federação Brasileira para o Progresso Feminino.

Aos poucos, com a influência de ideais internacionais, da literatura, do rádio e do cinema, o feminismo tornou-se mais presente, determinando, assim, a conquista de direito ao voto, em 1932; e a legislação trabalhista de proteção ao trabalho feminino, de 1932 e de 1943. Nesse período, surgiram organizações a fim de argumentar a participação social da mulher e sua emancipação. A intenção era, apenas, garantir espaço e direitos harmonicamente.

Por maiores que fossem as resistências masculinas em ceder terreno às mulheres, as mudanças iam acontecendo, mais lentas do que se esperava, é verdade, mas atingindo um universo cada vez mais amplo e afetando diferentes instâncias da sociedade e da família (GOLDENBERG; TOSCANO, 1992, p. 28).

A luta continuou e muitos eventos marcaram história e repercutiram mundialmente, como, por exemplo, as queimas de sutiãs em praça pública nos Estados Unidos, contra a realização do concurso Miss América e determinados padrões de beleza. Outro episódio marcante foi a obra de Simone de Beauvoir, *O segundo sexo*, editado pela primeira vez, na França em 1949, com temas capazes de demonstrar que a mulher é o “segundo sexo” devido aos desencadeamentos históricos e sociais. Beauvoir (1980, p. 449) fez uma crítica à educação dada às meninas, quando comparadas a princesas à espera de um amor que as proteja, renunciando, assim, à sua autonomia; a autora também faz considerações a respeito da independência financeira, tratando o voto como um evento importante para elevar a categoria da mulher, mas tomando o trabalho como responsável por minimizar a distância que a separa do homem, pois “só o trabalho pode assegurar-lhe uma liberdade concreta”.

Enquanto não houver uma perfeita igualdade econômica na sociedade e enquanto os costumes autorizarem a mulher, como esposa ou amante, a aproveitar-se dos privilégios de certos homens, o sonho de um êxito passivo continuará e ela freará suas próprias realizações (BEAUVOIR, 1980, p. 108).

No Brasil, a obra a respeito da situação feminina surgiu em 1967, *A mulher na construção do futuro*, de Rose Marie Muraro⁸. Outros clássicos literários foram publicados, como: *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* (1976), da professora universitária Heleieth Saffioti; a tradução de *A mística feminina* (1963), da americana Betty Friedan; e *Mulher, objeto de cama e mesa* (1974), da jornalista Heloneida Studart. Todas as obras foram bastante comentadas, discutidas e contestadas. O discurso dos conservadores era de que a mulher feminista era feia, mal amada, lésbica ou prostituta.

A partir de 1960, o novo feminismo discutia questões políticas, econômicas e educacionais, com mulheres indo às ruas por lutas diversas e estando cada vez mais presentes em espaços públicos. Os novos grupos reuniam-se para

⁸ Rose Marie Muraro, carioca nascida em 1930, física, deficiente visual, autora de mais de quarenta livros de temas feministas polêmicos e revolucionários. Faleceu em 2014, vítima de câncer.

refletir a respeito de variados assuntos e o objetivo era que cada mulher levasse mais uma mulher, assim o grupo ia crescendo e se multiplicando.

As revistas femininas costumavam abordar temas como moda, beleza, corte, costura e culinária, a partir dos anos 1960, passaram a apresentar matérias diferenciadas devido ao impulso da jornalista Carmen da Silva que, segundo Gondenberg e Toscano (1992), escreveu, de 1963 até 1985 (ano de sua morte), a coluna *A arte de ser mulher* na revista *Claudia*, incitando a mulher a questionar seu papel; seus textos evidenciavam questões femininas, defendendo a autonomia da mulher e a luta por seus direitos. Carmen também respondia cartas de leitoras que desabafavam seus problemas na vida conjugal. Silva (1966), em sua obra que reúne algumas das polêmicas fomentadas por meio de suas colunas na revista, argumenta que a mulher deve ser protagonista de sua vida e não, apenas, uma sobrevivente.

Na década de 1970, o movimento feminista ficou ainda mais forte, com grupos, pesquisas, debates e mais organizações. Alves e Pitanguy (1981, p. 59) organizam quatro categorias para explicar as reivindicações básicas das mulheres de vários países nessa década:

a) Sexualidade e violência: denúncias sobre a manipulação do corpo da mulher, em situações em que o governo decide sobre sua reprodução (procriação, contracepção); da violência a que é submetido (espancamentos, estupros); do direito de escolher pelo prazer sexual sem optar pela maternidade.

b) Saúde: criação de clínicas de saúde e grupos de autoajuda para trazer informações às mulheres sobre as funções de seu corpo, doenças venéreas e sexualidade.

c) Ideologia: denúncias dos conceitos de “masculino” e “feminino” em desigualdade entre “superior” e “inferior”, ideologia transmitida pela mídia, pela família, pela religião, pela escola, entre outros.

d) Formação profissional e mercado de trabalho: desmistificar atividades que sejam adequadas ou inadequadas para a mulher, garantindo oportunidades no mercado de trabalho e salários, funções e direitos equiparados aos dos homens. Que os afazeres domésticos sejam práticas tanto do homem quanto da mulher, para que a mulher, sozinha, não tenha dupla jornada.

Segundo Goldenberg e Toscano (1992), no início dos anos 1970, no Brasil, surgiu o Conselho Nacional de Mulheres, liderado pela advogada carioca Romy Medeiros da Fonseca. A organização conseguiu a aprovação de uma lei que eliminasse qualquer discriminação contra a mulher casada, que era considerada

incapaz; e realizou um congresso em 1972, no Rio de Janeiro, para discussão de temas polêmicos. As lutas do conselho resultaram em pontos integrados ao Código Civil, como a igualdade entre os sexos no casamento e o divórcio instituído oficialmente. Nessa época, as organizações eram cuidadosas por conta da ditadura, que não aprovava nenhum tipo de reunião fechada. Segundo Blay (2017, p. 81), “a atuação de Romy remonta ao impulso que ela deu à legislação que libertou a mulher casada da dominação legal do marido – o qual tinha até então de dar autorização caso ela quisesse trabalhar, viajar, ou exercer qualquer atividade pública”.

Um dos grupos feministas formados em São Paulo, em 1972, era composto por mulheres cultas que traziam informações de grupos feministas de outros países, nomes como Maria Odila Leite da Silva, Célia Sampaio, Beth Mendes e Marta Suplicy participavam do grupo. No mesmo ano, no Rio de Janeiro, Branca Moreira Alves organizou um grupo de consciência e reflexão e um dos assuntos mais polêmicos era a sexualidade feminina, apagando a ideia de que o corpo da mulher servia apenas para a maternidade, mas, principalmente, para sentir prazer. A partir desses grupos, vários outros foram iniciados em outras cidades e estados do Brasil, com o objetivo de aumentar a solidariedade e a autoestima das mulheres.

De acordo com Pedro (2012), a partir de 1975, vários centros da mulher passaram a existir, um deles sediado no Rio de Janeiro, o Centro da Mulher Brasileira, teve Rose Maria Muraro como principal incentivadora, o objetivo do grupo era conscientizar a população a respeito dos problemas da mulher. Como, após um período, o Partido Comunista passou a controlar o centro, várias mulheres se dividiram e criaram outros centros, que sempre receberam muitas críticas preconceituosas, pois julgavam a mulher como ociosa e causadora da discórdia contra o homem.

Em 1975, em São Paulo, Cidinha Campos, Heloneida Studart e Rose Marie Muraro montaram a peça de teatro *Homem não entra*, a partir de problemas vividos por mulheres, causando grande polêmica por não autorizar a entrada de homens. A peça rendeu uma segunda edição e apresentava linguagem coloquial, agradava camadas populares, era interativa e o público podia participar com respostas às perguntas lançadas. A partir de então, surgiram outras peças de teatro e filmes sobre temas feministas.

Nos anos 1970, muitas reuniões e congressos foram realizados a fim de estender as ideias feministas. Surgiram, então, os jornais feministas *Brasil Mulher*,

Nós, mulheres e Mulherio. Conforme as observações de Alves e Pitanguy (1981, p. 55), o movimento feminista dessa época “refuta a ideologia que legitima a diferenciação de papéis, reivindicando a igualdade em todos os níveis, seja no mundo externo, seja no âmbito doméstico”. As autoras (1981) complementam que a hierarquia é fruto da história, não é uma fatalidade biológica, dessa forma, transformações são possíveis.

Com base em Goldenberg e Toscano (1992, p. 37), em 1977, o Congresso Nacional propôs uma CPI para “examinar a situação da mulher em todos os tipos de atividades” e, com os depoimentos, ficou conhecido que a mulher ganhava menos do que o homem na atividade rural, apesar de ter mesma carga de trabalho; que berçários não eram mantidos nas empresas; que algumas empresas proibiam o acesso da mulher em alguns setores, entre outras situações. Isso preparou o campo para que novos caminhos fossem traçados nos anos 1980.

A partir de 1980, a mulher passou a ocupar mais espaços onde, antes, somente homens participavam, como nas forças armadas e na Academia Brasileira de Letras, por exemplo. Diversos estudos universitários e pesquisas sobre a questão feminina foram realizados, a mulher começou a participar mais ativamente da política e algumas ações foram tomadas, como a criação da delegacia da mulher. Nas eleições de 1978, as mulheres já se articulavam em campanhas pela conquista de cargos políticos, provocando a eleição de vinte e seis deputadas que trabalharam na legislação para eliminar desigualdades; resultados positivos foram obtidos.

A partir dessa época, conforme afirmações de Blay (2017), a mídia começou a divulgar alguns temas discutidos pelos grupos de mulheres, como condições igualitárias de trabalho e remuneração, alterações do código civil, direitos reprodutivos, violência contra a mulher, entre outros. Os direitos da Constituição de 1988, prevendo igualdade na cidadania, também foi resultado da união e mobilização das forças feministas.

Segundo Goldenberg e Toscano (1992), uma nova visão da sexualidade feminina surge a partir dos anos 1960, com a época de “sexo, drogas e *rock and roll*”, sendo tratada com mais liberdade e com a colaboração dos métodos contraceptivos. A notícia da AIDS, no início dos anos 1980, amedrontou os que praticavam sexo permissivamente e advertências eram dadas, principalmente, a grupos considerados de risco, homossexuais, promíscuos e consumidores de drogas

injetáveis. O prazer começa a ser procurado com mais cautela, e relacionamentos envolvendo afetividade, com um parceiro fixo, começam a ser considerados.

Uma notícia publicada no *site* da revista *Época*, em fevereiro de 2014, por Grazielle Oliveira, revela que o meio digital e o de redes sociais promovem um novo feminismo, representado por mulheres jovens que, em grupos distintos, manifestam várias questões. Não existe mais um grande grupo de mulheres feministas, mas, sim, várias organizações com diferentes formas de protestar. Oliveira (2014) cita marchas pelo fim do estupro e da liberdade de utilizar qualquer tipo de roupa sem sofrer assédio (Marcha das Vadias de 2011 e 2013) e manifestações no mundo virtual como as recentes maneiras de lutar.

Dentre alguns *blogs* bastante acessados, a autora cita o *Think Olga*, pelo fim do assédio sexual; o *Chega de Fiu-Fiu*, extensão do *Think Olga*, onde é possível descrever o tipo de assédio sofrido em determinada região do país; o *Escreva Lola Escreva*, liderado por uma professora universitária, que publica textos diários a respeito de como a mulher é retratada pelas mídias; e o *Blogueiras Feministas* com textos de várias ativistas.

Para Oliveira (2014), “o uso de ferramentas tecnológicas como sites de vídeos e redes sociais é uma das principais características do novo feminismo” e aponta que alguns pesquisadores tentam classificar o uso da tecnologia como um meio de manifestação como a quarta onda do feminismo, sendo criticado por alguns especialistas por acreditarem na continuação da terceira onda.

Os feminismos de hoje são classificados pelos pesquisadores atuais dentro de algumas vertentes, as mais populares, conforme Aguiar (2015) são:

- a) o feminismo negro: pela mulher que sofre dupla repressão, com grandes debates sobre raça e gênero;
- b) o feminismo interseccional: busca combinar as questões de gênero com outras, como raça, orientação sexual, deficiência física;
- c) o feminismo radical: acredita que são os papéis sociais que oprimem as mulheres, procura eliminar o patriarcado;
- d) o feminismo liberal: promove a igualdade entre os sexos com reformas políticas e legais.

Após sucessos e fracassos, desde 1997, há, em nível federal, um Ministério para igualdade das mulheres, da família e dos direitos humanos, a fim de formular e promover políticas e ações para direitos e inclusão de todos os cidadãos

na sociedade. Hoje, há várias organizações e associações em prol das causas femininas e poderíamos citar vários nomes das novas ativistas de maior reconhecimento em seus campos de atuação. Acreditamos que toda mulher, ao exercer a ética, a cidadania e pleitear por garantias, por melhores condições, por uma nação superior, estará colaborando para um mundo com maior equidade entre raças e sexos.

Segundo Goldenberg e Toscano (1992), a luta feminista é de toda uma sociedade, não apenas da mulher, é preciso que todos sejam conscientes e respeitem suas individualidades. Mesmo a mulher não se considerando feminista, hoje, muitas pessoas têm opiniões formadas de que é necessário haver respeito entre os parceiros e que ambos precisam colaborar nos afazeres domésticos, maternos/ paternos e com as finanças. O feminismo não significa que a mulher seja a mulher-maravilha, aquela que faz tudo sorrindo e sem se cansar, isso é uma imagem elaborada e que tem feito muitas mulheres adoecerem emocionalmente. A mulher não é fraca ou incompetente por não ter sucesso em alguma área, por chorar ou por não saber fazer alguma coisa. Acreditamos que quanto maior for o espaço democrático, haverá mais campo de atuação para a participação da mulher.

Blay (2017, p. 93) escreve sobre a diversificação do feminismo ao longo do século XX e início do século XXI e, em comparação aos movimentos do século anterior, houve redução de passeatas e atividades públicas de mulheres para suas reivindicações, mas não o enfraquecimento, pois, com o avanço da tecnologia e divulgações *on-line*, é possível atuar de outras maneiras, com novas estratégias de ação, já que “as formas de atuação mudaram conforme mudam a própria sociedade e seus instrumentos de intervenção”.

De acordo com o entendimento de Teles (1999), o feminismo não liberta somente a mulher, mas também o homem que vive aprisionado em ideais machos de força e de poder. A igualdade de gênero, portanto, é libertadora para mulheres e homens. Sobre esse assunto, Adichie (2015, p. 28) comenta:

A questão de gênero é importante em qualquer canto do mundo. É importante que comecemos a planejar e sonhar um mundo diferente. Um mundo mais justo. Um mundo de homens mais felizes e mulheres mais felizes, mais autênticos consigo mesmos.

Em reconhecimento aos estudos da nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie⁹ (2015, p. 48), defendemos a evolução cultural como o que é capaz de “dar continuidade a um povo”, já que está sempre em transformação, assim, práticas passadas são repensadas e reelaboradas. A autora complementa: “a cultura não faz pessoas. As pessoas fazem a cultura. Se uma humanidade inteira de mulheres não faz parte da nossa cultura, então temos que mudar nossa cultura”.

O histórico da mulher e a descrição de personalidades ilustres do exterior e do Brasil embasam nossos estudos a respeito da representação da mulher em textos midiáticos, pois, ao longo da história, é possível verificar a transformação dos temas tratados pela imprensa ao envolver o sexo feminino. Luca (2012, p. 450) afirma que “por dialogarem com o seu tempo, os periódicos permitem acompanhar as mudanças em temáticas, ênfases e expectativas como se fossem termômetros dos costumes de uma época”. Sendo assim, para fortalecer a compreensão de nossas análises, nos próximos capítulos, estudaremos a relação entre mulher e trabalho e, também, alguns tipos de mídia para, nas análises, verificarmos como as abordagens sobre a mulher são realizadas e revelam práticas sociais.

⁹ Chimamanda Ngozi Adichie é uma escritora nigeriana. Em 2010, foi considerada uma dos vinte autores de ficção mais influentes do ano. Além da produção de livros, ela é palestrante e viaja o mundo compartilhando suas experiências como feminista africana em busca de transformações sociais.

Capítulo 2

A mulher e o trabalho

Analisar a situação das mulheres no mercado de trabalho é questionar seu estatuto social: o emprego feminino é um fio condutor para compreender o espaço das mulheres na sociedade (MARUANI, 2009, p. 86).

2.1 MULHER, TRABALHO E SOCIEDADE

Com base nos escritos de Marx e Engels, Antunes (2004, p. 11) declara que o trabalho “é a condição básica e fundamental de toda vida humana” e que, ao trabalhar, o homem

põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio (ANTUNES, 2004, p. 30).

Hirata e Zarifian (2009) ressaltam dois conceitos de trabalho antes de elaborar uma única definição para o termo, primeiro, o trabalho conforme a visão marxista, sobre o homem utilizar a sua força para gerar produção que seja proveitosa para sua vida, desenvolvendo e aperfeiçoando suas habilidades. A outra definição é o trabalho assalariado, em que o homem contribui com sua força em troca de remuneração e o produto de seu trabalho pertence ao seu patrão, que utilizará parte da venda do produto para pagar seu funcionário. De acordo com Fougeyrollas-Schwebel (2009, p. 258), “o desenvolvimento do trabalho assalariado e o fortalecimento da esfera privada são dois processos concomitantes que contribuem para o processo de autonomização do indivíduo”.

Nogueira (2006) explica, também com base na visão marxista, que trabalho é a transformação da matéria bruta em utilidades, a partir do ato laborativo e de relações com outros seres sociais, pois depende da colaboração de outras pessoas para que se efetive. Segundo a autora (2006), a origem da economia é o trabalho e, por meio dele, não somente mudanças sociais são realizadas, mas transformações da própria natureza humana do trabalhador, desenvolvendo suas capacidades, atribuindo-lhe autonomia.

Ao conceituar trabalho, Ferreira e Lemos (2011) relembram as diferenciadas formas de trabalho em sociedades e épocas distintas, definindo-o como um esforço humano, mental e físico, com determinados propósitos, por meio de atividades qualificadas; de acordo com a produção capitalista, no campo do trabalho, existem os empregadores (donos dos meios de produção) e os empregados (força de trabalho). No regime de trabalho assalariado, o trabalhador é livre e, de forma voluntária, ocupa cargos e é amparado por normas formais.

Ao definir o termo emprego, Maruani (2009) ressalta a diferença com o termo trabalho, classificando trabalho como uma atividade de produção de bens e serviços e as condições para tal exercício; e emprego, as formas de entrada e de saída do mercado de trabalho. Conforme a autora (2009, p. 85),

o acesso ao emprego contribui fortemente para a construção das hierarquias sociais, para a produção de mecanismos de diferenciação, classificação e segregação. Pois, de fato, ter um emprego significa ter trabalho e salário, mas significa também ter um espaço na sociedade.

Conhecer a história da formação do mercado de trabalho no Brasil é relevante para compreender o funcionamento do trabalho atualmente. Estudar a relação da mulher com o mercado de trabalho é entender não só as conquistas femininas, mas também a organização de uma sociedade, de uma nação em que, por séculos, valorizou o homem como um ser produtivo e atribuiu à mulher o ambiente privado, a esfera reprodutiva. Segundo Ferreira e Lemos (2011), muitos estudos realizados até a década de 1980 consideraram a mulher como mão de obra e não como um ser atuante na sociedade, pois imperava o conceito tradicional do trabalho produtivo na vida pública ser responsabilidade do homem e o trabalho doméstico na vida privada estar relacionado à mulher; e, mesmo quando a mulher trabalhava fora do lar, na maioria dos casos por necessidade, o fazia em circunstâncias desiguais e de opressão.

Desde o período colonial, nas economias pré-capitalistas, verificamos evidências históricas da mulher participando da economia do país, com tarefas relacionadas à subsistência familiar, por meio da tecelagem, da costura, da fiação, das rendas e bordados, da mineração, entre outras atividades. As mulheres sempre trabalharam, pois consideramos trabalho tudo o que envolve a execução de tarefas, dentro ou fora do ambiente doméstico. De acordo com Saffioti (1976, p. 34),

nas sociedades pré-capitalistas, embora jurídica, social e politicamente seja a mulher inferior ao homem, ela participa do sistema produtivo, desempenha, portanto, um relevante papel econômico. Este papel, entretanto, na medida em que é menos relevante que o do homem, se define como subsidiário no conjunto das funções econômicas da família.

Segundo Saffioti (1976), no Brasil colonial, a mulher branca da elite casava-se cedo e dedicava-se à administração do lar, à reprodução e aos cuidados com os filhos, submetendo-se ao marido, sendo ele o provedor da casa. As solteiras deveriam obedecer ao pai e, caso houvesse demora em conseguirem marido, eram

enviadas ao convento. A mulher negra era, normalmente, escrava, utilizada como objeto sexual de seu senhor ou como servente de sua patroa; algumas se prostituíam, atividade também realizada pelas brancas de famílias pobres. No período anterior ao século XIX, muitas mulheres de classes menos privilegiadas atuaram no comércio como vendedoras ambulantes, na lavoura, como lavadeiras, como parteiras ou amas de leite, trabalhos que continuaram, porém, com menor intensidade ao longo do século XIX. As mulheres com melhores condições financeiras se restringiam à esfera do lar, cuidando dos filhos e administrando a casa.

A mulher da roça contribuía com o trabalho no campo igual ao homem, e também cuidava das atividades domésticas e dos filhos. A partir da segunda metade do século XIX, com a urbanização e com a industrialização, após a Revolução Industrial, muitos trabalhadores rurais perderam sua área de produção, minimizando a manufatura doméstica, como o artesanato, por exemplo. Assim, os produtores independentes tornaram-se assalariados e muitas mulheres e crianças ingressaram em indústrias, geralmente nas têxteis, submetendo-se a baixa remuneração. Conforme Blay (1978), havia poucas fábricas na década de 1870, e, por meio dos impressos da época, elas convidavam mulheres e crianças para trabalhar, pois a economia estava desprovida de mão de obra.

As máquinas, por exigirem menor força física, em alguns casos, possibilitaram que mulheres e crianças pudessem operá-las sem a necessidade de conhecimento intelectual e por baixa remuneração, com atividades rotineiras e requisitos básicos de coordenação motora e de atenção; assim foi iniciada a participação feminina no setor operário, com preferência para as solteiras, por não terem responsabilidades familiares. Segundo Nogueira (2006, p. 168),

com sua inserção no mundo do trabalho produtivo, a mulher se transforma em trabalhadora assalariada, fazendo parte das engrenagens de um processo que substitui trabalhadores qualificados por não qualificados (já que as mulheres e as crianças eram consideradas trabalhadores não qualificados), ou seja, substituíam adultos por crianças e homens por mulheres.

Segundo Pena (1981, p. 123), o trabalho feminino era considerado complementar ao do marido e “as mulheres estavam sujeitas a uma jornada de trabalho freqüentemente maior que a do homem (como no caso de costureiras e tecelãs) e auferiam salários bastante menores”. A participação da mulher no

comércio começava a despontar aos poucos e as mulheres da pequena burguesia dedicavam-se às tarefas e administração do lar, pois não tinham alternativa, afinal, as ocupações das mulheres fora do lar eram desprestigiadas para a classe abastada. O processo de industrialização no Brasil, entre o fim do século XIX e os primeiros trinta anos do século XX, conforme já havia ocorrido em outros países ocidentais, levou a mulher do espaço privado para o espaço público, mas sem conferir diferentes possibilidades para sua atuação.

Conforme Luz (1982), antes do século XX, as mulheres que trabalhavam eram as pertencentes à classe proletária, pois necessitavam do emprego para a sobrevivência. Com o evento da Primeira Guerra Mundial, na segunda década do século XX, mulheres de todas as classes precisaram assumir posicionamento na vida pública. Após a Primeira Grande Guerra, muitas indústrias intensificaram suas atividades e deram preferência para a mão de obra masculina, despedindo muitas mulheres, fazendo declinar o número de pessoas do sexo feminino consideradas economicamente ativas. Somente na década de 1960, foram registrados maiores índices significativos de mulheres participantes da economia brasileira.

As poucas mulheres trabalhadoras da década de 1920, por conta das demissões nas fábricas, restringiram-se ao lar; além disso, as leis distinguem as capacidades femininas das masculinas. Mesmo assim, algumas mulheres tentaram continuar com alguma ocupação que lhe gerasse renda. No final da década de 1930 e início da década de 1940, no cenário da Segunda Guerra Mundial, devido à participação do homem nas batalhas e sua ausência nas atividades rotineiras, a mulher voltou, aos poucos, a figurar no mercado de trabalho, mas, nas fábricas, o salário ainda era baixo e as condições eram insalubres. Conforme Saffioti (1976), a queda da participação feminina no mercado de trabalho na primeira metade do século XX se explica pelo fato da mão de obra ser substituída por máquinas e, principalmente, pela justificativa da ligação da mulher com as atividades domésticas.

O progresso tecnológico a partir de 1950 fez crescer o trabalho feminino, muitas mulheres passaram a ocupar cargos antes executados apenas por homens. Collier (1969) confirma a ampliação do campo de trabalho a partir dessa época, as mulheres de classes média e baixa eram as que mais procuravam emprego e muitos filmes americanos influenciavam as de classes mais elevadas a também fazerem parte da economia, enfraquecendo o sistema patriarcal e prevalecendo a ideia da educação e das oportunidades entre homens e mulheres serem equiparadas.

Conforme a autora (1969, p. 24), “a tecnologia multiplica as possibilidades, proporcionando às mulheres capacitadas maior participação no mercado de trabalho”.

Na segunda metade do século XX, além do crescimento do número de mulheres no setor fabril, muitas assumiram ocupações de professoras, enfermeiras, secretárias, em trabalhos sociais, entre outras; todavia, para elas, não havia oportunidade para atingir cargos de liderança, e seus salários eram inferiores aos dos homens, mesmo no desempenho da mesma função. Alves *et al* (2017) relacionam o desenvolvimento da mulher no mercado de trabalho e o acesso à educação ao processo de urbanização ocorrido a partir de 1950; antes desse período, algumas mulheres já estudavam e trabalhavam em indústrias, no comércio e em outras profissões, mas o êxodo rural proporcionou avanço significativo nas relações sociais e familiares.

Apple (1988) aponta a interação das profissões femininas das décadas de 1950 e de 1960 com a ideologia patriarcal, pois a oportunidade para as mulheres se abria nos campos de cuidados, principalmente na área de enfermagem e magistério. Desde as primeiras ocupações femininas no mercado de trabalho das sociedades capitalistas, a ocupação da mulher é considerada inferior ao do homem, visto como um trabalho secundário. O autor (1988, p. 16) ressalta: “têm de lutar não só contra a construção ideológica do trabalho feminino, mas também contra as tendências existentes à alteração tanto da própria atividade quanto dos padrões de autonomia e controle”.

Algumas atividades anteriormente exercidas por homens, aos poucos, foram assumidas por mulheres, como o trabalho em escritório, por exemplo. Conforme Apple (1988), assim como o magistério, as atividades de escritório, na maioria dos casos, eram executadas por homens no século XIX e, no século XX, por mulheres, as secretárias; nesse processo, houve desqualificação da ocupação, redução salarial e menor autonomia cedida à trabalhadora. No caso do magistério, na mesma época em que os homens deixavam a profissão para se dedicarem a outras ocupações, o magistério foi uma alternativa agradável para a mulher solteira que iniciava suas reivindicações pelo acesso à educação, pelas péssimas condições de trabalho nas fábricas e pelo ingresso no trabalho fora de casa. O magistério, em muitos casos, não foi escolhido por vocação e, sim, pela vontade de promover mudanças para a classe feminina.

A partir de 1960, o número de mulheres consideradas “economicamente ativas” aumentou, principalmente devido ao maior nível de instrução escolar, que possibilitou o exercício de novas funções. Para Cacouault (2003), em diferentes momentos da história, atividades foram definidas como “feminina” ou “masculina” por uma caracterização ideológica, podendo ser modificadas e redefinidas em outros contextos.

Os anos 1970 foram marcados pelo aumento significativo de mulheres no mercado de trabalho, principalmente no pequeno comércio e com serviços pessoais, mas ainda com salários ínfimos. Segundo Cardoso (1980), a força de trabalho efetiva do Brasil era representada por 45% de mulheres no ano de 1872, número que reduziu a 30% em 1920, aumentando a partir da década de 1950 e chegando a 50% em 1970, devido à urbanização, ao maior desenvolvimento econômico, às mudanças de concepções sobre mulher e trabalho e, também, à necessidade de complementação da renda familiar.

Com base nos estudos de Bruschini e Rosemberg (1982), na década de 1970, o número maior de mulheres no mercado de trabalho eram as de 25 anos de idade, pois o casamento e os filhos se tornavam impedimento, devido, também, a pouca quantidade de creches. Conforme pesquisas das autoras, no período entre 1950 e 1970, a participação feminina na economia se dava por manufaturas caseiras, por serviços de doméstica, em área rural, lavadeiras, balconistas e em indústrias têxteis ou alimentícias, na maioria dos casos, como empregadas e em cargos de baixo nível, não eram proprietárias e nem chefes de setor. Àquelas com oportunidade de estudo trabalhavam, geralmente, como enfermeiras e como professoras.

Além de encontrar pequeno número de oportunidades, a mulher enfrenta sempre piores condições de trabalho, que vão desde discriminações às suas atividades, até a falta de acesso a cargos de chefia e às funções que exigem maior qualificação (BRUSCHINI; ROSEMBERG, 1982, p. 16).

Em 1980, o número de mulheres no mercado de trabalho era o dobro em relação à década anterior, sem contar àquelas que produziam no ambiente doméstico, seja em atividades voltadas para o lar ou de pequena produção comercial. Enquanto nos anos de 1950 a maior parte das trabalhadoras eram jovens de 15 a 19 anos, a partir de 1980 aumentou a participação de mulheres maduras, casadas e com filhos. Bruschini (1987, p. 60) destaca que

nas famílias de renda mais baixa a questão da sobrevivência tem papel primordial, mas há também um anseio de ampliar e diversificar a cesta de consumo. Nas camadas médias, a necessidade se definiu pela elevação das expectativas de consumo, face à proliferação de novos produtos e à sua divulgação através dos meios de comunicação de massa.

Segundo Abramo (2002), a partir de 1990, o número de horas dedicadas ao trabalho aumentou e, após o nascimento dos filhos, menos mulheres passaram a se retirar dos empregos (justificativa antes utilizada para o pedido de demissão), alterando a economia do lar com salários de 50% ou mais da renda familiar. Nesse período, elevou-se a possibilidade de emprego devido ao aumento do nível de escolaridade, mesmo assim, havia desigualdade salarial entre homens e mulheres, apesar da jornada de trabalho ser regulamentada para ambos. Além do motivo da formação escolar, as oportunidades de emprego aumentaram devido ao plano real, e, principalmente, pela transformação cultural e social, como a redução do número de filhos, a mulher como líder familiar, sua atuação em espaços públicos, a impulsão das associações feministas, entre outros aspectos.

É possível verificar novas configurações sociais, na década de 2000, ao observar o aumento da presença feminina nos índices da população economicamente ativa, maior nível de escolaridade, ocupação em cargos de liderança, chefes de família, profissionalização em áreas antes só preenchidas por homens, entre outras; muitas são casadas e mães, perfis diferenciados se compararmos com as trabalhadoras do século anterior, ajustam suas ocupações entre trabalho e família, muitas vezes sobrecarregando-se na chamada dupla jornada.

Muitos movimentos, organizações, políticas públicas, legislações foram estabelecidas a fim de conscientizar quanto à participação feminina na vida pública, abrir espaços e romper barreiras para que conquistas fossem atingidas e caminhos fossem abertos. Apesar de inúmeros avanços, ainda há casos de salários distintos para homens e mulheres e divisão inadequada das atividades domésticas, não sendo possível declarar a existência da equidade no que se refere a ocupações profissionais, mesmo sendo superiores os níveis escolares femininos em relação aos masculinos. Conforme Tavares (2011, p. 9), “os papéis tradicionais de mulheres e homens estão ainda tão entranhados que a implementação de leis que desafiam a subordinação ‘naturalizada’ das mulheres tornou-se um desafio crítico no país”.

Nas palavras de Piovesan (2011), conforme dados coletados em 2000, homens somam a maioria em representação de diretoria em empresas e, somente em áreas sociais e comunitárias é que a liderança majoritária é feminina, havendo maior concentração de homens em setores melhor remunerados (indústria e produção), enquanto mulheres ocupam cargos de menores salários (serviços pessoais e sociais), provando que, ao iniciar o século XXI, a segmentação ocupacional ainda é visível. Além disso, a presença da mulher em cargos e partidos políticos, até então, é escassa.

No âmbito jurídico está assegurada a plena igualdade entre os gêneros no exercício dos direitos humanos, civis e políticos, sendo vedada qualquer discriminação contra a mulher. Todavia, os dados da realidade brasileira invocam a distância entre os avanços normativos e as práticas sociais, indicando a persistência de um padrão discriminatório em relação às mulheres (PIOVESAN, 2011, p. 82).

O primeiro censo brasileiro, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ocorreu em 1872, seguido pelos de 1890, 1900 e assim por diante, a cada dez anos; o último foi efetuado em 2010. Com os resultados, é possível verificar a condição de vida da população, definir políticas públicas conforme a necessidade da nação e direcionar investimentos. Ao final das pesquisas, os dados são compilados seguindo temas específicos, como fecundidade, educação, trabalho e rendimentos, entre outros.

Conforme o material elaborado pela ONU Mulheres em 2016, *Mais igualdade para as mulheres brasileiras: caminhos de transformação econômica e social*, o censo de 1980 apontou que 26% dos ocupados no país eram mulheres e o censo de 2010 indicou o aumento para 44%, crescimento significativo e relacionado aos programas e políticas públicas brasileiras e ao acesso a maiores direitos trabalhistas. O ingresso no mercado de trabalho não é apenas uma necessidade, como antes, é, principalmente, a vontade pelo conhecimento, pela evolução social e pelo progresso individual. No período de 2004 a 2014, foi identificada nessa pesquisa que, mesmo com progressos, a desigualdade salarial ainda persiste, como também a visão sobre o trabalho da mulher ser complementar ao orçamento familiar.

Uma equipe de pesquisadores – Bruschini *et al.* (2010) – da Fundação Carlos Chagas (FCC), elaborou e disponibilizou na página *on-line* da instituição, um banco de informações sobre o trabalho das mulheres no Brasil, com dados e estatísticas desde 1970, agrupadas em oito séries e exibidas em forma de tabelas,

textos explicativos e notas metodológicas. O banco de dados foi lançado em 1998 e atualizado três vezes, em 2000, em 2002 e em 2007; ele se baseia em dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Ministério do Trabalho e Emprego e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério de Educação e Cultura.

Na série número 1, *Mulheres no mercado de trabalho: grandes números*, verificamos o crescimento da população feminina economicamente ativa entre a década de 1970 e de 2000, enquanto o número de homens em atividade permaneceu praticamente o mesmo. Na série número 2, *Mulheres, trabalho e família*, as estatísticas demonstraram que, no início do período analisado, mulheres entre 25 a 29 anos eram as que menos estavam inseridas no mercado de trabalho por causa dos filhos e, a partir da década de 1980, esse índice foi se transformando e, mesmo com filhos pequenos, as mulheres dessa faixa etária passaram a exercer atividade remunerada. As pesquisas apontaram que, na década de 2000, algumas mulheres atribuíram a dificuldade de trabalhar às demandas domésticas e familiares, por serem sobrecarregadas como únicas produtoras desses serviços.

Na série número 3, *Mulheres brasileiras, educação e trabalho*, é possível observar a amplificação no nível de escolaridade de homens e de mulheres, sendo as mulheres ocupantes da maior porcentagem. A opção das mulheres continua sendo em cursos superiores das áreas de educação, artes, saúde, humanidades e serviço social, porém, é crescente a escolha por campos de exatas e de biológicas. Os dados da década de 2000 indicaram desproporcionalidade salarial entre homens e mulheres com a mesma formação e em exercício do mesmo cargo.

Na série número 4, *Lugar das mulheres no mercado de trabalho: setores de atividade e estrutura ocupacional*, conferimos as alterações da localização de homens e mulheres em alguns setores. Nas áreas industrial, de construção civil e de agropecuária, em todo o período analisado, a maior concentração de mão de obra é masculina, enquanto em setores domésticos, de alimentação, de educação e de saúde, são áreas ocupadas, em maior parte, por mulheres; todavia, com o passar dos anos, mais mulheres têm ocupado cargos antes preenchidos somente por homens.

Na série número 5, *O lugar das mulheres no mercado de trabalho: qualidade do trabalho*, verificamos mulheres em posições mais vulneráveis do que homens, atuando como domésticas, remuneradas (em casa particular) ou não (em

sua própria casa para cuidados de seu grupo familiar). A pesquisa também indica menor número de mulheres participantes de sindicatos em relação aos homens ao longo dos anos, mesmo que a participação feminina tenha aumentado. Em relação à qualidade de trabalho, também foi mencionada a diferença salarial ainda existente.

Na série número 6, *O lugar das mulheres no mercado de trabalho: regulação do emprego e proteção social*, é possível observar a modificação das leis trabalhistas ao longo dos anos em relação à jornada de trabalho semanal, a contribuição para a previdência, assinatura em carteira de trabalho e outras flexibilizações; mas ainda há empregadores que descumprem algumas leis, principalmente, para mulheres. A série número 7, *O lugar das mulheres no mercado formal de trabalho*, indica a restrição das mulheres em empregos formais desde a década de 1970, índice que melhorou a partir da década de 1990.

Por fim, na série número 8, *Ganhos de homens, ganhos de mulheres*, vimos que tanto homens quanto mulheres não são bem remunerados no Brasil, e o ganhos das mulheres são ainda inferiores, mesmo com a expansão do emprego formal. Os índices demonstram que quanto maior a escolaridade, maior é a chance de obter melhor rendimento; e as atividades com maior segmentação feminina (área de humanas, saúde e de cuidados sociais), o piso salarial é inferior a ocupações nas exatas e biológicas (engenharia, medicina, entre outras).

No Brasil, há outros programas capazes de investigar, analisar e compilar informações demográficas, como o sistema *Relatórios dinâmicos*, uma página *on-line* de iniciativa do *Centro de inovação SESI: longevidade e produtividade*, que oferece referências demográficas, econômicas, produtivas, educacionais, de infraestrutura, de previdência social e de saúde, em forma de gráficos, mapas e infográficos, com materiais oficiais atualizados. O objetivo é disponibilizar os dados para contribuir com a produtividade industrial do país, oferecendo informações sobre expectativa de vida, IDH, causas de mortalidade, PIB, rendimento domiciliar, taxa de desemprego, condição de moradia, auxílios trabalhistas, entre outras, podendo ser selecionadas por cidade ou região.

Dentro da página, é possível localizar um material específico de dados do público feminino, intitulado *Empoderamento das mulheres: trabalho e valorização*. Trata-se de uma ferramenta elaborada pelo SESI em parceria com a ONU Mulheres, com informações a respeito de demografia, trabalho, saúde, educação, violência, serviços essenciais e moradia de mulheres. Há dados de todos os estados e cidades

do Brasil, e por meio dessas referências, observamos o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, porém, a quantidade de homens que se declaram colaboradores das atividades domésticas ainda é muito abaixo à de mulheres. Em plena segunda década do século XXI, mesmo tendo a maioria diploma de curso superior, o público feminino é menor em cargos de chefia e, para algumas funções, o salário da mulher continua inferior ao do homem.

Há um relatório anual denominado *Global Gender Gap*, responsável por medir a abrangência da desigualdade entre homens e mulheres no mundo. Em 2010, conforme a pesquisa realizada em 134 países, o Brasil ficou posicionado em 81º lugar, levando em consideração o acesso à educação, à saúde e a atuação política e econômica das mulheres. Entre os países com menor nível de desigualdade, destacam-se a Noruega, a Suécia e a Finlândia, enquanto os países árabes possuem os maiores índices. É crescente o número de mulheres atuantes no domínio público, mas ainda é necessária a efetivação da consciência dentro do setor privado, com cooperação do homem na vivência familiar, enriquecendo assim, tanto o desenvolvimento econômico quanto o pessoal.

Muitas transformações econômicas, culturais, políticas e sociais ocorreram no século XX e, no século XXI, as configurações continuam em movimento, sendo modificadas, mantidas, extintas conforme novos padrões, comportamentos e necessidades. Segundo Corrêa (2011), os modelos renovados formam um novo contexto no país, fazendo declinar as estruturas patriarcais antes predominantes, como o serviço doméstico ser função da mulher e algumas ocupações serem condicionadas ao homem ou à mulher, por exemplo. Aprofundaremos, a seguir, o estudo a respeito desses estereótipos.

2.1.1 Divisão sexual do trabalho e dupla jornada

Uma emancipação feminina só seria possível, conforme Rabello (1969), por meio da participação da mulher na sociedade, pelo trabalho qualificado que a situasse em igualdade com o homem. É por uma visão patriarcal que, por muito tempo, e talvez em alguns casos até hoje, a atividade da mulher trabalhadora foi considerada fonte secundária e os serviços domésticos atribuídos a ela; mesmo hoje, assumindo cargos iguais ou superiores aos de homens, a mulher é a principal

responsável pelos serviços domésticos e pelos cuidados com os filhos, assumindo a chamada “dupla jornada” com rotina exaustiva.

Características de fragilidade emocionais foram atribuídas à mulher pela religião, pela literatura, pelas artes, pela psiquiatria, em oposição aos padrões de força e de racionalidade conferidos ao homem. Ao adentrar no mercado de trabalho no século XIX, geralmente em indústrias, a mulher não decidia com o que almejava trabalhar, acima do desejo da realização profissional, havia a necessidade. Aos poucos, a ocupação feminina passou a ser vista como um novo papel social, uma nova imagem da mulher, motivo de estranhamento para muitas comunidades.

É comum o sistema econômico de uma nação se expandir devido à industrialização e, conseqüentemente, alterarem-se padrões de comportamentos, principalmente familiares, pois são acometidos por interferências externas, modificando, assim, determinados valores. A industrialização do início do século XX afetou a cultura social como um todo, de maneira lenta, mas provocando novas funções para a família. Para todas as dificuldades encontradas, momento da gestação, locais para a permanência dos filhos, entre outras, foram necessárias reivindicações por direitos, dada a complexidade em articular o mundo produtivo com as responsabilidades familiares. Conforme Nader (2008, p. 80),

a industrialização no Brasil provocou mudanças radicais nas estruturas familiares, no que tange tanto à inserção maciça da mulher no mercado de trabalho e à sua contribuição para alterações nas relações no interior das famílias, quanto às modificações ou perdas das tradicionais características femininas, além de promover novas formas de comportamento diante da manutenção da instituição familiar e novo entendimento das mulheres a respeito dos valores familiares (NADER, 2008, p. 80).

De acordo com Bruschini (1990, p. 24), “o papel prioritário das mulheres na reprodução as condiciona a ocupar posições secundárias e discriminadas no espaço da produção”. De forma diferente, encaminharam-se as oportunidades para os homens, que, normalmente, não lhes eram solicitados quesitos pessoais, apenas de força ou intelectuais, conforme a demanda do emprego. Os níveis hierárquicos familiares são fatores a serem considerados, pois era comum, em meados do século XX, a presença de mulheres de classes menos privilegiadas no setor profissional, enquanto as mais favorecidas permaneciam no ambiente doméstico.

A participação da mulher na produção social não se define apenas pelas condições de mercado, pela estrutura de emprego ou, mais genericamente, pelo nível de desenvolvimento da sociedade, mas

também por sua posição na família e pela classe social à qual pertence o grupo doméstico (BRUSCHINI, 1990, p. 21).

Se é possível dizer “trabalhar fora” ou “trabalho extradomiciliar”, reconhecemos a existência de duas condições de trabalho, o realizado dentro do lar e o fora dele, sendo um não remunerado e o outro assalariado, em um presta-se serviços à comunidade e, em outro, ao conjunto familiar. O trabalho doméstico não é contabilizado como economia ativa e Blay (1975) não concorda com essa definição, pois, a atividade da dona de casa soma-se ao salário do esposo quando ela reverte sua renda em cuidados com os alimentos, limpeza e outros serviços, voltando parte do dinheiro para a subsistência familiar. Segundo Bruschini (1987), se o censo contabilizasse a dona de casa como participante da economia ativa, o número de mulheres trabalhadoras do final da década de 1970 seria superior ao de homens. Bruschini e Rosemberg (1982) também discordam por não ser contabilizado como produção o trabalho doméstico.

Uma grande parte da população considerada “inativa” encontra-se efetivamente ocupada, ou seja, trabalhando na produção doméstica não remunerada. O segundo aspecto é que, ao incluí-las entre os que trabalham, fica evidente que no conjunto da população as mulheres trabalham mais do que os homens, sobretudo porque grande parte das trabalhadoras cumpre diariamente uma dupla jornada de trabalho (BRUSCHINI; ROSEMBERG, 1982, p. 12).

Mesmo que ambas as atividades sejam fundamentais para a sobrevivência, a sociedade atribui valor ao trabalho de mercado, pelas vantagens de obter remuneração e independência. Não existe igualdade pelo fato de a mulher estar inserida no mercado, há famílias em que o homem e a mulher, durante o mesmo período, estão envolvidos no trabalho de mercado, mas, mesmo assim, a casa fica por conta das mulheres, acentuando a desigualdade. Conforme o material elaborado pela organização feminista Sempre Viva – SOF (2014, p. 23),

o trabalho de mercado nos dá o dinheiro para garantir o nosso sustento. O trabalho doméstico e de cuidados garante a vida, o bem-estar e a produtividade das trabalhadoras e dos trabalhadores. Portanto, um não sobrevive sem o outro.

Segundo Fougeyrollas-Schwebel (2009), pesquisas da década de 2000 demonstram maior envolvimento masculino nas atividades diárias da casa e da família, mas, ainda, mulheres são maioria nesses serviços, seja realizando-os por si mesma ou responsabilizando-se por contratar uma funcionária para tais atividades. Venturi e Recamán (2002), ao pesquisarem a condição feminina, por meio de

entrevistas com mais de duas mil mulheres de vários estados brasileiros, no ano de 2001, constataram que 96% das entrevistadas assumiram ser as principais responsáveis pelos afazeres domésticos e, em muitos casos, a própria mulher é a provedora central do lar. Alves et al. (2017, p. 43), mesmo após comprovarem, por meio de pesquisas, a elevação da participação feminina no mercado de trabalho de 2,5 milhões para 40,7 milhões entre 1950 e 2010, ressaltam:

enquanto a revolução de gênero encontra-se em um grau bastante avançado no que se refere às instituições, no nível individual, como acesso à educação, ao mercado de trabalho e à vida pública, essa revolução está acontecendo no nível da família em um ritmo muito mais lento. Conseqüentemente, a organização familiar e divisão das tarefas domésticas baseadas no modelo patriarcal ainda existem, mesmo em famílias de dupla renda e, especialmente, nas classes sociais mais baixas.

A mulher ocupou espaço no mercado de trabalho, mas diferenças entre sexos continuaram existindo, resultando na divisão sexual do trabalho (diferenças salariais, obstáculos para acesso aos estudos, dificuldades para promoção de carreira). Nunes (2011) esclarece que essa divisão não ocorre por conta do sistema produtivo e, sim, por uma rotulagem da identidade feminina e masculina. Blay (1975) também não traz o conceito como decorrente de habilidades ou capacidades distintas entre homens e mulheres, mas, sim, pela posição social e cultural da comunidade, interferindo nas atividades profissionais. Mesmo com a visão tradicional de divisão de trabalho, certamente a participação da mulher no mercado transformou, de forma significativa, aspectos familiares e sociais.

O conceito de divisão sexual do trabalho advém da França, na década de 1970 e, segundo Vilasboas (2011), foi impulsionado por movimentos femininos em constatação à opressão na correspondência entre homens e mulheres no mercado de trabalho, principalmente pelo fato de que a mulher, ao efetuar uma atividade remunerada, continua exercendo funções domésticas e de cuidados com os filhos. A ideia de que a mulher é capaz de conciliar os afazeres do lar com as atividades profissionais, em tese, abriu-lhe oportunidades no mercado de trabalho, “contudo, na prática, cabe sempre à mulher realizar a conciliação entre a vida familiar e profissional” (VILASBOAS, 2011, p. 216).

Para Hirata e Kergoat (2003), essa divisão não pode ser vista como “dominação” e, sim, como a organização social que ocorreu, pois as mulheres, por muito tempo, não eram consideradas e nem se consideravam subordinadas ou

desprovidas de autoridade, pois, na construção cultural, a mulher tinha suas funções específicas nos cuidados com a casa e com a família, mesmo assim, auxiliava nos campos.

A divisão sexual do trabalho entre os homens e as mulheres é em primeiro lugar a imputação aos homens do trabalho produtivo – e a dispensa do trabalho doméstico – e a atribuição do trabalho doméstico às mulheres, ao passo que são cada vez mais numerosas na nossa sociedade salarial as mulheres a querer entrar e se manter no mercado de trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2003, p. 113).

Em outro estudo, Kergoat (2009) aborda o conceito de divisão sexual do trabalho, compreendendo as condições atuais de homens e mulheres não como resultados de uma orientação biológica, mas, sim, de construções formadas socialmente, dessa forma, o trabalho social é dividido conforme as relações de sexo e a cultura de cada nação, em que cargos de valor social, como políticos, militares e religiosos são exercidos, em sua maioria, por homens. A divisão sexual do trabalho ocorre pela separação de funções “apropriadas” para cada sexo e pela base hierarquizada de que o trabalho do homem possui maior valor. Bruschini (1979) alega que a sexualização das ocupações ocorre quando os trabalhadores de determinada profissão ou função são, em maioria, do mesmo sexo, afetando homens em atividades “femininas”, mas, principalmente, afetando as mulheres.

Em seus estudos, Biroli (2018) apresenta o crescimento significativo do número de mulheres economicamente ativas entre 1970 e 2010, passando de 18,5% a 55%, e, também, o maior acesso feminino à escolarização, modificando os arranjos familiares e de vida em geral. A autora salienta que, mesmo assim, a diferença de salário ainda ocorre e grande é o número de atividades “gratuitas” prestadas por mulheres. A respeito dessa “gratuidade”, Biroli (2018) acrescenta que a divisão sexual do trabalho não se expressa por meio das escolhas realizadas por homens e mulheres, e sim por estruturas moldadas pela atribuição desigual do trabalho doméstico, sendo reproduzidas culturalmente e pelas gerações, por meio de instituições, de políticas públicas (ou falta delas), como atributos e competências naturais femininas ou masculinas.

A configuração das fronteiras entre esfera pública e esfera privada implica lugares distintos para mulheres e homens. Não quero, com isso, afirmar que todos os homens e todas as mulheres são posicionados de maneira idêntica, mas que, para a participação das mulheres na esfera pública, impõem-se filtros que estão vinculados às responsabilidades a elas atribuídas na esfera privada e à

construção de sentidos do feminino que ainda guardam relação com a noção de domesticidade (BIROLI, 2018, p. 11).

Biroli (2018) explica a desigualdade de gênero em cargos de poder e na classe política, mencionando a sub-representação feminina nos cargos eletivos (apenas 10%), sendo que a legislação nacional de cotas prevê, há duas décadas, 30% das candidaturas para mulheres. Segundo a autora (2018), todas essas dificuldades estão relacionadas à divisão sexual do trabalho, pois essa segmentação constrói determinadas imagens do feminino. Para ela (2018, p. 24), “a cidadania das mulheres é, portanto, comprometida pela divisão sexual do trabalho, que em suas formas correntes contribui para criar obstáculos ao acesso a ocupações e recursos, à participação política autônoma”.

Segundo Blay (1978, p. 269), “a forma como a mulher assume o trabalho reflete pois a maneira como ela se autodefine socialmente”, ou seja, talvez ela se decida pelo trabalho para se ausentar dos serviços do lar, pela luta por um ideal de força feminina ou por necessidade financeira. Por muitos anos, a ocupação escolheu a mulher e não o contrário; a mulher era considerada, apenas, trabalhadora e não profissional, só com o aumento de instrução educacional que, aos poucos, foi possível a escolha de sua carreira conforme suas aptidões. No próximo tópico, faremos considerações a respeito da escolaridade e as oportunidades de instrução para as mulheres.

2.1.2 Conquista de melhores níveis escolares

O acesso aos estudos e a realização de um curso superior gera maiores oportunidades e probabilidades de ingresso no mercado de trabalho, hoje não há restrições para homens ou mulheres nos espaços educacionais, mas nem sempre foi assim, a ideia de educação escolarizada para mulheres difundiu-se, apenas, a partir de 1820, com várias restrições e com ensino diferenciado em comparação aos homens. Foi Nísia Floresta, conforme estudamos no capítulo anterior, a fundadora da primeira escola para meninas no Brasil, no Rio de Janeiro, e a principal responsável pela conquista da educação para mulheres.

Os primeiros ensinamentos no Brasil são provenientes dos jesuítas na época colonial, com catecismo e a fundação de colégios para meninos. As meninas eram direcionadas para a igreja, lá aprendiam orações e deviam, desde cedo, ter

habilidades domésticas; elas não tinham acesso à leitura e nem à escrita. Conforme Saffioti (1976, p. 189), “em São Paulo do século XVII apenas duas mulheres sabiam assinar o nome: uma holandesa, única mulher <ilustrada> da primeira metade do século, e outra brasileira, educada na Bahia”, polo central da cultura brasileira, mas com escassez de instrução para as mulheres da época.

Após a inauguração dos conventos brasileiros, no século XVIII, as poucas meninas que lá ingressavam tinham acesso ao ensino de música, de trabalhos domésticos e de pouca leitura e escrita; alguns conventos tinham a única função de educar as moças para um bom casamento. Saffioti (1976) registra a oferta de aulas particulares não vinculadas à Igreja a partir do século XIX, mulheres estrangeiras ensinavam em domicílio sobre bordado, costura, noções de aritmética e da língua portuguesa; algumas famílias contratavam o serviço da professora e a abrigava em suas residências. A Constituição de 1823 abordou a instrução para meninas, assim, foram inauguradas escolas; nessa época, havia diferença de remuneração para professores homens e mulheres, pois os mestres transmitiam informações culturais e científicas, e as mestras dedicavam-se ao ensino de prendas do lar.

A partir de 1827, as meninas só eram admitidas nas escolas de primeiro grau, onde eram envolvidas em atividades relacionadas ao lar; os liceus, ginásios e academias eram reservados aos meninos. A função de professora primária era entendida como uma extensão das atividades maternas, dessa forma, o magistério passou a ser encarado como uma ocupação feminina, sendo a única profissão de mulher (as culturalmente qualificadas) aceita socialmente. Enquanto os meninos eram estimulados e orientados ao ensino superior, as meninas eram direcionadas ao casamento.

A partir da segunda metade do século XIX, escolas normais foram inauguradas no Brasil, mas não com o objetivo de formar professoras, e sim, suprir a necessidade de mão de obra nas escolas primárias. Segundo Saffioti (1976, p. 200), como a maior parte das ingressantes era de camadas populares, “a sociedade reagiria negativamente ao recrutamento de mulheres, sendo as primeiras normalistas tidas mesmo como pessoas sem moral”. As instituições de nível superior eram ocupadas, preponderantemente, por alunos do sexo masculino, a primeira matrícula feminina em curso superior foi realizada em 1881.

No Brasil República, o ensino foi se libertando da Igreja Católica, mas, no início, o modelo de ensino era o mesmo do sistema imperial. De acordo com as

pesquisas de Saffioti (1976), em 1929, quatro mulheres se formaram médicas no Brasil, enquanto seiscentos e nove homens concluíram o curso, a diferença se dava não só em medicina, mas em vários cursos, como em odontologia, farmácia, engenharia, entre outros. Segundo a autora (1976, p. 219), “até 1930 a representação feminina nos cursos superiores foi bastante escassa”. As poucas escolas que existiam para a profissionalização da mulher, voltavam-se para serviços comunitários, como enfermagem e magistério.

O século XX iniciou com altas taxas de analfabetismo e nível de instrução feminino reduzido. A partir de 1930, mais escolas profissionalizantes e de educação secundária (atual ensino fundamental II e médio), as que permitiam aos alunos o acesso ao ensino superior, foram implantadas, mas ainda diferenciando turmas de meninos e meninas. Nas palavras de Saffioti (1976, p. 227),

se, no nível secundário de estudos, a mulher deve receber educação especial orientada para <a natureza feminina de sua personalidade> e tendo em vista <sua missão no lar>, por outro lado, é este o curso que, sem distinções, pode conduzir a mulher aos bancos das escolas superiores.

A escola secundária era o caminho para o ingresso no ensino superior para os meninos, mas as meninas, dependendo do curso pretendido, necessitavam passar por um exame avaliativo, exceto as normalistas que optariam pela pedagogia; até hoje, o número de mulheres em cursos de licenciatura é superior ao número de homens. O número de concluintes universitários em 1964, conforme dados de Saffioti (1976), foram de 20.282 homens para 6.980 mulheres. Com o passar dos anos, o ingresso de homens e mulheres no ensino superior foi se equilibrando e o sistema educacional foi se modificando, principalmente após a Constituição de 1988 que, em seu artigo 205, prevê:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Barroso e Mello (1975), ao estudarem o ingresso da mulher no ensino superior, nas décadas de 1950, 1960 e 1970, verificaram que, nesse período, a maior parte das mulheres teve interesse nos estudos, principalmente no curso Normal – no nível de colegial (atual Ensino Médio), ou outras áreas de humanidades,

já que a concorrência em outros cursos era maior; a maioria dos meninos decidia pela orientação científica, agrícola, em ciências exatas e biológicas.

Esses obstáculos constituem-se dos valores ou estereótipos relativos ao papel social da mulher, veiculados sutil ou ostensivamente pela família, por outros grupos de referência e pelos meios de comunicação de massa, e reforçados pelo sistema escolar (BARROSO; MELLO, 1975, p. 50).

Segundo a pesquisa das autoras (1975), de 1955 a 1975, cresceu o número de mulheres ingressantes em cursos de ciências exatas e de biológicas, mas, mesmo com esse desenvolvimento, o número de homens nessas áreas ainda era maior. Elas destacam não ser apenas a diferença de sexo a causa de maior ou menor participação feminina em cursos superiores, mas também fatores socioeconômicos da família, o nível de educação dos pais e a localização da residência, motivos que também afetam o público masculino.

Cardoso (1980) ressalta que a escolha profissional é realizada, normalmente, mediante valores sociais, “as influências sociais, modelando as potencialidades biológicas, resultam em características dos indivíduos, algumas das quais determinam diretamente a escolha” (p. 71). Ao considerar a opção de vestibulandos da década de 1970, Cardoso (1980) observou a tendência de meninos para cursos de prestígio social em relação à remuneração e a inclinação de meninas para atividades assistenciais. Atualmente, o quadro vem se modificando, mas, ainda assim, é possível visualizar a ideologia de modelos tradicionais prevalecendo na escolha de alguns cursos.

Ao final da década de 1980, o número de mulheres estudantes do ensino médio e de ensino superior era maior ao de homens, principalmente a partir de 1990. As mulheres se concentravam em cursos relacionados à saúde, turismo, letras, artes e ciências humanas em geral e ciências sociais. Nas ciências agrárias, exatas e biológicas houve aumento gradativo da inserção de mulheres, mas ainda prevalecendo o sexo masculino. O nível de escolaridade causou impacto em novos setores antes ocupados, somente, por homens. Conforme Bruschini e Lombardi (2003, p. 334), “essas observações nos permitem levantar a hipótese de que a sexualização das ocupações é um processo que se forma ainda nos bancos escolares, com efeitos perversos sobre a inserção feminina posterior no mercado de trabalho”.

Em poucas décadas, conforme Alves et al. (2017), as mulheres passaram de minoria a maioria da população brasileira com curso superior completo, ultrapassando os índices de alguns outros países. O censo de 1991 apontou o nível educacional das mulheres à frente dos homens e essa diferença foi ampliada nas duas décadas seguintes. Dessa forma, os autores ressaltam o progresso da mulher em todas as áreas de conhecimento, mesmo que ainda em número reduzido nas ciências exatas.

De acordo com o estudo de Rosemberg e Madsen (2011), na década de 1990, mesmo com o índice de mulheres estudantes ser maior que o de homens, reformas educativas foram propostas para o acesso de mães e filhos na educação básica, principalmente nas camadas mais carentes. Planejamentos de cursos de alfabetização de jovens e adultos também foram implantados e obtiveram resultados positivos. Elaborados no final da década de 1990, com reformulação na década de 2000, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) estabeleciam uma base curricular com foco em temas interdisciplinares de inclusão, dignidade, igualdade, cooperação social, diversidade, entre outros. As autoras (2011) consideram que os PCNs iniciaram pontos fundamentais para o desenvolvimento da igualdade a partir do sistema educacional, mas, ainda, apresentam informações vagas para modificar a concepção tradicional.

Em sua definição de educação e socialização, Zaidman (2009) questiona se a escola é um meio de emancipação ou de conservação de padrões de dominação. A autora (2009) salienta as pesquisas que indicam as meninas com melhores resultados que os meninos quanto ao desempenho escolar, elas são maioria em profissões e ocupações de cuidados sociais e da educação, com pouco acesso em carreiras científicas; e ainda é possível verificar situações de homens e mulheres com o mesmo nível de formação, atuando no mesmo cargo, mas, com diferenças salariais.

A transformação cultural em relação à inserção da mulher no ambiente profissional, ao longo dos anos, ocorreu por inúmeros motivos, por necessidade financeira, lutas por oportunidades, manifestações contra opressões e reivindicações por direitos, entre outros aspectos. A conquista pelos bancos escolares abriu portas para maiores oportunidades de emprego e alguns planos do governo auxiliam os jovens de famílias com baixos rendimentos no processo de entrada no curso superior.

Muitas restrições foram enfrentadas para o acesso ao mercado de trabalho, seja pela idade, escolaridade, estado civil, número de filhos, entre outras; porém, ao desafiá-las, transformações culturais foram proporcionadas. Em seguida, nos apoiaremos em legislações, em constituições e em programas articulados pela ONU ou por demais instituições para compreender as mudanças ocorridas ao longo das décadas em nosso país, ressaltando a expressão dos movimentos de mulheres na sociedade.

2.2 TRANSFORMAÇÕES LEGAIS E PROGRAMAS POLÍTICOS E SOCIAIS: O IMPACTO DOS MOVIMENTOS DE MULHERES

A geração do período colonial era de cultura tradicional e patriarcal, a maioria das mulheres não possuía acesso a emprego fora do ambiente doméstico e nem ao ensino formal; quase nada foi alterado no período imperial e, em 1916, conforme o Código Civil, ao homem foi atribuída a supremacia familiar. Conforme estudamos no capítulo anterior, em vários momentos da história, mulheres se levantaram a fim de contestar algumas ações e/ou exigir direitos, como Nísia Floresta, no século XIX, e Bertha Lutz, no início do século XX, pioneiras na reivindicação por educação pública, direito ao voto e liberdade de expressão para as mulheres.

Ao adentrar no mercado de trabalho industrial, no final do século XIX, a mulher se deparou com condições inadequadas, não havia regulamentações, leis ou critérios estabelecidos em relação à carga horária, férias, licenças, remuneração, insalubridade e apoio aos filhos, além disso, era vítima de assédio por parte dos chefes. As mulheres pouco reivindicavam por melhores condições, apenas algumas o faziam, e dependiam da decisão de homens para garantirem seus direitos. Hoje, em comparação ao homem, elas possuem melhor nível de escolaridade e participam cada vez mais do mercado de trabalho, com regulamentações empregatícias e direitos conquistados ao longo dos anos, graças a reivindicações de alguns grupos, como as de Bertha Lutz, que influenciou muitas mulheres e, por meio de associações, a bióloga propôs igualdade de salários para a mesma função, independente do sexo, e políticas de proteção às trabalhadoras.

A equipe da FBPF – Fundação Brasileira pelo Progresso Feminino, de 1922, participou de conferências internacionais e, também, promoveu encontros

nacionais para discussões diversas: promoção da educação da mulher; proteção à maternidade; leis trabalhistas; incentivo à participação feminina na vida pública; direitos políticos e civis; entre outras questões reivindicadas concomitantemente, mas o sufrágio feminino era o ponto principal da luta, conquista adquirida em 1932. No ano de 1936, Bertha Lutz representou as mulheres na câmara federal com a proposta do Estatuto da Mulher, um projeto de lei em proteção à licença maternidade da trabalhadora.

De acordo com Saffioti (1976, p. 272), as reivindicações de Bertha Lutz pleiteavam “a obtenção de uma legislação que equiparasse socialmente os sexos e que, ao mesmo tempo, abrisse à mulher os caminhos de sua emancipação”. Na opinião da autora (1976, p. 274), a ativista exerceu papel produtivo para a sociedade, despertando a consciência feminina, resultando em conquistas em relação ao trabalho fora do lar, o acesso à educação e maior atuação na esfera social; a busca pela emancipação decorreu por meio da entrada no mercado de trabalho, “processo que foi amadurecendo à medida que, efetivamente, iam os elementos femininos penetrando em áreas até então reservadas exclusivamente aos homens”.

No decorrer dos anos, formaram-se várias associações e organizações a fim de representar as mulheres; conforme Saffioti (1976), essas primeiras manifestações, do início do século XX, marcaram a história do nosso país, garantindo à mulher direitos que, antes, lhe eram negados. Nos anos de 1930, houve expansão da economia industrial, mas com a ausência de regras trabalhistas, surgiram alguns movimentos em prol de salários, carga horária, entre outras questões, com greves e reivindicações, muitas vezes, tratadas pela polícia de forma violenta, como anarquistas. Como acentua Blay (2017), mulheres consideradas “perigosas”, por sua posição política ou compartilhamento de ideias, eram punidas ou detidas, sendo tratadas e torturadas como os homens.

Na década de 1930, os trabalhadores não podiam se manifestar por meio de sindicatos, só o fizeram a partir de 1940. Mesmo no período da ditadura, os movimentos de mulheres, talvez com menor intensidade, continuaram ativos; Blay (2017) registra que, na década de 1960, grupos femininos saíam às ruas para reivindicar por creches, serviços de saúde e denunciar a violência. Souza-Lobo (1991) destaca a década de 1970 pelo fato de duplicar o número de trabalhadoras em fábricas e a criação de comissões femininas na busca da sindicalização,

principalmente para mulheres do setor metalúrgico. De acordo com a pesquisadora (1991, p. 41),

a taxa de sindicalização das mulheres cresceu e suas reivindicações puderam ser explicitadas nos congressos de operárias. Tais reivindicações denunciam as medidas discriminatórias, as formas de controle, a violência, a arbitrariedade e revelam, finalmente, o caráter sexista de suas condições de trabalho.

Enquanto, em 1960, os sindicatos resistiam às solicitações femininas e possuíam suas bases sindicais formadas por homens, a partir de 1970, buscaram acatar e defender as demandas das operárias, legitimando mobilizações e a utilização da greve para reivindicações, dessa forma, com um novo sindicalismo, mais mulheres se encorajaram a lutar por igualdade. Segundo Araújo e Ferreira (2000, p. 313), “essas novas formas de prática política, novos valores e novas representações produzidos pelo movimento sindical configuraram uma transformação cultural e de identidade e, portanto, política da classe trabalhadora”.

Na década de 1970, as articulações também passaram a discutir, por meio de congressos, encontros, simpósios e seminários, mais questões como registro em carteira conforme sua real função, estabilidade para grávidas, regulamentação de horário de descanso, igualdade de salário para o mesmo cargo, aposentadoria. Alguns grupos se reuniam nas portas das prefeituras para clamar por soluções dos problemas cotidianos, como alimentação, vagas nas creches e nas escolas para os filhos, atendimento médico, entre outros.

Na opinião de Souza-Lobo (1991), esses enfrentamentos, muitas vezes, solicitavam mudanças externas e coletivas, mas não culturais, a autora (p. 216) ressalta:

as questões principais das mulheres são “democraticamente” esquecidas em nome das reivindicações gerais – isto é, aquelas que remetem à economia e ao poder do Estado. Novamente não se reconhece o direito à expressão das questões “menores” – aquelas que remetem à política social.

A partir de 1980, houve ampliação da representatividade dos sindicatos com a criação de algumas confederações, mas, mesmo com a participação de mais mulheres, a maioria dos integrantes eram homens, inclusive nas lideranças sindicais. As organizações femininas se expandiam e aos poucos denunciavam suas desvantagens no espaço doméstico e no mercado de trabalho, levando discussões e questionamentos para congressos e sindicatos, que, por sua vez, ao receberem

denúncias, passaram a revelar as desigualdades apontadas em jornais, trazendo, aos poucos, novas reflexões a respeito do convívio social.

O século XXI indica muitas transformações culturais e sociais, em que a revolução feminina, por meio de articulações de grupos de mulheres, de políticas de direitos humanos e de secretarias públicas específicas para questões femininas, proporcionou muitas conquistas; e muito há para ser alcançado, pois o trabalho reprodutivo ainda ocorre de forma desigual, sobrecarregando as mulheres na dupla jornada de trabalho. Segundo Alves et al. (2017, p. 52), “a equidade de gênero é, essencialmente, uma questão de direito humano, mas não deixa de ser também uma questão de desenvolvimento do processo civilizatório”. A seguir, apresentaremos algumas leis específicas para o trabalho feminino, compreendendo que foram/ são estabelecidas, modificadas ou mantidas como um resultado da representação da força de trabalho feminina e de sua organização para garantia de direitos.

2.2.1 Resultados em forma de leis

Somente após 1930, houve regulamentação do trabalho nas fábricas e reformulação da Constituição. As Constituições visam ordenar o poder público, reconhecendo o espaço dos indivíduos e prevendo direitos sociais e econômicos. Em 1934, a Constituição afirmou que todos eram iguais perante a lei, mas, somente a partir de 1943 a mulher obteve o direito de trabalhar em liberdade, mas, ainda assim, o discurso do Estado era do controle masculino. A igualdade entre todos, sem qualquer distinção, foi lei estabelecida, somente, na Constituição de 1988.

A primeira manifestação governamental para normatizar o trabalho ocorreu em 1919, com a fundação da OIT – Organização Mundial do Trabalho – agência das Nações Unidas com o objetivo de viabilizar a justiça social e a regulamentação do trabalho, impedindo condições precárias de emprego, garantindo igualdade de direitos entre homens e mulheres, bem como a igualdade de salário para a mesma função, e proteção a elas durante a gravidez, o parto e o período de amamentação. A OIT é responsável pelas convenções e recomendações das normas trabalhistas e internacionais a fim de garantir democracia, sustentabilidade e igualdade social. O escritório da OIT no Brasil é localizado em Brasília e existe desde 1950.

Várias Convenções ocorreram ao longo do século XX, com propostas de alterações em prol do direito da mulher. Alencar (1988) ressalta o Decreto nº 21.417-A, de 17 de maio de 1932, como um marco inicial para a regulamentação do trabalho feminino e destaca alguns tópicos, como: a igualdade de salário para cargos de igual valor, independentemente do sexo; a proibição do trabalho noturno para mulheres; a regulamentação de movimentação de pesos determinados; a proibição de trabalhos insalubres no subterrâneo, como em mineração ou em pedreiras; a licença para gestante de quatro semanas anteriores e quatro semanas posteriores ao parto, bem como a liberação para o aleitamento; e a proibição da demissão para a mulher grávida. Tanto essas quanto outras leis passaram por modificações em ocasiões diversas.

Até 1950, a OIT destacou a proteção à saúde da mulher e as questões de maternidade; a partir da segunda metade do século, a ênfase pautou-se na igualdade em oportunidade e tratamento entre homens e mulheres, com estabelecimento de várias agendas com temas diversos, por exemplo, geração de empregos e igualdade de oportunidades. A Convenção de 1953 tratou da equiparação salarial entre homens e mulheres, para cargos iguais e outra, de 1958, propôs que toda discriminação, com base em sexo, raça, religião ou origem fosse extinta.

A partir da década de 1970, a Organização passou a discutir a respeito das responsabilidades familiares, culturalmente, destinada às mulheres, sendo o trabalho doméstico visto de maneira desvalorizada. A Convenção 156, de 1981, tratou desse assunto, mas o Brasil ainda não aderiu à recomendação; o tema ainda estava em discussão durante as Convenções de 2008 e de 2010 e, segundo Bruschini et al. (2011), a não efetivação dificulta o estímulo de políticas já existentes e criação de novas medidas.

Bruschini (1987) observa um decreto de 1940 que determinava o salário mínimo para a trabalhadora, sendo 10% inferior ao do homem, mas logo a medida foi suprimida. A CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), de 1943, modificou o período de descanso após o parto para doze semanas, liberação diária para amamentação e disposição de berçário nas empresas. A lei proclamou a igualdade de salário para cargos correspondentes, independente do sexo, mas, conforme ressalta a autora (1987), nem sempre as leis são cumpridas, pois a fiscalização não é eficiente e as multas são mínimas.

A Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) brasileira é de veiculação posterior à OIT, foi decretada em maio de 1943, no governo de Getúlio Vargas, a fim de regulamentar as leis trabalhistas pela proteção do trabalhador e relações de trabalho. Após a veiculação da CLT, foram determinados direitos e deveres do empregado e do empregador, prevendo o registro em carteira de trabalho, o salário mínimo, o décimo terceiro, o direito à greve, a jornada de trabalho, o tempo de descanso e de férias, a licença maternidade, entre outras questões. Os setores privados são regulados pela CLT, já os trabalhadores rurais (agricultura, pecuária) e os servidores públicos não seguem as mesmas normas. Desde sua criação, a CLT já passou por várias reformas.

A CLT, assim como a Constituição Federal, prevê igualdade entre homens e mulheres, o capítulo III versa sobre a proteção específica do trabalho da mulher. Todos os preceitos que regulam o trabalho masculino também competem ao feminino, salvo as orientações do capítulo III, a respeito da duração, das condições de trabalho, da discriminação, do trabalho noturno, dos períodos de descanso, dos métodos e locais de trabalho e da proteção à maternidade. Muitos artigos já foram modificados ou vetados, prevalecendo a proteção no que se refere à fisiologia (esforço físico) e à maternidade. Há diferença, também, no tempo de contribuição para aposentadoria, 35 anos para os homens e 30 para as mulheres, por enquanto.

Algumas modificações no capítulo III da CLT foram realizadas para compreensão do cunho discriminatório de algumas leis, que, ao idealizar a proteção, restringiam as oportunidades e o acesso da mulher ao campo de trabalho. Leis como proibição do trabalho em período noturno e em minas de subsolo, por exemplo, foram necessárias na época em vigor; atualmente o ritmo de trabalho e as condições históricas são diferentes, por isso reformas são fundamentais.

Bruschini (1987) defende que a diferença de tratamento na lei trabalhista ocorra apenas para a gestante, sem disparidade em qualquer outro quesito, pois a mulher é capaz de realizar hora extra e atividades noturnas, por exemplo. As condições para que a mulher não seja vítima de discriminação devem ser por meio de outros critérios, revisando os estereótipos demarcados e irradiados pela escola e pelos meios de comunicação, por intermédio de programas educacionais e sociais. A autora (1987) aposta na possibilidade de ascensão para cargos de chefia de forma equilibrada entre os sexos e, também, na carga horária flexível tanto para mulheres

como para homens, visando a melhores condições para que as atividades domésticas sejam realizadas.

Existe um trabalho dos parlamentares, publicado regularmente pelas Edições Câmara, denominado *Legislação da mulher*. A sétima e última edição foi publicada em 2016 e compila textos com as normas que dispõem sobre os direitos e garantias das mulheres no Brasil: dispositivos constitucionais, atos internacionais, leis, decretos e portarias. Em nossa pesquisa, analisamos o material publicado em 2009 – 2ª edição – e o mais recente, de 2016, – 7ª edição. Com base nessas leituras, destacaremos, a seguir, as leis relacionadas às trabalhadoras.

De acordo com a Constituição Federal vigente, todos, sem distinção entre mulheres e homens, são respaldados por direitos e garantias fundamentais, considerados iguais perante a lei, com direito de liberdade, igualdade, segurança e propriedade (capítulo 1, artigo 5º); com garantia de acesso à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância (capítulo 2, artigo 6º).

O artigo 7º do capítulo 2 assegura a todos os trabalhadores uma série de direitos, dentre eles, destacamos alguns: seguro desemprego; fundo de garantia; salário mínimo unificado; piso salarial proporcional; décimo terceiro; adicional noturno; jornada de trabalho de até oito horas diárias e quarenta e quatro semanais; repouso semanal remunerado; remuneração para hora extra; férias remuneradas; licença maternidade; licença paternidade; adicional de insalubridade; aposentadoria; assistência gratuita (creches) para filhos de até cinco anos de idade; seguro contra acidentes de trabalho; proibição de diferença de salário para o mesmo cargo; proibição de trabalho para os menores de dezesseis anos de idade, exceto como aprendiz, a partir de quatorze anos; entre outros.

A respeito da ordem social familiar, apresentamos alguns parágrafos do artigo 226 do capítulo VII: os direitos e deveres dos cônjuges devem ser exercidos igualmente pelo homem e pela mulher; o Estado deve proporcionar recursos educacionais e científicos para os filhos, sendo que o planejamento familiar é realizado pelo casal. E o artigo 1.565, do capítulo IX, sobre os direitos da família, prevê que, a partir do casamento, homem e mulher assumem igualmente a responsabilidade pelos encargos da família.

Em relação aos decretos legislativos, em específico às normas trabalhistas, a maior parte deles possuem leis iguais para homens e para mulheres,

salvo algumas especificações para o sexo feminino, como: proibição da recusa de oferta de emprego com base no sexo, idade ou cor; remunerar de forma diferente com base no sexo, idade ou cor; exigir exame de gravidez para admissão; proibição de revistas íntimas nas funcionárias; assistência aos filhos das funcionárias (creches) quando totalizarem trinta ou mais trabalhadoras na empresa¹⁰; oferta de ensino profissionalizante para ambos os sexos; restrição ao acesso ao emprego por motivo de casamento ou de gravidez; direito à licença maternidade por 120 dias; dispensa da grávida para um número limitado de consultas médicas; descanso especial para amamentação até o sexto mês da criança, com locais destinados para a guarda dos filhos durante este período, entre outras.

Com base na Legislação da mulher (2009), observamos que muitos decretos foram publicados a partir da década de 1930; até o final da década de 1990, foram dezesseis, no total, com direcionamento a todas as áreas em que o sexo feminino está envolvido, seja na família, no trabalho, na maternidade ou na sociedade. Alguns decretos foram promulgados a partir de 2001 (até 2008 foram totalizados onze decretos), com direcionamento mais específico às mulheres. Proporcionalmente, em sete anos, mais medidas foram efetivadas em relação aos setenta anos do período anterior e, na Legislação da Mulher de 2016 (p. 152) são acrescentados mais alguns decretos, envolvendo questões de licença maternidade e de canais assistenciais em caso de violência contra a mulher.

Segundo Avelar e Rangel (2017), as demandas das mulheres são canalizadas para o sistema político e, dessa forma, muitos direitos foram conquistados, como: a Lei Maria da Penha; leis específicas para a licença maternidade; inovações no Código Civil quanto à igualdade no casamento; extinção do pátrio poder; tratamentos específicos para câncer de colo uterino e de mama; assistência jurídica para mulheres presas; novos direitos para trabalhadoras domésticas; entre outros. Os avanços ocorreram mesmo com o número de mulheres na política ser inferior ao número de homens; no Brasil, existe uma lei (lei n. 9.100/1995) que prevê 30% das vagas de candidatura para mulheres, ou seja, não há igualdade de representação, indicando, segundo as autoras (2017, p. 262), que

¹⁰ De acordo com Martins (2016), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), na seção V, artigo 397, faz referência apenas ao Sesi e ao Sesc como entidades destinadas à assistência à infância, distribuídas em cidades com maior número de trabalhadores.

“se há grupos excluídos dos partidos ou sub-representados, temos aí a injustiça da desigualdade política que tende a reproduzir a desigualdade social”.

Sobre a participação na política, Alves et al. (2017) discorrem a respeito da extrema desigualdade entre o acesso masculino e feminino nas representações políticas, sendo o Brasil um dos piores países no mundo em desigualdade de gênero na política. Além da “lei de cotas” de entrada nos partidos, são os homens que dominam os principais cargos dos partidos e tomam a maior parte das decisões; conforme os autores (2017, p. 52), “o déficit político de gênero não faz justiça à contribuição que as mulheres dão à sociedade brasileira”.

A evolução das últimas três décadas é notável, a legislação é fruto de lutas e conquistas capazes de influenciar a equidade entre gêneros, no entanto, muitas vezes, esbarramos nos valores culturais constituídos ao longo da história, sendo possível, ainda, verificar atitudes discriminatórias que impedem o exercício das potencialidades femininas, com atribuição de pesos e medidas diferentes ao avaliar o comportamento de homens e mulheres. Verificamos, portanto, que os avanços legais provocam mudanças sociais, mas não são capazes de eliminar estigmas culturais. Por isso, tão relevante é a garantia do governo em promover a participação das mulheres em políticas públicas, pois novas questões e necessidades surgem com o passar do tempo, e com a presença feminina, demandas serão atualizadas e haverá melhor qualidade de vida a todos. Nas palavras de Araújo (2011, p. 134):

Incluir como estratégia o estímulo e a disputa pela ocupação de cargos pelas mulheres nos espaços públicos e administrativos, espaços de interesse coletivo como sindicatos e associações ou mesmo espaços de decisão privada como empresas é parte da caminhada por equidade. Mas deve ser concomitante a um terceiro bloco: a mudança da cultura de gênero ainda tradicional quanto aos papéis e expectativas e que são disseminados explícita ou sutilmente na mídia, nas relações interpessoais e institucionais.

Na página *on-line* da agência da OIT/ ONU Brasil, notícias diversas a respeito de trabalho são postadas diariamente e nos chamou a atenção uma publicação de março de 2018, afirmando que as mulheres participam menos do mercado de trabalho do que os homens. Na notícia, a diretora geral adjunta de políticas públicas, Deborah Greenfield, enfatizou os numerosos avanços das mulheres no mundo do trabalho, mas que ainda há desigualdades, ela expôs a necessidade de novas políticas para as mulheres, principalmente por enfrentarem

responsabilidades desiguais dentro do lar. Segundo o diretor do departamento de pesquisa, Damian Grimshaw, quanto mais obstáculos as mulheres precisarem enfrentar, menos a economia vai avançar, afinal, sua colaboração é indispensável para o desenvolvimento social. Mesmo com as regulamentações, ainda há muito a ser alcançado, soluções que vão além de normas trabalhistas, sendo uma delas, a adoção de políticas públicas para o desenvolvimento da igualdade.

2.2.2 Iniciativas públicas e privadas

Planejar e executar leis, programas e agendas de apoio às mulheres não são defesas, apenas, de interesse feminino, mas da sociedade como um todo. Muitos órgãos e iniciativas de apoio, sejam públicos ou privados, vêm auxiliando no processo de reconhecimento feminino; diferenças já foram minimizadas e as que ainda persistem são desafiadoras para a ocorrência efetiva de mudanças sociais e culturais, garantindo o respeito e a igualdade a todos. Trataremos, a seguir, de algumas iniciativas em prol do progresso feminino.

Declaração de Pequim

Uma importante discussão mundial sobre a promoção da igualdade, promovida pela ONU, ocorreu em Pequim, na China, em 1995; a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres abordou temas a respeito do desenvolvimento e da paz das mulheres e originou um documento denominado “Declaração e Plataforma de Ação Pequim”, com áreas temáticas referentes à pobreza, à desigualdade, à violência, ao tratamento estereotipado, entre outras. O documento promove diversas ações, sendo referência na história dos direitos das mulheres e, também, fonte de inspiração para muitas decisões.

A respeito da Declaração de Pequim, destacamos o item número 12, pela promoção da liberdade de pensamento em contribuição da comunidade; o item número 13, por reconhecer a participação da mulher em todas as esferas sociais; o item 15, por estabelecer a distribuição equitativa de responsabilidades familiares entre homens e mulheres; o item 19, pela ênfase na participação das mulheres nas políticas e em programas efetivos; o item 26, pela promoção da independência econômica das mulheres; e o item 27, por impulsionar a educação básica e a educação para toda a vida da mulher.

Secretaria Nacional de Políticas Públicas para Mulheres (SPM)

Existe uma Secretaria Nacional de Políticas Públicas para Mulheres (SPM), criada em 2003 e vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que promove, por meio de ações, congressos, encontros e discussões, a igualdade entre homens e mulheres, e combate formas de preconceito e de discriminação, valorizando a mulher e sua atuação nos campos social, econômico, político e cultural. O órgão disponibiliza setor de ouvidoria, disque denúncia 24 horas, página na *Internet*¹¹ e perfis em redes sociais para a divulgação de seus programas.

Prêmio Bertha Lutz

Desde 2001, conforme instituído pelo Senado Federal, o Brasil celebra, anualmente, o Diploma Mulher-cidadã Bertha Lutz, chamado popularmente como Prêmio Bertha Lutz, um projeto apresentado em 1998 pela senadora Emília Fernandes, que confere a cinco mulheres de diferentes áreas um diploma pelo reconhecimento de atuação e contribuição na defesa dos direitos da mulher. Dentre as premiadas, destacam-se Heleieth Saffioti (socióloga – 2002); Nair de Castro Lima (empregada doméstica – 2003); Maria da Penha Fernandes (farmacêutica, inspiração para a criação da Lei Maria da Penha – 2005); Zilda Arns (médica – 2005); Dilma Rousseff (primeira mulher presidente da república – 2012); Carmen Lúcia (segunda mulher ministra do STF – 2015); Ellen Gracie Northfleet (primeira mulher ministra do STF – 2016); Lya Luft (escritora – 2016); em 2018, as vinte e seis deputadas que influíram no processo constituinte entre 1987 e 1988 foram homenageadas; e, em 2019, juízas, artistas, professoras, entre outras protagonistas, totalizando vinte e três mulheres, receberam o prêmio.

ONU Mulheres

Outra iniciativa é a ONU Mulheres, criada em 2010, pela defesa dos direitos humanos femininos nas seguintes áreas: liderança e participação política das mulheres; empoderamento econômico; fim da violência; paz e segurança e emergências humanitárias; governança e planejamento; e normas globais e

¹¹ Informação encontrada na página *on-line* <<http://www.mdh.gov.br/politicaspamulheres>>.

regionais. A sede é localizada em Nova Iorque com escritórios em todos os continentes, no Brasil, o núcleo é em Brasília. Em relação ao empoderamento econômico, o objetivo do programa é elaborar reformas para proporcionar direitos iguais aos recursos econômicos, com reconhecimento do trabalho doméstico, do extradoméstico e pela política da consciência sobre a reprodução e os serviços domésticos compartilhados entre os responsáveis pela família.

Um plano de ação foi lançado em 2015 pela ONU Mulheres (a Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável) e uma das iniciativas da agenda é o programa *Por um planeta 50-50 em 2030*: um passo decisivo para a igualdade de gênero, com o objetivo de, até 2030, eliminar toda e qualquer desigualdade, com novas leis e ações de educação pública.

Movimento Mulher 360

Por uma ação da empresa Walmart, em 2011, foi criado o Movimento mulher 360, com o objetivo de impulsionar a participação feminina no ambiente empresarial, estabelecendo direitos básicos, como o fim da violência e do assédio, igualdade salarial e incentivo à promoção de cargos, possibilitando o desenvolvimento da capacidade feminina em justas oportunidades. Empresas como Bombril, Coca-Cola, Natura, Nestlé, Santander, Unilever, entre outras, participam dessa associação. Conforme referências da página *on-line* do Movimento mulher 360, mulheres economicamente ativas contribuem para: o fortalecimento do setor produtivo; o desenvolvimento de comércios mais justos em novos mercados; aumento na produtividade dos empregados; crescimento na habilidade de atrair talentos; melhoria do relacionamento com governos e órgãos reguladores; e progressos nos resultados e na performance financeira.

O Movimento mulher 360 atua por meio de encontros e discussões entre as empresas associadas, promovendo assessorias em organização de mobilizações e práticas empresariais. A base conceitual dos conteúdos discutidos são Os 7 princípios de empoderamento das mulheres (WEPs) – noções para o meio empresarial com orientações sobre a atuação da mulher no ambiente de trabalho e na comunidade. Os sete princípios são:

1) Liderança: estabelecer uma liderança corporativa de alto nível para a igualdade entre gêneros.

2) Igualdade de oportunidade, inclusão e não discriminação: tratar todos os homens e mulheres de forma justa no trabalho – respeitar e apoiar os direitos humanos e não discriminação.

3) Saúde, segurança e fim da violência: assegurar a saúde, a segurança e o bem estar de todos os trabalhadores e trabalhadoras.

4) Educação e formação: promover a educação, a formação e o desenvolvimento profissional para as mulheres.

5) Desenvolvimento empresarial e práticas da cadeia de fornecedores: implementar o desenvolvimento empresarial e as práticas da cadeia de abastecimento e de marketing que empoderem as mulheres.

6) Liderança comunitária e engajamento: promover a igualdade por meio de iniciativas comunitárias e de defesa.

7) Acompanhamento, medição e resultado: medir e publicar relatórios dos progressos para alcançar a igualdade entre gêneros.

Esses princípios são adaptados ao contexto brasileiro e constam no material *Princípios de empoderamento das mulheres* (2017), desenvolvido pela ONU Mulheres Brasil em parceria com a Rede Brasil do Pacto Global e baseado na cartilha oficial global dos *WEPs*¹². Segundo o documento (2017), quando a mulher participa da economia, as sociedades se tornam mais justas, o país se torna reconhecido internacionalmente pelo seu desenvolvimento e há melhor qualidade de vida para as famílias.

Ao seguir os sete princípios, a empresa ou instituição empregadora estará colaborando com o empoderamento feminino, pois dará visibilidade para as habilidades, para os talentos e experiências das mulheres para se desenvolver, levando em consideração a igualdade como um direito humano inviolável e essencial. É dever do Estado garantir o respeito pelos direitos humanos e fornecer bases educacionais, de saúde e de segurança para o desenvolvimento da sociedade; as empresas, em parceria com o governo e com as organizações, se comprometem com a comunidade ao reconhecer e aplicar tais valores.

Os princípios de empoderamento previstos pelas Nações Unidas fazem parte dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável de 2030 (Agenda 2030), com

¹² *Women's Empowerment Principles*. Plataforma com o intuito de orientar as empresas a empoderar as mulheres e promover a equidade de gênero em todas as instâncias do negócio, incluindo a cadeia de valores e as comunidades onde atuam. Ao assinar os *WEPs*, a empresa assume publicamente o compromisso com essa agenda e passa a fazer parte de uma rede local e global das Nações Unidas.

planos de desenvolvimento para a obtenção da igualdade de gênero, dessa forma, as empresas parceiras trabalham com temas sobre diversidade, sexualidade e inclusão, com trocas de experiências e buscas por soluções para um mundo equitativo. As empresas parceiras encontram apoio na ONU Mulheres e nos movimentos provenientes para a produção de resultados, contando, além do apoio, com eventos e premiações.

Sempreviva Organização Feminista (SOF)

A SOF, associação não governamental com sede em São Paulo, que visa construir a cidadania democrática e fortalecer lideranças femininas em articulação com movimentos sociais, elaborou um material em forma de cartilha, publicado em 2014, que aborda a constituição da economia feminina ao longo da história e propõe uma economia feminista em que o trabalho doméstico seja visto como essencial e parte da economia, no qual homens e mulheres devem ser responsáveis, educando, por meio do exemplo, as próximas gerações; com colaboração do Estado, por meio de debates, políticas públicas e estabelecimento de prioridades, para que haja participação igualitária na política e que não se considere como economia ativa apenas as atividades remuneradas.

Rede Mulher Empreendedora (RME)

A Rede Mulher Empreendedora foi desenvolvida em 2010 por Ana Lúcia Fontes, a princípio, com um *blog*, onde empreendedoras compartilhavam suas questões e, diante do progresso do canal, em 2017, foi fundado a Instituto Rede Mulher Empreendedora (IRME), a fim de colaborar com projetos. Em relação ao apoio ao empreendedorismo feminino no Brasil, esta é a primeira plataforma existente e fornece conteúdo, dicas, notícias, eventos e cursos de apoio ao empreendedorismo feminino e estímulo à autonomia nos negócios e na vida. Algumas empresas são parceiras da RME, dentre elas, *Google*, *Facebook*, *Unilever*, *Itaú*, *Natura*. Conforme a definição sobre a RME, disponível na página *on-line*,

nossa equipe acredita que quando uma mulher é empoderada financeiramente, ela não muda só a realidade de sua família, mas também a da sociedade, pois quando elas têm negócios que dão certo, investem em suas comunidades, especialmente, para que haja um contínuo desenvolvimento e tratam seus públicos de interesse como uma família estendida, pois acreditam no poder colaborativo para melhorar o mundo.

Muitos são os programas de contribuição às mulheres brasileiras e a RME compilou a maioria deles em um mapa do ecossistema de apoio às mulheres e disponibilizou, em seu *site*, sua terceira versão, em 04 de fevereiro de 2019. Dentre as várias iniciativas que compõem o mapa, destacamos algumas delas no quadro a seguir.

Quadro 1 – Programas de contribuição às mulheres brasileiras

INICIATIVA	PROGRAMA	PÁGINA ON-LINE
Empreendedorismo feminino	RME	rme.net.br
	Feminaria	feminaria.com.br
	Empreender mulher	empreendermulher.com
Liderança e autoconhecimento	Projeto inspiradoras	projetoinspiradoras.com.br
Finanças	Finanças femininas	financasfemininas.com.br
	SOF	sof.org.br
Tecnologia	Mulheres na tecnologia	mulheresnatecnologia.org
	Minas programam	minasprogramam.com
Na construção civil	Mulher em construção	mulheremconstrucao.org.br
No campo	Agro mulher	agromulher.com.br
	Mulheres do café	mulheresdocafe.com
Saúde, bem estar e lazer	M pelo mundo	mpelomundo.com
	Portal do envelhecimento	portaldoenvelhecimento.com.br
	Instituto Avon	institutoavon.org.br
Comunicação com mulheres	Eva	thinkeva.com.br
	Plano feminino	planofeminino.com.br
Combate à violência e ao assédio	Mulheres do Brasil	grupomulheresdobrasil.com.br
	Olga	thinkolga.com / chegadefiufiu.com.br
Mulheres negras	Desabafo social	desabafosocial.com.br
	Mundo negro	mundonegro.inf.br
Mulheres mães	Multi materna	multimaterna.com.br
	Maternativa	maternativa.com.br
Na advocacia	Eles por elas – He for she	onumulheres.org.br/elesporelas

Fonte: o próprio autor.

Por meio dessas iniciativas, é possível ocupar espaços, realizar propostas, discutir posicionamentos e traçar planos de transformação ou de apoio para as causas femininas. A luta pelos direitos, conforme a carência de cada época (voto, educação, mercado de trabalho, entre outros), resultou em maior participação

feminina na sociedade e grande parte dessas conquistas provém da coragem daquelas que assumiram posicionamentos em um sistema de dominação masculina ou de opressão política. No próximo tópico, citaremos os nomes de algumas mulheres pioneiras e destaques em suas profissões.

2.3 PIONEIRAS E INSPIRADORAS: ALGUMAS PROFISSIONAIS

No primeiro capítulo deste trabalho, evidenciamos os nomes de muitas mulheres que, desde o século XIX, destacaram-se como escritoras, ativistas e em outras profissões e ocupações nas quais, para a época, poucas mulheres desempenhavam, tornando-se sinônimos de coragem, firmeza, autonomia e, acima de tudo, vontade de modificar a condição feminina. Neste capítulo, abordaremos mais alguns nomes, aquelas que foram as primeiras a assumirem determinados posicionamentos e profissões em nosso país. Vale recordar o nome de Maria Quitéria de Jesus Medeiros, já citada no capítulo anterior, ela foi, em 1823, considerada a primeira militar brasileira.

Anésia Pinheiro Machado (1904 – 1999)

Primeira **aviadora** brasileira a realizar um voo com passageiro, em 1922 e, também, a primeira mulher a proceder um voo acrobático no país. Por um tempo, foi proibida de voar por conta de seu ativismo feminista, mas logo reconquistou sua licença. Na área da aviação, Anésia conquistou vários prêmios nacionais e internacionais.

Carlota Pereira de Queirós (1892 – 1982)

Primeira mulher brasileira a ser **deputada federal**, eleita pelo estado de São Paulo em 1934; atuou em defesa de mulheres e crianças e, além de política, foi escritora, médica e professora. Prestou assistência aos rebelados e feridos da Revolução Constitucionalista e foi a única mulher a assinar a Constituição de 1934 ao lado de 252 homens constituintes. Há um monumento em seu nome no bairro de Pinheiros, na cidade de São Paulo.

Dilma Rousseff (1947 –)

A primeira e única mulher a tornar-se **presidente da república** foi eleita em 2010; anteriormente, Dilma atuou como Ministra da Casa Civil, como Ministra de Minas e Energia, como Secretária de Minas e Energia do Rio Grande do Sul e como Secretária Municipal da Fazenda de Porto Alegre. A economista e política foi afastada da presidência por um processo de impeachment em 2016.

Esther de Figueiredo Ferraz (1915 – 2008)

Primeira mulher a tornar-se **ministra** brasileira, atuou na área da Educação no governo de João Figueiredo, em 1982. Foi, também, a primeira mulher professora da Universidade de São Paulo (USP) e a primeira mulher reitora de universidade (Mackenzie) na América Latina. Esther era formada em direito e escreveu vários livros relacionando direito, mulher e sociedade.

Eunice Michiles (1929 –)

Durante o Império, a Princesa Isabel foi considerada senadora por direito dinástico, mas, pelo processo eletivo, Eunice foi a primeira mulher a possar-se no senado federal brasileiro, em 1979. No mandato anterior, ela atuou como deputada estadual pelo Amazonas e, no posterior, como deputada federal. A **senadora** criou programas em defesa da mulher.

Maria José de Castro Rabello Mendes (1891 – 1936)

Primeira **diplomata** brasileira, em 1918. Sua tentativa de ingresso nas relações exteriores, mesmo sendo aprovada em primeiro lugar, foi negada, mas, após contestações, obteve o deferimento para exercer o cargo. Após sua morte, foi proibido o ingresso de mulheres na diplomacia do país, quadro modificado, somente, em 1953.

Maria Lenk (1915 – 2007)

Primeira brasileira a participar de uma Olimpíada e única mulher **nadadora** do país introduzida no *Swimming Hall of Fame*, na Flórida. Em sua modalidade, foi a primeira brasileira a obter recorde mundial e, quando criança, treinava no Rio Tietê. Em 2015, foi adicionada à lista “10 grandes mulheres que marcaram a história do Rio”.

Marta Vieira da Silva (1986 –)

Primeira e única **futebolista**, entre homens e mulheres, a ser escolhida e premiada pela Fifa (Federação Internacional de Futebol), por seis vezes, sendo cinco consecutivas, a melhor jogadora de futebol do mundo. A alagoana tornou-se a maior artilheira da história da Seleção Brasileira de Futebol, entre a masculina e a feminina, ultrapassando o saldo de gols de Pelé. O salário da jogadora é inferior ao de um jogador de sucesso, mesmo diante de tantas premiações. Em 2010, foi nomeada pela ONU uma das embaixadoras da Boa Vontade.

Myrthes Gomes de Campos (1875 – 1965)

Primeira **advogada** brasileira a exercer a profissão, formada em 1898. Teve dificuldades para obter a legitimação de sua profissão, mas com insistência, conseguiu filiar-se à Ordem dos Advogados do Brasil em 1899. Myrthes lutou por direitos da mulher, colaborou para o reconhecimento do sufrágio e outras ações de grupos feministas.

Rita Lobato (1866 – 1954)

Primeira mulher a se formar e exercer **medicina** no Brasil; sua matrícula foi na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1884, período em que o ambiente de estudos era, praticamente, composto por homens. Sua especialidade foi a obstetrícia. Rita também foi a primeira mulher a ser eleita vereadora na cidade de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, em 1934.

Thereza Grisólia Tang (1922 – 2009)

Primeira mulher **juíza** do Brasil, em 1954. Thereza também foi presidente do Tribunal da Justiça de Santa Catarina e trabalhou até a idade limite de magistratura, setenta anos. Em 2018, foi inaugurado, e batizado como Auditório Thereza Grisólia Tang, um espaço amplo para eventos do poder judiciário no Tribunal da Justiça de Santa Catarina, em Florianópolis.

Na opinião de Coutinho e Diogo (2011), as transformações culturais estimularam a inserção da mulher no mercado de trabalho e em ocupações antes consideradas masculinas, como executivas, motoristas, juízas, frentistas, vigilantes, policiais, empreendedoras, engenheiras, entre outras. São muitos os nomes que

mereciam aqui serem destacados, mulheres em nível nacional e, também, de nossa região. A participação da mulher no mercado de trabalho não apenas resulta em independência, autonomia e valorização social, mas, principalmente, nos indicadores demográficos e econômicos do país, melhorando o posicionamento do Brasil no quesito produtivo.

No próximo capítulo, trataremos a respeito da mídia impressa a fim de compreender, em nossas análises, como a mulher profissional foi tratada pela mídia e as ideologias apontadas quanto à representação da mulher que trabalha.

Capítulo 3

A mulher na mídia impressa

A mídia se envolve ativamente na construção do mundo social. Ao levar as imagens e as informações para indivíduos situados nos mais distantes contextos, a mídia modela, influencia o curso dos acontecimentos, cria acontecimentos que poderiam não ter existido em sua ausência (THOMPSON, 1998, p. 106).

3.1 MÍDIA: CANAL DE COMUNICAÇÃO

A identidade e o comportamento dos indivíduos são influenciados pelos meios de comunicação em geral, direta ou indiretamente, pois a maior parte das notícias provém desses canais, principalmente neste século, com a utilidade dos dispositivos eletrônicos móveis. Mídia são canais de comunicação encarregados de transmitir informações por meio da imprensa (jornais, revistas); da televisão (emissoras de TV, TV a cabo); do rádio (emissoras de rádio) e do ambiente digital (*web-sites, e-mail, portais eletrônicos, redes sociais*). Do telégrafo até conexões sem fio, a mídia vem se aperfeiçoando e utiliza-se de recursos diversos conforme o desenvolvimento da economia e da sociedade. No período pré-histórico, os registros eram feitos por símbolos em pedras, nas árvores, no barro, e com o advento da escrita, foi possível registrar os processos de comunicação, os quais estão em constante desenvolvimento.

Santaella (2000) defende o uso do termo “mídias”, no plural, mesmo sabendo da grafia normativa “media”, pois ressalta ser uma palavra que abrange diversos meios de comunicação, com várias funções e a cada avanço tecnológico cresce em maiores espaços. Segundo a autora (2000, p. 24), “a origem do termo é latina, *médium* (singular) e *media* (plural) querem dizer meio e meios”.

Conforme Santaella (2000), toda comunicação transfere uma informação, seja em um diálogo, em uma redação, em uma notícia. A mídia, para compor sua programação, encaminha grande concentração de informações de variadas áreas de conhecimento, que será ou não captada pelo receptor, de forma consciente ou não. As informações, geralmente, repetem-se de uma mídia a outra com algumas diferenças de aparência para se adequar ao gênero midiático. Para a revista, é preciso informar, para os jornais, o primordial é divulgar a notícia da informação. Como os conteúdos publicados são voláteis, ou seja, surgem, mas desaparecem, o jornal dará créditos para a informação conforme seu próprio ritmo de acontecimento, até que ela desapareça; já a revista poderá retomar o assunto já desaparecido em forma de interpretação ou opinião.

O traço fundamental da cultura das mídias é a mobilidade, a capacidade de trânsito da informação de uma mídia a outra, acompanhada de leves modificações na aparência. Esses dados de comunicação tendem a durar pouco no tempo, mas, enquanto duram, multiplicam-se em diversas aparições (SANTAELLA, 2000, p. 36).

As mídias são várias e por mais que pareçam competir para publicar notícias inéditas, na verdade, elas se complementam, pois apresentam características diferentes, fazendo com que a rede de mídias seja democrática, pois é capaz de abranger diversos pontos de vista, disponibilizando, ao receptor, alternativas de interpretação. Se o acesso aos variados tipos de mídia é facilitado aos receptores, eles buscarão se aprofundar na notícia que lhes interessa, comprarão o jornal impresso, pois lá haverá os detalhes do que foi noticiado na televisão, e se desejarem se aprofundar ainda mais no assunto, pesquisarão uma revista para que tenham os acontecimentos esclarecidos. Com o acesso à *Internet*, a busca pelos detalhes das informações será, ainda, facilitada.

As mídias tendem a se engendrar como redes que se interligam, e, nessas redes, cada mídia particular tem uma função que lhe é específica. É por isso que o aparecimento de cada nova mídia, por si só, tende a redimensionar a função das outras. Quando uma nova mídia surge, geralmente provoca atritos, fricções, até que gradativamente as mídias anteriores vão, com o passar do tempo, redefinindo as prioridades de suas funções (SANTAELLA, 2000, p. 40).

As novas tecnologias de comunicação (celular, redes sociais) causam modificação na interação da sociedade, pois, primeiramente, criam um conflito, que, posteriormente, vai diminuindo com o tempo e, aos poucos, os novos recursos passam a fazer parte da vida social; conforme Santaella (2000, p. 135), “gerando novos hábitos de percepção e de interação comunicativa, nas áreas do trabalho, lazer, entretenimento e associação”.

Thompson (1998, p. 13) atrela o desenvolvimento da mídia às transformações institucionais do mundo e acredita que o desenvolvimento dos meios de comunicação causou, e causa, impacto na sociedade e em suas condições de vida. O autor pondera que os meios de comunicação não apenas informam, mas alteram o comportamento social, pois criam “novos tipos de relações sociais e novas maneiras de relacionamento do indivíduo com os outros e consigo mesmo”. Desde os primórdios, por meio dos gestos, a informação é ação fundamental na vida social e o desenvolvimento da mídia transformou a maneira de se produzir informação, pois

o desenvolvimento dos meios de comunicação é, em sentido fundamental, uma reelaboração do caráter simbólico da vida social, uma reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social e uma

reestruturação dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si (THOMPSON, 1998, p. 19).

No período medieval europeu, já havia comercialização de bens entre grupos de pessoas, eles divulgavam seus produtos oralmente, fazendo com que as notícias se alastrassem como uma rede de comunicação. No século XV, com o surgimento de empresas, o capitalismo despontou e, na segunda metade do século, Gutenberg inventou a impressão, resultando em várias tipografias em regiões da Europa. Surgiram, então, folhetos, cartazes e várias publicações periódicas de assuntos políticos e comerciais. Os jornais de notícias, propriamente ditos, foram criados a partir do século XVII.

Thompson (1998) relata que a modernização da imprensa ocorreu a partir do século XIX, com novas máquinas, possibilitando a maior produção de jornais e redução da taxa de analfabetismo. Conforme o número de leitores aumentava, maior era a quantidade de propagandas comerciais para sustentar a organização financeira da imprensa. Esse desenvolvimento dos meios de comunicação, conforme assinala o autor, provoca uma nova organização dos modelos de interação humana.

A mídia impressa desenvolveu-se conforme a necessidade de propagar notícias e acontecimentos, primeiramente na Europa e, após 1808, no Brasil. Com impressões em diversos veículos de comunicação, como jornais, periódicos, revistas, folhetos, informativos, cartazes, entre outros; jornais e revistas são tipos de mídia mais antigos, mas provocam alto índice de consumo, até na atualidade, variando em diversos estilos e segmentos. Ampliaremos os estudos da mídia impressa no tópico a seguir.

3.1.1 A mídia impressa no Brasil

Sodré (1966) afirma que a história da imprensa é a história do progresso da sociedade capitalista. Para o autor, no período colonial, os livros eram vistos com desconfiança, devido à Inquisição, a Igreja tinha liberdade para manusear livros e somente no século XVIII surgiram algumas bibliotecas particulares com livros trazidos por jovens que estudavam na Europa, mas todos controlados pela polícia. A primeira pequena tipografia foi instalada no Recife nesse século, mas a Corte mandou queimá-la para que ideias contrárias ao Estado não fossem divulgadas;

segundo o autor (1966, p. 21), “manter as colônias fechadas à cultura era característica própria da dominação”.

No Brasil, os impressos surgiram bem posteriormente às atividades de impressão da Europa e de outros países das Américas, na opinião de Sodré (1966, p. 33), o atraso da imprensa no Brasil era resultado da “ausência de capitalismo, ausência de burguesia”.

A imprensa no Brasil surgiu, definitivamente, em setembro de 1808 com o lançamento da *Gazeta do Rio de Janeiro*, em papel simples, informava ao público temas a respeito da saúde dos príncipes europeus, não possuindo conteúdo útil aos brasileiros. Nesse mesmo ano, o periódico português *Correio Braziliense* passou a ser divulgado no país com críticas à administração do Brasil e reflexão quanto ao quadro do período da Independência. Houve tentativa de proibição da circulação desse jornal por alguns anos e sua publicação voltou ao círculo normal em 1820, perdendo a força em 1822. O *Correio Braziliense* não foi publicado no Brasil e, sim, em Londres, pelo redator Hipólito da Costa, em 1808, com assuntos a respeito dos impasses da Colônia. Com a chegada da Corte, com a abertura dos portos e com a formação do Banco do Brasil, outros títulos da imprensa surgiram.

Durante o período da Independência do Brasil, periódicos foram lançados com maior frequência nas cidades mais influentes, como Recife e Rio de Janeiro; a *Gazeta do Rio de Janeiro* e *O Patriota* divulgavam notícias gerais sobre a região, a meteorologia, os escravos fugidos, alugueis, assuntos internacionais, entre outros. Após a Independência, a imprensa se expandiu para as províncias, com mais intensidade nas regiões em que as atividades políticas eram mais avançadas, conforme Sodré (1966), quanto maior era o problema político, mais a imprensa se destacava. Morel (2008, p. 41) amplia: “os jornais do período inicial constituíram-se, em alguns casos, através de várias redes de sociabilidade, dentro das condições da época, formadas no Brasil recém-independente que buscava se constituir como nação”.

Em 1850, foi criada, oficialmente, a profissão de jornalista e a ocupação de tipógrafo tornou-se fixa. A partir da segunda década do século XIX, os periódicos passaram a divulgar anúncios de vários tipos, incluindo oferta e procura de serviços e, em meados desse século, foram divulgados alguns títulos voltados ao público feminino. Surgiram as revistas, consideradas um luxo por conta das ilustrações; Martins (2008a, p. 63) detalha que elas ocuparam espaço nesse século e que “o

caráter de leitura ligeira e amena, acrescido do recurso da ilustração, adequavam-na ao consumo de uma população sem tradição de leitura, permitindo a assimilação imediata da mensagem”. Segundo Sodré (1966, p. 250), a revista é “o maior documento ilustrado que qualquer período da nossa história conheceu”, e ainda o é. Um estilo de revista de muito sucesso no século XIX foram as ilustradas com caricaturas, pois podiam ser compreendidas, também, pelos iletrados.

Barbosa (2010), ao contar a história da imprensa brasileira, cita o *Jornal do Commercio* como um novo modelo de jornalismo do século XIX e relata as três vertentes apresentadas no jornal: descrições a respeito dos problemas do cotidiano; debates políticos, por meio das transcrições das sessões parlamentares; e propagandas, anunciando serviços ao público.

Ainda no século XIX, muitas características de impressão evoluíram, como técnicas de cor, de imagem e das máquinas impressoras, mais números e títulos de jornais foram lançados, o público leitor foi ampliado e a prática da leitura foi adotada, principalmente, na área urbana. Os jornais passaram a discursar a respeito da modernização e da nova configuração das cidades, com a ideia de chegarem ao nível dos europeus. Assim, com o tempo, a atividade jornalística cresceu em tecnologia e, também, em abordagem de conteúdos. Assuntos políticos, abolicionistas e notícias a respeito da Proclamação da República fervilhavam na imprensa no final do século XIX. Após 15 de novembro de 1889, a política, por causa da formação de um Brasil república, continuou sendo um dos principais temas da imprensa, a modernidade tecnológica era percebida na reprodução de textos, imagens e propagandas.

O início do século XX foi marcado pela modernização da área urbana do Rio de Janeiro e dos artefatos tecnológicos cada vez mais desenvolvidos que garantiam qualidade e agilidade nas impressões dos jornais e dos periódicos, os quais passaram a ser ilustrados, garantindo, segundo Barbosa (2007), a verdade da notícia. A partir da segunda década do século, era comum que os jornais apresentassem, principalmente no Rio de Janeiro, matérias policiais, contendo roubos, crimes e tragédias cotidianas, capazes de envolverem o leitor por seu tom real de significação.

O número de periódicos reduziu-se e a imprensa jornalística passou de pequeno porte a grande porte, de artesanal a industrial, despontando grandes empresas com bons equipamentos gráficos, modernização de máquinas, meios de

transporte, meios de comunicação e urbanização, provando o avanço do capitalismo e a ascensão da burguesia. No século anterior, os anúncios eram sobre escravos à venda, navios que chegavam e partiam e remédios miraculosos; no início do século XX, os anúncios divulgavam confeitarias, produtos de higiene, medicamentos, cigarros, entre outros, apresentados de forma objetiva e, normalmente, sem gravuras.

Conforme Eleutério (2008), a partir do século XX, a imprensa obteve características de empresa, foi contestada, políticos tentavam comprar a opinião das notícias e alguns jornalistas foram, inclusive, reprimidos por suas publicações. Em contrapartida, a modernização tecnológica era evidente, impulsionando a diversidade de temas; as cidades que alavancavam a comunicação eram Rio de Janeiro e São Paulo; a literatura e as caricaturas continuaram presentes nas edições no início do século. A confiança no progresso do país era destaque nas primeiras páginas impressas, compostas por variados gêneros, entrevistas, reportagens, crônicas, entre outros. Nas palavras da autora (2008, p. 86),

foram tempos de expansão da grande imprensa, com impressos de vários matizes políticos, muitos de expressão reivindicatória, periodicidade variada, segmentação enriquecida e pluralidade temática, sobretudo nos cenários urbanos que se modernizavam.

Os homens das letras viam nos jornais e revistas a oportunidade de publicarem suas obras e serem reconhecidos por isso e, como o progresso tecnológico possibilitou baixos custos na atividade de impressão, muitos autores se aproveitaram disso para divulgarem seus trabalhos. Eleutério (2008) ressalta o prestígio da criação da Academia Brasileira de Letras, no início do século XX, elevando os escritores a um alto patamar social. Nas segunda e terceira décadas, escritores como Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Manuel Bandeira e outros influenciaram o pensamento moderno nas páginas impressas, manifestando novas visões, culturas e ideologias.

Também nesse início de século, foram lançadas as revistas *O Tico-Tico*, *Fon-Fon*, *Revista da Semana*, e a caricatura tornou-se frequente nas páginas da imprensa. Passou a ser destaque a imprensa proletária, a imprensa política, a imprensa burguesa, cada uma relatando seus interesses, seus protestos, sua moral; e por mais que se rotulassem como “imparciais”, revelavam sua opinião e seu posicionamento. Conforme Sodré (1966, p. 452), “o desenvolvimento da imprensa no Brasil foi condicionado, como não podia deixar de ser, ao desenvolvimento do país”.

A publicidade ganhou maior espaço nessa época, por simples caráter de anúncio e, também, por apoio financeiro ao jornal ou à revista, que se destacava pelas ilustrações em cores. Segundo Eleutério (2008, p. 94), “os anúncios iriam atender e estimular o consumo da classe média emergente e da elite, dispostas a folhear as páginas dos periódicos, ávidas por novos produtos trazidos pela industrialização e a urbanização”.

A profissão de jornalista intensificava-se mesmo com baixos salários e carga elevada de trabalho, cada vez mais, grupos se formavam a fim de trabalhar com imprensa, alterando alguns valores anteriores, priorizando a criatividade e valorizando a imparcialidade como requisito para a divulgação de textos. Conforme Barbosa (2007, p. 96),

outro ideal que aparece com frequência está associado às novidades introduzidas pelo periódico: a noção de moderno. Como um conceito, moderno, nas palavras dos jornalistas, é o jornal que divulga a informação, numa linguagem que procura a isenção. A informação passa a ter lugar de destaque. A valorização dessa pretensa neutralidade – apresentada pela formatação discursiva do periódico e pela delimitação dos espaços destinados à opinião que não mais se confundiria com as colunas de informação – retira da narrativa jornalística a idéia de suspeição.

A partir de 1930, o público alfabetizado crescia e a imprensa seguiu se modernizando, multiplicando-se entre cidades, nas estações, livrarias e comércio em geral; jornais divulgavam notícias momentâneas e revistas apresentavam temas diversos e entretenimento, ambos com o caráter de difundir preceitos e interesses. Cohen (2008, p. 104) ressalta que a base das publicações sempre foram assuntos políticos constituídos “a partir de grupos de interesse que viam na imprensa um meio de propagação de suas idéias e aspirações”.

A autora (2008, p. 107) enfatiza as revistas brasileiras como inspiradas nos modelos de revistas europeias, tecendo valores e padrões sociais e pondera que, dessa forma, a imprensa se destacou “como campo privilegiado na lógica da configuração da sociedade capitalista, ao oferecer um produto atrativo que veiculava ao mercado leitor as infinitas possibilidades de consumo no mundo moderno”. Os impressos designados às mulheres compunham parte das revistas ilustradas da época e, assim como o ramo feminino, outros grupos fundaram seus jornais, como os operários, utilizando os impressos como forma pública de denunciar suas relações e condições de trabalho nas fábricas, mensagens compostas em tom

político sobre “a superexploração do trabalho, em turnos de longa duração, emprego do trabalho infantil e feminino, baixos salários, entre outros” (COHEN, 2008, p. 122), além de confrontos entre patrões e operários.

Na década de 1930, havia revistas políticas e as que se declaravam neutras – as que pretendiam apresentar seus artigos em tom de imparcialidade, mesmo os que envolviam política – até que, no período da ditadura, os meios de comunicação passaram a ser controlados, mas, em meio à censura, alguns impressos saíram de circulação, muitos permaneceram, mas com alguma matéria ou outra proibida de circular. Conforme Barbosa (2007), de 1937 a 1945, por meio da censura, o Estado não dominou somente a imprensa, e sim, todos os setores.

A década de 1950 foi mais um passo de modernidade para a imprensa, principalmente pelo *slogan* difundido por JK “Cinquenta anos em cinco”. Os jornais, além de atuar no campo político, pretendiam explorar conceitos e acontecimentos capazes de mobilizar o público, conquistando audiência. Com a alta da televisão, em 1960, as informações começaram a chegar com maior velocidade no cotidiano, época de censura política sobre a imprensa. Para Barbosa (2007), os meios de comunicação produzem um discurso de acordo com a realidade social, não como um simples espelho, mas como produtores de significados conforme a prática cultural do seu público.

Sodré (1966, p. 469) revela que, na década de 1960, a imprensa passou por uma crise, pois muitos assemelhavam-na à imprensa norte-americana e os jornalistas, em sua maioria, passaram a não concordar com a falta de liberdade, pois dependiam da aprovação do dono do jornal para que suas notícias fossem divulgadas, ou seja, “a liberdade de imprensa, na sociedade capitalista, é condicionada pelo capital, depende do vulto dos recursos de que a empresa dispõe, do grau de sua dependência em relação às agências de publicidade”. Pela falta de liberdade de opinião e má remuneração, muitos jornalistas entraram em greve contra os proprietários de jornais. A crise na imprensa não foi identificada somente pela manifestação dos funcionários, mas também, pela ditadura e sua censura em grande parte das edições.

Em 1970, muitos jornais importantes fecharam seus serviços, Barbosa (2007) acredita que o fato ocorreu pelo alto custo do papel e por estarem vinculados a determinantes políticos, o que mudou na década seguinte com a potencialização da publicidade de empresas diversas. Segundo Abreu (2002), a imprensa passou a

ser liberada da censura, aos poucos, em 1974, anunciando a volta da democracia e da liberdade de expressão.

A partir de 1980, Barbosa (2007) esclarece que a imprensa passou a explorar assuntos de utilidade social e informações a respeito da globalização e os jornais voltaram a crescer. Nessa década, conforme Abreu (2002), o leitor começou a ser visto como “cliente”, dessa forma, o conteúdo a ser veiculado era baseado nas características e valores desse leitor, que agora poderia participar com suas opiniões nas cartas do leitor. O tamanho dos textos foi encurtado, passou-se a explorar mais as imagens, gráficos e tabelas, bem como a linguagem se tornou impessoal e descritiva. Dessa forma, cresceu a competitividade entre os jornais por disputarem, cada vez mais, melhor posicionamento no mercado.

A *Internet* é colocada em evidência, por Abreu (2002), como impulsionadora de uma nova sociedade desde a década de 1990, pois é capaz de reunir todos os tipos de mídia com informação em tempo real, baixo custo e possibilita que o leitor escolha os temas que lhe interessar. De certa forma, o acesso à notícia *on-line* tornou-se mais popular que aos impressos, mas jornais e revistas não foram desconceituados, sendo, ainda, preferência de muitos leitores.

Sodré (1966) acredita que a imprensa ainda não adquiriu posição de liberdade, pois quanto mais se desenvolve no meio capitalista, maior é sua empresa e menor sua independência. Segundo Martins e Luca (2008, p. 8), “a imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira”, considerando o fato de ser retratada, nos primeiros periódicos, a mudança de Colônia para Império e, posteriormente, fatos sobre a Primeira República, o Estado Novo e até os dias de hoje. Para as autoras, não há como desvincular a história do Brasil da história da imprensa.

Antigamente, para obter informações e saber de notícias era preciso sair de casa, hoje, a mídia faz parte do lar, com mensagens diversas e globais. Hábitos, assuntos e algumas obrigações são realizadas pelo uso da mídia, que, de certa forma, faz parte da estrutura familiar. Bachen (2009) declara que as tecnologias de comunicação não são recursos secundários no ambiente familiar, mas tecnologia e família interconectam-se como partes do mesmo sistema. Segundo a autora (2009, p. 289), “a introdução ou mudança de qualquer elemento – humano ou tecnológico – pode resultar em uma reorganização de papéis, relações e funções”. Vale considerar que as famílias têm diferentes acessos a diversos tipos de mídia, conforme sua

cultura e classe social, mas todas interagem com algum meio de comunicação, algumas vezes com mais de um recurso ao mesmo tempo.

3.2 SEGMENTAÇÃO DE REVISTAS

Segundo Freire (2016), os formatos de revistas surgiram na Europa no século XVII, com o tempo, outros países foram estreando seus modelos. Com a Revolução Industrial, o número de impressos se expandiu e ilustrações passaram a ser utilizadas em revistas europeias. A revista foi crescendo com algumas características próprias, ou seja, ter conteúdo breve, variado, descontraído e ser voltada para públicos específicos. No início do século XIX, poucos eram os leitores, a sociedade era composta, em sua maioria, por analfabetos, principalmente as mulheres, já que as poucas escolas eram frequentadas pelo público masculino. Aos poucos, o mercado de leituras aumentou seu campo, novas tecnologias para aprimorar as imagens foram descobertas a partir do século XX e a publicidade também cedeu uma nova roupagem aos veículos, visando ao público não apenas como leitores, mas, também, como consumidores.

Jornal e revista possuem características estruturais e de apresentação totalmente diferentes, mas, no século XIX, as revistas eram semelhantes aos jornais no quesito visual, pois tinham a aparência de jornal, mas o conteúdo era mais variado e voltado ao entretenimento; foi no século XX que as revistas foram aperfeiçoadas com capa dura, papel de maior qualidade, ilustrações, fotografias e cores. O alto custo das revistas é normalmente financiado pelos anúncios, sendo fortalecidas pela propaganda e vice versa. Conforme Buitoni (1990), o jornal é lido como fonte de atualização, já a revista pode ser atemporal e lida por mero prazer; enquanto as fotos de jornal demonstram a realidade, as fotos de revistas são tratadas a fim de seduzir o(a) leitor(a).

As revistas de moda e de assuntos gerais eram as mais populares, as de notícias só surgiram na segunda década do século XX, nos Estados Unidos, conforme Freire (2016), com o lançamento de *Time*, no início em preto e branco e com raras fotografias. *Time* serviu de inspiração para outros países criarem suas revistas de notícias. Em meados do século XX, a televisão passou a concorrer com as revistas e permaneciam no mercado aquelas que percebiam as mudanças de seu público e acompanhavam seus interesses.

No Brasil, as revistas ganharam vida a partir do século XIX, principalmente no Rio de Janeiro, época em que a tecnologia impressa colaborou para a confecção dos exemplares. Enquanto o jornal retrata, diariamente, notícias recentes, as revistas informam com maior amplitude, analisando, criticando e oferecendo entretenimento, seja semanalmente ou mensalmente, a públicos específicos ou em geral.

Na Alemanha, no século XVII, surgiu a primeira revista do mundo (*Erbauliche Monats-Unterredungen*), mesmo século do surgimento de uma revista francesa (*Jornal dos Sábios*) e de outra inglesa (*Transações Filosóficas*), com coletâneas de textos de assuntos específicos. No século XIX, assuntos gerais e de entretenimento passaram a ser publicados, e é nesse século que a primeira revista brasileira foi publicada (*As Variedades ou Ensaios de Literatura*). A revista do século XIX era um produto caro, direcionado à elite, que, na época, eram os que sabiam ler. A tecnologia de impressão avançou no século XX e a publicidade auxiliou a financiar as publicações, cada vez mais segmentadas e inclinadas a públicos específicos. Atualmente, com meios eletrônicos, a notícia chega à população em tempo real.

Ainda com o surgimento da televisão e da *Internet*, as revistas continuam no mercado e despertam a preferência da maioria dos leitores assíduos, pois, mesmo trazendo informações já noticiadas pelos meios eletrônicos, faz abordagem com profundidade, manifestando credibilidade. Por serem segmentadas, as revistas podem ser escolhidas pelo público conforme sua preferência, garantindo que o assunto de interesse esteja semanalmente, quinzenalmente ou mensalmente disponível e atualizado.

A respeito da segmentação das revistas, Mira (2001, p. 10) informa que o mercado classifica os produtos para abranger todas as classes e, dentro de cada segmento, generaliza suas publicações. A televisão é um meio massivo, da mesma forma, a revista é massiva, porém, segmentada; caracteriza-se conforme seu público e, segundo a autora (2001, p. 11), para permanecer no mercado, “tem de acompanhar rapidamente as mudanças do seu público, característica que a torna muito reveladora”. De acordo com os estudos de Mira (2001), a segmentação trata das diferenças de gênero, faixa etária e classe social da comunidade, oferecendo inúmeros títulos, são elaboradas e reelaboradas com base nos hábitos de seu público.

A respeito da segmentação, Sarti e Moraes (1980, p. 24) consideram um paradoxo a separação em públicos específicos (masculino e feminino), pois reforçam e “reproduzem, quando não estimulam abertamente, os preconceitos e discriminações que ajudam a compor o quadro da opressão do sexo feminino”, pois, mesmo com novas abordagens ideológicas, continuam vinculando a imagem da mulher ao ambiente doméstico e a do homem a temas sociais, políticos e econômicos.

Muitos periódicos e revistas foram (alguns ainda são) muito influentes no Brasil. Elaboramos um quadro (apêndice A), com base em Scalzo (2011), e complementamos com alguns outros títulos, para relacionar o veículo, sua segmentação e sua época de lançamento.

Os jornalistas e empreendedores que fizeram história com publicações de revistas em nosso país foram, conforme *A revista no Brasil* (2000):

- **Assis Chateaubriand:** líder do grupo de comunicação *Diários Associados*, influente devido às publicações de *O Cruzeiro*.
- **Roberto Marinho:** herdou do pai jornalista, Irineu Marinho, o jornal *O globo*. Alavancou os caminhos da empresa no ramo televisivo, tendo as revistas como setor secundário, destacando-se revistas infantis, *Querida*, *Marie Claire* e *Época*.
- **Adolpho Bloch:** dono de uma gráfica, investiu em revistas infantis e no sucesso *Manchete*. A editora Bloch lançou, também, *Desfile*, *Pais e filhos* e *Amiga*.
- **Victor Civita:** após sua chegada ao Brasil, lançou *O Pato Donald*, em seguida, *Capricho*. Suas ideias eram arriscadas, mas, acreditando que o sucesso seria alcançado, lançou *Quatro Rodas* e teve suas ideias continuadas pelo filho, Roberto Civita, que, ao estagiar em *Time*, nos Estados Unidos, retornou ao Brasil e lançou *Realidade*, *Playboy*, *Exame* e *Veja*. No ano 2000, a editora Abril contava com 219 títulos de revistas, entre elas, *Veja*, *Playboy*, *Claudia*, *Manequim*, *Superinteressante*, *Caras* e *Isto é*.

Uma revista é composta por variados gêneros e, ao apresentá-los, promove uma leitura guiada, não se torna maçante e, dos gêneros que a compõe (entrevista, notícia, artigo de opinião, informação, propaganda, editorial, carta do

leitor, reportagem, horóscopo, receita, entre outros), busca sustentar os temas abordados, criando relacionamento com o interlocutor, levando em consideração suas características sociais e de adequação do veículo conforme o segmento. De acordo com Marcuschi (2008, p. 160), “a escolha de um ou outro gênero em nossa atividade discursiva não é uma escolha aleatória e sim comandada por interesses específicos”.

Marcuschi (2008, p. 174) considera a revista um suporte e todo suporte promove a circulação do gênero em sociedade, sendo capaz de interferir no discurso. Nas palavras do autor, “suporte de um gênero é uma superfície física em formato específico que suporta, fixa e mostra um texto”. A linguagem será adequada ao gênero, que será pertinente às características dos interlocutores e, por serem considerados prática social e prática textual-discursiva, os gêneros não são estáveis, pois correspondem a formas sociais, situações de comunicação, momento histórico e social em que atuam, apresentando ações de ordem comunicativa, a fim de atingir determinados objetivos, servindo, muitas vezes, como reguladores sociais, pois legitimam o discurso da revista. Charaudeau e Maingueneau (2016) também são partidários de que o repertório de gêneros deve ser renovado mediante as práticas sociais.

Então, a linguagem de uma propaganda, por exemplo, será articulada com características próprias do gênero propaganda (tempo e modo verbal, adjetivação, conjunções), mas vai depender de fatores como público alvo, condições de produção, ideologia para funcionar. Marcuschi (2008, p. 150) revela, “cada gênero textual tem um propósito bastante claro que o determina e lhe dá uma esfera de circulação”. Segundo Maingueneau (2013), toda atividade verbal deve ser adaptada a cada gênero de discurso para não distanciar ou causar estranhamento ao interlocutor, pois ele optará por determinado segmento conforme seus interesses, inerentes aos seus saberes e competências.

3.2.1 Imprensa feminina

A imprensa feminina, desde seus primeiros anos de existência, discorre por assuntos semelhantes, culinária, família, decoração, romances. O contexto histórico caracteriza e transforma os caminhos das revistas para mulheres. Portilho (2009) destaca que a imprensa feminina propagou-se entre temas de literatura

(contos, romances e fotonovelas) e de moda, no início, com influências francesas e americanas. No fim do século XIX, com o avanço da classe média, casa e decoração passaram a fazer parte dos assuntos das revistas, e até meados do século XX, foi destacada a culinária e os cuidados com os filhos. Buitoni (1981) observa que as revistas femininas até o ano de 1970 traziam poucas informações de atualidades e política, centravam suas matérias em cuidados de beleza, culinária, relacionamentos e moda. Mesmo com muitas transformações temáticas, até hoje, as revistas femininas abordam temas relacionados ao lar, todavia, com graus diferentes de intensidade, pois os conteúdos transferem a visão histórica do momento em que estão sendo veiculados.

O surgimento da imprensa feminina é um dos reflexos da vida da mulher em sociedade, num período em que a figura da mulher era totalmente ligada ao lar ou ao convento. A princípio, conforme Buitoni (1981), não se pretendia informar a respeito de atualidades, mas entreter por meio de assuntos considerados úteis à mulher. A imprensa feminina surgiu, inicialmente, na Europa, no século XVIII e, nos Estados Unidos, no início do século XIX. No Brasil, pela ausência da imprensa, os informativos para mulheres foram iniciados no século XIX, em uma época em que a maioria das famílias morava no campo e a vida das mulheres se restringia ao lar. Com a vinda da família real portuguesa, surgiram transformações, a área urbana passou a ser mais ocupada e a moda europeia mais conhecida pelas brasileiras.

Conforme Santaella (2008), a imprensa feminina é um dos fatores mais importantes de construção de identidade feminina, pois proporciona versões e padrões de feminilidade. A imprensa feminina, segundo Buitoni (1990), está vinculada ao desenvolvimento histórico, o contexto se desenvolve conforme as ideias são disseminadas. Nas palavras da autora (1990, p. 24),

a imprensa feminina mais do que a imprensa em geral, está estreitamente ligada ao contexto histórico que cria razões para seu surgimento, e que interfere em cada passo de sua evolução. Jornais e revistas femininos funcionam como termômetro dos costumes da época. Cada novidade é imediatamente incorporada, desenvolvida e disseminada. A movimentação social mais significativa também vai sendo registrada.

Em seus estudos, Buitoni (1990) elenca o período de surgimento de jornais e periódicos femininos em vários países. Os jornais tiveram início no século XVII; o primeiro periódico feminino surgiu em 1693, na Inglaterra; na Alemanha, o primeiro foi lançado em 1774, sendo o estreado sobre moda em 1800, mesma

época da edição veiculada na Áustria; na Itália, o surgimento foi em 1770 e, na França, em 1758, país onde a imprensa feminina mais se destacou, inspirando outros países, inclusive o Brasil. Os temas variavam entre beleza, moda, questões sentimentais, horóscopo, religião, abordando, após a Revolução Francesa, alguns conteúdos políticos, histórias de romance e artigos sobre educação.

Nos Estados Unidos, o primeiro jornal feminino surgiu nas décadas iniciais de 1800, segundo Buitoni (1990, p. 27), “foi também nos EUA que se firmou a denominação magazine (em língua inglesa) com toda uma idéia de *revista* (em língua portuguesa)”. Em um jornal de 1877, do país norte-americano, foram defendidos, mesmo que sutilmente, pontos sobre direitos da mulher, como creche para os filhos, por exemplo. Na França, na Alemanha e na Itália, edições de cunho mais feminista (com ideias políticas, reivindicações das sufragetes e reportagens sobre as condições de trabalho) foram veiculados. Nessa época, os impressos eram adquiridos, somente, pela elite por saber ler; apenas, no final do século XIX, os periódicos tornaram-se mais acessíveis para outras classes.

A primeira revista feminina lançada no Brasil foi no século XIX, *O Espelho Diamantino*, de 1827, em seguida, *Espelho das Brasileiras*, de 1831. *O Jornal das Senhoras*, de 1852, *O Sexo Feminino* (de Francisca Senhorinha da Motta Diniz), duas décadas seguintes, e *A Família* (de Josephina Álvares de Azevedo, irmã de Álvares de Azevedo), de 1888; eram revistas mais polêmicas, pois traziam assuntos sobre a emancipação feminina; nessa época, poucas mulheres eram alfabetizadas. Uma revista de grande número de volumes foi *A Estação*, que de 1879 a 1904 apresentava moda, literatura, notícias e entretenimento; o livro de Machado de Assis, *Quincas Borba*, foi publicado periodicamente nessa revista. Literatura era um tema bastante comum nos jornais e revistas femininos do século XIX, tanto que algumas edições foram cunhadas em função da literatura. A moda também foi um assunto imperativo nas colunas das revistas.

Sintomaticamente, sustentar-se no eixo moda-literatura significava adotar uma linha conservadora em relação à imagem da mulher, enfatizando suas virtudes domésticas. Tais veículos desaprovavam qualquer idéia mais progressista; no máximo diziam que a educação beneficiava a mulher (BUITONI, 1990, p. 41).

A maioria desses periódicos durava por apenas alguns meses e, a partir de 1940, a imprensa apresentou maior força, principalmente pelo fato de as mulheres se tornarem consumidoras. Até meados do século XIX, a ideia de consumo

era atrelada ao luxo, classes menos favorecidas não tinham muito acesso aos novos bens de consumo. Com o tempo, os produtos tornaram-se mais acessíveis e, muitas vezes, divulgados em revistas em forma de propaganda, assim, a mulher passa a ser público alvo de anúncios de utilidades e de moda.

A partir do século XX, *A Cigarra* e *Revista Feminina*, por exemplo, eram publicações tímidas a respeito do voto feminino e os homens era maioria em sua equipe editorial; a *Revista Feminina*, fundada por Virgilina de Souza Salles, esteve em circulação por vinte e dois anos com publicações de Olavo Bilac, Menotti del Pichia e Júlia Lopes de Almeida. Na década de 1920, várias revistas eclodiram, principalmente em São Paulo, por conta da Semana da Arte Moderna. *O Cruzeiro*, de 1928, destinada ao público em geral, exibia grande quantidade de fotos ao lado dos textos dos acontecimentos semanais e possuía uma seção feminina. No período de 1923, propagou-se a revista *Renascença*, de Maria Lacerda de Moura, conceituada por Buitoni (1990) como a primeira e uma das únicas revistas femininas brasileiras de cunho anarquista, pois abordava temas em defesa da mulher, como educação, reivindicações, movimento operário e, também, assuntos de esportes, poesias, artes e modas.

As revistas femininas, a partir da década de 1940, tratavam a leitora com personalidade, desde os usos de linguagem (dêiticos pessoais) até ilustrações, foto das capas e os próprios nomes das revistas reproduzindo nomes de mulheres, foi um período de influência direta do cinema norte-americano na imprensa brasileira. Mira (2001), com base em dados do Rio de Janeiro de 1945, afirma que mulheres consumiam revistas à medida que homens consumiam jornais, pois os jornais, enquanto tratam diretamente de assuntos políticos e notícias inéditas, as revistas aprofundam assuntos sociais, educativos, culturais e entretenimento.

Foi em 1950 que a produção industrial de revistas foi intensificada e modernizada, investia-se cada vez mais em ilustrações e novas portas se abriam para a imprensa feminina, como revistas de fotonovelas e o lançamento de *Capricho*. A revista de interesse geral, *O Cruzeiro*, passou a concorrer com a estreia da *Manchete*, revista de boa qualidade e diagramação que explorava informações de nomes nacionais, atendendo, principalmente, os interesses da burguesia. Buitoni (1981) exemplifica a ideologia da revista *Capricho* dessa década, que, por meio das fotonovelas, propunha a moda e a beleza para as moças e transmitia dicas para conquistar um rapaz, centrando a completude da felicidade no casamento. Nessa

época, ideias sobre moda e beleza eram as mais divulgadas e, aos poucos, revistas como *Manequim* abriam possibilidades para que a mulher prestasse serviços.

Na década de 1960, a publicidade era o forte das revistas, muitas propagandas incentivavam o consumo. Foi lançada uma grande revista no ramo da reportagem que apresentava problemas não tratados por outras revistas: a *Realidade*. Em menos de um ano de veiculação, a revista lançou uma edição, em janeiro de 1967, exclusivamente a respeito da mulher brasileira, com pesquisas aprofundadas em várias regiões do país sobre a situação da mulher em assuntos como: virtudes, biologia, liberdade, sexo, amor, divórcio, entre outros, temas que horrorizavam algumas autoridades e até solicitaram que fossem recolhidas das bancas. A carta inicial da edição, elaborada pelo diretor Roberto Civita, intitulada *O trabalho que elas deram*, é finalizada com o seguinte parágrafo:

Tudo nesta edição – desde as cartas até o “Brasil Pergunta” – trata de mulheres. Trabalhando, amando, rezando, pensando, falando... sendo. Sabemos que o panorama traçado é apenas parcial, mas esperamos que sirva para mostrar o muito que elas já fizeram e o mais que ainda irão fazer (CIVITA, 1967, p. 3).

Realidade não durou muito tempo, mediante muitos impedimentos nas publicações não resistiu ao AI-5. A respeito da revista, Corrêa (2008) define que foi, por dez anos e até hoje, referência de qualidade na comunicação e Buitoni (1981, p. 94) declara, “são muitas as faces da mulher brasileira apresentadas na revista”, com caráter de reportagem e com temas distantes da abordagem da mulher romântica ou da mulher mais ligada ao lar, como faz a imprensa feminina.

Nesse mesmo período, *Claudia* foi lançada, direcionada à mulher de classe média, com assuntos variados sobre decoração, saúde, cuidados com a casa, entre outros. O consumo de revista foi em grande escala nos anos de 1970, em vez de ser um produto cultural, a revista passava a ter efeito industrial, em que o domínio das páginas era de propagandas e do incentivo ao consumo. *Claudia* também contava com os textos de Carmen da Silva, que iniciou, na imprensa feminina brasileira, assuntos a respeito do prazer no sexo, tema antes tratado de forma recatada e que iniciava um novo percurso, principalmente com o lançamento da revista *Nova*, pouco voltada para interesses domésticos e com várias matérias sobre sexo.

Buitoni (1981) revela que *Nova* pretendia divulgar artigos de cunho parcialmente feminista, indicando a força e a independência da mulher, porém, os

assuntos que defendiam a mulher eram embasados pela promoção do consumismo. De acordo com a autora (1990, p. 51), “*Nova* representa um tipo diferente de revista dentro do nosso mercado. Sua leitora estuda e/ou trabalha fora e não tem grandes preocupações domésticas”. Outras revistas com matérias sobre sexo, como *Carícia*, *Mais* e *Carinho*, foram publicadas a partir da década de 1970. Muitas propagandas, de diversos tipos de produtos, passaram a vincular seus textos à conotação sexual, conforme o uso de cores, expressões e palavras. Buitoni (1990) ressalta que o sexo se vendia sozinho e auxiliava nas vendas de produtos, mesmo os que não tinham significação sexual.

Desde os anos 50 até meados de 70, a censura interna das editoras e a censura governamental permitiam avanços extremamente vagarosos no tratamento da questão sexual. Não se podia, por exemplo, nomear as partes do aparelho genital feminino, mesmo pelos nomes científicos; só era possível descrevê-los (BUITONI, 1990, p. 66).

Dois veículos da década de 1970 foram essenciais para o desenvolvimento das ideias femininas e, diferentemente das revistas, não tinham o objetivo de estimular o consumo; são eles *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*, ambos de 1976, foram criados por grupos de mulheres redatoras de matérias sobre questões femininas; o primeiro ligado à Associação de Mulheres e, o segundo, ao Movimento pela Anistia. A linguagem utilizada nesses jornais era simples, pois a meta era atingir classes populares, versando a respeito de sindicatos, direitos trabalhistas e creches.

De caráter feminista, o jornal *Mulherio* foi lançado em 1981, com apoio da Fundação Carlos Chagas, a redação e a edição contavam com Adélia Borges, Fúlvia Rosemberg, Carmen da Silva, Heleieth Saffioti, entre outras mulheres influentes que buscavam união com outros grupos para divulgar assuntos femininos, mas, por não contar com apoio financeiro de anúncios ou instituições, não sobreviveu no campo da imprensa. Buitoni (1990) entende que este tipo de periódico capaz de lutar por direitos não possui mais tanta constância.

Hoje, o setor de revistas femininas é o que mais reúne títulos no mercado editorial com segmentação por faixa etária e, também, econômica. Esse fracionamento possibilitou maior crescimento do meio publicitário, que busca por mídias pertinentes ao seu grupo consumidor de interesse. Segundo a publicação de *A revista no Brasil* (2000, p. 174):

À medida que a sociedade urbana passou a adotar novos hábitos e atitudes, formas de ser, agir e pensar, as femininas ajudaram a

desatar e aprofundar essas tendências. E o Brasil talvez tenha se tornado, como sua natureza curvilínea e sua arte barroca, mais feminino.

A mulher conquistou espaço na sociedade e na cultura, modificando suas características históricas. Dessa forma, a imprensa feminina atua trocando influências com as leitoras, pois elas representam as modificações e sugestionam posicionamentos. Os sonhos e as ambições da interlocutora são tratados com proximidade para que a sintonia seja estabelecida e, por meio do diálogo, produtos e conselhos para a vida cotidiana são ofertados. Segundo Koshiyama (2007), as reportagens “podem ser meios para uma compreensão de nossa sociedade e das situações que se repetem e podem ser corrigidas na proposição de novos olhares”.

Buitoni (1981) realça o fato de a imprensa ocupar lugar de neutralidade, quando, por trás das receitas, contos de romance e sugestões de beleza, há conceitos ideologizados, ditos e não ditos, capazes de compreender e de representar a sociedade brasileira. Como forma de questionamento, Buitoni (1990, p. 11) pondera sobre a imprensa feminina ser ou não jornalismo, já que trata de assuntos especificamente “voltados à mulher” e isso poderia ser classificado, por muitos, como temas triviais e não, exatamente, fatos objetivos reveladores de atualidades, a ponto de considerá-los jornalismo. Destarte, a autora declara não existir uma única forma de fazer jornalismo e que a alta receptividade das revistas femininas pelo público elimina a necessidade de padronizá-las em imprensa jornalística ou não, a denominação imprensa feminina já basta.

As revistas estampam a imagem de uma nação e interferem em hábitos sociais; são veículos significativos no registro de acontecimentos e ricos materiais de conhecimento histórico a serem explorados. Compreender a história do mercado editorial de revistas é relevante para o entendimento de seu desenvolvimento, bem como da estrutura veiculada atualmente, desse modo, conforme Le Goff (1990), a memória, onde a história se difunde, preserva o passado e auxilia na compreensão do presente e do futuro. E, segundo Mira (2001, p. 213),

quando novas condições de vida se instalam, alterando hábitos culturais, práticas sociais e o cotidiano desses segmentos, certas publicações podem estabelecer com eles canais de comunicação. É o caso dos diversos modelos criados pela imprensa feminina em sua relação com a experiência das mulheres, da revista semanal da informação e a aceleração do tempo na modernidade, das revistas de negócios diante da nova ordem econômica mundial, das

publicações juvenis face ao envolvimento dos jovens com o universo pop e assim por diante.

Segundo Mira (2001), a diversidade de revistas são métodos mercadológicos que, ao levantarem determinados temas, como a mulher na sociedade, por exemplo, apresentam uma classe já existente, mas que não tinha visibilidade. Ao evidenciar tais assuntos, potencializam, de forma geral, o mercado de consumo e estimulam a formação de opiniões, utilizando a promoção da autoestima de forma subjetiva, despertando, inconscientemente, a necessidade de consumo.

A maior empresa editorial de revistas, atualmente, é o Grupo Abril, fundado em 1950, por Victor Civita, com o lançamento dos quadrinhos *O Pato Donald*. Entre seus diversos títulos, *Claudia*, *Capricho*, *Manequim*, *Realidade* (extinta), *Veja*, *Quatro Rodas*, *Placar*, *Playboy*, *Recreio*, entre outras, *Claudia* é a maior revista feminina brasileira e, *Veja*, a maior revista semanal de informação do mundo. Em nosso trabalho, utilizaremos, para as análises, materiais da revista *Claudia*, especializada em assuntos femininos, e de *Veja*, de informação geral. Dessa forma, apresentamos, a seguir, informações a respeito desses dois veículos impressos.

3.2.2 A revista Claudia

Claudia, publicada desde outubro de 1961, é considerada a maior revista feminina do Brasil, com público, conforme informações consolidadas em 2016, fornecidas pela página *on-line* "www.publiabril.abril.com.br", de, aproximadamente, 1.464.000 leitores (levando em conta materiais impressos e eletrônicos), sendo 13% de público masculino e 87% de público feminino, fazendo mais sucesso entre as idades superiores a quarenta anos, entre a classe média. Sua periodicidade é mensal, com tiragem média de 370.000 exemplares e seus temas versam sobre moda, família, profissão, culinária, entre outros. Dela, se originaram vários outros títulos, como *Claudia Moda*, *Claudia Bebê*, *Casa Claudia*, *Claudia Noivas* e *Claudia Cozinha*.

Claudia seria o nome escolhido por Victor Civita e sua esposa para uma filha, caso a tivessem; lançada em 1961, a revista tinha, inicialmente, o objetivo de tratar de assuntos do lar, filhos e marido, apresentando aconselhamentos, dicas de

moda, de beleza, de decoração, de culinária, algumas reportagens e sugestão de literatura. Havia grande espaço para publicidade, visto que novos produtos de limpeza e eletrodomésticos surgiram nessa época. Os artigos de Carmen da Silva destacavam-se na revista, denunciando a submissão e defendendo igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Na época em que *Claudia* foi lançada, o país passava por transformações culturais e sociais, e comportamentos de consumo se instauravam cada vez mais na sociedade. A linguagem pessoal e as características das capas de *Claudia* aproximavam as leitoras que teriam um material com que pudessem contar nos momentos de escolher uma roupa, preparar um alimento ou cuidar de sua casa. O diferencial de *Claudia* estava em suas variadas colunas; mesmo com herança estrangeira, ao indicar uma receita culinária, era possível encontrar os itens, facilmente, em mercados das cidades brasileiras, aproximando a mulher comum como leitora. Nas palavras de Mira (2001, p. 57), “*Claudia* cresce com a sociedade de consumo e com a ascensão das classes médias”, em um período de muitos lançamentos de itens de consumo, principalmente, de eletrodomésticos.

A leitora de *Claudia* era a mulher moderna de classe média urbana; conforme Costa (2009b, p. 39), “os valores e comportamentos foram construídos e muitas vezes significados pela revista tendo em vista a idéia de moderno associada a essa sociedade de consumo”. O discurso de “mulher moderna” iniciado por *Claudia* na década de 1960 pode, conforme Costa (2009b), ser considerado com várias características: 1- a modernidade como adesão a novos comportamentos, sendo a liberdade sexual antes do casamento um exemplo; 2- a modernidade como questionamento de seu papel na família e no trabalho; ou 3- a modernidade como a capacidade de consumir produtos para si mesma, para a sua casa e para as pessoas de sua família.

Nas duas primeiras décadas de veiculação, a maior parte das matérias e das propagandas de *Claudia* era voltada para cuidados com o lar e com a família; com a maior participação da mulher na vida pública, a revista foi modificando algumas características; a mulher, a partir de 1980, continuou sendo retratada como a responsável pelos cuidados do lar, mas com considerações a respeito da dupla jornada, indicando a importância de cuidar de sua imagem e de suas atividades profissionais. Segundo Costa (2009a), a revista resistiu em tratar a redução da dedicação da mulher em casa e sua entrada no mercado de trabalho, a autora

salienta que, gradualmente, temas profissionais passaram a fazer parte das edições, mas sempre apresentados de forma a conciliar com as representações de mãe, esposa e dona de casa; as matérias e os anúncios tentavam negociar com essa conciliação, oferecendo produtos de fácil manuseio e dicas de praticidade para otimizar o tempo e “facilitar” a vida das mulheres.

A casa era o espaço legítimo da mulher, onde esta exercia seu “poder de mando”, organizando, administrando os recursos financeiros e afetivos para garantir a harmonia familiar. O estímulo a consumir produtos para a casa foi a tônica de *Claudia*; ao despertar o sonho de consumir, convencencia sua leitora da utilidade e da praticidade que aqueles objetos trariam aos vários ambientes de seu lar. Do sonho ao consumo a revista conduzia a mulher a suas representações: dona de casa, esposa e mãe (COSTA, 2009b, p. 88).

Claudia, nos anos de 1960, contava com as seguintes sessões: O mundo de Claudia; Moda; Cozinha; Decoração; Reportagens; Conto; e Artigos. Nos anos de 1990, foi possível notar grande diferença entre os temas, pois a sociedade havia se transformado e a revista precisava acompanhar tais mudanças, os nomes das sessões foram modificados: Atualidades; Moda; Corpo; Dinheiro; Emoções; Casa; e Criança. Nos anos de 2000, é possível constatar mais mudanças: Atualidades; Moda; Corpo; Emoções e Sexo; Trabalho e Dinheiro; Casa e Cozinha; Criança e Adolescente. A cada ano, visando atender as demandas dos leitores, é possível verificar alterações nessas colunas, algumas são constantes, principalmente as que tratam do consumo. Dessa forma, observamos que a mídia reproduz as transformações sociais, moldando-se para se alinhar a novas condutas e necessidades.

Na edição de comemoração pelos cinquenta anos de Claudia, em outubro de 2011, Roberto Civita escreve na seção “Carta à Leitora” a respeito do surgimento da revista e afirma ser “a revista amiga de mais de 1,8 milhão de leitoras, que já a leem, consultam e utilizam com confiança há três gerações¹³”. Esse volume apresentou uma reportagem especial, destacando várias mulheres influentes na história do Brasil e elencando algumas tendências da mulher nos anos seguintes.

Por mais de dez anos, Claudia foi administrada somente por homens, no final de 1970, Maria Cristina Gama Duarte fez algumas alterações, garantindo maior personalização ao tratar a leitora de forma mais íntima. Com o tempo, outras

¹³ CIVITA, Roberto. Carta à leitora. *Revista Claudia*. Outubro de 2011.

mulheres passam a ocupar cargos nas coordenações, colaborando ainda mais com o progresso da revista.

Há quase sessenta anos, Claudia vem se adequando às demandas da mulher brasileira, tornando-se a maior revista feminina do país. O ambiente doméstico já não é mais o propósito da revista, pois a mulher conquistou espaço em várias ocupações, principalmente no mercado de trabalho, sendo assim, Claudia aumentou a quantidade de reportagens e continua abordando temas sobre o espaço familiar, todavia, em tonalidade diferente da apresentada nos seus primeiros anos de veiculação. Segundo Costa (2009a, p. 70), “modelos de família, de comportamento e valores estão presentes nas páginas da Revista Claudia, seja por meio da publicidade, como nos artigos que a constitui”. Sobre a revista, Corrêa (2008, p. 214) observa:

Com essa postura editorial de tratar de temas relevantes da atualidade, fazendo um jornalismo que começava a acabar com a pecha de que “jornalismo feminino” era um gênero menor (como se, por ser “feminino”, não fosse jornalismo...), a revista assumiu a liderança do mercado das revistas femininas, posição que continua ocupando.

Desde a década de lançamento de Claudia, as publicações sobre a relação da mulher com o mercado de trabalho foram se tornando consistentes progressivamente. Na década de 1960, conforme os estudos de Costa (2009b), poucos exemplares tematizaram a mulher profissional e, quando abordavam o tema, o faziam com cautela, motivando as leitoras a conciliarem seus afazeres, não esquecendo o dever principal: seu lar. Segundo a autora (2009b, p. 103), “trabalhar fora sim, ter seu dinheiro sim, mas sem quebrar com seus valores, essa era a tônica da revista nesse momento”. Durante a década de 1960, Claudia não apresentou o mercado de trabalho como uma obrigação para a independência, mas a possibilidade de repensar o posicionamento feminino, conciliando casa e trabalho. A década de 1970 trouxe mais matérias da integração da mulher no meio profissional como uma extensão de suas atividades em casa (estética, costura, ensino, decoração, culinária).

Na década de 1980, o trabalho fora do lar já era tratado de forma mais aberta pela revista, com estímulo para a busca de uma formação profissional e dicas de beleza e de comportamento para ser bem sucedida. Como muitas cartas apresentavam reclamações sobre a exaustão da dupla jornada, Claudia passou a

lidar com a questão do tempo, com matérias que estimulassem a valorização das horas de lazer, com motivação de gerenciamento do tempo. Segundo Costa (2009b, p. 110), nessa década, apesar da maior quantidade de conteúdos sobre trabalho, “a revista mantinha a prática do discurso da conciliação, de jornadas de trabalhos flexíveis e do papel que a mulher deveria desempenhar como mãe, esposa, dona de casa dedicada e perfeita e profissional bem sucedida”.

A partir de 1990, com a popularização dos computadores, Claudia estimulava a atualização da mulher em meio à tecnologia; nessa época, houve maior estímulo para a obtenção de um diploma de curso superior e dicas do vestuário no ambiente de trabalho. No período de 2000 a 2010, muitas reflexões com executivas, advogadas, médicas, entre outras profissões, ocuparam as páginas de Claudia, seja por meio de entrevistas, notícias ou artigos diversos; o sucesso na carreira passou a ser tema comum na revista e, nos últimos anos, o discurso da mulher ser o que ela quiser é bastante influente. Mesmo com o avanço em publicações a respeito de ocupações profissionais, Claudia continua destacando assuntos do lar e da família, afinal, acompanha as demandas de suas leitoras.

Uma das colunas de maior destaque na revista é *A arte de ser mulher*, assinada por Carmen da Silva, até 1985, tratando de temas polêmicos para a época, pois a escritora defendia a mulher em atividade, independente e sem características de submissão, clamando pela mudança no posicionamento feminino. Sua coluna permitia interação entre as leitoras, que enviavam cartas com opiniões ou questionamentos e, após selecionadas, eram respondidas por Carmen na edição seguinte. Os escritos de Carmen, em sua maioria, destoavam de propagandas e matérias publicadas por Claudia, que firmavam a mulher como dona de casa, dedicada ao marido e aos filhos. Certamente, muitos não concordavam com as ideias publicadas por Carmen, mas seus textos foram peças-chave para o alcance de conquistas femininas. Pela relevância dos textos de Carmen para influenciar a ocupação da mulher no mercado de trabalho, elaboramos algumas informações a respeito da escritora.

3.2.2.1 *Carmen da Silva*

Abramos a mente aos estímulos que a vida está constantemente oferecendo, aceitemos os desafios de cada dia, sacudamos as traças

e as teias de aranha que podem ter-se alojado sub-repticiamente em nossa inteligência (SILVA, 1963, p. 112).

Em um período arriscado para expor pensamentos de liberdade, por causa da ditadura, Carmen da Silva, jornalista e psicóloga, foi escritora de uma coluna na revista *Claudia* por vinte e dois anos, em defesa dos direitos da mulher e do desenvolvimento da autonomia feminina. Koshiyama (2007) lembra que Carmen da Silva soube trabalhar com temas cotidianos das mulheres, estimulando-as a fazerem escolhas e a apropriarem-se de seus direitos; e lutou para que os direitos ainda não instituídos por lei fossem concedidos, como a Constituição de 1988, por exemplo, que prevê a igualdade entre os sexos.

Carmen da Silva nasceu em 31 de dezembro de 1919, na cidade do Rio Grande, Rio Grande do Sul, e morreu no Rio de Janeiro, em 29 de abril de 1985. De família de classe média, seu pai faleceu quando ela era criança e foi criada pela mãe. Carmen formou-se professora primária em um colégio de freiras francesas. Ela trabalhou dos 18 aos 25 anos na Companhia de Petróleo Ipiranga e, desde então, escrevia para jornais locais. Em sua temporada em Montevideu e em Buenos Aires (como secretária na Embaixada do Brasil), continuou com publicações para revistas e jornais. Após seu retorno ao Brasil, na década de 1960, Carmen foi selecionada pela Editora Abril para escrever na coluna *A arte de ser mulher*. Em meio a seus artigos e respostas das cartas de leitoras, tratando da liberdade e da emancipação feminina sem radicalismo, ela incentivava as mulheres a assumirem sua autonomia. Durante sua permanência da revista *Claudia*, Carmen publicou alguns livros.

A coluna *A arte de ser mulher* era reservada a temas do cotidiano feminino e permitia a interação entre leitoras e autora por meio de cartas; o estilo de escrita de Carmen era informal, aproximando-se das leitoras e tentando conscientizá-las a posicionarem-se em suas vidas. De acordo com Costa (2009b, p. 184), os artigos de Carmen da Silva “abordam a necessidade de as mulheres se organizarem em torno de um ideal maior que a casa, maior que os anseios individuais e pensarem na coletividade e no papel que elas podem desempenhar”, tratando de assuntos como a autonomia, a independência econômica, os conflitos conjugais e entre mães e filhos, a sexualidade, a participação na política, entre outros. Os escritos de Carmen da Silva contribuíram para a história das conquistas femininas e para a reflexão da condição social e cultural da mulher.

Sobre o casamento, Carmen da Silva procurava conscientizar as mulheres a não depositar muitas expectativas no matrimônio e a posicionar-se nos momentos de alegria, mas também de tristeza, dialogando. O sexo foi tratado pela autora como fonte de prazer, diferentemente de outros artigos femininos que vinculavam o sexo ao prazer masculino, somente. A respeito do consumo, enquanto a revista incitava a mulher para estar atenta à moda, aos objetos de decoração, às necessidades dos filhos e aos alimentos culinários, Carmen da Silva considerava supérflua a idealização da imagem feminina e do consumo, incentivando a mulher ao autoconhecimento.

Em relação ao trabalho, a revista *Claudia*, desde suas primeiras edições, incentivou trabalhos manuais, culinários e de decoração para serem realizados em casa, o trabalho fora do lar foi retratado aos poucos, em respeito aos valores sociais (à condição de produção), pois muitas eram as críticas sobre a “ausência” da mulher do ambiente doméstico. Carmen da Silva incentivava a mulher a organizar sua vida e trabalhar fora, com dicas de como procurar uma atividade e de resolução dos problemas que seriam encontrados.

Em relação ao teor do discurso de Carmen da Silva, Costa (2009b, p. 210) considera:

Seu discurso parece esquecer o lugar onde sua seção encontrava-se inserida, já que na maioria das páginas da *Revista Claudia* essas diferenças estavam fortemente apresentadas e reforçadas mês a mês às suas leitoras. No entanto, se isso pode representar uma brecha por onde Carmen conseguiu seu espaço para questionar o papel da mulher, por outro lado pode simular um modelo de modernidade no qual o periódico se apoiava para descrever tal publicação como moderna, atualizada e avançada para seu tempo.

Mesmo com a coluna de Carmen da Silva, *Claudia* foi, e até hoje ainda é, criticada por conservar valores tradicionais e ideologias que reforçam a submissão. Para Mira (2001), as mudanças não podem ser drásticas, é preciso mostrar novos horizontes, mas sem perder o ambiente em que a leitora está inserida. As publicações de Carmen da Silva contribuíram para muitas conquistas femininas e perduraram até 1985, o ano de seu falecimento por um aneurisma abdominal.

3.2.3 A revista Veja

Veja trata de variados assuntos: política, economia, educação, artes, cultura e outros; alcança semanalmente, em média, seis mil leitores¹⁴, homens e mulheres de classe média, com idade média a partir de vinte anos, sendo considerada sucesso de vendas por seu jornalismo interpretativo.

Com base nos estudos de Mira (2001), *Veja* foi idealizada por Roberto Civita, filho de Victor Civita, do grupo Abril. Com formação estrangeira em jornalismo, ele embasou *Veja*, lançada em 1968, na revista *Time*, de Nova Iorque com o objetivo de informar o brasileiro a respeito dos acontecimentos, da tecnologia, dos negócios, da educação, da religião, entre outros temas gerais. *Veja* também viveu sob censura do regime militar ao longo dos anos 1970, mas, entre altos e baixos, se desenvolveu ao abordar questões políticas, sendo composta por várias propagandas e textos capazes de sintetizar as informações da semana.

Conforme Mira (2001, p. 87), “no momento em que surge *Veja*, o Brasil passa por um processo de modernização acelerada”, momento em que muitas pessoas procuram pela formação universitária e em que bens de consumo são ofertados à população. Com o passar dos anos, após declínios, ascensões e adaptações ao leitor, bem como ao mercado, *Veja* ocupou a posição, na década de 1990, de quarta maior revista de informação do mundo e, hoje, é a maior do país. Com informações semanais exploradas em grandes textos alternados com muitas propagandas, no início, a revista não contou com muitas vendas, mas, com insistência e abrindo espaço para clientes via assinatura, foi garantindo seu espaço. Conforme Corrêa (2008, p. 221), *Veja* “tornou-se a quarta revista semanal de informação no mundo, a única fora dos Estados Unidos, atrás somente de *Time*, *Newsweek* e *US World and News Report*”. No Brasil, é a maior do mercado em comparação a *IstoÉ* e a *Época*, revistas semanais pertencentes ao mesmo segmento de *Veja*.

A carta do editor do primeiro exemplar da revista foi assinada por Victor Civita e indicava a necessidade da nação obter informação nacional e internacional para acompanhar o desenvolvimento do país. Conforme a linha do tempo de *Veja*,

¹⁴ Informação coletada da página *on-line* “www.publiabril.com.br/marcas/veja”, com acesso em 20 de julho de 2018. O número refere-se a leitores de material impresso e digital.

disponível no site da Abril¹⁵, a capa dessa primeira edição apontava uma reportagem a respeito da crise na União Soviética, por causa da invasão russa. O número foi um sucesso e vendeu mais de seiscentos mil exemplares. A primeira edição censurada, de 18 de dezembro de 1968, ocorreu após o decreto do AI-5 (emitido pelo presidente Arthur da Costa e Silva), resultando na apreensão de todos os seus exemplares pelos militares.

As páginas amarelas (entrevistas) foram iniciadas na edição de 4 de junho de 1969, o primeiro entrevistado foi o dramaturgo Nelson Rodrigues. Até meados de 1976, Veja passou por um momento de restrições do regime militar, era vigiada e, no lugar dos textos vetados, publicava imagens sem significado, foram proibidas mais de sessenta reportagens, sem contar os exemplares que foram recolhidos na íntegra. Em 1983, a maior cidade do Brasil recebia, junto com Veja, um material encartado com a programação cultural de São Paulo, após dois anos, a *Vejinha*, como ficou conhecida, passou a ser distribuída separadamente aos clientes de Veja. A edição de 12 de março de 1986, apresentando o novo plano econômico de José Sarney, alcançou o recorde de vendas até então. A versão de Veja na *Internet* foi reproduzida em junho de 1997 e, dez anos depois, tornou-se uma das plataformas de notícias digitais mais acessadas; no *Facebook*, mais de 7.2 milhões de pessoas curtem a página de Veja.

Comparando com os preços da publicidade de outras revistas do mesmo gênero, Veja possui o espaço mais caro para propagandas e, segundo Sampaio (2003, p. 100), em pesquisa realizada em 2001, Veja possuía a liderança na questão “informação e atualidades”, permitindo aos publicitários a amplitude de temas em seus anúncios.

O modelo editorial de Veja não sofreu muitas modificações desde seus primeiros anos, a revista é composta pelas páginas amarelas (entrevistas), seção humorística, acontecimentos da semana, carta ao leitor, cartas, assuntos culturais (livros, música, cinema), artigos de opinião e muitas matérias de cunho político. Os acontecimentos políticos sempre foram abordados pela revista desde sua primeira veiculação. Ao longo da trajetória de Veja, é possível observar seu posicionamento sendo estabelecido, o que agrada alguns e recebe crítica de outros. Vale ressaltar seu grande espaço ocupado por propagandas, sendo a revista mais cotada para a

¹⁵ REDAÇÃO. *Os 50 anos de VEJA: uma linha do tempo*. 12 de julho de 2018. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/brasil/os-50-anos-de-veja-uma-linha-do-tempo/>. Acesso em 25 de julho de 2018.

divulgação de publicidade. A partir da década de 1980, os editores inseriram gráficos e maior quantidade de fotos e ilustrações para atender a demanda dos leitores e obter melhor posicionamento no mercado.

Mira (2001, p. 41), ao estudar quatro grandes revistas brasileiras, considera que Claudia “se desenvolve junto com a constituição da chamada sociedade de consumo no país, constantemente tensionada pelas causas feministas e imbricada com elas”, mostrando a moda e a culinária nocional, e que Veja “refletirá o fenômeno da aceleração do tempo que o modernizar sempre implica”, informando os leitores. Tanto a impulsão para o consumo quanto o ato de informar realizam-se mediante a linguagem, dessa forma, abordaremos, no próximo tópico, algumas características de linguagem desse tipo de mídia.

3.3 LINGUAGEM DE CONSUMO OU CONSUMO DA LINGUAGEM?

De acordo com Buitoni (1981, p. 1), “a linguagem não serve só para relatar ou descrever. A linguagem diz as coisas. E a imprensa feminina, sendo linguagem, diz a mulher”. Tudo o que é veiculado na mídia são relações constituídas e sustentadas na língua. Gomes (2000) considera o jornalismo um fato da língua e, por isso, é preciso levar em conta sua função social discursiva. O discurso, no caso, é formulado conforme procedimentos da linguagem capazes de promover o efeito de real, com base em elementos da verossimilhança.

‘Efeito de real’ é o termo empregado por Barthes para designar o resultado das estratégias dos discursos realistas, aqueles que, na busca de testemunho para o seu testemunho, recorrem a uma realidade em cuja construção colaboram. Essa é a prática jornalística por excelência, mas não sem algumas implicações (GOMES, 2000, p. 27).

Conforme Gomes (2000, p. 35), “quando falamos não somos totalmente livres, pois procedemos por escolhas dentro de um repertório comum previamente dado”. As nossas escolhas lexicais são selecionadas dentro de um campo onde estão as palavras relacionadas ao nosso conhecimento. O autor (2000, p. 79) considera que “é por uma escolha feita pelas mídias que um acontecimento se elege com tal”. Nosso tema de trabalho é a “representação da mulher”, ao pensar em mídia impressa, sabemos que a linguagem é constituidora das representações por meio, muitas vezes, de uma seleção lexical, que apontará determinadas

representações e, ao indicarem para um desejo social, segundo Charaudeau (2015, p. 47), “produzem normas e revelam sistemas de valores”. Em outro momento deste trabalho, detalharemos sobre a Semântica Argumentativa, uma das bases teóricas de nossos estudos, pois, por meio dos recursos argumentativos, os discursos são formulados e a participação dos interlocutores efetiva seus sentidos.

É necessário que a informação seja posta em cena de maneira a interessar o maior número possível de cidadãos – o que não garante que se possam controlar seus efeitos. Sendo assim, as mídias recorrem a vários tipos de discursos para atingir seus objetivos (CHARAUDEAU, 2015, p. 60).

Barbosa (2007) defende que estudar a imprensa não é apenas visualizar os textos, mas sim, decifrar os significados plurais das matérias, compreender que a história não ocorre em saltos, mas em tempos longos. A autora (2007, p. 245) ressalta que é preciso descobrir

quem escreve nesses jornais, como procuram se popularizar – ou seja, que estratégias, apelos e valores esses veículos invocam no seu discurso -, como funcionam essas empresas e de que forma esses textos chegam ao público. Percorrido esse caminho é preciso ver ainda como os leitores entendem os sinais na página impressa, quais são os efeitos sociais dessa experiência.

A comunicação em massa é diferente da comunicação face a face, pois em uma, há fluxo comunicativo de ambos envolvidos na conversação, na outra, conforme Thompson (1998), os receptores estão alocados em diferente dimensão espacial e temporal em relação ao enunciador, não podendo intervir imediatamente no ato comunicativo, mas contribuindo como intérprete conforme o contexto sócio-histórico em que está inserido, podendo reinterpretar a mensagem ao transmiti-la a outro indivíduo, que terá sua própria interpretação e resignificação. Com base nisso, Thompson (1998) ressalta que de uma pessoa para outra, conforme seu contexto sócio-histórico, a mensagem transmitida pela mídia pode ser compreendida diferentemente.

Os produtos de mídia são recebidos por indivíduos que estão sempre situados em específicos contextos sócio-históricos. Estes contextos se caracterizam por relações de poder relativamente estáveis e por um acesso diferenciado aos diversos recursos acumulados (THOMPSON, 1998, p. 42).

Segundo Thompson (1998), o desenvolvimento e a modernização da mídia aumentaram a propagação de mensagens ideológicas e suas práticas nas diversas situações da vida cotidiana. O autor considera que as mensagens da mídia

serão ideológicas conforme forem recebidas pelos indivíduos e utilizadas por eles nas práticas de suas vidas. Para Van Dijk (2002, p. 123), todo processo de mídia tem determinadas funções e efeitos de produção e de recepção, “há condições sociais, culturais e cognitivas sobre tais propriedades organizacionais das mensagens de mídia”.

De acordo com Charaudeau (2015, p. 67), “todo discurso depende, para a construção de seu interesse social, das condições específicas da situação de troca na qual ele surge”. Para o autor (2015, p. 72), há relação entre duas instâncias na comunicação de mídia, a de produção e a de recepção, sendo que a produção não depende, somente, do jornalista ou autor de determinado texto ou propaganda, mas, sim, de vários acontecimentos e saberes existentes antes da transmissão. E a recepção é heterogênea, não dialoga com o produtor e possui perfis com diferenças econômicas, sociais e culturais. Assim, o produtor estará atento aos interesses e comportamentos do seu receptor alvo, atrelando afetividade ao seu discurso a fim de despertar reações de ordem emocional, quebrando expectativas, repetindo ideias, surpreendendo, mostrando grandeza e utilizando estratégias discursivas de dramatização para abordar o destino impossível do ser humano. Dessa forma, o ato comunicativo é concretizado por meio da produção e da recepção, submetidas a condições de produção e, também, de interpretação.

Desta maneira, o principal alvo das editoras são os leitores, por isso consideram sua opinião e analisam seus pareceres. Barbosa (2010) considera que um texto está incompleto sem a participação do leitor; para a autora (2010), primeiramente, o texto é elaborado, lançado ao público que habita o mesmo mundo e, posteriormente, a interpretação por parte de cada leitor, conforme sua vivência, reconfigurará o texto de acordo com a sua crítica e lançará/ viverá suas ideias em seu meio de convivência. A autora (2010, p. 203) ressalta: “a leitura, entretanto, não é apenas o que o texto prescreve, ela só é revelada plenamente por meio da interpretação”, pois

a comunicação só é efetivamente realizada no momento em que o leitor lê essas reportagens, olha as fotografias, manuseia o jornal e o carrega debaixo do braço, comenta o que leu, recorta, rasga ou joga fora, ou seja, quando reconfigura o mundo (BARBOSA, 2007, p. 244).

De acordo com Corrêa (2008), a carta do leitor e os textos que se tornam mais populares são como um termômetro para as revistas, pois manifestam seus

interesses. Os anunciantes determinam o veículo de propagação conforme o público alvo, definido pelas revistas, por meio de seus focos de notícia e de assuntos a serem tratados. Segundo o autor (2008, p. 227),

no jornalismo de serviço, conhecer o leitor era fundamental para o sucesso. Para o anunciante, ter seus anúncios em todo país era básico para sua estratégia de venda. Ainda mais tendo certeza de que a publicação falava com quem ele queria se comunicar.

Ao considerar o perfil de leitores, Vilas Boas (1996, p. 86) ressalta: “o texto de qualquer revista – não importando o estilo – esconde uma tendência. A tendência de uma revista é a inclinação de seus leitores. Então, é adaptar-se a eles”. Segundo Scalzo (2011), uma revista pode ser dinâmica, interativa, apresentar qualidade de material e de informação, mas quem vai realmente defini-la, é o seu leitor. Para a autora (2011, p. 12), a revista é

um encontro entre um editor e um leitor, um contato que se estabelece por um fio invisível que une um grupo de pessoas e, nesse sentido, ajuda a compor a personalidade, isto é, estabelece identificações, dando a sensação de pertencer a determinado grupo.

Para Mattelart e Mattelart (2007, p. 147), só é possível apreender a linguagem, pois ela é direcionada a outro no discurso. “A linguagem é o campo de tensões e interesses conflituais. As avaliações de um discurso e as respostas individuais a um enunciado estão longe de ser uniformes, encontram-se em constante transformação”. Charaudeau (2015, p. 16) acredita que o mundo midiático é um universo construído, e não apenas um reflexo dos acontecimentos sociais; “ele reflete o espaço social e é refletido por este”, como um espelho, mas com capacidade deformadora, ampliando, reduzindo ou estereotipando situações. Segundo o autor (2015, p. 19), “a informação é essencialmente uma questão de linguagem, e a linguagem não é transparente ao mundo, ela apresenta sua própria opacidade através da qual se constrói uma visão, um sentido particular do mundo”.

Posto isto, entendemos que os meios de comunicação utilizam imagens/representações para provocar a necessidade de adequação aos modelos e aos valores vigentes (imagem corporal, utensílios de consumo, entre outros), para que novas condutas e padrões sejam incorporados em busca de uma satisfação imediata. De acordo com Bruhns (1995), a cultura elaborou imagens diferentes de homens e mulheres, gerando visões padronizadas em modelos historicamente traçados; e a mídia utiliza esses modelos como estratégia de comunicação. Segundo

Silva (1995, p. 110), a linguagem é fundamental para difundir esses conceitos, então, “esses estereótipos mistificam-se, tornando-se cada vez mais impermeáveis aos modelos do que seja ‘ideal’ masculino e feminino, gerando protótipos que dificilmente perdem a força”.

A partir do século XX, ficou evidente que produtos e objetos não são mais encarados pela sociedade como utensílios do cotidiano, mas há muitas motivações consumistas que foram formando o comportamento de quem compra. Diante disso, os meios de comunicação, adequando a linguagem a fim de persuadir, propaga a emoção, a liberdade e a felicidade de forma acessível, fazendo com que o interlocutor enxergue possibilidades de realização pessoal, mas que, muitas vezes, é apenas uma ilusão. Após a Segunda Guerra Mundial, houve transformações políticas e econômicas no mundo, modificando alguns hábitos de consumo, pois a indústria e a urbanização avançavam, demandando novos estilos e tecnologias. A seguir, focalizaremos a visão de consumo, pois entendemos que o posicionamento da mulher no mercado de trabalho ao longo dos séculos foi constituído, também, pelo consumo de informações disseminadas pela mídia.

O consumo está presente no cotidiano, é uma atitude rotineira, pois para sobreviver é preciso consumir. Para Bauman (2008), consumo é diferente de consumismo; enquanto o consumo é uma particularidade dos seres humanos, o consumismo é uma característica da sociedade. Uma sociedade torna-se consumista quando o desejo de cada indivíduo for colocado em evidência; há alguns anos as pessoas eram mais apegadas aos seus pertences, culturalmente conservavam suas aquisições, deferentemente de hoje, pois vivemos de maneira “imediatista”, há pressa em adquirir, descartar e substituir para acompanhar novas tendências e novos recursos, existe o medo de não inovar e perder as chances de alcançar o sucesso. É o movimento de mercadorias que alimenta a economia consumista, segundo Bauman (2008, p. 51):

Numa sociedade de consumidores, de maneira correspondente, a busca da felicidade – o propósito mais invocado e usado como isca nas campanhas de marketing destinadas a reforçar a disposição dos consumidores para se separarem de seu dinheiro (ganho ou que se espera ganhar) – tende a ser redirecionada do *fazer* coisas ou de sua *apropriação* (sem mencionar seu armazenamento) para sua *remoção* – exatamente do que se precisa para fazer crescer o PIB.

Com o rápido descarte de bens adquiridos para a obtenção de novos produtos, é natural as empresas, que antes fabricavam bens duráveis, modificarem a

qualidade de seus materiais para que produzam mais com menor investimento, dessa forma, a economia consumista estará em constante rotação. Bauman (2008, p. 53) salienta, “para manter em curso a economia consumista, o ritmo de aumento do já enorme volume de novidades tende a ultrapassar qualquer meta estabelecida de acordo com a demanda já registrada”. O crescimento desmedido na produção de bens acarreta em informação excessiva, gerando pressa e ansiedade no consumidor que se sentirá na responsabilidade de absorver todo conhecimento, de acompanhar os avanços tecnológicos, de adquirir inovações. Nos intervalos entre uma notícia e outra, as propagandas estarão presentes, inserindo uma pausa na obtenção da informação desejável, todavia, uma pausa ilusória, pois despertará a necessidade do consumo.

A respeito da sociedade de consumo, Bauman (2008) explica a esperança da satisfação dos desejos humanos. A esperança só é sedutora enquanto o desejo não for satisfeito, ou seja, o produto consumido não pode deixar o indivíduo totalmente realizado ou sua busca cessaria, ele não sentiria necessidade de novas demandas, o que resultaria a quebra da economia. Nas palavras de Bauman (2008, p. 64), “a sociedade de consumo prospera enquanto consegue tornar *perpétua a não-satisfação* de seus membros (e assim, em seus próprios termos, a infelicidade deles)”. No caso, a procura pela realização deve prosseguir, sendo quebradas e ressignificadas as promessas anteriormente realizadas. O autor acredita que o excesso de novas promessas é capaz de encobrir as frustrações, neutralizando a sensação de desapontamento. O “engano” ao consumidor e a conservação de seus atos irracionais é sadio para a sociedade de consumo, pois isso garante sua sobrevivência.

As propagandas, as sugestões das lojas e as opiniões alheias vão apelar para que o consumo seja efetivado e, segundo Bauman (2008, p. 74), “consumidores de ambos os sexos, todas as idades e posições sociais irão sentir-se inadequados, deficientes e abaixo do padrão a não ser que respondam com prontidão a esses apelos”. Para manter a posição social e proteger sua imagem, muitos se voltarão ao consumo. Nas palavras de Bauman (2008, p. 76), “o consumo é um investimento em tudo que serve para o ‘valor social’ e a auto-estima do indivíduo”. Consumir traz o sentimento de inclusão, de aprovação, de renúncia ao fracasso, o consumista tarimbado não pretende perder tempo, ele se sente na

obrigação de realizar uma escolha, sem perceber, normalmente, a utilidade ou a vantagem da aquisição.

Há autores que não colocam a mídia como principal influenciadora de estereótipos e, sim, reforçadora; alguns ressaltam ser a mídia um reflexo social, representação da própria cultura vivida em sociedade. Romero (1995, p. 246), por exemplo, resalta que os valores e os hábitos são adquiridos da família primeiramente; e depois, dentro dos ambientes sociais, o indivíduo é estimulado a reagir conforme determinados comportamentos.

Os papéis sexuais psicologicamente assimilados são mantidos pelos agentes socializadores na forma de modelos reais e simbólicos. Como modelos simbólicos os livros, as propagandas e os meios de comunicação de massa. Esses agentes reforçam e complementam a influência dos pais para socializar adequadamente meninos e meninas fazendo-os assimilar, de forma marcante, as regras sociais relativas a comportamentos apropriados a cada sexo (ROMERO, 1995, p. 247).

Segundo Charaudeau (2015), as mídias contribuem para a formação de opinião, mas com dependência na verdade estabelecida pelo enunciatório, conforme sua história e suas emoções, capaz de explorar a mídia por curiosidade, necessidade e para manter seus assuntos em conversas no meio social, indo além do simples entretenimento.

Pensando no consumo para adquirir a sensação de pertencimento e quanto à linguagem utilizada para veicular tal ideologia, faremos considerações a respeito de três termos empregados ao longo do período das publicações direcionadas ao público feminino nas revistas *Veja* e, principalmente, em *Claudia*, são eles: nova, moderna e empoderada.

3.3.1 Palavras que determinam padrões: nova, moderna, empoderada

“Nova” e “moderna” são duas palavras utilizadas demasiadamente pela imprensa ao referir-se à mulher da década de 1960; a tentativa era romper com visões estereotipadas da mulher reservada à vida privada e estimular sua participação na vida pública. O sentido não é muito diferente da palavra “empoderada”, termo usado ao considerar a mulher “dona de si” e difundido pela mídia, principalmente pela imprensa feminina, a partir da década de 2000, ao indicar a mulher autônoma, independente, resistente, entre outras definições. Entendemos

que os sentidos de “empoderada”, revelados conforme o contexto de cada publicação e sua condição de produção, sugerem a mesma ação de “nova” e de “moderna”: mudança de comportamento (deixar modelos tradicionais – conforme condicionados pela história – para realizar conquistas e assumir novos posicionamentos).

Muitas vezes, o uso dos termos, que carregam fortes componentes ideológicos, traduzem uma forma elogiosa, mas, em muitos casos, principalmente nas décadas de 1960, 1970 e 1980, reforçam o papel da mulher, conforme estereótipos demarcados historicamente, o de dona de casa, por exemplo, mostrando insatisfação pela vida nos moldes patriarcais e classificando as que continuam dentro do modelo conservador como “não modernas”, “não empoderadas”. Ao mesmo tempo em que se estimula a mulher para conquistas independentes (dividir as tarefas domésticas e a responsabilidade da educação dos filhos, ter sucesso profissional, participar ativamente do orçamento familiar, não ter a obrigação de se casar por pressão social, entre outras), desaprova as que permanecem no padrão tradicional.

Das duas revistas que selecionamos para nosso trabalho, *Claudia* e *Veja*, ambas são voltadas, desde suas primeiras edições, ao público de classe média e isso é possível perceber por meio dos anúncios de produtos e serviços que só poderiam ser adquiridos por quem tivesse uma situação financeira mais favorecida. Palavras como “novo (a)” e “moderno (a)” passaram a figurar nas revistas, principalmente em *Claudia*, na década de 1960, pois uma nova economia estava se formando e o uso desses termos, possivelmente, estimularia o interlocutor a adotar os comportamentos ajustados às novas configurações sociais para reafirmar-se (roupas e objetos, por exemplo, que diferenciariam posicionamentos e classes). Termos como “novo (a)” e “moderno (a)”, quando utilizados pela imprensa, principalmente pelos anúncios publicitários, visam ampliar o mercado de consumo, ou seja, estar na moda é sinônimo de modernidade e de evolução.

Na opinião de Costa (2009b, p. 71), “a modernidade estava mais associada à ideia de consumo, ou seja, a mulher moderna deveria comprar produtos que facilitassem sua vida nos afazeres domésticos”. Pois, em muitos discursos, o sinônimo de modernidade era participar da vida pública, mas sem deixar de cumprir com as tarefas do lar. Observamos que a mulher moderna da década de 1960 era retratada nas propagandas sempre bem arrumada, maquiada e pronta para cuidar

do lar com eficiência, relacionando a ideia de “nova mulher” à independência e à atualização. A respeito desse assunto, Buitoni (1981) pondera que não é um “novo” com a intenção de indicar algo recentemente lançado e, sim, um “novo” de atualizado, de modernizado, de repaginado. A autora (1981, p. 130) considera:

Não é o novo revolucionário, crítico, conscientizador. Não é a busca de modernidade que instaura novas formas de apresentação da realidade. É o novo pelo novo, por fora, de superfície. É o novo que se originou talvez na moda, sistema que exige mudanças a cada estação. Se a imprensa feminina nasceu veículo de difusão de moda, dificilmente se afastaria desse novo, razão de ser de seu assunto principal. E o novo acabou contaminando qualquer conteúdo que fosse incluído em páginas dedicadas à mulher.

De acordo com Buitoni (1981), a modernidade é uma ideologia e uma prática que cria, na mulher, somente a ilusão de que ela está integrada ao novo e está agindo no mundo. Na verdade, segundo a autora, a mulher repete a estrutura do sistema, não precisa mais se casar, pois é moderna e pode ter um parceiro circunstancial, mas, continua consumindo roupas e maquiagens a fim de agradar o outro. Não é, então, uma modernidade pessoal e, sim, estereotipada, com base em suas aquisições para tentar demonstrar o seu “eu”, considerando “ter” mais importante do que “ser”. Mas, conforme ressalta Buitoni (1990), apesar de revelar o conservadorismo, o estímulo ao consumo e a visão estereotipada, a imprensa feminina é um campo extenso e dinâmico, influi no cotidiano da mulher, trazendo oportunidades, conhecimentos, estimulando-a para conquistas e promovendo a qualidade de vida.

Retomando o fato de a linguagem direcionar o sentido do discurso por meio da seleção lexical, é possível observar construções culturais e sociais ao longo da história com o uso dos vocábulos “nova”, “moderna” e “empoderada” pela mídia impressa. Ao pensar essas palavras como características da promoção do consumo, verificamos suas relações com o campo semântico da mulher consumidora, conforme diferentes períodos históricos, indicando como a mulher foi representada em cada época. Usadas pela imprensa, na maioria dos casos como adjetivos, qualificam um substantivo, revelando alto poder persuasivo.

Carvalho (2002, p. 102), ao definir o léxico como reflexo da cultura, pontua que toda língua expressa uma cultura e depende dela, evoluindo e adaptando-se aos valores da realidade, capaz de conservar e/ou relembrar práticas humanas. A autora afirma ser possível conhecer uma comunidade por meio de suas

práticas e, quando as palavras são provenientes de outra cultura, no caso podemos citar o termo “empoderamento”, elas “passam a receber uma carga conotativa cultural diferente da anterior”, ou seja, seu significado vai ser gerado conforme as práticas de seu país de destino e sua carga cultural.

As revistas, em suas matérias e, principalmente na publicidade, vão prezar por ideias vigentes e fatos atuais a fim de representar a cultura de seu público para firmar relações pessoais, dessa forma, as palavras pertencentes à cultura atual da comunidade serão utilizadas para que o caminho entre a informação e a persuasão seja estabelecido. “Nova” e “moderna” foram usadas frequentemente nas décadas de 1960 e 1970, denotando recentes avanços tecnológicos, a modernidade nas indústrias, a novidade da participação da mulher no mercado de trabalho, entre outros fatores relativos à época; “empoderada”, de uso mais atual, reflete as conquistas femininas, a autonomia da mulher e sua participação em situações antes não admitidas.

Pelo fato do termo “empoderamento” ser de veiculação recente e frequente na mídia impressa, principalmente na feminina, faremos mais considerações a respeito de seu conceito. No Brasil, o entendimento da palavra ainda é instável, há grupos feministas que utilizam conforme o significado em países estrangeiros, ou seja, a mulher tornar-se autoconfiante, mobilizar-se coletivamente, buscar pela igualdade de direitos, reconhecer a sua força, ser independente, entre outras definições; há parte da sociedade com visão preconceituosa a respeito da palavra, pois acredita que a imagem da mulher amorosa e delicada se opõe ao empoderamento; e há a mídia, ligada ao capitalismo, ao consumo e a estereótipos para representar e difundir comportamentos.

Segundo Baquero (2012), a raiz do termo “empoderamento” é do século XVI, durante a Reforma Protestante (*Empowerment Tradition*) e, na segunda metade do século XX, a palavra foi retomada por movimentos emancipatórios (negros, mulheres, entre outros). Atualmente, diversas áreas de conhecimento atribuem significado ao termo, seja de maneira individual (controle sobre as próprias forças), organizacional (decisões coletivas no meio administrativo) ou comunitária (discussões e ações em grupo com foco em mudanças sociais e políticas). No Brasil, muitas vezes, o termo se torna de confusa compreensão, pois ora o verbo é compreendido como transitivo, em que “empoderar” inclui um sujeito que opera

sobre a causa, ou seja, dá poder ao outro; ora como intransitivo, em que há ação do sujeito com controle à sua própria vida.

O verbete “empoderar” está presente no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa – VOLP – da Academia Brasileira de Letras. Seu prefixo “em-” é de origem grega e indica uma posição interna, uma posição sobre; e o sufixo “-ar” reflete a formação de um verbo. Vernier (1996) compartilha a informação de que, no dicionário de inglês *Oxford*, a palavra *empower* é definida como o ato de investir legalmente ou formalmente com poder ou autoridade, autorizar, permitir; e seu uso em documentos consta desde a segunda metade do século XVII. A autora (1996), após seus estudos a respeito da palavra, considera que sua melhor definição seja “dar poder”.

Conforme o Dicionário *on-line* Oxford de Língua Inglesa (2018), *empowerment* é um substantivo e significa “autoridade ou poder dado a alguém para se fazer alguma coisa”; “o processo de se tornar mais forte e confiante, especialmente controlando a vida e reivindicando os direitos de alguém”; enquanto o verbo *empower* é apresentado como “dar a alguém a autoridade ou o poder para fazer alguma coisa”; “tornar alguém mais forte e confiante, especialmente controlando a vida e reivindicando os direitos deles”.

O Dicionário *on-line* Merriam-Webster de Língua Inglesa (2018) define *empowerment* como “ato ou ação de empoderar alguém ou alguma coisa: a concessão do poder, direito ou autoridade para executar vários atos ou deveres”; “o estado de ser autorizado a fazer algo: o poder, o direito ou a autoridade para fazer algo”. E *empower* como um verbo transitivo com o significado: “dar autoridade oficial ou poder legal para”; “promover a autorrealização ou influência de”. O dicionário também traz alguns sinônimos: “credenciar, autorizar, capacitar, licenciar, qualificar”; e um antônimo: “desqualificar”.

Foi na segunda onda do feminismo que empoderamento passa a ser utilizado e definido em variados significados. León (2000) atribui ação ao empoderamento, defendendo que é preciso tornar-se um ser ativo e participativo para alterar relações e posicionamentos, com o objetivo de executar mudanças na relação da mulher com a sociedade.

O termo “empoderamento” vem se desenvolvendo e alcançando novos significados, sendo comum no meio acadêmico, no movimento de mulheres, bem como na mídia. Sardenberg (2006, p. 2) afirma que por trás da palavra há vários

conceitos diferentes, e, para as feministas, “é o processo da conquista da autonomia, da auto-determinação (...) na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal”. Segundo a autora, no Brasil, não há um consenso sobre o significado de “empoderamento”, tanto que ele não consta na maioria dos dicionários, podendo ser classificado como um neologismo. Neologismos são palavras que são produzidas ou aparecem em algum momento na história da língua, Possenti (2009, p. 25) considera que elas surgem e entram em uso por conta da junção de seu aspecto formal (gramática) mais seu aspecto histórico.

Segundo Carvalho (2002, p. 135), “para que o uso do neologismo se torne efetivo, porém, é preciso que haja pressões sociais e aptidão do sistema lingüístico para absorvê-lo”. Sendo assim, “empoderamento” tem sido absorvido socialmente em nosso país, conforme a cultura o emprega, mesmo que resulte em significados controversos ao termo em inglês *empowerment*; a mídia impressa só é capaz de lidar com a palavra, pois ela já figura no imaginário social, nesse caso, em relação à condição feminina. Carvalho (2002), ao referir-se à mensagem publicitária como não pertencente a uma vanguarda, considera que há aproveitamento desses movimentos sociais, somente, após terem acabado com as resistências da sociedade, não impondo padrões de comportamento, mas trabalhando com um perfil já em vigor.

Sardenberg (2006) apresenta seus estudos do conceito de empoderamento, explicando a respeito da origem em questões feministas e, também, pelas reflexões de pedagogia libertadora de Paulo Freire. A característica do termo está na palavra “poder”, considerando, na visão da autora, o controle decisório, mas sem descartar que, mesmo em períodos de predominância patriarcal, a mulher sempre tentou ocupar seu espaço. Para a autora (2006, p. 6), os objetivos do empoderamento são: a) questionar a ideologia patriarcal; b) transformar as estruturas e instituições que reforçam e perpetuam a discriminação de gênero, as desigualdades sociais; e c) criar as condições para que as mulheres pobres possam ter acesso – e controle sobre – recursos materiais e informacionais.

León (2000) discute o uso do termo “empoderamento” em espanhol e sua relação com o poder das mulheres, destacando a dificuldade em definir a palavra conforme o equivalente em inglês *empowerment* e assinalando que, após profunda pesquisa semântica, não existe um significado próprio nas demais línguas, podendo

ser definido em espanhol como “dar poder” e “conceder a alguém o exercício do poder”, já que seu prefixo denota ação; dessa forma, seu estudo considera a palavra dentro da relação da mulher com o poder. A autora concorda que as transformações da língua representam novas construções sociais e que o termo “empoderamento” reflete a prática das mulheres.

León (2000, p. 193) acredita que não é necessário prender-se ao significado estrito da palavra (pois seu conceito varia de acordo com a área de conhecimento que a utiliza), e sim às mudanças que seu sentido implica, no caso do discurso feminista, pode ser definido como integração, participação, autonomia, identidade, desenvolvimento e planejamento; ela acrescenta: “empoderarse significa que las personas adquieran el control de sus vidas, logren la habilidade de hacer cosas y de definir sus propias agendas”¹⁶.

Com base nos estudos sobre relações de poder de Foucault e de Paulo Freire, León (2000, p. 200) diferencia quatro tipos de poder a fim de compreender o empoderamento: o *poder sobre* (esse primeiro definido pelo aumento do poder de uma pessoa desde que a outra perca poder), o *poder para*, o *poder com* e o *poder de dentro* (esses três indicando que o poder de uma pessoa incrementa o poder coletivo). León (2000) ressalta que a palavra “empoderamento” passou a ser utilizada pelos movimentos feministas a partir dos anos de 1970, na segunda onda do feminismo, em busca por uma sociedade mais igualitária, em que as mulheres reconheçam suas capacidades e lutem por seus direitos.

El empoderamiento no es un proceso lineal con un inicio y un fin definidos de manera igual para las diferentes mujeres o grupos de mujeres. El empoderamiento es diferente para cada individuo o grupo según su vida, contexto e historia, y según la localización de la subordinación en lo personal, familiar, comunitario, nacional, regional y global¹⁷ (LEÓN, 2000, p. 203).

Sardenberg (2018) concorda que o empoderamento é uma atitude individual, mas que também depende de força coletiva para haver mudanças. Segundo a autora (2018, p. 17), “a tomada de consciência é primordial no

¹⁶ Empoderar-se significa que as pessoas adquirem o controle de suas vidas, alcançam a capacidade de fazer as coisas e definem suas próprias demandas.

¹⁷ O empoderamento não é um processo linear com um começo e um fim igualmente definidos para diferentes mulheres ou grupos de mulheres. O empoderamento é diferente para cada indivíduo ou grupo, de acordo com sua vida, contexto e história, e de acordo com a localização da subordinação pessoal, familiar, comunitária, nacional, regional e global.

deslanchar do processo de empoderamento, sobretudo quando acontece a partir da troca de vivências e experiências e reflexões coletivas, que levam a uma ação coletiva transformadora”. A autora (2018) preza por duas abordagens: o empoderamento na perspectiva liberal, com ênfase no crescimento individual e de interesses próprios; e o empoderamento para a libertação, em que a autonomia é conquistada por mulheres, em uma ação coletiva, para desfazer os arranjos patriarcais.

Enquanto o plano pessoal busca pela autonomia e pela autoconsciência, o plano coletivo almeja pelo desenvolvimento da força política das mulheres em sociedade, não para que haja dominação, mas, sim, liberdade e espaço para o exercício das competências femininas. Segundo Sardenberg (2018, p. 27), “o processo de empoderamento deve se apoiar em um processo de conscientização e organização de mulheres para ações coletivas”, aproveitando ambientes virtuais para interação e organização de mulheres. Sahay (1998, p. 21) define que empoderamento não pode ser dado a alguém, ele é um processo tanto individual quanto coletivo de grandes decisões e ações transformadoras – “the process of empowerment is both individual and collective, since it is through involvement in groups that people most often begin to develop their awareness and the ability to organize to take action and bring about change”¹⁸.

Ao estudar Paulo Freire, Baquero (2012) ressalta a opinião coletiva do autor quanto ao “empoderamento”, destacando que indivíduos terão autonomia quando estiverem em relação com outros sujeitos, para a autora (2012, p. 183):

Empoderamento, enquanto categoria, perpassa noções de democracia, direitos humanos e participação, mas não se limita a estas. É mais do que trabalhar em nível conceitual, envolve o agir, implicando processos de reflexão sobre a ação, visando a uma tomada de consciência a respeito de fatores de diferentes ordens – econômica, política e cultural – que conformam a realidade, incidindo sobre o sujeito. Neste sentido, um processo de empoderamento eficaz necessita envolver tanto dimensões individuais quanto coletivas.

León (1997) entende que “empoderamento”, por conter a palavra “poder”, faz relações com aspectos sociais, com a democracia, com a autonomia individual e

¹⁸ o processo de empoderamento é individual e coletivo, pois é através do envolvimento em grupos que as pessoas geralmente começam a desenvolver sua consciência e a capacidade de se organizar para agir e provocar mudanças.

com a organização em coletividade, acreditando que, pela apropriação e uso do poder, as relações sociais serão mais prudentes. Grupos feministas se apropriaram do termo, atribuindo-lhe seus significados de militância, formulando-se na ideia de poder, em que “empoderar-se” representa a tomada de controle de sua própria vida e definição de suas próprias escolhas. A definição da palavra vai depender da área de estudo a utilizá-lo, para as mulheres, é um meio de criar consciência e superar a desigualdade de gênero.

Conforme os estudos de Sahay (1998, p. 10), o empoderamento feminino significa que a mulher contribua com seu conhecimento; lute contra seus medos, aprimore o respeito a si mesma; torne-se autossuficiente; crie e fortaleça grupos e organizações; coopere para o bem comum, não em superioridade ao homem, mas em equidade; dentre outros aspectos. Segundo a autora, o empoderamento não é favorável apenas para mulheres, e sim para toda a humanidade, em todos os setores culturais, econômicos e políticos, “is an essential starting point and a continuing process for realizing the ideals of human liberation and freedom for all”¹⁹.

Na opinião de Batliwala (2007, p. 557), “empoderamento” é a palavra, dentre vários novos termos que surgiram nos últimos quarenta anos, que é mais usada e, também, abusada. Ela destaca que, nas últimas décadas do século XX, o termo adquiriu novos significados políticos e, a partir da década de 1990, o mundo dos negócios incorporou a palavra para se referir a práticas motivacionais de ambientes corporativos, muitas vezes com uma visão capitalista, priorizando o lucro e o destaque no mercado de consumo, e tem se espalhado em vários setores que requerem mudanças sociais, como educação, saúde, desenvolvimento rural, direitos trabalhistas, entre outros.

Horochovski (2006) destaca que o empoderamento pode ocorrer em três níveis ou sujeitos: indivíduos, organizações e comunidades, pela junção de recursos, por meio de indivíduos ou grupos, para assumir decisões que lhe(s) diz(em) respeito, fazendo uso de sua autonomia. O processo acontecerá pela tomada de consciência (normalmente daqueles que têm pouca autoridade ao considerar relações de poder) sobre desigualdades, pelo aumento da auto-confiança, da auto-estima, pela independência econômica e pela ação decisória a fim de gerar transformações

¹⁹ é um ponto de partida essencial e um processo contínuo para a percepção dos ideais de libertação humana e liberdade para todos.

culturais, políticas e econômicas, é um processo construído coletivamente, a partir da relação entre sujeito e sociedade. Para o autor (2006, p. 9),

empoderar é fazer com que indivíduos, organizações e comunidades ampliem recursos que lhes permitam ter voz, influência e capacidade de ação e decisão, notadamente nos temas que afetam suas vidas, em diversas esferas, de maneira formal ou informal.

De acordo com a definição apresentada pelo livreto elaborado pela ONU Mulheres, *Princípio do empoderamento das mulheres* (2017, p. 25), empoderamento significa:

Dar ou adquirir poder ou mais poder. O empoderamento significa uma ampliação da liberdade de escolher e agir, ou seja, o aumento da autoridade e do poder dos indivíduos sobre os recursos e decisões que afetam suas próprias vidas. A pessoa empoderada pode definir os seus objetivos, adquirir competências (ou ter as suas próprias competências e conhecimentos reconhecidos), resolver problemas e desenvolver o seu próprio sustento. É, simultaneamente, um processo e um resultado. Fala-se, então, do empoderamento das pessoas em situação de pobreza, das mulheres, dos negros, dos indígenas e de todos aqueles que vivem em relações de subordinação ou são desprivilegiados socialmente.

Dessa forma, compreendemos que o empoderamento se volta para a construção da autoestima coletiva, que reflete em ação social para a transformação social. Buscamos, também, definições no *Glossário social*, uma iniciativa da empresa Comunicarte²⁰ em reunir palavras de uso social e atribuir suas respectivas definições conforme o significado em nosso país. Verificamos a relevância de destacar, na íntegra, a descrição do termo “empoderamento” conforme consta no material:

Processo pelo qual um indivíduo, um grupo social ou uma instituição adquire autonomia para realizar, por si, as ações e mudanças necessárias ao seu crescimento e desenvolvimento pessoal e social numa determinada área ou tema. Implica, essencialmente, a obtenção de informações adequadas, um processo de reflexão e tomada de consciência quanto a sua condição atual, uma clara formulação das mudanças desejadas e da condição a ser construída. A estas variáveis, deve somar-se uma mudança de atitude que impulsiona a pessoa, grupo ou instituição para a ação prática, metódica e sistemática, no sentido dos objetivos e metas traçadas, abandonando-se a antiga postura meramente reativa ou receptiva. Criado por Paulo Freire, este conceito ficou mais conhecido por sua versão em inglês – empowerment, que significa “dar poder” a alguém

²⁰ A Comunicarte é uma empresa de consultoria em comunicação e gestão socioambiental fundada em 1992, voltada à criação, planejamento, implementação, supervisão e avaliação de projetos desenvolvidos por organizações privadas, governamentais, da sociedade civil ou de cooperação internacional.

para realizar uma tarefa sem precisar da permissão de outras pessoas. Observe-se, no entanto, que o termo inglês trai o sentido original da expressão: empoderamento implica conquista, avanço e superação por parte daquele que se empodera (sujeito ativo do processo), e não, uma simples doação ou transferência por benevolência, como denota o termo inglês empowerment, que transforma o sujeito em objeto passivo (SCHIAVO; MOREIRA, 2005, p. 59).

É possível observar que o termo não foi definido especificamente ao grupo de mulheres e, sim, a todo indivíduo ou grupo que conquista ou assume sua autonomia em prol de mudanças e progressos pessoais e comunitários. Levamos em consideração a maneira capitalista da mídia ao utilizar a palavra “empoderamento” para vender produtos ou estabelecer ideais, mas entendemos seu significado como reflexo das ações públicas femininas em prol de transformar condições sociais, pois, conforme nosso objetivo de análise, a saída (parcial) da mulher do ambiente doméstico para a entrada no mercado de trabalho revela sentidos de aspiração, ou necessidade, por melhores condições e por mudanças sociais, evidenciando sentidos de independência, auto-confiança, competência e participação em decisões coletivas.

Nos capítulos a seguir, aprofundaremos nosso estudo ao abordar as teorias de base de nossa pesquisa: a Semântica Argumentativa e a Análise do Discurso.

Capítulo 4

Semântica

Argumentativa

A língua com a qual nos expressamos, herdada do ambiente familiar, social, cultural, é muito mais que um instrumento de comunicação. Ela nos constitui, faz parte daquilo que, sendo singular em cada indivíduo, tem sua fonte no coletivo e para ele se reverte num movimento constante e vital (BRAIT, 2010, p. 145).

4.1 BREVE DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDOS DA LINGUAGEM

Segundo Kristeva (1969, p. 18), “não há sociedade sem linguagem, tal como não há sociedade sem comunicação”. Podemos compreender melhor os fenômenos linguísticos, argumentativos e discursivos devido ao trabalho de grandes teóricos dos estudos da linguagem. Desde a Grécia antiga, já existia interesse por esse assunto, mas, só a partir do século XX, o estudo da linguagem se tornou ciência a partir da linguística, com a intenção, a princípio, de esclarecer a linguagem verbal. A linguística estuda os signos da linguagem, ou seja, a língua conforme é produzida pelos sujeitos.

Platão, na Antiguidade, na Grécia, é marcado pela história como o primeiro a classificar palavras em nomes e verbos; em seguida, Aristóteles, classificando entre nomes, verbos e partículas. A partir dos estudos retóricos gregos, em que caberia a argumentação, o convencimento dos ouvintes, a gramática (regras e valor da língua) passava a ser utilizada em prol da persuasão. Orlandi (1992) explica os dois momentos fundamentais para a constituição da linguística, o século XVII, com o racionalismo e as ideias das línguas serem precisas e sem falhas; e o século XIX, com a noção de que as línguas se transformam com o tempo.

Guimarães (2011) considera que os estudos da linguagem se desenvolveram com mais ênfase a partir do século XX, com Ferdinand de Saussure, distinguindo língua e fala e tomando a língua, caracterizada em um sistema de formas, como objeto de análise da linguística. A partir do *Curso de linguística geral*, de Saussure, publicado em 1916 por alguns de seus alunos, a língua (sistema de signos definida pela associação entre significante e significado) foi considerada objeto de estudo. Conforme o conhecimento do suíço, a divisão da linguística é feita em quatro níveis: a fonologia (som), a sintaxe (estrutura), a morfologia (forma) e a semântica (significado).

Antigamente, a Linguística não era autônoma, submetia-se às exigências de outros estudos, como a lógica, a filosofia, a retórica, a história, ou a crítica literária. O século XX operou uma mudança central e total dessa atitude, que se expressa no caráter científico dos novos estudos linguísticos, que estarão centrados na observação dos fatos de linguagem (PETTER, 2005, p. 13).

Saussure (2006, p. 16) considera as faces da língua, afirmando: “a linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um

sem o outro”, mesmo assim, ele preza a língua como objeto de análise: “é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem”. O autor separa, assim, língua e fala, compreendendo a língua como social e a fala como individual/ variável, pois esta depende do falante e, por essa razão, ele considera somente a língua; além de separar língua e fala, ele desassocia, também, sincronia e diacronia. O autor não relevou o contexto e nem a interação humana em sua teoria, mesmo assim, contribuiu pioneiramente para o desenvolvimento da linguística.

Muitos linguistas se inspiraram em Saussure com opiniões complementares para desenvolver seus trabalhos ao longo do século XX. Roman Jakobson promoveu o estudo da linguagem sem separação entre língua e fala, ampliando, dessa forma, o objeto de análise da linguagem, mas ainda vendo a língua em um sistema, sem considerações ao sujeito e ao seu contexto histórico-social. Segundo o autor (2007, p. 16), “a linguagem é de fato o próprio fundamento da cultura. Em relação à linguagem, todos os outros sistemas de símbolos são acessórios ou derivados. O instrumento principal da comunicação informática é a linguagem”.

Jakobson contribuiu para os estudos estruturalistas com o desenvolvimento das funções comunicativas da linguagem (referencial, emotiva, conativa, fática, poética e metalinguística). Esse conceito foi criticado posteriormente pelo fato de restringir a linguagem humana a estruturas já definidas, porém a contribuição de Jakobson para a linguística foi fundamental por abrir caminhos de análises comunicativas. Louis Hjelmslev, também no estruturalismo, mantinha a língua como objeto principal de análise; Hjelmslev (1991, p. 29) refere-se à linguística estrutural como

um conjunto de pesquisas que repousam em uma *hipótese* segundo a qual é cientificamente legítimo descrever a linguagem como sendo *essencialmente* uma *entidade autônoma de dependências internas* ou, numa palavra, uma *estrutura*.

Tanto Jakobson quanto Hjelmslev formaram círculos de estudos linguísticos nos quais, após um período, passaram a apontar a elaboração de uma teoria linguística universal. A partir de então, em 1950, Noam Chomsky propôs seu estudo gerativista, focado na sintaxe, valorizando as relações entre linguagem e pensamento; para o autor (1971), o homem já nasce com competência linguística. Chomsky (1971) prevê que a linguagem reflete os pensamentos humanos,

entendendo os indivíduos como os únicos seres vivos capazes de utilizá-la, estando sujeitos às leis e aos princípios dessa linguagem dentro de determinada cultura. Ele propõe o estudo de uma linguística estrutural ligada à organização mental dos seres humanos, considerando

a competência linguística – o conhecimento de uma língua – como um sistema abstrato subjacente ao comportamento, sistema constituído de regras que interatuam para determinar a forma e o significado intrínseco de um número potencialmente infinito de sentenças (CHOMSKY, 1971, p. 93).

Foi com Émile Benveniste que o uso da linguagem pelos falantes e o contexto situacional passaram a ser considerados. Ele levou em conta a subjetividade linguística, inserindo o sujeito (centrado e consciente) em seus estudos enunciativos. De acordo com Benveniste (2005, p. 27), “a linguagem representa a mais alta forma de uma faculdade que é inerente à condição humana, a faculdade do *simbolizar*”. Para o autor (1989), a linguagem e a sociedade nasceram em conjunto e são passíveis de serem estudadas em conjunto, pois são provenientes da mesma necessidade.

E com Mikhail Bakhtin, a linguagem foi pesquisada como forma de interação, a partir de relações dialógicas. O linguista dissocia a individualidade do sujeito da teoria da enunciação e propõe-na como um fenômeno social, em que a língua é compreendida a partir do diálogo e inserida em determinado contexto. Segundo Bakhtin (2006, p. 41),

a palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios.

Conforme complementa Silva (2013, p. 51), “o signo, para Bakhtin não é linguístico, mas ideológico, ou seja, é carregado de sentidos que dizem respeito a uma posição social, histórica e cultural”. Nesse sentido, Kristeva (1969) compreende os estudos da linguagem como um deslocamento de ciência da língua para a ideologia da língua.

Outros pesquisadores apresentaram suas teorias linguísticas e, com base nesses desdobramentos, muitas linhas surgiram em estudos da linguagem, como a Semântica Argumentativa, com os trabalhos de Oswald Ducrot e de Carlos Vogt, e a Análise do Discurso, com Michel Pechêux, ambas voltadas para a análise do sentido

e suas relações entre o sujeito e a sociedade, com características específicas que explicitaremos neste e no próximo capítulo. Todas as renovadas teorias linguísticas, segundo Benveniste (2005), têm origem e reconhecimento em Ferdinand de Saussure (linguística estrutural). A linguística gerativa, de Chomsky, assim como a teoria de Saussure, não analisavam, diretamente, o contexto de uso da língua; só com o surgimento da linguística do discurso, segundo Koch (2012, p. 9), que foram estudadas as “manifestações linguísticas produzidas por indivíduos concretos em situações concretas, sob determinadas condições de produção”.

4.2 O INÍCIO DA ARGUMENTAÇÃO E A SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA

De acordo com Koch (2011, p. 21), a linguagem é ativa, veicula ideologia e caracteriza-se pela argumentatividade, “partindo do postulado de que a argumentatividade está inscrita no uso da linguagem, adota-se a posição de que a argumentação constitui atividade estruturante de todo e qualquer discurso”. Segundo Vogt (2015), a linguagem é o lugar de existência do homem, onde seu pensamento e sua cultura se constituem:

Se a linguagem falasse apenas à razão e constituísse assim uma ação sobre o entendimento dos homens, então ela seria apenas informação ou representação. Mas, ao mesmo tempo em que ela desprende o conjunto de relações necessárias da razão, também articula o conjunto de relações desejadas da vontade. Neste sentido, o seu traço fundamental é o argumentativo, o retórico, o ideológico, porque é este traço que a apresenta, não como marca de uma diferença entre o homem e a natureza, mas como marca da diferença entre o *eu* e o *outro*, entre subjetividades cujo espaço de existência é a história de relações e transformações sociais (VOGT, 2015, p. 76).

Vogt (2015) considera a linguagem argumentativa, pois ela não constitui apenas a razão, mas também a emoção, o desejo, a vontade do ser humano, pois essa argumentatividade da linguagem traça ideologias e estabelece diferença entre os seres, suas relações e possíveis transformações sociais. A linguagem é o ponto principal da comunicação e da interação, produzindo o modo de vida social, envolvendo o homem em situações harmoniosas ou conflituosas, fazendo-o depender da linguagem para solucionar suas necessidades. Conforme Plantin (2008), o sentido de um termo é orientado pela argumentação e para Mosca (1999), “a argumentatividade está presente em toda e qualquer atividade discursiva”. Os

estudos argumentativos não são recentes, sua origem está na Antiguidade.

4.2.1 Argumentação: da Antiguidade aos novos caminhos

O estudo da argumentação teve início na Antiguidade e percorreu muitos caminhos até a atualidade. No século V a. C., na Sicília, surgiu o primeiro indicador do método de argumentação, o qual, nas palavras de Oliveira (2002, p. 202), tinha o objetivo de “convencer um tribunal”. Foram dois sicilianos, Córax e Tísias, os primeiros professores de retórica com ensinamentos de oratória para que os gregos pudessem defender seus direitos em assembleias. Em Atenas, na Grécia, conforme explica a autora (2002), os sofistas pretendiam auxiliar os cidadãos para se tornarem mais críticos e bem utilizarem as palavras em seus discursos com o intuito de convencer; segundo Reboul (2004, p. 9), “os sofistas criaram a retórica como arte do discurso persuasivo, objeto de um ensino sistemático e global que se fundava numa visão de mundo”.

A retórica se tornou a arte soberana da palavra e, ao longo do tempo, pensadores como Górgias, Isócrates, Demóstenes e Aristóteles estimularam os estudos, fundando escolas de oratória. Aristóteles (1964, p. 22) definiu a retórica como a arte de persuadir, delimitando-a em três elementos: 1- a personalidade do orador capaz de transmitir confiança; 2- a disponibilidade dos ouvintes e; 3- o discurso em si, dotado de eficácia e amparado por mecanismos linguístico-argumentativos. Segundo o autor (1964, p. 22), é tarefa da retórica discernir sobre os meios de persuadir dentro de cada contexto, “é pelo discurso que persuadimos, sempre que demonstramos a verdade ou o que parece ser a verdade, de acordo com o que, sobre cada assunto, é suscetível de persuadir”.

Aristóteles (1964) pontua a respeito da composição de um discurso: um falante, um assunto e o ouvinte e, então, delimita três gêneros de discurso: 1- o gênero judiciário ou forense, em que os partidos deveriam eliminar os argumentos opostos, acusando ou defendendo alguma causa; 2- o gênero deliberativo ou político, com a função de solucionar problemas populares, aconselhando ou desaconselhando uma ação; 3- o gênero epidítico, panegírico ou cerimonial, com o objetivo de louvar ou censurar alguém. A função dos gêneros era de creditar as audiências da época, cabendo ao deliberativo aconselhar ou desaconselhar sobre o futuro; ao demonstrativo abordar o presente para enaltecer ou criticar; e ao judiciário

acusar ou defender casos do passado, fazendo o ouvinte sentir-se útil e seguro para ponderar sobre o assunto. Com a formação desses gêneros por Aristóteles, a retórica foi se tornando um estudo mais concreto.

O filósofo considerou a arte retórica capaz de promover o juízo e, para isso, era necessário que o orador tentasse impressionar o juiz para que este e a plateia agissem a seu favor. Segundo Reboul (2004), para Aristóteles, a retórica não é, somente, a competência de persuadir e, sim, “a arte de achar os meios de comunicação que cada caso comporta”, afirmando ser a retórica imprescindível para as áreas políticas, judiciais, econômicas, e outras. Conforme Guimarães (1999), a retórica de Aristóteles é a capacidade de investigar dados persuasivos.

Segundo Mosca (1999, p. 20), a retórica é uma “técnica de argumentação e habilidade nas escolhas dos meios para executá-la”, passando por vários caminhos, sob atuação de oradores de Roma, de influenciadores religiosos, com ênfase poética na Idade Média, sendo ensinada na escola, e declinando no período do Renascimento. Por muito tempo, a retórica ficou classificada como a arte de escrever e de falar bem e, a partir dos estudos linguísticos do século XX, novos caminhos foram percorridos; Perelman e Olbrechts-Tyteca lançaram a nova retórica, pesquisando as técnicas de convencer para variados discursos e auditórios.

Foi com a publicação da obra *Tratado de argumentação: a nova retórica*, em 1958, que os autores Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) revalorizaram os estudos argumentativos. Em reformulação e ampliação da retórica grega, na qual a persuasão referia-se apenas à linguagem falada, os autores valorizaram os discursos escritos, provando que assim como o discurso falado dirige-se a um auditório, o escrito também possui público. Na opinião de Plantin (2008, p. 45), “essa obra forneceu à argumentação uma rica base empírica de esquemas, que configuram a especificidade dessa prática linguística”.

Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), toda argumentação possui o objetivo de convencer o público e promover a adesão, conduzindo o interlocutor, com argumentos múltiplos, para agir positivamente no momento oportuno. Para os autores (1996, p. 53), é necessário analisar a argumentação “em seus efeitos práticos: voltada para o futuro, ela se propõe provocar uma ação ou preparar para ela, atuando por meios discursivos sobre o espírito dos ouvintes”. A elaboração prévia dos dados do discurso é considerada pelos autores, de forma que não consista apenas na seleção dos elementos, mas também na técnica de sua

apresentação para que a argumentação seja bem articulada; as figuras de retórica são mencionadas como procedimentos argumentativos:

Uma apresentação eficaz, que impressiona a consciência dos ouvintes, é essencial não só em toda argumentação visando à ação imediata, mas também naquela que visa a orientar o espírito de uma certa forma, a fazer que prevaleçam certos esquemas interpretativos, a inserir os elementos de acordo num contexto que os torne significativos e lhes confira o lugar que lhes compete num conjunto (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 162).

Koch (2011, p. 18) considera “argumentação” e “retórica” termos “quase sinônimos”, sendo, suas presenças, em maior ou menor intensidade, dependendo do discurso. A autora (2011) diferencia “convencer” de “persuadir”, enquanto aquele se dirige à razão e pode atingir um auditório universal, este tem caráter ideológico e se volta a um auditório particular, enquanto o primeiro está no campo das certezas, o segundo orienta para deduções capazes de levar o sujeito para a adesão aos argumentos. Abreu (2006) também diferencia os termos, para ele, “convencer” é gerenciar informação, falando à razão do outro; e “persuadir” é gerenciar a relação, fazer emocionar.

Reboul (2004) define persuasão como o ato de levar alguém a acreditar em algo e considera os termos “convencer” e “persuadir” sinônimos. Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 30) distinguem os termos, alegando que “para quem se preocupa com o resultado, persuadir é mais do que convencer” e “para quem está preocupado com o caráter racional da adesão, convencer é mais do que persuadir”.

Depois da nova retórica estabelecida por Perelman e Olbrechts-Tyteca, Anscombe e Ducrot (1976), a partir de 1970, publicaram estudos da argumentação relacionados à língua, considerando a produção de enunciados pelos indivíduos. Plantin (2008, p. 32) reitera: “o estudo da argumentação é o estudo das capacidades projetivas dos enunciados, da expectativa criada por sua enunciação”. E, segundo o autor (2008), os enunciados são orientados argumentativamente, inclusive, as possibilidades de continuação discursivas que irão sucedê-lo e produzir sentidos. Para Charaudeau (2016, p. 207), “a argumentação é o resultado textual de uma combinação entre diferentes componentes que dependem de uma situação que tem finalidade persuasiva”, não se limitando em sequências de frases, pois muitos conteúdos estão implícitos.

De acordo com Fiorin (2017), a argumentação é característica básica do discurso, enquanto alguns discursos são explicitamente argumentativos – o publicitário, por exemplo – outros não, como o didático. Segundo o autor (2017, p. 77), “a argumentação trabalha com aquilo que é plausível, possível, provável. Argumentar, em sentido lato, é fornecer razões em favor de determinada tese”, a argumentação trabalha com a polissemia (vários sentidos), com a ambiguidade e com os jogos de palavras. Conforme Plantin (2008, p. 44), “a linguagem não é nem transparente em suas designações nem inerte em seus usos. Seus efeitos se dão em todos os níveis, na apresentação dos objetos, na formação dos juízos, na seqüência das proposições”.

A retórica e seus novos direcionamentos fortaleceram os estudos argumentativos e auxiliaram na formulação da ciência em pesquisas da linguagem, originando várias áreas, como a Teoria da Enunciação, a Estilística, a Linguística Textual, a Análise da Conversação, a Análise do Discurso, a Semântica Argumentativa, entre outras.

4.2.2 Estudos semântico-argumentativos

A semântica estuda o sentido e o significado das palavras e dos enunciados, sendo um campo de pesquisas linguísticas que analisa a organização das palavras, as relações dos significados nos discursos. Segundo Tamba (2006), o termo “semântica” foi denominado por Michel Bréal em um artigo publicado em 1897 sobre as significações das palavras, hoje, conforme as renovações das ciências linguísticas, o termo permanece, mas com abordagens diferentes das iniciadas por Bréal. A autora (2006) defende a existência de várias semânticas, pois o estudo é ligado a diversos campos da linguística e a outras ciências técnicas a fim de apreender formas e estruturas dos significados das línguas.

Historicamente, a semântica passou de semântica lexical histórica para semântica da frase, em seguida, obteve influência das ciências cognitivas e, também, das teorias pragmáticas e enunciativas, desse ponto, surge a semântica argumentativa a partir de Ducrot, com o objetivo de, segundo Tamba (2006, p. 38), “elucidar os sistemas implícitos de pressuposições, de encadeamentos inferenciais e de orientações que servem para construir o sentido”. A semântica continuou

avançando, principalmente, após 1980, com novas abordagens discursivas relacionando informação, interpretação e contexto.

A Semântica Argumentativa traz uma nova visão de análise linguística, entendendo o texto pela interação entre sujeitos e seus espaços sociais. O desenvolvimento da Semântica Argumentativa tem origem nos estudos enunciativos de Benveniste e em suas análises da linguagem em uso, segundo o autor (1989), a enunciação é a relação entre locutor e língua, o locutor (EU), por sua vez, vai instaurar um interlocutor (TU) em seu discurso, dentro de um tempo e de um espaço. Ducrot (1984) em continuação e acréscimo à teoria, considera os estudos enunciativos e a articulação entre frases (significação) e enunciados (sentido) em determinado momento, sendo a enunciação estruturada por locutor (real ou abstrato), interlocutor (real ou abstrato) e situação.

Descrever semanticamente a língua é atribuir uma significação a cada uma de suas frases. Ora, nós tentamos mostrar que essa significação da frase deve ser compreendida ela própria como um conjunto de instruções permitindo prever, para cada um dos enunciados, que sentido ele terá, tendo em conta a situação em que é empregue (DUCROT, 1984, p. 285).

A Semântica Argumentativa, impulsionada por Anscombe e Ducrot (1976), está em desenvolvimento desde a década de 1970. A partir dos estudos os autores, é possível compreender o caráter subjetivo da linguagem, pois os enunciados possuem valores argumentativos e terão seus sentidos orientados e continuados de acordo com os termos utilizados, com os interlocutores e com o contexto de enunciação, compreendendo a argumentação como intrínseca aos discursos, bem como relata Koch (2011, p. 19), “a argumentatividade está inscrita no nível fundamental da língua”.

Ferreira (2003) ressalta o termo Semântica Argumentativa não ser designado por Ducrot em seu primeiro trabalho sobre argumentação na língua, mesmo com sentidos que levem para essa interpretação. No Brasil, Carlos Vogt (1977), com base nos estudos linguísticos, enunciativos e argumentativos de Ducrot, foi o primeiro a abordar o termo, em seguida, Guimarães (1979) e, posteriormente, Koch (2011); todos eles, considerando o enunciado além de, apenas, a palavra e compreendendo a linguagem como formada por encadeamentos argumentativos capazes de comunicar valores, gerar convencimentos e veicular ideologias. Foi Carlos Vogt o primeiro professor da disciplina *Semântica Argumentativa* no Brasil, na

Universidade de Campinas – UNICAMP, a partir de 1975. Ferreira (2003, p. 69) destaca:

A semântica argumentativa passa a significar, não apenas pela tese de C. Vogt, mas também pela disciplina, estabelecendo, efetivamente, um espaço de indagações mais amplo que o do trabalho deste autor. Ou seja, a existência deste campo disciplinar institucionalizado permite integrar, no seu interior, estudos de outros lingüistas, do Brasil e de fora do Brasil.

Nas palavras de Vogt (1977, p. 225):

Uma teoria semântica argumentativa é uma concepção da linguagem em que as distinções tradicionais e estanques entre sintaxe, semântica e pragmática revelam, no reverso de sua objetividade, o artificialismo de sua construção. É, ainda neste sentido, que se pode dizer, ao contrário das tendências lingüísticas que vêem a pragmática como uma etapa secundária e dependente relativamente ao estágio da descrição “gramatical” das línguas naturais, que o estudo da argumentatividade lingüística aparece como um caminho possível para a concepção e constituição de uma pragmática integrada.

Para Vogt (1977), a Semântica Argumentativa é mais específica, está no intervalo semântico, onde se constitui a pragmática integrada. Para Guimarães (1995), a Semântica Argumentativa tem sentido geral e é utilizada como apoio para seus estudos discursivos. Com base em Guimarães (1995), podemos afirmar que a Semântica Argumentativa pertence à semântica da enunciação, a qual faz parte da semântica lingüística, termo cunhado por Ducrot (1987). Koch (2011) compreende os efeitos de sentido de um texto como orientados por marcas lingüísticas, possíveis de serem reconhecidas pela atividade de interpretação.

Posteriormente, nas obras mais recentes de Ducrot, é possível verificar o emprego do termo Semântica Argumentativa. O autor indica as possibilidades da língua, fundamentando-se em elementos lingüísticos para a argumentação, conceitos que auxiliam nas análises discursivas, pois, a partir de elementos da língua, compreendemos o discurso. O autor desenvolve a teoria da argumentação considerando os implícitos, a pressuposição, a polifonia, os conectores, entre outros recursos, como capazes de conduzir a orientação argumentativa do discurso, de forma com que alguns elementos reforcem ou atenuem o sentido do enunciado, aumentando ou diminuindo sua força argumentativa. Para Ducrot (1987), descrever uma palavra semanticamente não é, em primeiro lugar, enquadrá-la em uma regra, mas compreender seus efeitos nos discursos em que é utilizada.

De acordo com Oliveira (2004), a Semântica Argumentativa atenta-se com as relações entre locutor e alocutário em determinada situação discursiva, analisando as direções do sentido do texto por meio de uma grande variedade de procedimentos argumentativos. A Semântica Argumentativa valoriza o estudo do discurso, considerando-o uma estrutura formada por três níveis interligados (sintático, semântico e pragmático) na busca de atingir uma macrossintaxe do discurso, que será detectada pelo exame das marcas linguísticas inscritas na enunciação.

Os estudos semântico-argumentativos consideram os recursos da linguagem e sua articulação no discurso para a efetivação do sentido e seu impacto argumentativo. São exemplos desses recursos: adjetivação, operadores argumentativos, seleção lexical, intensificação, modalização, dêixis, lugar da quantidade (numeral), entre outros. Para nosso estudo, focalizaremos três recursos argumentativos: a adjetivação, a seleção lexical e o lugar da quantidade. Discorreremos, no tópico a seguir, a respeito desses elementos.

4.3 RECURSOS ARGUMENTATIVOS

Conforme verificamos em Ducrot (1987), os sentidos se constituem pelo encadeamento discursivo. A língua está disponível aos usuários e, partindo da noção de que a argumentação é intrínseca à língua, toda produção de enunciados será argumentativa por meio de recursos marcadores dessa argumentação e promoverá seus efeitos e orientações pela relação espaço, tempo e sujeitos envolvidos na enunciação. Segundo Guimarães (1999), o valor argumentativo de um texto não está, somente, em suas informações, mas em termos e expressões que orientam o enunciado argumentativamente e direcionam a interpretação do destinatário.

Nas palavras de Koch (2011), existem marcas responsáveis por construir as enunciações, os recursos argumentativos, investimentos linguísticos que, segundo Oliveira, Azevedo e Nascimento (2008), comunicam valores e expressam ideologias. Conforme Adam e Bonhomme (2000, p. 131), “la eficacia argumentativa no se define por sí misma, sino en la búsqueda de un ajuste de las representaciones, de las palabras-argumentos empleadas y de la forma del discurso

utilizado”²¹. Os recursos estudados pela semântica argumentativa indicam marcas subjetivas, pois partem de um sujeito ideológico que dá pistas de sua relação emocional com o discurso por meio de adjetivos, seleção lexical, intensificadores, operadores argumentativos, modalizadores, entre outros, esses elementos possibilitam a apreensão dos efeitos de sentido provenientes da interação.

4.3.1 Adjetivação

A classe dos adjetivos é a que mais representa afetividade, qualificando, delimitando e modificando os substantivos, revelando novos sentidos pela interação discursiva, permitindo que a emoção dos sujeitos transpareça. Seguido ou precedido de substantivo, o adjetivo confere significados expressivos e precisos para a significação discursiva, pois potencializa o nível argumentativo do texto. Em textos midiáticos, o uso de adjetivos é frequente e, normalmente, com valor eufórico, ou seja, qualificando de maneira positiva.

Conforme Lapa (1991), são os adjetivos que acrescentam expressividade aos substantivos, são duas classes com suas próprias características, mas juntas constroem a imagem e a subjetividade dos textos. Conforme Martins (2008b, p. 106), “através do adjetivo o falante caracteriza emocionalmente o ser de que fala”. A adjetivação contempla, gramaticalmente, os adjetivos, as locuções adjetivas e as orações subordinadas adjetivas.

Por muito tempo, segundo Castilho (2010), o adjetivo só era tratado junto ao substantivo, a partir do século XVIII, suas diferenças sintáticas e semânticas foram consideradas. O autor (2010) divide o adjetivo em três classes semânticas: os adjetivos **predicativos** (de ordem livre); os adjetivos **não predicativos** (de ordem mais fixa); e os adjetivos **dêiticos**.

Os adjetivos **predicativos** são:

- a) modalizadores: verbalizam um juízo emitido sobre o conteúdo do substantivo; são orientados por uma avaliação pessoal do falante; subjetivamente, predicam o sentido de um substantivo; podem ser epistêmicos, ao veicular uma avaliação certa ou incerta sobre o referente do

21 a eficácia argumentativa não é definida por si só, mas na busca de um ajuste das representações, das palavras-argumentos utilizadas e da forma do discurso utilizado.

substantivo; podem ser deônticos, ao considerar necessário o referente do substantivo; podem ser discursivos, ao emitir juízo sobre o substantivo, afetando o participante da enunciação. Exemplos de modalizadores: verdadeiro, evidente, provável, necessário, obrigatório, infeliz, surpreendente.

b) qualificadores: afetam as propriedades intensionais do substantivo, acrescentando traços que conferem dimensão, imperfectividade ou perfectividade e delimitação ao substantivo. Exemplos de qualificadores: rápido, leve, quente, azul, jovem, lindo, mau, fácil, alto, comprido, pequeno.

c) quantificadores: afetam a extensão do substantivo, adicionando ou subtraindo traços semânticos. Exemplos de quantificadores: normal, fundamental, aproximado.

Os adjetivos **não predicativos** ou verificadores têm a função de descrever, associando o substantivo a certas classes. Podem ser: classificadores (exemplos: legislativo, civil); pátrios (exemplos: paulista, americana, brasileiro); gentílicos (exemplos: indígena, negro, branco); de cor (exemplos: amarelado, branco, cor-de-rosa). E os adjetivos **dêiticos** compõem uma perspectiva locativa (exemplos: próximo, distante, praieiro) e/ou temporal (exemplos: atual, semanal, seguinte).

Castilho (2010) considera maior presença do adjetivo em textos descritivos do que em narrativos. Ainda segundo o autor (2010), os adjetivos podem caracterizar e determinar, delimitando o substantivo; podem estar dispostos de forma gradativa, orientando a argumentatividade do texto; e podem expressar afetividade.

De acordo com Vilela e Koch (2001), o adjetivo é a segunda classe gramatical mais representada e seus valores semânticos indicam qualidades, relações ou propriedades. Os autores classificam os adjetivos em *qualificativos* (exemplos: redondo, amarelo, alto, doce, caro) e *relacionais* (exemplos: shakespereano, chomskyano). E acrescentam (2001, p. 243), “o adjetivo, como classe autossemântica, depende do substantivo, desloca o seu valor genérico para os diferentes domínios em que ocorre, dando uma ideia de polissemia multifacetada”. Em relação à anteposição do adjetivo, Vilela e Koch (2001) afirmam que, quando isso ocorre, há enaltecimento do conteúdo. Os adjetivos também podem estar dispostos em forma gradativa, orientando o interlocutor para determinada conclusão.

Segundo Neves (2000), o adjetivo pode qualificar (roupa *bonita*) ou subcategorizar (estudo *médico*), podendo ser simples ou perifrásticos/ locuções adjetivas. Sintaticamente, os adjetivos exercem funções de adjunto adnominal, de predicativo, de argumento, de substantivos e de função apositiva. A adjetivação, conforme a autora (2000), ocorre de forma **qualificativa**, indicando subjetividade; e de forma **classificatória**, subclassificando o substantivo que os adjetivos acompanham.

Os **qualificadores** podem ser graduáveis (bochechuda, bondoso, deliciosa) e/ ou intensificáveis (hipervazio, fraquíssimo, limpinho). Quando graduáveis, apresentam noção de abundância e são formados pelo sufixo *-oso*, *-udo* e *-ucha*; quando intensificáveis, são formados com prefixos intensificadores como *-hiper*, *-super* e, também, com sufixo superlativo ou diminutivo. Semanticamente, os adjetivos podem expressar valores de modalização (evidente, provável) e de avaliação (espantoso, atraente). Conforme Neves (2000), os adjetivos **qualificadores** posicionam-se de maneira posposta ou anteposta ao substantivo, definindo a posposição como a colocação mais comum (dia agradável) e a anteposição com maior subjetividade (amável senhora). Alguns casos de posposição e de anteposição modificam o sentido do texto (grande casa, casa grande).

Os **classificadores** correspondem a sintagmas nominais e expressam noção de delimitação (científico, histórico, individual, privado), de localização no espaço (nacional, central, lateral), de localização do tempo (passado, antecedente), de quantidade no tempo transcorrido (milénar, idoso), de substituição no tempo (velho, novo) e, de aspecto (habitual, mensal). Conforme Neves (2000), os adjetivos classificadores, normalmente, aparecem pospostos (direito *universal*).

Nas considerações de Lapa (1991, p. 99), o adjetivo é “o elemento fundamental da caracterização dos seres”, ele compara os adjetivos com as cores, pois, ao colorir algo, estaríamos alegrando e promovendo uma obra viva e, assim são os adjetivos, responsáveis por vivificar o discurso. Segundo o autor (1991), nenhuma palavra existe isolada e, no caso dos adjetivos, é preciso analisar o contexto em que se encontram e observar as palavras a eles ligadas. Lapa (1991) esclarece que a posição do adjetivo revela o estilo do sujeito e sua produção terá várias possibilidades de comunicação, pois a posição indicará maior ou menor grau de afetividade; por exemplo, em alguns contextos, se posposto ao substantivo, será mais objetivo, se anteposto, será mais subjetivo e ambos podem produzir

enunciados singulares e renovadores; na ausência do adjetivo, o substantivo não sustentaria o mesmo nível de argumentação.

Após analisar a constituição histórica do adjetivo e sua definição por alguns estudiosos, Malheiros (1982, p. 14) considera o adjetivo “um termo que atribui ao substantivo características objetivas de significação ou de realce afetivo ou expressivo, modificando assim a sua compreensão”. Em inglês e em alemão, há regras estabelecidas para o uso do adjetivo, ele só pode estar anteposto ao substantivo, em português, assim como em espanhol, há maior liberdade, e a ordem do adjetivo, anteposto ou posposto ao substantivo, vai depender de fatores estilísticos, argumentativos e discursivos.

Gramaticalmente, o adjetivo é uma das dez classes de palavras e tem a função de qualificar o substantivo, argumentativamente, o adjetivo vai além, pois durante a comunicação, a partir de sujeitos (e seus valores), lugares e situações distintas, o adjetivo manifesta emoções, integra os sujeitos no discurso e causa variados efeitos de sentido. Segundo Silva, Oliveira e Oliveira (2013, p. 208), “os valores ideológicos e socioculturais assumidos pelo locutor são disseminados pelo uso da classe dos adjetivos, palavras que concretizam a significação total de um texto”.

De acordo com Oliveira (2014, p. 182),

uma função primordial do adjetivo consiste em tornar mais viva a manifestação de uma atitude emotiva diante da realidade; ele exterioriza impressões, sentimentos, juízos de valor, revelando o caráter vibrante da linguagem e o potencial de expressão do espírito humano.

Os adjetivos são potenciais demonstradores de estilo, pois seus efeitos linguísticos são capazes de persuadir, motivar/ desmotivar e de revelar impressões dos sujeitos. De acordo com Oliveira (2013, p. 64),

o adjetivo pode indicar as reações intelectuais e emocionais do personagem diante dos fatos relatados, e, por seu intermédio, podemos estabelecer uma escala de valores que direcionam a estética de um autor, de um grupo ou mesmo de uma época.

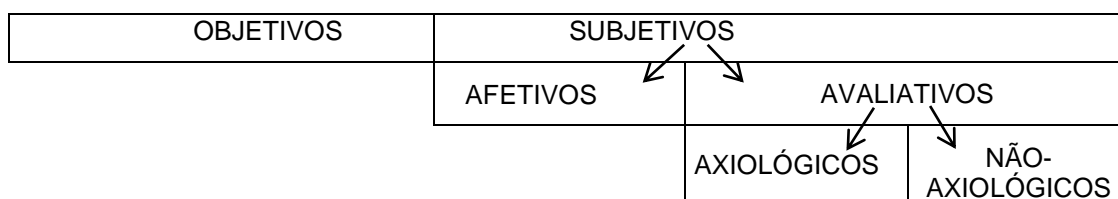
“Adjetivar é uma arte”, considera Monteiro (1991, p. 63), pois, além de revelar afetividade, a adjetivação promove imagens sensoriais (olfato, tato, visão, audição, paladar). Enquanto os adjetivos objetivos apresentam características específicas do substantivo, os adjetivos subjetivos manifestam conteúdo emocional, determinado julgamento de valor. Oliveira (2014) considera que a objetividade e a

subjetividade do adjetivo são apresentadas de acordo com o contexto, com as condições de produção do discurso.

Kerbrat-Orecchioni (2009) classifica os adjetivos em *objetivos* e *subjetivos*. Os *objetivos* descrevem o elemento representado pelo substantivo, retratam cores, por exemplo. Enquanto um adjetivo *objetivo* representa algo real e possível de ser verificado por qualquer indivíduo (flores amarelas), um adjetivo *subjetivo* revela uma reação emocional do sujeito (flores apaixonantes). As flores podem ser apaixonantes para alguns e não para outros, seu sentido dependerá dos sujeitos envolvidos e das condições de produção do discurso; as flores seriam apaixonantes na ocasião do dia dos namorados, já em um funeral teriam outro sentido e outro adjetivo se adequaria (flores consoladoras).

Os *subjetivos* compreendem os adjetivos *afetivos* e os *avaliativos*; a autora (2009) explica os *afetivos* como uma marca da reação emocional do sujeito falante, sendo úteis para discursos com características subjetivas. Em relação à anteposição do adjetivo, a autora revela que, na maioria dos casos, o substantivo precedido do adjetivo indica maior afetividade. Kerbrat-Orecchioni (2009) observa que a subjetividade afetiva envolve o conteúdo com tanta emoção a ponto de levar o receptor à adesão. Lapa (1991, p. 104) utiliza alguns exemplos para destacar o uso afetivo do adjetivo, em “O frade observou sempre o jejum *religioso*”, o adjetivo indica um jejum determinado pela religião; em “Fez-se na sala um silêncio *religioso*”, o adjetivo é carregado de afetividade, pois indica intensidade emocional.

Os adjetivos *avaliativos* são definidos por Kerbrat-Orecchioni (2009) como *não axiológicos* (os que resultam em uma avaliação qualitativa ou quantitativa sem emitir julgamento nem envolvimento do locutor) e como *axiológicos* (os que possibilitam uma avaliação que valorize/ aprecie ou que desvalorize/ deprecie; e permitem que a subjetividade transpareça). Alguns adjetivos serão apreciativos ou depreciativos por seu próprio significado e outros, segundo Cabral (2014, p. 62), poderão ter seu valor axiológico “mais ou menos estável ou instável, o que depende principalmente da diversidade das competências ideológicas que eles refletem”. Definimos um esquema da classificação dos adjetivos com base em Kerbrat-Orecchioni (2009):

Quadro 2 – Classificação dos adjetivos

Fonte: o próprio autor.

Câmara Junior (2007) define a afetividade como os sentimentos expressos na enunciação a partir da avaliação pessoal do enunciador, levando em consideração que o sujeito não é imparcial, seu discurso não é neutro, por mais que acredite ser; segundo Fiorin (2017, p. 83), “em qualquer construção linguística, a objetividade, a neutralidade e a imparcialidade são impossíveis, pois a linguagem está sempre carregada dos pontos de vista, da ideologia, das crenças de quem produz o texto”. É possível verificar a subjetividade afetiva não só no uso de adjetivos, mas também em artigos, figuras de linguagem, intensificadores, modalizadores, diminutivos, aumentativos, sinais gráficos e outros recursos.

Selecionamos um trecho de uma publicação da edição número dez da revista *Realidade*, de janeiro de 1967, para exemplificar o recurso de adjetivação. A edição, dedicada às mulheres, trata de diversos assuntos polêmicos para a época, em suas 120 páginas, com matérias sobre preconceito, corpo/anatomia feminina, sexo, sentimentos, divórcio, administração de empresas e com a apresentação do resultado de uma entrevista realizada com 1200 mulheres de diferentes localidades brasileiras, revelando o perfil feminino da década de 1960 em relação a: direitos, família, política, trabalho, religião, finanças, esportes e outros temas.

A edição foi cassada pela censura militar por motivo de ofensa moral à sociedade. A revista já tinha o objetivo de tratar de assuntos polêmicos em suas edições (e foi a primeira nesse estilo), confrontando posições conservadoras e, no caso desse número, a censura nem permitiu que a revista apresentasse defesa. Na página 110, uma reportagem assinada por Carlos Azevedo, intitulada *Dona Berta, o Diretor*²², trata da história da proprietária de uma indústria de calças femininas, destacando, além da boa administração, a imagem positiva de Berta Schlesinger como esposa e como mãe. Vejamos um trecho do início e outro do final da matéria:

²² AZEVEDO, Carlos. *Dona Berta, o diretor*. *Realidade*. P. 110 - 115. São Paulo: Abril, janeiro de 1967.

1	(...) Além de dois telefones prêtos, o aparelho de comunicação interna e a
2	papelada que um diretor tem que ler, há flôres e retratos de crianças sôbre a mesa. E, no
3	canto do escritório, plantas num vaso. Uma mulher está sentada na cadeira do diretor.
4	Sôbre a blusa rosa-choque usa um medalhão prêso a uma grossa corrente. Veste
5	calças compridas côr de vinho, sapatos esporte marrons, de fivela, e está sem meias.
	(...)
6	– Não adianta iniciar nada se só lhe puder dedicar algumas horas por dia. Um
7	empreendimento, para ser vitorioso, precisa receber dedicação total. Para a mulher
8	casada isso é mais difícil, tem de cuidar da casa. Mas pode resolver o problema
9	montando uma retaguarda eficiente. (...)

O parágrafo inicial (linhas 1 a 5) descreve ambiente e pessoa com uma série de adjetivos, em sua maioria, objetivos, eles qualificam e delimitam o substantivo a que se referem, possibilitando a elaboração de uma imagem do espaço (escritório) e da figura da empresária.

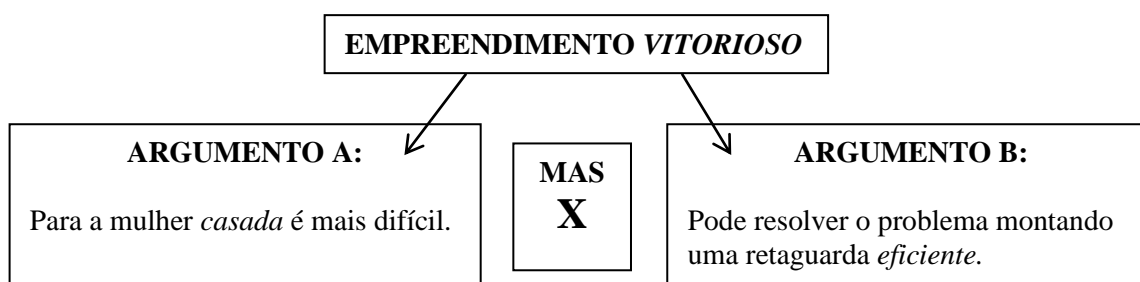
Escritório	Empresária
Telefones <i>pretos</i> (linha 1)	Blusa <i>rosa-choque</i> (linha 4)
Aparelho de <i>comunicação interna</i> (linha 1)	Medalhão <i>preso</i> (linha 4)
Retratos de <i>crianças</i> (linha 2)	<i>Grossa</i> corrente (linha 4)
Cadeira do <i>diretor</i> (linha 3)	Calças <i>compridas cor de vinho</i> (linha 5)
	Sapatos <i>esporte marrons, de fivela</i> (linha 5)

Os adjetivos listados ativam o sentido visual e valorizam os detalhes, indicando um ambiente tradicionalmente/ ideologicamente masculino (telefone; papelada), mas de pertencimento feminino (flores; retratos; plantas). A mulher estar na cadeira do diretor traz a surpresa, a quebra da expectativa para a época, pois era raro mulheres chefiarem negócios. Os detalhes da vestimenta e dos acessórios ressaltam a feminilidade nas cores *rosa-choque* (com destaque em negrito, recurso gráfico argumentativo, promovendo a cor vibrante, símbolo cultural do sexo feminino) e *cor de vinho* e nos acessórios (medalhão e corrente), mas desconstrói a figura feminina da época ao destacar as calças compridas e os sapatos esporte de cor escura. O adjetivo *grossa* (linha 4) está anteposto ao substantivo *corrente*, apontando maior subjetividade, pois demonstra uma avaliação do objeto, superestimando o acessório ao denotar que a mulher pode usar calças, sapatos esportivos e continuar sendo feminina, afinal ela veste cores e usa acessórios “de mulher”.

O adjetivo *compridas* (linha 5) complementa o termo *calças*. Somente com a palavra *calças* já seria possível compreender o conteúdo, já que, em geral, as

calças são compridas, mas a utilização do adjetivo valoriza a matéria dentro dessas condições de produção. Verificamos, por meio da colocação dos adjetivos, que o uso de calças, de sapatos esporte e o não uso de meias é uma forma para comparar, de acordo com a época, a mulher a um homem.

No outro parágrafo que destacamos (linhas 6 a 9), há a transcrição de uma das falas da diretora Berta, em que os adjetivos expressos possuem valor afetivo, pois não apenas qualificam os substantivos, fazendo uma descrição, mas também emitem valor sentimental e vemos isso a partir do adjetivo *vitorioso* (linha 7), pois, para alcançar o patamar da vitória, vários fatores foram elencados e um deles é a dedicação de tempo, dificuldade, normalmente, encontrada pela mulher casada e com filhos (os filhos foram citados na matéria). O adjetivo *casada* (linha 8) lança, então, um fator de complicação (argumento A), que é desfeito a partir do operador argumentativo *mas* (linha 8), seguido pelo adjetivo *eficiente* (linha 9), resolvendo qualquer impedimento com um argumento mais forte (argumento B), *eficiente* transmite efeito positivo quanto ao trabalho feminino.



Pudemos verificar que a adjetivação, nos dois parágrafos analisados, vivificam o discurso, seus efeitos de sentido indicam a polêmica da mulher no mercado de trabalho e na posição de chefia, além de provarem a capacidade feminina a partir do rompimento com o tradicional e a coragem de ocupar novos posicionamentos, “arriscando” delegar responsabilidades para que haja vitória profissional e, conseqüentemente, pessoal.

4.3.2 Seleção lexical

A seleção lexical é o alicerce da argumentação; a afetividade e a argumentatividade de um texto são reveladas por meio de escolhas lexicais. É a seleção lexical que viabiliza a proximidade ou a distância, a formalidade ou a

informalidade, que explicita, que deixa implícito ou apaga determinado sentido. Todo indivíduo possui, ao seu dispor, todo o léxico para sua expressão comunicativa; o grupo é imenso, mas as escolhas são limitadas a cada sujeito, pois dependem de seu repertório e de fatores como: instrução escolar, profissão, idade, momento histórico, lugar, posição econômica, entre outros.

Segundo Garcia (2000, p. 173), “pensamento e expressão são interdependentes, tanto é certo que as palavras são o revestimento das idéias e que, sem elas, é praticamente impossível pensar”. Nosso pensamento, então, está preenchido por palavras, ou eles não existiriam; sendo a palavra viva, seu valor é determinado pelas condições e pelos sujeitos envolvidos no discurso, para o autor (2000, p. 176), “as palavras por si mesmas nada significam, a cada novo contexto elas adquiririam significação diferente”. Nesse sentido, a escolha lexical parte do conhecimento, do comportamento e da memória do sujeito, que atribuirá maior ou menor valor ao termo com base na condição da produção do discurso.

Antunes (2007) desconsidera que a gramática é o elemento fundamental de uma língua, já que a língua não é constituída, somente, de gramática, são as palavras, ou seja, o léxico, que combinam a sequência de um texto e tecem significados. Segundo a autora (2007, p. 42), léxico é o “conjunto relativamente extenso de palavras, à disposição dos falantes, as quais constituem as unidades de base com que construímos o sentido de nossos enunciados”. É no léxico que está a expressão de cada época histórica, das variações, dos graus de formalidade e de informalidade; “o léxico expressa, magistralmente, a função da língua como elemento que confere às pessoas identidade”.

Carvalho (2002) considera que o vocabulário tem natureza sociocultural, dessa forma, o comportamento da sociedade reflete-se no uso de determinadas expressões, por isso alguns termos serão adequados ou não a discursos mais ou menos formais. Em uma revista, por exemplo, as escolhas lexicais estarão, provavelmente, relacionadas à classe do público alvo e aos fatores contextualizadores (momento histórico).

A escolha de algumas palavras causam maior ou menor impacto, tudo depende do envolvimento discursivo. Algumas variações lexicais são mais estigmatizadas, como “nóis”, “tauba”, “trabaia”, enquanto outras indicam ampliação lexical do sujeito, como em uma comunicação formal, por exemplo, em que se diz “unidade prisional” em vez de “cadeia”. De acordo com Garcia (2000, p. 174),

“dispondo de palavras suficientes e adequadas à expressão do pensamento de maneira clara, fiel e precisa, estamos em melhores condições de assimilar conceitos, de refletir, de escolher, de julgar”. As escolhas lexicais são capazes de indicar a história de uma época, de uma sociedade, sua cultura e perspectivas.

Todas as formas de linguagem revelam sentidos por meio da seleção lexical. A seleção lexical são as alternativas de estilo em um texto, capazes de indicar emoções, sentimentos e de fornecer dados e informações interpretativas. Segundo Cordeiro e Oliveira (2010), a seleção lexical é a escolha cautelosa de termos condutores de ideologia, o sujeito, ao se relacionar com as palavras de um texto, principalmente de gêneros que permitem maior desenvolvimento afetivo, ativará, em sua memória, conteúdos que possibilitarão atitudes e posicionamentos, ressignificando as informações.

É possível definir seleção lexical como o uso estratégico de palavras, seja de forma consciente ou inconsciente pelo sujeito. Há determinada força argumentativa no uso de cada elemento da linguagem, tudo vai depender do discurso, dos sujeitos e das condições de produção, pois o valor do argumento estará atrelado ao conjunto de significações, levando em consideração que não há escolha neutra, pois como afirmam Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), a escolha só parece neutra; segundo Carvalho (2002, p. 22): “as palavras, em resumo, não exprimem as *coisas*, mas a consciência que temos delas”. E, com base em Koch (2011, p. 151),

a escolha de um determinado termo pode servir de índice de distinção, de familiaridade, de simplicidade, ou pode estar a serviço da argumentação, situando melhor o objeto do discurso dentro de determinada categoria, do que faria o uso de um sinônimo.

A escolha do léxico encaminha a interpretação e a argumentação pela seleção de um termo em detrimento de outros no discurso. Segundo Citelli (1994, p. 69), “optar por um termo em detrimento de outro é gesto menos arbitrário do que imaginamos e costuma significar o cruzamento dos planos estilísticos e ideológicos na direção dos discursos persuasivos”. Para Koch (2011, p. 151), por este recurso que “as oposições, os jogos de palavras, as metáforas, o paralelismo rítmico etc.” são realizados. Os adjetivos, os substantivos, os verbos, os advérbios são as classes prioritárias para a efetivação desse recurso; gírias, estrangeirismos,

neologismos, palavras de baixo calão inserem-se na esfera da seleção lexical, pois revelam ideologias, valores, identidades por seu potencial subjetivo.

Um exemplo de seleção lexical citado por Citelli (1994) são os verbos “ocupar” e “invadir”, escolhas, muitas vezes, realizadas pela imprensa ao se referir ao movimento sem-terra. Cada termo corresponde a uma interpretação e possui níveis de força argumentativa distintos, enquanto “invadir” remete à violência no ato, “ocupar” indica ausência de conflito. É comum eufemismos serem utilizados pela imprensa e essa figura de linguagem é, também, uma escolha lexical, pois a troca de expressões pode suavizar o sentido dos discursos.

Conforme Kerbrat-Orecchioni (2009), não é possível afirmar que o emissor cria sua mensagem e escolhe suas palavras de forma livre; segundo a autora, há dois fatores orientadores da comunicação: a) as condições de comunicação; b) as características temáticas e retóricas do discurso, ou seja, o gênero discursivo. Com isso, a autora apresenta uma reformulação do esquema de comunicação de Jakobson, adicionando, na definição do emissor e do receptor da mensagem, a competência linguística, a competência ideológica e cultural e as determinações psíquicas.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) postulam a seleção de dados para o discurso argumentativo condicionada à adaptação e aos objetivos que se tem com determinado auditório, ou seja, para cada público e situação, haverá dados admissíveis ou não a serem utilizados. De acordo com os autores (2005, p. 136), “toda argumentação supõe, portanto, uma escolha, que consiste não só na seleção dos elementos que são utilizados, mas também na técnica da apresentação destes”. De acordo com Monteiro (1991), a escolha do léxico revela a expressividade como um “achado”, pois dentre muitos termos sinônimos, um foi escolhido para transmitir sentidos, que podem ser surpreendentes, convincentes, encantadores, conforme a situação. Para Oliveira, Azevedo e Nascimento (2008, p. 122),

o sentido do enunciado direciona a continuidade do discurso e as palavras selecionadas intrínsecas àquele quadro enunciativo contribuem, por meio de encadeamentos argumentativos, para a compreensão final do enunciado pelo destinatário.

Martins (2008) ressalta a distinção entre *significado* e *sentido* de uma palavra; enquanto toda palavra do léxico da língua possui seu *significado* (disponível em dicionários), o *sentido* se dá na relação entre sujeitos, ideologia e contexto do

emprego da palavra, podendo ser mais ou menos afetivo e depender de determinados elementos para ter algum efeito, por isso o sentido é subjetivo. Nas palavras da autora (2008, p. 105), “o sentido é, pois, a realidade que aparece na prática da linguagem, como fato complexo e variável; o significado é uma parte necessária e muito importante dele, mas não é a única”.

Conforme Cabral (2014, p. 63), “a situação em que empregamos uma palavra pode ser determinante para o valor em que ela é tomada, se positivo ou negativo”. Existem palavras com conteúdo mais afetivo, seja por sua própria definição, como amor, ódio, feliz, triste (algumas sempre carregarão valor pejorativo, outras valor apreciativo) ou pelo seu modo de utilização. Há, também, palavras emissoras de julgamento, de avaliação, entre outras.

Toda palavra cria determinada representação no pensamento, algumas possuem tons mais emotivos do que outras. Por mais que exista uma definição, um caráter denotativo para cada termo, na realidade comunicativa, conforme Lapa (1991), as palavras se diferem por sua força de expressão em relação à representação criada a partir do que é mencionado, pois cada indivíduo apreenderá um sentido com base na representação que lhe foi criada, a depender de suas formações discursivas e ideológicas. Em relação aos gêneros discursivos da mídia impressa, uma mesma palavra pode ter sentidos diferentes pela adequação ao gênero; podemos dizer, então, que a seleção do léxico está condicionada ao gênero, ao repertório do sujeito, ao veículo de divulgação, ao público alvo, aos valores socioculturais e a outros motivos.

Para exemplificar a seleção lexical, escolhemos um texto publicado na revista *Claudia*, em outubro de 2001, pelo ex-executivo e palestrante na área de carreira profissional, Max Gehringer. A partir do título *Sucesso nada tem a ver com hormônios*²³, ele escreve a respeito do êxito em carreiras femininas, relatando algumas dificuldades encontradas pelas mulheres antes de 1960 e sobre ideias tradicionais que ainda persistem, ressaltando as conquistas em determinadas ocupações como resultado de esforço, dedicação e superação. Apresentamos, a seguir, um trecho localizado no terceiro parágrafo da matéria:

²³ GEHRINGER, Max. Sucesso nada tem a ver com hormônios. *Claudia*. P. 231. São Paulo: Abril, outubro de 2001.

1	A mulher que emerge do século XXI é um híbrido interessante. Ela detonou a
2	
3	
4	

Como seleção lexical, neste trecho, ressaltamos:

Emerge (linha 1)
Híbrido (linha 1)
Detonou (linha 1)
Apocalipse (linha 2)

No lugar de todas essas palavras caberia um sinônimo, mas, talvez, não teria efeito de sentido com potencial argumentativo. *Emergir*, se trocado por *surgir*, apresentaria sentido informal, um acontecimento comum, repentino, sem destaque histórico; já *emergir* possui força expressiva, é uma manifestação que veio à tona, ocupando lugar de evidência.

É recente o termo *híbrido* (linha 1) em atribuição a pessoas, era mais comum vê-lo relacionado ao campo da genética e ao da linguística; atualmente, tem sido aplicado a vários segmentos: veículos, ensino, áreas profissionais. A revista Exame, por exemplo, publicou em sua página *on-line*, em 06 de dezembro de 2018, a matéria *Você sabe o que é um profissional híbrido? Ele está na moda*²⁴, falando de um perfil procurado por empresas, o profissional híbrido, ou seja, aquele que possui vários conhecimentos em diversas áreas, sendo capaz de contribuir para o progresso da empresa.

Pela situação discursiva, compreendemos que *híbrido* indica a mulher multitarefas, capaz de atuar em diversos cenários com destreza. Santaella (2008, p. 109) define esta mulher como complexa e capaz de ressignificar valores tradicionais:

Embora eleja como meta essencial a emancipação e satisfação profissional, intelectual e cultural, essa mulher híbrida não abre mão do amor, do companheirismo, da busca de complementaridade, dos filhos e do conforto doméstico e pessoal, equilibrando-se entre essas figurações, sem submeter-se às tiranias do papel de senhora do lar.

O texto segue com informações que corroboram o sentido de *híbrido*, pois assinala modificação no cenário tradicional por meio da junção de vários fatores:

²⁴ BOJIKIAN, Denise. Você sabe o que é um profissional híbrido? Ele está na moda. *Exame* – 06 de dezembro de 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/videos/sua-carreira/voce-sabe-o-que-e-um-profissional-hibrido-ele-esta-na-moda/>>. Acesso em 30 de julho de 2019.

Ela ocupou posição profissional
+
Ela continuou sendo mãe
+
Ela conciliou os afazeres do lar com o trabalho
=
Mulher híbrida do século XXI

Embora as funções (trabalho, casa, filhos), em muitos casos, são desiguais entre homens e mulheres, o foco do artigo não é esse e, sim, provocar sentido enaltecedor à mulher capaz de realizar tais conciliações e ser bem sucedida, pois ela tem se sobressaído em todas as áreas e provado o contrário para quem, no passado, depreciou suas atitudes, presumindo ser o fim da família; e isso é possível constatar a partir da escolha lexical *detonou* (linha 1) e *apocalipse* (linha 2).

Detonar (linha 1) evoca sentido destrutivo, estrondoso; a troca por um sinônimo, por exemplo, *acabar* (ela acabou com a convicção), não seria tão impactante argumentativamente e não atribuiria poder às conquistas femininas. A força do verbo *detonar* está na convicção de muitos homens de que a mulher que trabalha fora não tem tempo para a família; esta convicção é reforçada pelo termo *apocalipse* (linha 2). *Apocalipse*, literalmente, é o último livro da bíblia, contendo revelações proféticas do fim do mundo. Em uso figurado, a palavra tem sentido de catástrofe e, nesta condição de produção do discurso, entendemos como o *fim* da família; porém, o uso do termo *fim* não seria tão persuasivo quanto *apocalipse*, afinal, a escolha está atrelada à “convicção masculina” e o sentido do texto, divulgado em uma revista com formação discursiva feminina, revela o enaltecimento da mulher.

4.3.3 Lugar da quantidade

Os *lugares da argumentação* são técnicas iniciadas na Antiguidade pelos gregos para denominar, segundo Abreu (2006), locais onde o orador pudesse encontrar argumentos para seus discursos. Em grego, os lugares da argumentação são conhecidos por *topoi*. Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) referiram-se ao lugar da essência, ao lugar da pessoa, ao lugar da ordem e ao lugar do existente, mas focalizaram parte dos seus estudos de novos direcionamentos para a retórica, somente, nos lugares da quantidade e da qualidade. Em nosso trabalho,

abordaremos, apenas, o lugar da quantidade, mas ressaltamos que todos, no discurso argumentativo, constroem a significação do texto.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) compreendem os lugares da quantidade como os locais em que se afirma uma coisa ser melhor do que outra, constituindo um argumento mais persuasivo. O lugar da quantidade autoriza a valorização dos fatos e essa definição é proveniente de alguns filósofos, como Platão e Aristóteles. Segundo os autores (1996, p. 99), “a maior parte dos lugares que tendem a mostrar a eficácia de um meio será lugar da quantidade” e expressarão determinada frequência de ordem quantitativa.

Nas palavras de Abreu (2006), no lugar da quantidade, é possível constatar o valor das coisas por motivos quantitativos, um bem mais durável, por exemplo, possui mais valor que um bem menos durável; outro exemplo, o candidato mais votado provavelmente será eleito e o menos votado não será. Conforme o autor (2006, p. 82), “um dos traços mais característicos do lugar de quantidade é a utilização de números e estatísticas”, elementos muito comuns para colocar em destaque algum acontecimento ou transmitir uma informação precisa.

De acordo com Neves (2000), os quantificadores se unem aos nomes para indicar tamanho e proporção, eles exprimem quantidade definida (numerais) ou quantidade indefinida (artigos e pronomes indefinidos). Os indefinidos são os artigos indefinidos (*um* e suas flexões) e os pronomes indefinidos (são vários: *todo, algum, alguém, nada, vários, ninguém, qualquer*, entre outros); segundo os estudos de Castilho (2010), “os quantificadores indefinidos concorrem para que um texto tenha um caráter de indefinidade, imprecisão”. Os definidos, ou seja, os numerais, são determinados numericamente e podem ser cardinais, ordinais, multiplicativos e fracionários.

O uso dos números tem origem na pré-história, desde o período paleolítico; muitos sinais, utilizados até hoje, representavam os números (medidas em *palmos* e em *pés*, por exemplo) mesmo antes de serem nomeados com ordenação matemática. Os estudos matemáticos foram impulsionados por Tales de Mileto, no século VI a.C. e, posteriormente, por Pitágoras, então, cálculos, medidas, quantidades passaram a se realizar em números, tornando-se parte do cotidiano da vida humana, desde a infância, para inúmeras atividades, rotinas, aprendizados, comportamentos, informações, classificações e muito mais, assim como declaram

Oliveira e Nascimento (2008, p. 8), “a matemática está presente em nosso contexto social”.

Além de suas características definidas por sua classe gramatical, nos estudos argumentativos e discursivos, os números possuem valor persuasivo, pois sua aplicação, além de informar, indica precisão, voz de autoridade e tornam o assunto, praticamente, inquestionável, atuando como fonte de credibilidade, podendo, discursivamente, transmitir outros efeitos de sentido, pois, mesmo parecendo objetivos, os números exercem muita força argumentativa.

Segundo Oliveira e Nascimento (2008, p. 29), “os números, mesmo relacionados com a linguagem matemática, inseridos no contexto discursivo também assumem o caráter da subjetividade da linguagem, isto é, eles ficam sujeitos à ambiguidade”. É comum o uso dos numerais em textos midiáticos, pois as estatísticas funcionam como base para a argumentação, sendo considerados, pela semântica argumentativa, um argumento por autoridade, afinal, reforçam conteúdos por meio das vozes da quantidade, do valor, do posicionamento, entre outras significações.

Em abril de 2018, alguns jornais paranaenses noticiaram a respeito da Coronel Audilene Rosa de Paula Dias Rocha, divulgando a sua nomeação como a primeira oficial mulher a assumir o comando da Polícia Militar do Paraná em 163 anos de existência da corporação. A matéria de Carlos Coelho, *Primeira mulher a chefiar PM ignora simbolismo e fala em disciplina na corporação*²⁵, publicada na página *on-line* da Gazeta do Povo, em 15 de abril de 2018, expõe como a Coronel de 52 anos de idade recebeu a notícia de seu novo cargo, elenca alguns trabalhos a serem realizados, faz uma pequena biografia, revela algumas dificuldades vividas por Audilene e ressalta ser o comando de uma corporação majoritariamente masculina. Destacamos o trecho inicial da matéria para a exemplificação dos numerais, concretizando o lugar da quantidade:

1	Era a primeira vez na história da corporação que uma mulher chegava ao posto máximo. Cinco dias depois ela estava em posição, empunhando uma espada à sombra de um sol escaldante, para assumir o comando de 21 mil homens (e mulheres) da força policial do estado.
2	
3	
4	

²⁵ COELHO, Carlos. Primeira mulher a chefiar PM ignora simbolismo e fala em disciplina na corporação. *Gazeta do Povo*. 15 de abril de 2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/primeira-mulher-a-chefiar-pm-ignora-simbolismo-e-fala-em-disciplina-na-corporacao-4zg51b24tl03nk4921azytyie/>>. Acesso em 16 de abril de 2018.

Os numerais *primeira* (linha 1), *cinco* (linha 2) e *21 mil* (linha 3) revelam a precisão das informações de forma a exaltar o ocorrido. *Primeira vez* (linha 1) indica classificação temporal e, tudo o que é classificado em primeira posição é recoberto de grande visibilidade, e, neste caso, o ineditismo do fato. O termo *máximo* (linha 2) não representa um número específico, mas tem sentido de quantidade, pois indica valor superior, maior patamar, posição de prestígio e de credibilidade, afinal, somente o profissional altamente capacitado e qualificado possui condições de chegar ao topo de uma carreira, então, *máximo*, como lugar de quantidade, eleva as características da Coronel e a insere em posição inquestionável.

Cinco (linha 2) assinala a pouca quantidade de dias decorridos desde o chamamento até a posse no novo cargo, transmitindo o sentido de capacidade à mulher que, em tão pouco tempo, assumiu posição tão importante. O numeral é corroborado pela imagem da coragem, transmitida pela seleção lexical *empunhando uma espada* (linha 2) e pela adjetivação afetiva *sol escaldante* (linha 3).

21 mil (linha 3) destaca a grande quantidade de homens na corporação. O sentido de realce do numeral é atribuído aos homens, por mais que o conteúdo entre parênteses, *e mulheres*, venha complementar o discurso. Os numerais, nesse trecho, elevam as conquistas femininas, promovem informações incontestáveis e inserem a mulher em um contexto de vitória por sua capacidade, diante de preconceitos existentes.

Capítulo 5

Análise do discurso

A alma das ideias materializa-se no corpo da história, corpo esse constituído por relações sociais de consenso e de conflito, por um conjunto heterogêneo de práticas e de representações que se modificam ao sabor das diversas épocas e lugares (PIOVEZANI; SARGENTINI, 2011, p. 8).

5.1 TRAJETÓRIA E DESENVOLVIMENTO DA ANÁLISE DO DISCURSO DE ORIENTAÇÃO FRANCESA

Charaudeau (2016) aborda o discurso como o verdadeiro alicerce da linguagem; e os estudos do discurso são a base deste trabalho, pois nosso objeto de análise pertence a períodos históricos distintos e reflete, por meio da linguagem, atravessamentos sociais e ideológicos. Com o apoio da Análise do Discurso, estudaremos como os sentidos são produzidos e configurados.

A análise do discurso de linha francesa (doravante AD) não considera a língua como estrutura, mas como acontecimento manifestado por um sujeito movido pela história e pelo que o constitui; na AD, a linguagem é relacionada com a exterioridade, ou seja, as condições de produção em que estão inseridos o sujeito produtor, o sujeito receptor, o contexto histórico e social, bem como as circunstâncias de comunicação. Segundo Orlandi, (1993, p. 17), “no discurso constatamos o modo social da produção da linguagem. Ou seja, o discurso é um objeto histórico-social, cuja especificidade está em sua materialidade, que é lingüística”.

O texto, seja oral ou escrito, significa e, para a AD, o que interessa é como ele relaciona a língua com a história, considerando sujeito e mundo, ele é afetado pelas condições de produção. Todo texto, por sua característica heterogênea, pode ser permeado por várias formações discursivas e o sujeito, conforme Orlandi (2015), pode se subjetivar de formas distintas no decorrer do texto. A AD estuda além da superfície textual, as várias etapas para a construção do sentido, verificando de que forma se textualiza o discurso. Para Orlandi (2015, p. 70), “um texto é só uma peça de linguagem de um processo discursivo bem mais abrangente e é assim que deve ser considerado. Ele é um exemplar do discurso”. Para Courtine (2006), o discurso é a correspondência entre linguagem e exterioridade, com observações quanto aos sujeitos, quem fala, como fala, sobre o que fala e em quais condições de produção.

A AD tem origem em diferentes métodos de estudiosos da linguagem que deram importância à gramática da língua, mas não valorizaram, somente, a sua estrutura e, sim, a sua prática, o seu movimento no mundo, o discurso. Nesse sentido, a linguagem é mediadora entre homem e práticas sociais, capaz de manter, impulsionar, deslocar e transformar a realidade dos sujeitos. Além de considerar a

inserção humana na história, a AD salienta as maneiras e as condições de produção da linguagem, sua exterioridade, conforme Orlandi (2015, p. 14), “os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem”. Nas palavras de Courtine (2006, p. 41), a AD

pretendeu proceder à rearticulação do que havia sido cindido: o sistema lingüístico (então, concebido como um conjunto de regras sintáticas que determinam as frases, mas também os funcionamentos que se inscrevem numa problemática da enunciação) com as condições históricas da língua em uso (por meio da determinação das “condições de produção” do discurso).

A AD não revela o que o texto quer dizer, mas como ele diz, como ele funciona, como ele produz sentido, trabalhando sua opacidade ao considerar o simbólico, o político, o linguístico, o ideológico. A AD articula a linguagem em sua incompletude, em sua movência, pois sujeitos e sentidos deslocam-se, não estão prontos e nem acabados:

Ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/ poder dever/dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas (ORLANDI, 2015, p. 50).

Conforme ressalta Orlandi (2004), a AD vê a opacidade da língua e seu funcionamento na história, utiliza a interpretação como objeto de reflexão, compreende um sujeito formado por gestos de interpretação, afetado pela ideologia e pela ilusão de ser dono de seu discurso. Segundo a autora (2004, p. 22),

Os processos de produção de sentido, necessariamente sujeitos ao deslize (efeito metafórico, transferência), são afetados pela possibilidade de um “outro” sentido sempre possível e que constitui o “mesmo”. Dito de outra forma, o mesmo já é produção da historicidade, já é parte do efeito metafórico.

Com o objetivo de buscar como os textos significam e analisar os efeitos de sentido produzidos pelos sujeitos, surge a AD, com base na materialidade da linguagem, de funcionamento heterogêneo. Mas antes de seu desenvolvimento, como vimos no capítulo anterior, muitos estudos abriram caminho, a partir do século XX, para que a AD se firmasse como disciplina. Trabalhos de Ferdinand de Saussure e de Mikhail Bakhtin contribuíram para a criação da AD; Saussure, no Estruturalismo (estrutura dos fenômenos), não vincula a linguagem ao contexto de

produção, enquanto Bakhtin preza pelo desenvolvimento histórico e social da linguagem e proporciona outros rumos para os estudos da linguagem. Segundo Silva (2013, p. 51),

os enunciados estão sempre ligados a uma atividade humana, desempenhada por um sujeito que tem um lugar na sociedade e na história, ou seja, um sujeito que sempre está em interação com outros sujeitos. Por isso, o signo para Bakhtin não é linguístico, mas ideológico, ou seja, é carregado de sentidos que dizem respeito a uma posição social, histórica e cultural.

Jakobson, Halliday e Benveniste abriram caminhos para a formação da AD e um nome que serviu de base para os primeiros passos da AD foi o de Zellig Sabetai Harris, americano que denominou textos de discursos, indo além das margens da frase, observação desenvolvida pelos estudiosos do discurso durante os anos de 1950 e início de 1960. A língua em uso foi vista por outros ângulos no final da década de 1960 e início de 1970 pela pragmática, pela análise da conversação, pela linguística textual e por outros estudos que se ramificaram, como a Semântica Argumentativa e a Análise do Discurso.

Para ser capaz de analisar a exterioridade linguística, a AD utilizou conceitos alheios ao campo da linguagem, como a filosofia e a psicanálise. Na década de 1960, na França, Jean Dubois, linguista, e Michel Pêcheux, filósofo, recorriam à linguagem para explicar conteúdos políticos com estratégias diferentes de encaminhamento da disciplina; Dubois, analisando enunciados com base na Linguística, e Pêcheux, em busca de estudar o discurso pela articulação do sujeito e da ideologia. É a partir de Pêcheux que a análise do discurso de linha francesa se desenvolve com a proposta de relação semântica entre língua, sujeito e ideologia em uma teoria materialista. Segundo Maingueneau (2015, p. 47), “o interesse específico que rege a análise do discurso é relacionar a estruturação dos textos aos lugares sociais que os tornam possíveis e que eles tornam possíveis”.

Estudando a proposta de Pêcheux (2014), é possível compreender que as palavras significam pela história e pela língua, assim, o sentido de uma palavra não está definido para sempre sobre o real, ele se faz determinado pelas condições de produção, pela exterioridade que é constitutiva do texto. O autor (2014), com base no marxismo relido por Louis Althusser, na psicanálise de Jacques Lacan e na linguística estrutural, não procura desfazer as demais teorias, mas, sim, desenvolver um novo estudo, observando a historicidade e a exterioridade, pensando a

linguagem como um lugar de ambiguidades, de opacidades, de não neutralidades. Segundo Pêcheux (2014, p. 74):

Em cada momento histórico dado, as formas ideológicas *não se equivalem*, o efeito simulação-recalque que elas engendram *não é homogêneo*: as formas que a “relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” toma não são homogêneas precisamente porque tais “condições reais de existência” são “distribuídas” pelas relações de produção econômicas, com os diferentes tipos de contradições políticas e ideológicas resultantes dessas relações.

A AD de Pêcheux, construída pela transdisciplinaridade de áreas do conhecimento (o materialismo histórico, a Linguística e a teoria do discurso – atravessadas por uma teoria de base psicanalítica), é dividida em três fases sem delimitação específica de épocas, com desconstruções e reconfigurações de teorias. Gregolin (2003b, p. 25) explica:

Quatro nomes, fundamentalmente, estão no horizonte da AD derivada de Pêcheux e vão influenciar suas propostas: **Althusser** com sua releitura das teses marxistas; **Foucault** com a noção de *formação discursiva*, da qual derivam vários outros conceitos (interdiscurso; memória discursiva; práticas discursivas; etc.); **Lacan** e sua leitura das teses de Freud sobre o inconsciente, com a formulação de que ele é estruturado por uma linguagem; **Bakhtin** e o fundamento dialógico da linguagem, que leva a AD a tratar da heterogeneidade constitutiva do discurso.

5.1.1 As fases da Análise do Discurso

A primeira fase da AD é marcada por influências de Althusser e de Lacan; o grupo de Pêcheux voltava suas análises para textos políticos escritos, interpretando dados e relacionando-os com a ideologia, com os sujeitos e com o histórico-social. No começo, Pêcheux imaginava a possibilidade da análise automática do discurso ser realizada por um dispositivo informático. A obra *Análise automática do discurso*, de 1969, evidenciou o materialismo histórico e, assim, a materialidade linguística foi posta como essencial para o funcionamento da ideologia e a produção de sentidos com relação ao contexto de produção do discurso.

Nesse método, Pêcheux considerou a produção dos traços discursivos a partir de uma máquina discursiva, de análises para além da frase, valorizando a exterioridade, mas com condições de produção estáveis; o indivíduo passou a ser

considerado como sujeito interpelado pela ideologia e não mais como dono de seu discurso. Nas palavras do autor (1997, p. 313), a

AD-1 é um procedimento por etapa, com ordem fixa, restrita teórica e metodologicamente a um começo e um fim predeterminados, e trabalhando num espaço em que as “máquinas” discursivas constituem unidades justapostas. A existência do *outro* está pois subordinada ao primado do mesmo.

Na segunda fase da AD, o conceito de formação discursiva (doravante FD), estudado em Foucault, passou por reformulações e foi articulado entre memória, história e formação ideológica (doravante FI). As FDs foram definidas, a princípio, como regras determinadas historicamente no tempo e no espaço, definindo condições de comunicação; a noção de FD praticamente rompe com a ideia de máquina estrutural fechada, pois, no processo discursivo, conforme Mussalim (2004, p. 119), uma FD sempre estará ocupada por outras FDs, por discursos anteriores, pelo pré-construído; “uma FD, portanto, é constituída por um sistema de paráfrases, já que é um espaço onde enunciados são retomados e reformulados”.

Na AD-2, os discursos passam a ser vistos como menos homogêneos do que na AD-1 e o sujeito é tomado em sua dispersão, ou seja, ele ocupará diferentes papéis conforme o lugar de onde enuncia, sendo regulado por FIs e por FDs, isto é, ele não é totalmente livre. Nesta segunda fase, o conceito de interdiscurso é iniciado, considerando memória e esquecimentos.

Na terceira fase da AD, o sujeito é definido pela heterogeneidade, pelo interdiscurso, o sujeito é clivado entre o consciente e o inconsciente, heterogêneo. Authier-Revuz (2004) articula a noção de heterogeneidade discursiva, como heterogeneidade mostrada (manifestação concreta da presença de outro discurso) e heterogeneidade constitutiva (outros dizeres constituem o discurso); nas palavras de Maldidier (2017, p. 84), “o que, nos anos precedentes, procurava-se através da contradição marxista ou as falhas da interpelação ideológica, se inscreve agora no termo ‘heterogeneidade’”. Nesta fase, a ideia de maquinaria discursiva é totalmente abolida, a definição de interdiscurso é aprofundada. O olhar passa a ser direcionado para o funcionamento do discurso.

Pelos estudos do interdiscurso, denominado por Pêcheux como memória discursiva, os já-ditos que encaminham o dizer a partir do inconsciente e da ideologia dos sujeitos – “alguma coisa fala antes, em outro lugar” (SANTOS, 2013, p.

219). Esses já-ditos sustentam os discursos dos sujeitos pelo tom de voz, pela seleção do léxico ou pela formulação sintática, seja do enunciador ou do enunciatário, que, por sua vez, absorve o sentido conforme seus próprios atravessamentos. O interdiscurso possibilita paráfrases, esquecimentos, lembranças e distorção daquilo que constituiu, previamente, o discurso e foi esquecido, silenciado; e o intradiscurso, noção também pertinente a essa fase da AD, considera o que está sendo dito em certo momento e ambiente, em que o sujeito se considera dono do que diz.

Em qualquer uma das fases, o sujeito não controla o seu dizer, conforme a AD-1 e a AD-2, ele é interpelado pela ideologia, ele esquece que é assujeitado pela FD (esquecimento número 1) e ele acredita ser dono de seu dizer e controlador dos sentidos emitidos (esquecimento número 2). Esses esquecimentos, conforme Mussalim (2004), levam o sujeito a ocupar um lugar e um grupo. Pêcheux (1997) não conceitua as três fases como ideias prontas e acabadas, pelo contrário, lança várias interrogações a fim de provocar reflexões.

A AD se constituiu pela linguagem, pela língua e pela história e mantém, até hoje, seu fundamento nas ciências da linguagem, conforme Orlandi (2015, p. 23), “na perspectiva discursiva, a linguagem é linguagem porque faz sentido. E a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história”. A partir dos estudos de Pêcheux, consideramos que a AD não está acabada e nunca estará, é uma disciplina em constante construção e reconstrução, pois a história muda, os sujeitos são diferentes, e o sentido nunca será fixo.

Na opinião de Malidier (2017, p. 108), “Michel Pêcheux percorreu a aventura da língua. Fazendo isto, ele avançou em um terreno desconhecido, que ninguém tinha balizado.” E, no Brasil, por muitos pesquisadores, é reconhecido como o grande precursor da AD. “Para além da linguística, ele permitiu a abertura de novas pistas na história, em sociologia, em psicologia, por todo lugar onde se tem a ver com textos, onde se produz o encontro da língua com o sujeito” (MALDIDIER, 2017, p. 109).

O Brasil é um dos países que mais utiliza a obra de Pêcheux para desenvolver os trabalhos de AD e produz, nessa linha francesa, desde a década de 1970. Souza (2006) considera os estudos brasileiros como a quarta fase da AD, com novos entendimentos dos sentidos, como a paráfrase e a polissemia para o conceito de formação discursiva e o silêncio como constitutivo no processo de significação.

Eni Puccinelli Orlandi foi uma das principais impulsionadoras dos estudos discursivos no Brasil. A autora (2014) relata o período conturbado do início da AD no país, na USP e na PUC de Campinas, em plena ditadura militar, com base na teoria de Pêcheux. As discussões ocorriam em torno do discurso pedagógico e suas formas de autoritarismo, pela noção de paráfrase, polissemia, ideologia, formação discursiva e condição de produção; pelo motivo da ditadura, os encontros que tratavam de ciência e política ocorriam com moderação. Foi na UNICAMP, em 1979, que a AD se institucionalizou como disciplina e, atualmente, muitas são as correntes teóricas que consideram o discurso como objeto.

Apesar dos encontros cautelosos, foi justamente o motivo da ditadura que enriqueceu as discussões de AD, pois, conforme relata Orlandi (2014), era possível analisar o processo discursivo da censura, das propagandas ideológicas, das diferentes FDs, embates, confrontos, silenciamentos. Todavia, os estudos de AD sofreram alguns ataques e repressões na época.

Ao especificar a AD no Brasil, Orlandi (2014) considera que analisar o discurso é compreender os sentidos que derivam de palavras engajadas em formações discursivas que são representações das formações ideológicas (ideologia pensada a partir da linguagem), refletindo na situação, condições de produção, em que está o(s) sujeito(s). Segundo Orlandi (2014, p. 39), o sentido está sempre em movimento contínuo e pode sempre ser outro, “pela ideologia, naturaliza-se o que é produzido pela história” e a ideologia produz a evidência do sujeito, a ilusão de ser autor de seus discursos, quando é afetado pela associação do inconsciente com a ideologia. Conforme Piovezani e Sargentini (2011, p. 36):

A consolidação da Análise do discurso no Brasil certamente consiste num significativo avanço epistemológico e político a partir do qual muitos mais puderam, podem e poderão compreender mais profundamente a produção dos sentidos na sociedade.

Orlandi (2007) contribuiu vastamente para a ampliação dos estudos de AD, principalmente com pesquisas dos sentidos do silêncio, um importante dispositivo de análises discursivas, indicador da presença de outros sentidos no que se diz. É possível verificar em Ducrot (1987), os não ditos, que são suplementares aos ditos, possuem sentidos; segundo Orlandi (2015, p. 81), o interdiscurso, a ideologia e a formação discursiva entregam os não ditos, pois “o dizer (presentificado) se sustenta na memória (ausência) discursiva”.

O silêncio, para a AD, não possui sentido passivo ou negativo, ele tem relação com a história e com a ideologia. Para Orlandi (2007, p. 12), “todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer” e a autora estabelece o silêncio como fundador, ou seja, ele é essencial para o sentido, pois sempre se diz a partir do silêncio, as palavras são atravessadas de silêncio.

Sujeito e sentido se significam pelo imaginário no real e é nessa relação entre o imaginário e o real que se percebe a materialidade do silêncio, sua opacidade; essa relação acontece pela ideologia e pela determinação histórica. Orlandi (2007) considera que o silêncio funciona na contradição entre o mesmo e o diferente, entre a paráfrase (ressignificar) e a polissemia (vários sentidos da ressignificação), esse movimento ocorre pela ilusão do sujeito em emitir um só sentido (efeito ideológico).

Conforme Orlandi (2007), o silêncio é função necessária da relação entre língua e ideologia, ele não complementa a linguagem, mas tem seu próprio sentido, ele garante a movimentação dos sentidos. A autora (2015) define silêncio de duas formas: o silêncio fundador, responsável pelo significado do dizer, é o não dito; e o silenciamento ou política do silêncio, segmentado em silêncio constitutivo (uma palavra apaga outras, se digo “com otimismo”, não estou dizendo “sem pessimismo”), e o silêncio local (proibição de determinados dizeres em certo contexto, censuras estabelecidas, por exemplo, nas relações de poder motivadas socialmente). Isso que dizer que, praticamente, em toda palavra dita contém silêncio, pela própria seleção (atravessada) do sujeito e pela relação ao ambiente em que se está, inclusive quem são e quais posições ocupam os interlocutores.

Dizer “com otimismo” em vez de “sem pessimismo”, por mais que pareçam inscrições sinônimas linguisticamente, evocam sentidos diferentes, pois partem de outra memória, de outro atravessamento ideológico, de outra condição de produção. Os sujeitos se deslocam entre o dito e o não dito. Como ressalta Orlandi (2015, p. 83), “o que não é dito, o que é silenciado constitui igualmente o sentido do que é dito. As palavras se acompanham de silêncio e são elas mesmas atravessadas de silêncio”, se um patrão diz “x”, por exemplo, já traz em “x” informações silenciadas do que o empregado não pode dizer.

O homem significa falando ou silenciando e quando ele silencia, ele não está mudo, pois está pensando. Orlandi (2007, p. 34) pontua que o silêncio pode ser parte do dominador (opressor) ou do oprimido (resistência), “o homem exerce seu

controle e sua disciplina fazendo o silêncio falar ou, ao contrário, supondo poder calar o sujeito”.

Orlandi (2007, p. 58) identifica que o silêncio não remete ao dito, como a elipse e o implícito, por exemplo, ele permanece silêncio e possui significado que poderá ser analisado ao considerar a historicidade do texto e o modo de constituição dos efeitos de sentido. Essa análise do silêncio não será feita de forma interpretativa e nem pela possibilidade de decifrar o silêncio em palavras, mas pela compreensão dos seus processos de significação; “o silêncio não é pois imediatamente visível e interpretável. É a historicidade inscrita no tecido textual que pode ‘devolvê-lo’, torná-lo apreensível, compreensível”.

Conforme Orlandi (2007), o silêncio significa em relação ao futuro (a projeção de múltiplos sentidos) e em relação ao passado (já ditos alojados na memória – interdiscurso – e ressignificados), por isso, é possível considerar que o silêncio produz a polissemia (o que será dito) e, também, o já dito, podendo ser analisado a partir da interpretação.

Ao trabalhar com a interpretação, a AD não entende a existência de uma regra para se interpretar e, sim, como o discurso produz sentido por meio dos processos de significação, quais vozes o constituem e quais novas práticas são formadas. Um analista pode formular uma interpretação diferente de outro analista a respeito do mesmo texto, mas para compreender o processo discursivo, utilizarão os mesmos instrumentos teóricos/ dispositivos de análise da AD e/ou dos campos disciplinares que decidiu abordar. No próximo tópico, esclareceremos alguns procedimentos teóricos da AD francesa.

5.2 PRINCÍPIOS DA ANÁLISE DO DISCURSO

Nosso trabalho pretende destacar conceitos da AD, portanto, como não há discurso sem sujeito (ORLANDI, 2015), primeiramente, abordaremos o conceito de sujeito para a AD, visando melhor compreensão dos dispositivos de análise que especificaremos a seguir: as condições de produção, as formações ideológicas e discursivas e a memória discursiva.

Ao considerar o sujeito, Baccega (2007) classifica-o como um indivíduo concreto que se forma e se pratica na interação social por meio da linguagem, pela

maneira como é constituído em sua educação, moral e valores de sua classe e nível social. Para a autora (2007, p. 21):

A sociedade funciona no bojo de um número infindável de discursos que se cruzam, se esbarram, se anulam, se complementam: dessa dinâmica nascem os novos discursos, os quais ajudam a alterar os significados dos outros e vão alterando seus próprios significados.

A partir da análise do discurso é possível estudar a posição do sujeito e refletir a respeito de onde fala, por que fala neste lugar e não em outro, quais são as regras que permitem seu discurso, entre outros questionamentos a fim de visualizar a não existência apenas de um sujeito ali inserido e, sim, sua multiplicidade. Nas palavras de Fischer (2013, p. 134), “o sujeito do discurso não é uma pessoa, alguém que diz alguma coisa; trata-se antes de uma posição que alguém assume, diante de um certo discurso”, ele é tomado pelo social, pela história e pela ideologia; ele acredita ser o dono de seu dizer, mas não é a fonte absoluta do sentido, porque na sua fala outras falas se dizem. Na abordagem de Pêcheux (2014, p. 141), “o sujeito é desde sempre ‘um indivíduo interpelado em sujeito’”.

O sujeito é considerado descentrado e relacionado à história, o sentido está no espaço discursivo formado entre o eu e o tu, pois é marcado no espaço, no tempo e pela ideologia, segundo Brandão (2012, p. 59), “na sua fala outras vozes também falam” e com base nos estudos de Charaudeau e Maingueneau (2016, p. 458), o sujeito é

polifônico, uma vez que é portador de várias vozes enunciativas (polifonia). Ele é dividido, pois carrega consigo vários tipos de saberes, dos quais uns são conscientes, outros são não conscientes, outros ainda, inconscientes. Enfim, ele se desdobra na medida em que é levado a desempenhar alternativamente dois papéis de bases diferentes: papel de sujeito que produz um ato de linguagem e o coloca em cena, imaginando como poderia ser a reação de seu interlocutor, e papel do sujeito que recebe e deve interpretar um ato de linguagem em função do que ele pensa a respeito do sujeito que produziu esse ato.

O sujeito passa a ser visto de forma heterogênea, pois situa seu discurso dependendo de onde está e para quem se dirige, sendo atravessado por outros discursos constituídos historicamente, ele compartilha o ambiente com o outro que possui seus próprios atravessamentos. Em relação à heterogeneidade, Authier-Revuz (2004) considera o discurso indireto e o discurso direto. No discurso indireto (heterogeneidade constitutiva), o sujeito enuncia por meio de suas próprias palavras

em referência a um outro como princípio do sentido, sendo um discurso resultante de vários outros discursos. No discurso direto (heterogeneidade mostrada), o sujeito é o porta-voz das palavras do outro pela citação, paráfrase, aspas e outros recursos, em que a voz do outro fica evidente no discurso do sujeito.

Tanto no direto quanto no indireto há a presença de outro no discurso do sujeito locutor. A autora (2004) relembra os estudos dialógicos de Bakhtin, pois existe sempre um outro que atravessa o sujeito locutor, que remete a outros contextos de experiência no mundo, assim, procedente de outra(s) conjuntura(s), cria-se novos sentidos em uma nova conjuntura; todo discurso é habitado e atravessado por outras palavras. Maingueneau (1997) apresenta alguns fenômenos linguísticos que podem ser classificados como marcas de heterogeneidade: a polifonia; a pressuposição; a negação; o discurso relatado; as palavras entre aspas; a parafraseagem; o discurso indireto livre; a ironia; a citação de autoridade, o provérbio e o slogan, a imitação; e o pastiche (imitação que, diferente da paródia, não tem por função satirizar).

Para Authier-Revuz (2004, p. 50), além do dialogismo, a heterogeneidade do discurso tem a ver com a psicanálise, “o trabalho psicanalítico consiste em fazer ressurgir *conflitos esquecidos*, demandas recalcadas – eventualmente portadores de sofrimentos – que agem, *sem que o sujeito saiba*, na sua vida presente”. O passado, o já-dito, então, retorna por meio da linguagem.

A psicanálise apresenta um sujeito dividido entre o consciente e o inconsciente; o inconsciente possui significantes que são retomados e reconstituídos no discurso por meio dos esquecimentos, o inconsciente revela a polifonia, ou seja, outras vozes constitutivas do discurso. Nesse sentido, o sujeito, conforme apresenta Brandão (2012), é dividido, clivado, cindido e se constitui pela interação com o outro e com seu próprio inconsciente que, juntamente com a ideologia, o interpela. Segundo Lacan (1998, p. 260), “o inconsciente é a parte do discurso concreto, como transindividual, que falta à disposição do sujeito para restabelecer a continuidade de seu discurso consciente”.

O sujeito é descentrado, não é dono de seu dizer, mas possui a ilusão de saber o que diz; ele é efeito de linguagem, afinal o inconsciente se estabelece na linguagem. De acordo com Brandão (2012, p. 69), “movido pela ilusão do centro, por um processo de denegação em que localiza o outro e delimita o seu lugar, o falante

pontua o seu discurso, numa tentativa de ‘circunscrever e afirmar o um’”. Mussalim (2004, p. 109) esclarece,

o sujeito, por definir-se através da palavra do Outro, nada mais é que um significante do Outro. Mas, por ser um sujeito clivado, dividido entre o consciente e o inconsciente, inscreve-se na estrutura, caracteristicamente definida por relações binárias entre seus elementos, como uma descontinuidade, pois emerge no intervalo existente entre dois significantes, emerge sob as palavras, sob o discurso.

Souza (2006) ressalta que esta ilusão de autonomia ocorre pelo esquecimento apagado pela história, afinal, a FD de onde o sujeito está é que o orienta. Os esquecimentos são estabelecidos, por Pêcheux, como *esquecimento número 1*: o sujeito esquece ser ideológico e acredita ser dono de seu discurso; e *esquecimento número 2*: as escolhas realizadas pelo sujeito apagam outras, e isso ocorre de forma inconsciente, estabelecendo limites entre o dito e o não-dito. Assim, o sujeito se enuncia de forma material e efetiva, acreditando ter propriedade do seu dizer, mas os elementos dos interdiscursos o orientam. Nas palavras de Malidier (2017, p. 46), “enquanto o segundo esquecimento remete aos mecanismos enunciativos analisáveis na superfície do discurso, o primeiro deve ser posto em relação com as famílias parafrásticas constitutivas dos efeitos de sentido”.

Para Orlandi (2015), “não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia”. A ideologia transforma em sujeito um indivíduo concreto, este sujeito não é totalmente livre e nem totalmente submetido, ele é interpelado pela ideologia, mas possui sua própria história, regulada por uma ou por várias FDs, pois, segundo a autora (1993, p. 57), “as várias posições do sujeito podem representar diferentes formações discursivas no mesmo texto”.

Orlandi (2015, p. 37) ressalta os sentidos como provenientes de relações, pois cada fala indica outras anteriores, por isso, o discurso nunca terá fim, ainda, a autora pontua sobre a maneira do sujeito locutor regular o discurso em direção ao seu interlocutor, a antecipação, “o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte”.

O lugar a partir de onde o sujeito diz é denominado por Orlandi (2015) como relação de forças, pois, dependendo de seu posicionamento, seu discurso terá diferentes significados, uma mesma mulher na posição de empresária agirá de forma distinta de seu lugar como mãe, por exemplo, assim como o discurso de um funcionário de sua empresa terá outra carga de sentido, pois as palavras possuem

outro sentido quando passam de uma FD para outra. Segundo a autora (2015, p. 37), “como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na ‘comunicação’”.

O sujeito moderno – capitalista – é ao mesmo tempo livre e submisso, determinado (pela exterioridade) e determinador (do que diz): essa é a condição de sua responsabilidade (sujeito jurídico, sujeito a direitos e deveres) e de sua coerência (não-contradição) que lhe garantem, em conjunto, sua impressão de unidade e controle de (por) sua vontade (ORLANDI, 2012, p. 104).

Por conta das definições anteriores, é possível dizer que, para a AD, o indivíduo não é considerado em seu aspecto físico, mas a partir de suas imagens e projeções, por isso ele é sujeito, passa do empírico ao discursivo, significando no presente contexto a partir de uma memória. Segundo Orlandi (2015, p. 50), “não há um sentido único e prévio, mas um sentido instituído historicamente na relação do sujeito com a língua e que faz parte das condições de produção do discurso”, procedimento discursivo que estudaremos a seguir.

5.2.1 Condições de produção

De acordo com Marx e Engels (1998), os indivíduos se relacionam e produzem conforme sua constituição e suas condições; o conceito de condição de produção (doravante CP), embasado no marxismo, apresenta a ideia da circunstância do discurso, o exterior capaz de determinar o discurso. Pêcheux (2014) elabora a definição de condições de produção para a análise do discurso com base na expressão marxista *condições econômicas de produção*, compreendendo-a a partir das relações de classes e das formações sociais.

Segundo Courtine (2016, p. 20), a noção de CPs é fundamental para o processo de análise discursiva, pois ela regula,

em AD, a relação entre a materialidade linguística de uma sequência discursiva e as condições históricas que determinam sua produção; ela funda, assim, os procedimentos de constituição de *corpus* discursivos (conjunto de sequências discursivas dominadas por um determinado estado, suficientemente homogêneo e estável, das condições de produção do discurso).

Para o autor (2016), as CPs não são, somente, a situação de enunciação, mas o lugar do conflito do sentido, onde a ideologia aparece e é determinada

historicamente; e para o autor (2006, p. 65), a noção de condições de produção “proporciona o valor de um princípio operacional visto que guia metodologicamente as primeiras operações que precisam ser efetuadas no tratamento de um conjunto de informações que devem ser conhecidas”.

Charaudeau e Maingueneau (2016) consideram como CP a própria situação de comunicação e, também, tudo o que circula no interdiscurso em forma de pré-construído, assim, as CPs são tanto os valores e crenças que sobredeterminam os sujeitos, como o lugar de comunicação onde se inserem, que também os sobredeterminam impondo-lhes certos comportamentos.

Maingueneau (1997) entende por CPs o contexto social que abrange um corpus, ou seja, as condições históricas de produção do discurso, os lugares determinados nas instituições, como em uma empresa, em que há o lugar do diretor, o lugar do gerente, do funcionário e do cliente; esses sujeitos criam imagens relacionadas a esses posicionamentos e, assim, atuam e elaboram seus discursos – o funcionário não se dirige a outro funcionário da mesma maneira como se dirige ao diretor, por exemplo. Para Mussalim (2004, p. 106), “as constituições sócio-históricas de produção de um discurso são constitutivas de suas significações”.

Charaudeau (2016) trata de condição de produção, indicando-a como condição de interpretação do ato de linguagem, explicando o conjunto possível de interpretativos sugeridos pelo contexto em que se deve considerar a relação entre os sujeitos do discurso, conforme seus posicionamentos e propósitos languageiros, por exemplo, um sujeito em um bar pede uma caipirinha para o garçom, pela relação dos sujeitos, nesse contexto, o garçom trará uma bebida, e não uma moça que reside na roça. Isso é possível, pois, conforme Charaudeau (2016, p. 37), “todo ato de linguagem veicula, através de sua expectativa discursiva, um saber sobre as representações linguísticas das práticas sociais dos protagonistas da linguagem”.

Segundo Brandão (2012), a CP é a constituição da instância verbal de produção do discurso: o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam e a imagem que fazem de si e do outro, pois os dizeres estão relacionados às Fls da constituição dos sujeitos. Orlandi (2015) aprofunda o conceito de CP, envolvendo, em sua constituição, sujeitos, situação e memória. Conforme a autora (2015), as CPs podem ser consideradas em sentido estrito (contexto imediato) e em sentido amplo (história e ideologia). Na prática, esses contextos funcionam ao mesmo tempo. Memória discursiva e interdiscurso também fazem parte das CPs. O

contexto imediato do artigo de opinião de uma revista, por exemplo, seria seu veículo, o autor (posição autor), a data de publicação; enquanto o contexto amplo seria a maneira da produção significar com base no que o discurso remete na história, a determinados acontecimentos que atingem o imaginário dos sujeitos.

Orlandi (2016, p. 183) salienta que a noção de CP é compreendida como historicidade, como projeções de lugares sociais, não os lugares empíricos, pois, no discurso, as posições são constituídas pelas formações imaginárias, os lugares são representados; segundo a autora, “as condições de produção (conjuntura sócio-histórica) funcionam ideologicamente pelo imaginário que liga os homens a suas condições materiais de existência”. Mussalim (2004, p. 136) também considera o sujeito representante das condições de produção do discurso, de forma imaginária, já que ele é atravessado e não possui acesso às efetivas condições de produção. Segundo a autora (2004, p. 137),

o sujeito não é livre para dizer o que quer, a própria opção do que dizer já é em si determinada pelo lugar que ocupa no interior da formação ideológica à qual está submetido, mas as imagens que o sujeito constrói ao enunciar só se constituem no próprio processo discursivo.

Dessa forma, o sujeito possui imagens do lugar ocupado por ele, do lugar ocupado por seu interlocutor e do seu próprio discurso.

5.2.2 Formações ideológicas e formações discursivas

Os discursos funcionam pela ideologia em determinada conjuntura histórica e a AD busca explicar esse funcionamento, compreendendo os efeitos de sentido na relação entre língua e ideologia, apreendendo a historicidade do discurso. Com base em Althusser e em Foucault, Pêcheux elabora as noções de formação ideológica (FI) e de formação discursiva (FD). Na compreensão de Pêcheux (2014), as relações de produção fazem funcionar a ideologia, cada indivíduo é interpelado ideologicamente, de forma inconsciente, mas com a noção de que age pela sua própria vontade e, assim, ocupa determinados posicionamentos.

De acordo com Brandão (2012), a FI é constituída por um complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas dizem respeito, mais ou menos diretamente, às posições de classe em conflito umas com as outras; segundo a autora (2012, p. 47), “a formação ideológica tem

necessariamente como um de seus componentes uma ou várias formações discursivas interligadas. Isso significa que os discursos são governados por formações ideológicas”.

Fiorin (1998) define ideologia como um conjunto de ideias e de representações que explicam a ordem social e as relações do homem com os outros homens e com a sociedade, atuando de forma independente da consciência; nas palavras do autor (1998, p. 29), “ela é uma ‘visão de mundo’, ou seja, o ponto de vista de uma classe social a respeito da realidade, a maneira como uma classe ordena, justifica e explica a ordem social”, como as classes sociais são mais de uma, há ideologias distintas; mas mesmo existindo mais de uma ideologia, a ideologia dominante é a da classe dominante. Os membros das classes dominadas não se consideram dominados, pois as ideias dominantes estão difundidas por meio de instituições (educação, religião, mídia) e se tornam, “naturalmente”, ideias universais. Segundo a abordagem de Chauí (2003, p. 108),

a ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer.

Conforme Chauí (2003), a palavra *ideologia* surgiu na França, no início do século XIX, com Destutt de Tracy e com Cabanis, tentando promover uma ciência das ideias, mas Napoleão Bonaparte, em oposição a algumas atitudes dos ideólogos, encarou o termo “ideologia” como pejorativo e a palavra só voltou a circular a partir de 1830, com uma publicação de Auguste Comte, tratando a ideologia, por um lado, como um estudo da formação das ideias pela observação da correspondência entre homem e meio ambiente e, por outro lado, como uma soma de ideias de uma época.

Na década de 1930, Marx e Engels (1998) tratam da ideologia em sua obra *A ideologia alemã*, buscando diferenciar a ideologia política e jurídica da econômica, expondo a luta de classes estabelecida entre homens e condições históricas e sociais. Chauí (2003) observa que as classes sociais, conforme a abordagem dos pensadores, são relações fixadas pela forma como o homem, de acordo com sua condição de existência, se relaciona no trabalho, na família, na política, na sociedade por meio de ideias que ocultam a realidade de suas relações.

A ideologia, conforme a visão marxista, é uma ferramenta de dominação de classe, em que a classe dominada se investe das ideias da classe dominante de forma ilusória, como se fosse realidade; são representações de valores e de comportamento que regem a sociedade, seu modo de pensar e de agir. Em *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*, de Althusser (1974), é possível observar a ideia de coação da classe dominante; o filósofo classifica o Exército, a polícia, o governo, a administração, entre outros, como Aparelhos Repressores de Estado (ARE) e as instituições como a família, a escola, a política, a informação (mídia), a religião, entre outras, como Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE).

Enquanto os ARE atuam pela violência (primordialmente pela repressão e secundariamente pela ideologia), os AIE funcionam pela ideologia (primordialmente pela ideologia e secundariamente pela repressão), por exemplo, a polícia, além de reprimir, também funciona pela ideologia, assim como a escola educa e também utiliza de sanções. Os ARE garantem, pela força, as condições para a reprodução das relações de produção e os AIE reproduzem as relações de produção de maneiras próprias. Segundo Pêcheux (2014, p. 133), “as relações de desigualdade-subordinação entre os diferentes aparelhos ideológicos de Estado (e as regiões, objetos e práticas que lhes correspondem) constituem, como dizíamos, a cena da luta ideológica de classes”. De acordo com Chauí (2003, p. 79),

É impossível compreender a origem e a função da ideologia sem compreender a luta de classes, pois a ideologia é um dos instrumentos da dominação de classe e uma das formas da luta de classes. A ideologia é um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominados.

Para Althusser (1974), o homem cria formas simbólicas de atuação em suas práticas diárias, ele enfrenta as condições de vida conforme seu imaginário, suas suposições das formas de ação. Para o autor (1974, p. 82),

toda a ideologia representa, na sua deformação necessariamente imaginária, não as relações de produção existentes (e as outras relações que dela derivam), mas antes de mais a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção e com as relações que delas derivam.

Althusser (1974) considera a ideologia algo material, pois sua existência está sempre vinculada a certas práticas ou costumes no interior de aparelhos ideológicos concretos, ou seja, uma ideologia funciona por meio de uma ideologia. Só há ideologia, pois há sujeitos e o indivíduo funciona como sujeito, pois suas

ações são guiadas pelos aparelhos ideológicos. O sujeito, então, constitui a ideologia e é interpelado por ela. Segundo o autor (1974), todo indivíduo é sempre-já sujeito, pois mesmo antes de nascer, e para essa definição ele menciona o conceito de inconsciente por Freud, a criança já está condicionada à organização ideológica de sua família e, durante suas constituições de vida, vai ocupando posicionamentos. Segundo Barros (2001, p. 150),

as ideologias não nascem nos aparelhos, surgem das classes sociais, de suas condições de existência, de suas práticas, de suas lutas, e os aparelhos constituem a forma pela qual a ideologia da classe dominante se realiza. É no seu interior que se medem e se confrontam valores.

Conforme Bakhtin (2006, p. 97), a ideologia é uma representação das organizações sociais e os pensamentos são conduzidos pela linguagem e moldados pela ideologia, “a língua, no seu uso prático, é inseparável de seu conteúdo ideológico ou relativo à vida”. De acordo com o autor (2006), é a partir da ideologia do dia a dia que se cristalizam os sistemas ideológicos da moral social, essa ideologia que está em cada sujeito, alimenta-se da ideologia do cotidiano e sobreviverá, somente, enquanto conseguir se alimentar dessa ideologia, caso contrário, deixa de existir e de significar.

As FIs determinam o discurso e, por meio dele, a ideologia é disseminada. As marcas ideológicas do discurso se imprimem na língua, que, por sua vez, produz, conforme Barros (2001), discursos ideologicamente antagônicos, já que diferentes classes sociais utilizam a mesma língua, por isso a língua não é neutra e, sim, complexa.

De acordo com Orlandi (2015), os dizeres são marcados pela ideologia que, por sua vez, materializa-se na língua, no que os sujeitos dizem, tornando o discurso o local do exercício da língua e da ideologia. Assim, todo sujeito e, por conseguinte, todo sentido se constitui pela ideologia, um indivíduo é visto como sujeito pela AD pelo fato de ser interpelado pela ideologia (assujeitamento). Não é possível a existência de sentido sem ideologia, pois todo sujeito é movido pela língua em determinado contexto/ história. Segundo Orlandi (2015, p. 94), é pela ideologia que “o sujeito se constitui e o mundo se significa”.

Orlandi (2008, p. 43) define ideologia no ponto de vista do discurso:

[...] há uma injunção à interpretação, já que o homem na sua relação com a realidade natural e social não pode não significar; condenado a significar, essa interpretação não é qualquer uma, pois é sempre

regida por condições de produção de sentidos específicos e determinados na história da sociedade. O processo ideológico, no discursivo, está justamente nessa injunção a *uma* interpretação que se apresenta sempre como *a* interpretação. Esse é um dos princípios básicos do funcionamento da ideologia, apreendido pelo discurso.

Orlandi (1993) salienta que para a AD o sentido é definido pelo posicionamento ideológico circundante no contexto histórico da produção de palavras, então, as palavras terão sentidos diferentes conforme quem as profere e a partir de qual posição são proferidas, e são as FIs que determinam esses posicionamentos, “as palavras não significam por si mas pelas pessoas que as falam, ou pela posição que ocupam os que as falam” (ORLANDI, 1993, p. 95). Podemos afirmar que a ideologia se constitui a partir dos sujeitos sociais e é constituidora dos sujeitos, proporcionando a sensação de liberdade, mas atribuindo determinados funcionamentos que são regulados pelas formações discursivas.

O conceito de formação discursiva (FD), para a AD, é proveniente de Foucault – o sujeito fala a partir de um lugar, por meio de determinada legitimação para o seu dizer. Para Foucault (2008, p. 43), “as regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva”. Para o autor (2008), formações discursivas são enunciados dispersos, porém, organizados, há um conjunto de regras ligadas à ideologia e à ciência, instituídas historicamente e disponíveis para a constituição dos enunciados. Foucault (2008, p. 28) afirma que todo discurso manifesto se respalda em um já-dito, sendo que o já-dito não é, necessariamente, algo já pronunciado, mas uma voz silenciosa, uma escrita que, segundo o autor, “não é senão o vazio de seu próprio rastro”.

Segundo Charaudeau e Maingueneau (2016, p. 241), “é nas formações discursivas que se opera o ‘assujeitamento’, a ‘interpelação’ do sujeito como sujeito ideológico”. Pêcheux (2014, p. 147) define formação discursiva como aquilo que

numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.).

Formação discursiva, então, é um conjunto de enunciados marcados pelas mesmas regularidades, pelas mesmas “regras de formação”. O sentido da palavra será diferente conforme quem é e de onde fala o sujeito que a declara,

segundo Orlandi (2015, p. 40), “o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas”. A FD possibilita a compreensão do modo da produção de sentidos, considerando as formações ideológicas estabelecidas, designando o que pode e deve ser enunciado. As palavras só possuem sentido por se inscreverem em determinada formação discursiva e esses sentidos são regulamentados pela ideologia, dizeres que se formam por dizeres da memória, e, para Orlandi (2006, p. 17):

As formações discursivas são a projeção, na linguagem, das formações ideológicas. As palavras, expressões, proposições adquirem seu sentido em referência às posições dos que as empregam, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.

As fronteiras do que pode ser dito são definidas e demarcadas socialmente, por exemplo, nem todos são legitimados a ser celebrante de um casamento, nem todos são “autorizados” a dirigir um veículo, existem regras, limitações sociais. Todo sujeito, então, funciona dentro dos limites do discurso; não interromperíamos a fala de um juiz e se alguém o fizesse, seria reprovado pelo sistema. Conforme Souza (2006, p. 78),

o discurso é uma série de regras não escritas, tácitas, mas fundantes do sentido. Essas regras não são estáticas e nem produzidas conscientemente pelos grupos que as seguem. Aceitar tal postulado implica em aceitar que o que fazemos e o que dizemos é regulado por sistemas e regras que extrapolam a vontade e o controle humanos.

Brandão (2012) explica o conceito de FD relacionado à paráfrase, pois enunciados são retomados e reformulados a fim de preservar a identidade do que é dito; em oposição à polissemia, que multiplica os sentidos, rompendo fronteiras e não assegurando determinada identidade. A FD também engloba o conceito de pré-construído, pois o que é dito se refere a uma elaboração anterior. Pela FD, em sua heterogeneidade, é possível que a comunidade utilize o mesmo idioma, porém, atribuam sentidos diferentes para mesmas palavras, pois um sujeito se constitui em uma FD a partir de seus atravessamentos ideológicos. Brandão (2012) assegura que só é possível analisar uma sequência discursiva no interior de uma FD dada. Conforme postula a autora (2012, p. 89), uma FD é heterogênea,

[...] ela confina com várias outras FDs e as fronteiras entre elas se deslocam conforme os embates da luta ideológica. É assim que se

pode afirmar que uma FD é atravessada por várias FDs e, conseqüentemente, que toda FD é definida a partir de seu interdiscurso.

Gregolin (2005) explica a respeito da instabilidade e da heterogeneidade das FDs, pois elas se relacionam com o interdiscurso (o que já foi dito antes e, agora, é retomado e reformulado) e com as CPs (espaço e tempo determinantes de certas regras e práticas).

De acordo com Maingueneau (1997, p. 113), “a formação discursiva aparece como lugar de um trabalho no interdiscurso; ela é um domínio ‘inconsciente’, aberto e instável, e não a projeção, a expressão estabilizada da ‘visão de mundo’ de um grupo social”. O autor (1997) afirma que toda FD é relacionada a uma memória discursiva, com elaborações repetitivas, recusadoras ou transformadoras de outras elaborações; assim como a formação discursiva delimita o que vai ser dito, também delinea o que não será dito.

Maingueneau (2015) trata das formações discursivas como outros discursos que habitam e constroem a enunciação, como “um sistema de restrições invisíveis”. O autor (2015) considera a FD articulada por gêneros, pois os diferentes discursos que integram a FD são de gêneros não homogêneos. Nas palavras de Maingueneau (2015, p. 95), “as formações discursivas têm por função integrar textos de diversos gêneros em conjuntos mais vastos, reunidos em torno de um foco, às vezes, de vários”.

Maingueneau (2015) aborda os gêneros do discurso a partir da cena da enunciação, partindo do pressuposto de que vivemos múltiplos papéis em nosso cotidiano, como, por exemplo, um juiz, ao aplicar uma sentença, não vai se comportar da mesma forma como se estivesse em casa, em uma conversa com os filhos. O conceito de cena da enunciação de Maingueneau reúne três cenas, a cena englobante, a cena genérica e a cenografia.

A cena englobante é o tipo de discurso (jurídico, político, publicitário, entre outros), ela define a situação dos sujeitos em determinado contexto e está inserida em um gênero. A cena genérica, que é o suporte (papel, *outdoor*, televisão, entre outros) em que o gênero discursivo se representa com base em um contexto. A cenografia envolve as cenas englobante e genérica e é instituída no próprio discurso, ela legitima o discurso e é legitimada por ele, por exemplo, a cenografia de um romance pode ser uma carta, uma conversa em um jardim, um diário, entre

outras.

5.2.3 Memória discursiva e interdiscurso

Brandão (2012) define memória discursiva como viabilizadora, em dada FD, da circulação de elaborações anteriores e permite o apagamento, a rejeição ou a transformação de discursos imediatos. Segundo a autora (2012, p. 99), “toda produção discursiva, efetuada sob determinadas condições conjunturais, faz circular formulações já enunciadas anteriormente”. A memória discursiva, portanto, seleciona, conforme a condição histórica, o que é dito e o que é rejeitado, se for possível rejeitar, há um apagamento do passado e, na atualidade, os sentidos produzidos são aqueles que já foram relacionados anteriormente.

De acordo com Santos (2013, p. 229), “a memória é introduzida no conceito de FD por meio do silenciamento, retomada, esquecimento, lembrança, o que vem colocar a história no seio da FD por meio de uma relação dialética entre regularidade e dispersão”. Charaudeau e Maingueneau (2016, p. 326) destacam que “qualquer gênero de discurso mantém uma relação com a memória: certos enunciados são conservados, outros não, e as modalidades de sua conservação são inseparáveis de sua identidade”.

Para a AD, a memória é estudada como interdiscurso, “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2015, p. 29); são elaborações realizadas e esquecidas; um conhecimento alojado na memória que possibilita dizeres que retorna no discurso do sujeito e influencia sua maneira de significar em dada situação cultural, política e ideológica. O conteúdo de um artigo de opinião, ou de qualquer outro gênero discursivo, remete a conteúdos já ditos, todo discurso se refere e é sustentado por formulações anteriores que dizem respeito a outras experiências, outras leituras, outras opiniões. O sujeito diz sem ter autonomia do que diz, pois é atravessado por discursos precedentes e relacionados a ele e com a ideologia. E, na opinião de Orlandi (2015, p. 30):

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele.

Para a autora (2015), o interdiscurso relaciona o discurso com uma pluralidade de discursos e, amparados pela memória, representa sentidos já estabelecidos e novos sentidos. O interdiscurso é um tipo de memória diferente de arquivo (memória que acumula), é uma memória formada pelo esquecimento, segundo Orlandi (2012, p. 59), “é o conjunto de dizeres já ditos e esquecidos que determinam o que dizemos, sustentando a possibilidade mesma do dizer”; as palavras terão sentido, pois já fizeram sentido, nessa relação atuam a ideologia e o inconsciente.

Segundo Malidier (2017, p. 57), “o interdiscurso designa o espaço discursivo e ideológico no qual se desdobram as formações discursivas em função de relações de dominação, subordinação, contradição”. É pelo interdiscurso que o sujeito possui noção de autonomia sobre o que fala, indicando todo seu assujeitamento. O conceito de intradiscurso, trazido por Malidier (2017), define o funcionamento do discurso de agora com o que foi dito antes e o que será dito posteriormente e só pode ser entendido relacionado ao interdiscurso. No intradiscurso, o sujeito esquece o interdiscurso.

Orlandi (2015, p. 31), além de contemplar o interdiscurso (dizeres já ditos e esquecidos), traz a noção do intradiscurso (o que é dito em determinado momento e condição) e o encontro dos dois eixos determinam os sentidos. Dependendo da situação de produção do discurso, o interdiscurso vai definir o que é importante ser dito e o que será apagado, e esse apagamento também significa. A AD considera como foi dito o que foi dito, observando, também, as vozes silenciadas (o não dito) e analisa a necessidade de se dizer o que foi dito e de silenciar outros dizeres em relação à situação dada. Conforme Orlandi (2012, p. 11), “todo dizer (intradiscurso, dimensão horizontal, formulação) se faz num ponto em que (se) atravessa o (do) interdiscurso (memória, dimensão vertical estratificada, constituição)”.

Maingueneau (2013, p. 55) também considera o discurso o centro do interdiscurso, ou seja, “o discurso só adquire sentido no interior de um universo de outros discursos, lugar no qual ele deve traçar seu caminho”. Maingueneau (2008) propõe a substituição do termo interdiscurso pela tríade: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo. Em que universo discursivo são as formações discursivas de certa conjuntura; campo discursivo são as formações discursivas em confronto em uma região do universo discursivo; e espaço discursivo são os

subconjuntos de formações discursivas, hipóteses fundadas em algum conhecimento.

Para Malidier (2017), o interdiscurso (pré-construído) é uma reformulação da pressuposição. Para Pêcheux (2014), a noção de pré-construído é o processo da interpelação do indivíduo em sujeito, um sempre-já-sujeito localizado antes, em outro lugar. O sujeito apaga essa noção e se considera dono de seu discurso, é um apagamento necessário para o processo de significação. Nas palavras de Orlandi (2015, p. 52), “é sobre essa memória, de que não detemos o controle, que nossos sentidos se constroem, dando-nos a impressão de sabermos do que estamos falando”.

Paveau (2013), a partir da análise do discurso e suas considerações sobre história, sujeito, sociedade e cultura, propõe o conceito de cognição para a compreensão dos dados anteriores à formulação da linguagem, ou seja, as determinações pré-linguísticas, os pré-discursos – dados anteriores distantes da consciência do sujeito. Por cognição, a autora (2013) entende a organização dos discursos pelo sentido, pela memória e pelo relacionamento em sociedade. Conforme Paveau (2013), a ideia de pré-construído corresponde ao funcionamento da linguagem em uma organização social, é uma produção anterior ao discurso, compreendida, pela análise do discurso, como interdiscurso e intradiscurso; o pré-construído demarca um assujeitamento ideológico, um discurso anterior não percebido pelo sujeito na posição de locutor.

Paveau (2013) estuda a memória ligada às condições sociais, históricas e cognitivas de produção dos discursos e afirma que o discurso não é uma intenção do falante, pois se constrói a partir de memórias de discursos prévios. A autora destaca o estudo da memória a partir de várias áreas do conhecimento, com perspectivas diferentes em cada uma delas; em relação à análise do discurso, Paveau (2013, p. 98) assinala a memória marcada pela linguagem, “não é mais a memória que constitui um espaço para a linguagem, lugar de linguagem, mas a linguagem que constitui a matéria, aqui tecido, da memória”.

No capítulo a seguir, estudaremos a aplicação dos conceitos da Semântica Argumentativa e da Análise do Discurso, na tentativa de verificar o texto nas suas múltiplas possibilidades de leitura, analisando a contribuição dos recursos de argumentação para a compreensão da memória, das condições de produção, da ideologia, do esquecimento, observando as práticas sociais e apreendendo a

subjetividade, os sujeitos, a cultura, os sentidos constituindo-se na e pela linguagem.

Capítulo 6

Análise do Corpus

Não chores que a vida/ é luta renhida. Viver é lutar. Lutar com aquela expressão de criança que vai caçar borboleta, ah, como brilham os olhos de curiosidade. Sei que as borboletas andam raras mas se sairmos certos de que vamos encontrar alguma... O importante é a intensidade do empenho nessa busca e em outras (Lygia Fagundes Telles, 2010, p 50).

O *Corpus*, segundo especificamos anteriormente, é composto por quatro textos publicados nas revistas *Claudia* e *Veja*, na década de 1960 e na década de 2010, em representação ao protagonismo feminino. Verificaremos os efeitos de sentido dos discursos transmitidos por meio dos recursos linguísticos e discursivos e o envolvimento de aspectos históricos e sociais para a interação dos sujeitos.

A revista é uma forma material funcionando como um acontecimento da língua na história a fim de significar. Os textos veiculados na mídia impressa buscam seus sentidos no encontro do eixo da memória (o pré-construído, os já-ditos alojados na mente que fazem o dizer ser possível) e do eixo da atualidade. Para Mota (2017, p. 191),

o discurso tem sua regularidade, seu funcionamento que é possível ser compreendido por meio da consideração dos aspectos linguísticos, sociais e históricos, levando em consideração, ainda, os processos inconscientes e a espessura material do silêncio.

Por ser um espaço onde é possível observar correspondências na produção de sentido, consideramos a revista um espaço de formulações discursivas e, conseqüentemente, de FDs, ela constitui-se na cena genérica, ou seja, no suporte; nela se produzem vários enunciados em que FIs materializam-se, de acordo com Orsatto (2018, p. 105), “é a partir do movimento discursivo que ocorre no interior de sua FD, sempre em relação com outras FDs, que a revista se constitui como publicação direcionada a uma ‘nova mulher brasileira’”. A revista, por sua própria característica, reporta-se à memória; a etimologia da palavra, do latim *revidere*, “ver de novo”, apresenta-se pela repetição de acontecimentos e de assuntos já abordados por outras mídias ou em grupos sociais. As revistas *Claudia* e *Veja*, como sujeitos, cada uma com suas FDs (pela característica da movência discursiva não é possível pensar em uma única FD), sofrem imposições da FI em que estão inseridas, nas palavras de Mussalim (2004, p. 131), “as seqüências lingüísticas possíveis de serem enunciadas por um sujeito circulam entre esta ou aquela formação discursiva que compõem o interdiscurso”, demarcando sentidos que constituem uma identidade: suporte para o público feminino ou para o público geral.

Conforme Antunes (2010), a análise de textos permite o desenvolvimento da capacidade de percepção dos indivíduos pela compreensão das estratégias, dos recursos, dos efeitos e de todas as implicações envolvidas para que a língua funcione, estabeleça comunicação e circule informações. Os recursos

argumentativos, adjetivação, seleção lexical e lugar da quantidade serão priorizados na análise, assim como os procedimentos discursivos estudados nesta tese, CP, FD, FI e memória discursiva, todavia, verificaremos, também, outros recursos e procedimentos para melhor compreensão dos efeitos de sentido.

Todos os textos encontram-se em anexo (ANEXOS A, B, C e D). No corpo deste capítulo, apresentaremos a transcrição dos textos com a numeração de linhas. A comparação entre as publicações de cada revista, considerando a argumentação e a ideologia das duas décadas e a resignificação da representação da mulher, será apresentada nas considerações finais do trabalho.

6.1 A MULHER MODERNA: UMA VIDA MAIOR – MARINA COLASANTI (REVISTA CLAUDIA, SETEMBRO DE 1968 – ANEXO A)

A MULHER MODERNA	
	Uma vida maior
5	<p>Tenho falado e ouvido falar muito em emancipação da mulher, igualdade de direitos. E de tanto ouvir falar, penso às vezes que no Brasil também a marcha avança célere, levando as mulheres à posse de si mesmas. A experiência pessoal e a convivência me obrigam, entretanto, a reconhecer a enormidade da distância. Porque, se é verdade que existe no Brasil uma leva de jovens mulheres ativas e entusiasmadas, é verdade também que a seu lado cresce e se forma uma legião igualmente forte de moças dispostas somente a casar, ter filhos, e cuidar deles e do marido, sem nenhum acréscimo produtivo, sem nenhuma criação maior, pagas apenas com realizar aquilo a que a natureza as obriga.</p>
10	<p>Das jovens que ingressam em nossas universidades disputando um lugar a duras penas, a maioria interrompe o curso antes do fim para casar, enquanto outras se formam, casam e abandonam uma profissão que não chegaram a praticar. Somente uma minoria insignificante seguirá a carreira escolhida.</p>
15	<p>A verdade é que, por conforto e sobretudo por ignorância, existem ainda no Brasil preconceitos contra a mulher que trabalha – especialmente a mãe que trabalha – enquanto nenhum preconceito se ergue contra a suave posição parasitária de quem não produz.</p>
20	<p>Tôda vez que, levada por meus entusiasmos, defendo em conversas a posição da mulher individualizada por um trabalho extradoméstico, vozes se levantam em tom de quase defesa, contestando o trabalho, “inimigo do lar e da paz doméstica, mania de emancipação que afasta a mulher dos seus deveres”.</p>
25	<p>As que protestam são, por estranha coincidência, as que não trabalham. Jamais me aconteceu ouvir uma mulher se queixar do próprio trabalho como fator negativo no seu equilíbrio doméstico, ou com respeito à educação dos seus filhos. Entretanto, tenho visto, com espantosa frequência, mães de horário integral utilizarem seus filhos como escudo contra o trabalho, alegando que seu afastamento por algumas horas do dia prejudicaria a educação das crianças e o andamento da casa. Tenho ouvido inúmeras delas queixarem-se da falta de tempo, mesmo quando seus filhos já se encontram em idade escolar.</p>
30	<p>Pergunta-se até onde ignoram ou pretendem ignorar que a presença da mãe junto ao filho vinte e quatro horas seguidas tende mais a ser-lhe prejudicial do que favorável. E a ignorância espanta ainda mais quando são elas próprias as primeiras a gabar incessantemente a posição do pai que, afastado por questões de trabalho, desgasta-se menos junto aos filhos,</p>

	mantendo uma imagem favorável.
35	Estudos recentemente realizados nos Estados Unidos, junto a cerca de 2 mil mães em horário integral sentem-se mais enervadas pelos próprios filhos do que as outras, enquanto as mães que trabalham ficam em geral mais felizes com nova gravidez e sofrem menores conflitos com relação a seu “papel de mãe”. Quanto às crianças, os filhos de mães que trabalham apresentam agressividade e inibição menos exacerbadas, maior facilidade no colégio e noção de valor pessoal mais desenvolvido. Revelou-se, também, maior entendimento entre os filhos e as mães que trabalham gostando do seu trabalho, do que entre filhos e mães integrais que não gostam de sua profissão exclusivamente doméstica.
40	E a verdade é que a maioria não gosta. Nas eternas conversas em que mulheres reunidas falam do assunto básico de sua vida – babás, crianças, empregadas –, o tom é sempre lamuriento, há uma murmuração de martírio geral, de holocausto no altar familiar. Entusiasmo, nunca! Tudo é enfrentado de maneira sofrida: a mudança não representa a alegria da nova casa, mas o cansaço do encaixotamento, as obras são o martírio de pintores e pedreiros fazendo desordem; a cozinheira nova assusta pela inexperiência e a cozinheira velha pelo medo de perdê-la. Dir-se-ia que a valorização da profissão doméstica é proporcional ao sacrifício exigido.
45	Realmente, é pouco gratificante tirar um pó que sempre volta, varrer onde todos pisam, preparar refeições que somem em poucos minutos, pôr a mesa e tirá-la vêzes sem conta, na realização de um “trabalho que não aparece”.
50	Então, por que aferrar-se com tanta força a algo que não satisfaz? Porque não satisfaz, mas garante. Porque tomar parte numa engrenagem social nos torna automaticamente responsáveis por ela, conscientes e, como tais, sujeitos a conflitos mais amplos. Porque produzir é uma forma maior de estar vivo – e estar vivo, às vezes, dói.
	Marina Colasanti

Nesta época, a autora do texto assinava seções para algumas revistas, abordando problemas sociais, o discurso revela um posicionamento atravessado ideologicamente e determinado a denunciar valores vigentes por meio da resignificação, resultado da interação entre os interlocutores. No título, o adjetivo *moderna* pressupõe um rompimento com atitudes passadas para que o novo prevaleça, se há a necessidade de tornar novo, há uma tentativa de interrupção do funcionamento do sistema anterior à “modernidade” e, ao mesmo tempo, uma reafirmação de que a discriminação em relação à mulher existe e é forte. O discurso da mulher moderna já foi manifestado no século XIX em algumas publicações, verificamos, então, a recuperação do já dito alojado na memória discursiva que, ao ser retomado, é resignificado e produz sentidos outros. Conforme Brandão (2012), a memória discursiva recupera o passado, busca transformá-lo com o novo termo e produz novos sentidos, como a transformação da condição feminina.

São as condições de produção (estrutura social determinada organizadora do discurso em determinado espaço e tempo) que orientam os efeitos de sentido, portanto, a década de 1960 mostra-se como um momento em que o espaço da mulher estava sendo resgatado socialmente após um silenciamento

gerado por uma série de aspectos, inclusive, pelo sistema militar. A condição de produção (urbanização, industrialização e desenvolvimento econômico da década de 1960) permite o discurso da mudança, da reconfiguração do posicionamento da mulher, principalmente pelo viés das FDs da revista Claudia, para isso, o interdiscurso é retomado (dizeres já ditos e “esquecidos”) e, por causa da condição de produção, caminhos são abertos para que os discursos sejam interpretados e ressignificados.

O recurso argumentativo predominante no texto é a adjetivação, capaz de interferir no processo de interpretação, pois os sentimentos expressos e apreendidos são possíveis pela presença do adjetivo. Listaremos, primeiramente, os adjetivos, as locuções adjetivas e as orações adjetivas com efeito de sentido objetivo ou subjetivo (estes indicando maior afetividade).

ADJETIVAÇÃO				
1º parágrafo	2º parágrafo	3º parágrafo	4º parágrafo	5º parágrafo
Mesmas	que ingressam em nossas universidades	que trabalha	da mulher	que protestam
Pessoal	Duras	que trabalha	individualizada	estranha
da distância	que não chegaram a praticar	suave	extradoméstico	que não trabalham
de jovens	Insignificante	parasitária	de quase defesa	Próprio
Ativas	Escolhida	de quem não produz	do lar e da paz doméstica	negativo
Entusiasmadas			doméstica	doméstico
Forte			que afasta a mulher dos seus deveres	dos seus filhos
de môças dispostas				espantosa
Dispostas				de horário integral
sem nenhum acréscimo produtivo				integral
Produtivo				do dia
sem nenhuma criação maior				das crianças
Maior				da casa
				de tempo
				Escolar

ADJETIVAÇÃO				
6º parágrafo	7º parágrafo	8º parágrafo	9º parágrafo	10º parágrafo
da mãe	Integral	eternas	gratificante	que não satisfaz
Seguidas	Enervadas	reunidas	que sempre volta	Social
Prejudicial	Próprios	básico	que somem em poucos minutos	responsáveis
Favorável	que trabalham	de sua vida	sem conta	conscientes
Próprias	Felizes	lamuriento	que não aparece	sujeitos
do pai	Nova	de martírio geral		Amplos
de trabalho	Menores	geral		maior
favorável	de mãe	de holocausto no altar familiar		Vivo
	de mães	familiar		Vivo
	que trabalham	Sofrida		
	Exacerbadas	da nova casa		
	Maior	Nova		
	Pessoal	do encaixotamento		
	Desenvolvido	de pintores e pedreiros		
	Maior	Nova		
	que trabalham	Velha		
	Integrais	Doméstica		
	que não gostam de sua profissão exclusivamente doméstica	Proporcional		
	Doméstica	Exigido		

Em nossas quatro análises, o recurso argumentativo predominante é a adjetivação, por isso, fizemos o levantamento de todas as ocorrências. Nem todos os adjetivos listados serão explorados nas análises, ao compilar os recursos de adjetivação, neste texto de 1968, verificamos que a maioria está relacionada ao campo da casa e do trabalho, auxiliando no processo argumentativo, pois marca a reação emocional dos sujeitos e a divisão entre campo doméstico e campo profissional relacionada em todo discurso.

A seguir, faremos a análise deste texto por parágrafos. Em relação ao primeiro parágrafo, o discurso apresenta a ideologia dominante na sociedade da época – mulher restrita à esfera doméstica – e promove a desconstrução dessa

ideologia com a comparação de dois grupos de mulheres: as tradicionais e as modernas.

PARÁGRAFO 1

1 Tenho falado e ouvido falar muito em emancipação da mulher, igualdade de direitos. E
 2 de tanto ouvir falar, penso às vezes que no Brasil também a marcha avança célere, levando as
 3 mulheres à posse de si mesmas. A experiência pessoal e a convivência me obrigam, entretanto,
 4 a reconhecer a enormidade da distância. Porque, se é verdade que existe no Brasil uma leva de
 5 jovens mulheres ativas e entusiasmadas, é verdade também que a seu lado cresce e se forma
 6 uma legião igualmente forte de m^oças dispostas somente a casar, ter filhos, e cuidar d^eles e do
 7 marido, sem nenhum acréscimo produtivo, sem nenhuma criação maior, pagas apenas com
 8 realizar aquilo a que a natureza as obriga.

A seleção lexical *distância* (linha 4) demarca o contraste entre os dois grupos de mulheres:

Grupo A (tradicionais)		Grupo B (modernas)
Mulheres “casadoiras”: casar, ter filhos, cuidar do marido.	X (distância)	Mulheres ativas e entusiasmadas.
Sem acréscimo produtivo. Sem criação maior.		Com acréscimo produtivo. Com criação maior.
Sem a posse de si mesmas (o marido tem a posse delas).		Com posse de si mesmas.

Textualmente, a adjetivação é o recurso argumentativo predominante e caracteriza, de maneira positiva ou negativa, os referentes, imprimindo sentimentos ao manifestar carga semântica emotiva. No subtítulo, o adjetivo *maior* corrobora o adjetivo *moderna*, no título.

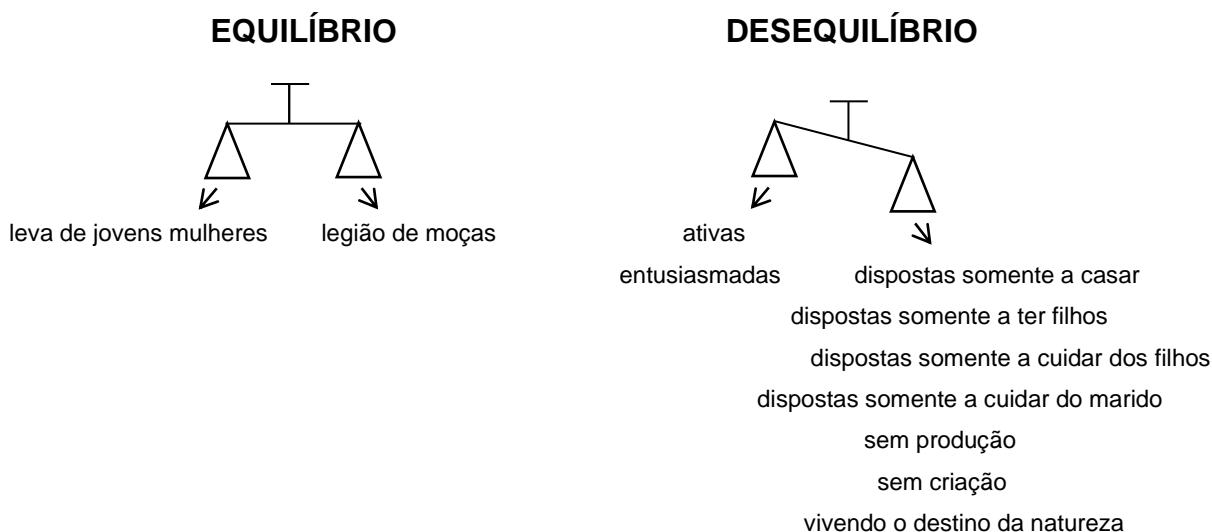
O operador argumentativo *tanto...que* (linha 2) indica consequência e *entretanto* (linha 3) contrapõe os argumentos a respeito da emancipação utilizados no início do texto, lançando conclusões opostas ao iniciar explicações que fundamentam essa ideia contrária. As explicações concernentes ao enunciado anterior são iniciadas com o operador *porque* (linha 4) sucedido pelo operador argumentativo *se* (linha 4), estabelecendo uma condição ao designar a sociedade de mulheres divididas em dois grupos, as que lutam pela independência – estudar e

trabalhar, e as que se acomodam nos modelos tradicionais – casar, ter filhos e cuidar do lar. O operador *porque* (linha 4) liga-se ao substantivo/argumento *distância*, explicando a existência de um distanciamento equivalente entre o grupo de mulheres ativas e o de tradicionais. A repetição da expressão *é verdade* (linhas 4 e 5) consiste em uma anáfora, ou seja, um processo intensificador pelo uso da repetição de palavras no início de orações, a argumentação estabelece uma contraposição.

O grupo de mulheres tradicionais é comparado ao outro pelo termo *igualmente* (linha 6), que modaliza o adjetivo *forte* e corrobora a contraposição inserida pela expressão *é verdade*. Assim, observamos o reforço do sentido de duas identidades, as CPs, as FDs e as FIs legitimam a existência, em quantidade proporcional de mulheres, dos dois grupos, pois, na primeira metade do século XX, as mulheres eram minoria no mercado de trabalho, índice modificado ao longo das décadas, principalmente, após 1960. Alguns termos do primeiro parágrafo sinalizam quantidade: *enormidade* (linha 4), *cresce* (linha 5) e *acréscimo* (linha 7). *Enormidade* apresenta a distância entre a emancipação da mulher fora do Brasil e no Brasil e o operador argumentativo *entretanto* (linha 3) comprova isso.

Em *leva de jovens* (linha 4) e *legião de môças* (linha 6), a escolha lexical *leva* denomina o grupo de mulheres modernas; *leva* indica aglomerado de pessoas, enquanto a escolha lexical *legião* denota força em batalha (tropa, exército), tanto que *legião* é corroborada pelo adjetivo *forte* (linha 6), sugerindo a existência de um posicionamento diferente da época vivenciada (1968); isso é comprovado pelo advérbio *igualmente* (linha 6). Enquanto o grupo das modernas é descrito com dois adjetivos, *ativas* e *entusiasmadas* (linha 5), o grupo das tradicionais é qualificado com sete formas de adjetivação e a subjetividade desses últimos adjetivos não tem sentido apreciativo como os primeiros, eles indicam descrédito às mulheres do lar; e o grupo das tradicionais, como pontuado pelo indicador de quantidade *cresce* (linha 5), expande-se.

Mesmo que a interpretação indique um equilíbrio entre os dois grupos, a adjetivação que descreve o grupo das tradicionais é de maior peso, assinalando desequilíbrio, tornando o grupo das tradicionais argumentativamente mais forte, mas sem conotação positiva.



O operador *somente* (linha 6) sinaliza a restrição vivida pelo grupo das tradicionais, tendo sua vida resumida aos cuidados domésticos, considerando que a opção de vida, nesse meio, é limitadora e incapaz de gerar produtividade. Para enfatizar essa última ideia, há um paralelismo, recurso intensificador formado pela repetição da mesma sequência sintática, em “sem nenhum acréscimo produtivo, sem nenhuma criação maior” (linha 7) e atribuição de negação plena com o uso dos operadores *nenhum/nenhuma*. Tanto a repetição quanto a negação promovem determinados efeitos de sentido, pois, se o desenvolvimento humano é negado (não realizado) – caso a mulher se restrinja às atividades do lar – há uma afirmação da existência estagnada da condição feminina e cada repetição evoca um sentido. Nas palavras de Mussalim (2004, p. 128), “a negação de um discurso necessariamente nos remete a ele, de forma que ele pode ser percebido como a presença do ‘Outro’ no interior do discurso que o nega”.

Finalizando o parágrafo, o operador argumentativo *apenas* (linha 7) reforça a restrição do grupo tradicional por não obter reconhecimento pelas atividades executadas no lar, e *natureza* (linha 8) é uma seleção lexical reveladora do interdiscurso pertencente a uma sociedade patriarcal, pois se compõe do saber discursivo desenvolvido ao longo da história, indicando o casamento e os cuidados com os filhos como um dever inerente e condição natural da mulher (amar, cuidar, parir), como se seu corpo e mente fossem criados especificamente para isso e fazer algo contra ou além seria oposição à natureza feminina. Nas palavras de Biroli (2014, p. 32), os papéis atribuídos para as mulheres,

como a dedicação prioritária à vida doméstica e aos familiares, colaboraram para que a domesticidade feminina fosse vista como um traço natural e distintivo, mas também como um valor a partir do qual outros comportamentos seriam caracterizados como desvios. A natureza estaria na base das diferenças hierarquizadas entre os sexos.

Essa memória falada em outro espaço/tempo faz ressignificar o termo *natureza* no aqui/agora, pois possibilita novas reflexões com base em novas práticas. Segundo Orlandi (2015, p. 31),

é também o interdiscurso, a historicidade, que determina aquilo que, da situação, das condições de produção, é relevante para a discursividade. Pelo funcionamento do interdiscurso, suprime-se, por assim dizer, a exterioridade como tal para inscrevê-la no interior da textualidade.

Quando os dois grupos de mulheres são comparados, duas identidades (A e B, por exemplo) são expostas, são as diferenças entre A e B que demarcam a identidade de cada grupo, assim como delinea Woodward (2000); dessa forma, um grupo se constitui a partir do outro e o posicionamento dos sujeitos participantes desses grupos está relacionado às suas FIs e FDs, eles são mais ou menos influenciados de acordo com a posição que ocupam, da maneira como são atravessados pelo interdiscurso, representando sentidos já estabelecidos e produzindo novos sentidos.

PARÁGRAFO 2

9 10 11 12	Das jovens que ingressam em nossas universidades disputando um lugar a duras penas, a maioria interrompe o curso antes do fim para casar, enquanto outras se formam, casam e abandonam uma profissão que não chegaram a praticar. Sòmente uma minoria insignificante seguirá a carreira escolhida.
---------------------	--

A adjetivação no segundo parágrafo permite a compreensão da dificuldade de entrar em uma universidade (*duras penas* – linha 9) e a facilidade em desistir dos cursos pelo motivo do casamento (*profissão que não chegaram a praticar* – linha 11). A *disputa de um lugar* (linha 9) indica quantidade, pois restringe o número de pessoas selecionadas para um curso superior e, se for mulher, as chances são menores, informação corroborada pela seleção lexical *duras penas* (linha 9), um sintagma imantado (a posição do adjetivo *duras* é fixa na posição em que se encontra); a escolha lexical possível por meio do interdiscurso, ou seja, da

memória de discursos prévios indicativos de situações históricas em que o acesso de mulheres ao ensino, em séculos anteriores, era restrito e, quando autorizado o ensino primário, o conteúdo ensinado era relacionado às tarefas do lar. Na década de 1960, segundo Saffioti (1976), o número de homens em cursos superiores era quatro vezes maior que o número de mulheres; portanto, foi penoso para a mulher, ao longo dos séculos, conquistar um banco universitário.

Por meio do lugar de quantidade *maioria* (linha 10), apreendemos a falta de valor ao árduo caminho percorrido pelas mulheres para alcançar o nível superior, pois uma quantidade maior de estudantes abandonava o curso com o argumento do casamento. O operador argumentativo *enquanto* (linha 10) apresenta outro argumento pertencente à maioria, as meninas que concluem o curso, mas, também por causa do matrimônio, não exercem a profissão em que se habilitaram. Barros (2001) articula a respeito de discursos ideologicamente antagônicos e podemos verificar esse contraste de FI no discurso, pois pontos negativos são atribuídos ao casamento, enquanto a FI da sociedade, em determinada CP (década de 1960), é conservadora. Sendo a revista um veículo dominante (FD reguladora do que pode ser enunciado), o indivíduo passa a ser interpelado pela ideologia e, assim, sentidos são ressignificados, o que antes parecia ser uma afronta (demarcar o casamento como impedidor de avanço profissional) pode ter significação redirecionada.

O operador argumentativo *somente* (linha 11) aponta a minoria, restringindo a quantidade de mulheres atuantes em suas profissões, grupo qualificado como *insignificante* (linha 11). *Insignificante* constata o fato de que a mulher encontra dificuldade de inserção no mercado, e a necessidade de ratificar esse posicionamento do sujeito do grupo tradicional ocorre por não haver consenso social, há o apontamento de um conflito existente quanto à entrada da mulher no mercado de trabalho por meio do emprego de uma colocação, inclusive, irônica: “abandonam uma profissão que não chegaram a praticar” (linha 11), levando-nos a refletir sobre a impossibilidade de se abandonar o que não se tem. O adjetivo tem muito peso nessa argumentação, pois indica quantidade desprezível, e essa ironia pode soar como desafiadora ao sujeito pertencente ao grupo das tradicionais, pois, ao afrontar, chama para o desafio, assim, novas FDs surgem a partir do confronto com novas ideologias; com base em Althusser (1974), há sujeitos na história, ou seja, o sujeito é desdobrável, mesmo orientado por FDs e FIs, há possibilidade de mudança, isto é, de alteração de padrões e de reflexão em novas atitudes.

PARÁGRAFO 3	
13	A verdade é que, por conforto e sobretudo por ignorância, existem ainda no Brasil
14	
15	

13	A verdade é que, por conforto e sobretudo por ignorância, existem ainda no Brasil
14	
15	

O terceiro parágrafo é iniciado com o termo *a verdade* (linha 13), atribuindo valor e credibilidade ao argumento do discurso, no caso, ao argumento do preconceito contra a mulher que trabalha advindo das pessoas sem conhecimento e sem experiência sobre a causa, sentido marcado pela seleção lexical *conforto* (linha 13) e *ignorância* (linha 13) e, também, pelo advérbio *ainda* (linha 13) revelando o sentido de que seria incoerente, até o momento da década de 1960, preconceitos sobre a mulher que trabalha ser realidade em uma CP onde muitos discursos eram de mudança: contracultura, jovem guarda, tropicalismo, e o feminismo se encontrava em sua segunda onda. De acordo com Miskolci (2015, p. 13), “esses movimentos que ganham força e visibilidade na época da contracultura costumam ser associados à emergência de novos sujeitos históricos que passam a demandar direitos e também a influenciar na produção do conhecimento”.

O modalizador *especialmente* (linha 14) enfatiza a causa do preconceito, ele não ocorre somente contra a mulher que trabalha, ele é ainda maior contra a mãe que trabalha. A repetição da oração adjetiva *que trabalha* (linha 14) atribui mais carga argumentativa e afetiva ao discurso, conforme salienta Antunes (2010, p. 122), a repetição “é um recurso textual e discursivamente funcional, que não acontece por acaso e aleatoriamente”. Essa repetição traz à tona a FD de uma sociedade que condena a mulher mãe que trabalha, reafirmando a FD do patriarcalismo.

Há um discurso que segue com a comparação entre a FD das mulheres conservadoras com a FD das modernas e indica que não há preconceito contra as tradicionais, mas há preconceito contra as modernas. O operador argumentativo *enquanto* (linha 14) marca a equivalência temporal entre a falta e a existência do preconceito. Na linha 15, a adjetivação *suave, parasitária e de quem não produz* demarca o substantivo *posição*, no caso, o lugar ocupado pelo grupo das tradicionais. A seleção dos adjetivos *suave*, anteposto, e *parasitária*, posposto, são eloquentes ao denunciarem as mulheres que não trabalham, classificando-as, expressivamente, como improdutivas, desmotivadoras, superficiais. As FIs do

posicionamento conservador são criticadas a partir de outra FI, possibilitada pelas FDs do veículo Claudia.

O discurso novo, de trabalhar, é sempre ancorado ao velho discurso, de não trabalhar. A afirmação de que o trabalho produz manifesta-se por meio da determinação de um outro movimento ideológico, porém, somente possível a partir do posicionamento tradicional; e, para Baccega (2007, p. 35), “o novo está contido nas possibilidades do velho. Esse é um fato inscrito na linguagem”. Quando o novo se cruza com o velho (mulher moderna x mulher tradicional), é possível reconhecer o trabalho da memória discursiva e verificar que os sentidos estão sempre à deriva, pois a memória de sujeito dona de casa se liga à noção de sujeito que trabalha fora e constitui outros sentidos; nesse contexto, Gregolin (2005, p. 12) afirma:

a instalação de novas representações não elide a coexistência dos sentidos tradicionais: como um “nó em uma rede” cada enunciado relaciona-se com outras séries de formulações, com outros trajetos que se cruzam e constituem identidades através da reativação da memória discursiva.

PARÁGRAFO 4

16 17 18 19	Tôda vez que, levada por meus entusiasmos, defendo em conversas a posição da mulher individualizada por um trabalho extradoméstico, vozes se levantam em tom de quase defesa, contestando o trabalho, “inimigo do lar e da paz doméstica, mania de emancipação que afasta a mulher dos seus deveres”.
----------------------	---

A polifonia, pela perspectiva delineada por Ducrot (1987), contesta a produção de um enunciado por somente um indivíduo; segundo o autor, é preciso reconhecer as várias vozes presentes no discurso. Para o autor, a polifonia ocorre onde se desdobra a figura do locutor; no caso, neste quarto parágrafo, manifesta-se a voz do locutor um (L1) em “tôda vez que, levada por meus entusiasmos, defendo em conversas a posição da mulher individualizada por um trabalho extradoméstico, vozes se levantam em tom de quase defesa, contestando o trabalho” (linhas 16, 17 e 18) e a voz do locutor dois (L2) em “inimigo do lar e da paz doméstica, mania de emancipação que afasta a mulher dos seus deveres” (linhas 18 e 19), em que ao L1 pertence à totalidade do enunciado (voz do sujeito) e ao L2 pertence parte do discurso (voz social incorporada pela voz do sujeito). Em vozes (linha 17), observamos a inserção explícita dos possíveis discursos de outros sujeitos; quando existe um sujeito atravessado por essa e por outras vozes, conforme Brandão (2012,

p. 85), “reconhecemos que toda palavra é dialógica, que todo discurso tem dentro dele outro discurso, que tudo que é dito é um ‘já dito’”.

Os termos *defendo* (linha 16) e *quase defesa* (linha 17) apresentam dois argumentos de dois posicionamentos distintos: o argumento um revela a voz em defesa da mulher que trabalha, no qual os adjetivos *individualizada* (linha 17) e *extradoméstico* (linha 17) corroboram tal argumento de defesa, indicando a singularidade da mulher que trabalha. O argumento dois sugere a voz da sociedade, a ideologia dominante em defesa, ou quase defesa, da mulher no ambiente doméstico, com reforço das escolhas lexicais *mania* (linha 18) e *deveres* (linha 19) guiando o sentido do argumento. *Mania* deprecia o sentido de *emancipação* (linha 18), pois denota um costume vicioso/ prejudicial; *deveres* resgata as obrigações domésticas impostas pela moral e pela FI de uma sociedade machista. No argumento um, é possível verificar a tentativa de ampliação da imagem da mulher moderna, enquanto o argumento dois produz um conflito entre a ruptura e o conservadorismo. A mulher que trabalha é uma novidade para o contexto histórico, por isso há um embate demarcado.

PARÁGRAFO 5

20 21 22 23 24 25 26	As que protestam são, por estranha coincidência, as que não trabalham. Jamais me aconteceu ouvir uma mulher se queixar do próprio trabalho como fator negativo no seu equilíbrio doméstico, ou com respeito à educação dos seus filhos. Entretanto, tenho visto, com espantosa freqüência, mães de horário integral utilizarem seus filhos como escudo contra o trabalho, alegando que seu afastamento por algumas horas do dia prejudicaria a educação das crianças e o andamento da casa. Tenho ouvido inúmeras delas queixarem-se da falta de tempo, mesmo quando seus filhos já se encontram em idade escolar.
--	--

O texto continua articulando os dois grupos de mulheres e as várias FDs que, segundo Gregolin (2005), produzem sentidos pela associação de redes de memória, ou seja, do interdiscurso. A partir da adjetivação do quinto parágrafo, apreendemos a ironia na seleção lexical de alguns adjetivos afetivos: *estranha* (linha 20) e *espantosa* (linha 23), no sentido de gerar uma crítica ao sistema de valores e de romper com o que está cristalizado; a paráfrase (reafirmações) e a polissemia (deslocamento de sentidos) movimentam a significação, criam um espaço de polêmica. Afinal, “a estranha coincidência” (linha 20) e a “espantosa freqüência” (linha 23) ironizam atitudes relacionadas ao grupo das tradicionais, na tentativa de

provocar consenso quanto à eficiência da produtividade feminina, conseqüentemente, silenciando discordâncias. “Espantosa freqüência” (linha 23) também assinala outro recurso argumentativo, o lugar da quantidade, pois promove o sentido da reiteração a partir da palavra *freqüência*, do número de mulheres que indica os filhos como argumento/ justificativa do impedimento da entrada da mulher no mercado de trabalho.

O discurso promove como negativa a atitude da mulher que decide permanecer no ambiente doméstico e aponta este grupo como maioria, o adjetivo *inúmeras* (linha 25), também lugar da quantidade, revela essa compreensão de maioria. Devido à condição de produção do discurso, era comum, na época, a maioria das mulheres não trabalhar fora de casa e essa falta de consenso entre as “do lar” e as “trabalhadoras” (discordância entre as duas FDs) fundamenta a necessidade da afirmação de que as trabalhadoras conseguem conciliar as atividades profissionais com as do lar e com a educação dos filhos. Por outro lado, nessa afirmação há, de forma silenciada, a sustentação da FD tradicional, pois, a partir da escolha lexical *equilíbrio* (linha 22), é designado como tarefa da mulher: o ato de trabalhar fora, o equilíbrio das atividades do lar e o cuidado com os filhos, afirmando ser dela todas essas atribuições, tanto que a figura do pai não é mencionada. Dessa forma, compreendemos como o silêncio, conforme postula Orlandi (2015, p. 81), “indica que o sentido pode ser sempre outro” e, além de indicar outros sentidos possíveis, também indica a determinação das CPs, seus atravessamentos e a própria constituição do sujeito pela história.

A respeito do trabalho fora de casa e do doméstico, a pensadora Silvia Federici pesquisa a respeito do tema mulher e trabalho com associação do corpo feminino ao capitalismo e defende a remuneração para atividades domésticas e de procriação. Passos (2019) declara, em entrevista realizada com a pensadora para a Folha de São Paulo, que Federici ressalta os afazeres domésticos como forma de trabalho, por isso, deveria ser remunerado. Federici responde a respeito da mulher que trabalha fora mas que paga outra mulher para fazer o trabalho doméstico, reforçando as relações de poder e fazendo que a desigualdade entre as mulheres continue.

PARÁGRAFO 6

27	Pergunta-se até onde ignoram ou pretendem ignorar que a presença da mãe junto ao
28	filho vinte e quatro horas seguidas tende mais a ser-lhe prejudicial do que favorável. E a
29	ignorância espanta ainda mais quando são elas próprias as primeiras a gabar incessantemente a
30	posição do pai que, afastado por questões de trabalho, desgasta-se menos junto aos filhos,
31	mantendo uma imagem favorável.

O discurso, no sexto parágrafo, contesta o posicionamento da mãe que se dedica ao filho em período integral, o numeral *vinte e quatro horas* (linha 28), intensificado pelo adjetivo *seguidas* (linha 28), insere o tempo de permanência da mãe com o filho, questionando se esse período é prejudicial ou favorável para o desenvolvimento da criança. O uso dos adjetivos *prejudicial* (linha 28) e *favorável* (linha 28) estabelece uma divisão e abre margem para que a dúvida seja sanada no próprio discurso, o que ocorre no parágrafo seguinte, no qual a pesquisa realizada nos Estados Unidos comprova o bom desempenho dos filhos das mães que trabalham.

Tanto *prejudicar* quanto *favorecer* propõem incumbência materna e esse sentido é sustentado pelo pré-construído, ou seja, pelo interdiscurso de que algo fala antes, em outro lugar, e instaura o papel da mulher-mãe sob uma ótica universal; o discurso da mãe como única responsável pelos filhos já foi significado historicamente, tanto que se trata da ideologia dominante, mas a tentativa de resgate do discurso acaba por reafirmar esta ideologia, por mais que se objetive o contrário. Nesse sentido, conforme Pêcheux (2014, p. 89), o pré-construído “remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado”. Esse efeito de pré-construído pode regular a condição do sujeito mulher como mãe que precisa cumprir sua função (ideológica e constituída pelos já-ditos) de favorecer e não prejudicar os filhos.

As que não trabalham são consideradas ingênuas, conforme demarca a seleção lexical *ignorância* (linha 29). Essa escolha, com sentido insultuoso, é intensificada por alguns recursos argumentativos:

- a) o adjetivo *próprias* (linha 29) realça o pronome sujeito *elas*;
- b) o numeral *primeiras* (linha 29), com efeito de ironia, indica em uma escala classificatória que ninguém reclamou, antes das mulheres, da imagem favorável criada pelo sujeito pai;

c) a seleção lexical do verbo *gabar* (linha 29) ironiza o sentido do discurso, indica uma relação do sujeito pai e não uma vanglória ou enaltecimento das qualidades de alguém;

d) o modalizador *incessantemente* (linha 29) intensifica o verbo *gabar*.

Os recursos citados fortalecem o argumento da queixa do sujeito mãe em relação ao sujeito pai pelo fato de ele não presenciar, no cotidiano, as inúmeras demandas com os filhos e, por este motivo, estar menos desgastado, transferindo imagens positivas aos filhos. Nesse sentido, há um efeito pressuposto: a imagem da mulher será positiva e favorável aos filhos se ela trabalhar fora. Essa pressuposição, esse não dito, revela o pré-construído de que os filhos são os bens mais valiosos de uma mãe, então, ser favorável para a evolução deles compensa e, para isso, trabalhar fora passa a ser uma nova FD a interpelar o sujeito, assujeitá-lo ideologicamente, já que, conforme Orlandi (2015), as FDs simbolizam, no discurso, as Fls. Segundo a autora (2015, p. 81), “há sempre no dizer um não-dizer necessário” e o sujeito move-se nesse espaço entre o dizer e o não dizer.

PARÁGRAFO 7

32 33 34 35 36 37 38 39	Estudos recentemente realizados nos Estados Unidos, junto a cerca de 2 mil mães em horário integral sentem-se mais enervadas pelos próprios filhos do que as outras, enquanto as mães que trabalham ficam em geral mais felizes com nova gravidez e sofrem menores conflitos com relação a seu “papel de mãe”. Quanto às crianças, os filhos de mães que trabalham apresentam agressividade e inibição menos exacerbadas, maior facilidade no colégio e noção de valor pessoal mais desenvolvido. Revelou-se, também, maior entendimento entre os filhos e as mães que trabalham gostando do seu trabalho, do que entre filhos e mães integrais que não gostam de sua profissão exclusivamente doméstica.
--	---

O sétimo parágrafo refere-se a uma pesquisa realizada nos Estados Unidos, sendo o país um argumento por autoridade a fim de respaldar o sentido efetuado no parágrafo anterior. Segundo Citelli (1994), os discursos passam a ter mais valor dependendo de quem ou de qual instituição os enunciam, atribuindo maior força de convencimento ao conteúdo abordado; no caso, o país *Estados Unidos* (linha 32) e o numeral *2 mil mães* (linha 32) são os argumentos por autoridade com efeito de validar o tema e acrescentar credibilidade à FD da mulher que trabalha, afinal, os Estados Unidos são um país influente em âmbito mundial e, de acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 347), “muitos argumentos são

influenciados pelo prestígio”, além disso, a FI política e social do Brasil valoriza o que vem de fora. Conforme Pinsky (2014), a partir de 1960, a mídia feminina passou a publicar influências dos Estados Unidos (cinema, música, moda), com visões mais capitalistas em relação aos anos anteriores.

Outra técnica observada por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) são os argumentos por comparação, possíveis de serem verificados no discurso em análise desde o seu início e, de forma acentuada, no sétimo parágrafo, pois, a partir do estudo realizado nos Estados Unidos, é feita a comparação entre mães que trabalham e as que não trabalham. Segundo os autores (1996), o argumento de comparação avalia um objeto em relação ao outro, mas nem sempre com efeito de igualdade, pois, muitas vezes, os sentidos do primeiro critério são mais persuasivos que os do segundo critério ou vice-versa.

Em nossa análise, há recursos de linguagem reveladores de suficiência ao grupo das mães trabalhadoras, indicando o grupo das que não trabalham como insatisfatório, assim sendo, não é uma comparação de igualdade. Na opinião de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), toda comparação é desqualificadora, pois, se um objeto é submetido a uma comparação, é porque não há consideração por sua unicidade ou ele não possui valores próprios. Os autores (1996) ainda salientam que a comparação aproxima os argumentos a estruturas matemáticas, por isso, os efeitos persuasivos são intensificados; para Fiorin (2017, p. 124), “as comparações têm um papel pedagógico forte, pois dão concretude àquilo que é uma abstração”.

Nos quadros a seguir, indicaremos os argumentos de comparação do sétimo parágrafo e por quais recursos são intensificados; a primeira comparação é feita entre as mães, a segunda e a terceira entre os filhos:

MÃES QUE TRABALHAM	X	MÃES QUE NÃO TRABALHAM
mais felizes com nova gravidez e sofrem menores conflitos com relação a seu ‘papel de mãe’. (linhas 34 e 35)		mais enervadas pelos próprios filhos do que as outras. (linha 33)

A primeira comparação, entre as mães que trabalham e as que não trabalham, é marcada pelo operador argumentativo *enquanto* (linha 33), com ideia de proporção, pois o adjetivo *enervadas* (linha 33) atribui emoção negativa à mãe, e *felizes* (linha 34) confere função positiva, ambos são reforçados pelo advérbio

intensificador *mais*. Segundo Oliveira e Azevedo (2005), o recurso da intensificação destaca o caráter emotivo-argumentativo de uma palavra, neste parágrafo, a intensificação é bem marcada pelos advérbios *mais* e *menos* e pelos adjetivos *maior* e *menor*, acionadores da comparação.

A FD da mulher no trabalho é uma questão nova na sociedade de 1960, em que a maioria das mulheres dedicava-se às suas ocupações domésticas, então, o discurso traz uma nova pretensão ideológica, e, como diz Orlandi (2015), os sentidos das palavras procedem das FDs em que se inserem, representando, então, as Fls. Enquanto uma nova FD se revela (o sujeito mulher trabalhadora), o sujeito mulher mãe permanece na mesma posição, considerando a maternidade como única possibilidade autorizada. A FD da mulher como procriadora regula esse dizer limitado em uma conjuntura sócio-histórica em que a escolha por não ser mãe não é “permitida”, pois o já dito (memória coletiva) sustenta a relação da mulher com a maternidade.

O adjetivo *nova* (linha 34), anteposto ao substantivo *gravidez* (linha 34), é um marcador de pressuposição e confirma a posição da mulher mãe como única possibilidade, indicando a existência de filhos e a expectativa por mais filhos, de forma a apagar/ silenciar qualquer complexidade da gestação e da maternidade (enjoos, dores, parto, amamentação, entre outros fatores), bem como a pouca quantidade de creches na década de 1960, conforme dados de Bruschini e Rosemberg (1982).

Outra comparação é em relação aos filhos, com destaque para as características favoráveis das crianças das mães que trabalham, enquanto a pressuposição de que os filhos das mães não trabalhadoras apresenta traços contrários aos descritos.

FILHOS DAS MÃES QUE TRABALHAM	X	FILHOS DAS MÃES QUE NÃO TRABALHAM
apresentam agressividade e inibição menos exacerbadas, maior facilidade no colégio e noção de valor pessoal mais desenvolvido (linhas 36 e 37).		Manifestam: <ul style="list-style-type: none"> - agressividade mais acentuada; - inibição mais acentuada; - maior dificuldade no colégio; - pouca noção de valor pessoal.

Os adjetivos *exacerbadas* (linha 36), *pessoal* (linha 37) e *desenvolvido* (linha 37) adicionam valor afetivo ao discurso, pois indicam características do bem mais valioso para uma mãe – o seu filho, apontando, mais uma vez, a identidade do sujeito mulher-mãe, que é livre para trabalhar, mas responsável por seus filhos; considerando as CPs da época, o sujeito feminino, ainda que tivesse o papel de mulher que trabalha fora do lar, é atravessado pelo discurso de que a responsabilidade dos filhos ainda continua sendo do sujeito mulher-mãe. A responsabilidade é transformada em culpa caso os filhos não tenham sucesso, sejam agressivos ou inibidos, por isso, a pesquisa americana é um argumento de autoridade, os intensificadores e os adjetivos afetivos visam respaldar as FDs do sujeito mulher mãe e trabalhadora.

E a última comparação do parágrafo refere-se aos filhos das mães que gostam do seu trabalho com os filhos das mães que não gostam do seu trabalho exclusivamente doméstico.

FILHOS DAS MÃES QUE GOSTAM DO SEU TRABALHO	X	FILHOS DAS MÃES QUE NÃO GOSTAM DO SEU TRABALHO EXCLUSIVAMENTE DOMÉSTICO
maior entendimento entre os filhos (linha 37).		Menor entendimento entre os filhos.

De acordo com os dados revelados pela pesquisa americana, o relacionamento entre filhos e mães que gostam do seu trabalho é melhor, apresentando, mais uma vez, o sentido de que a mãe é a total responsável pela boa convivência entre ela e os filhos, apagando o pai dessa atribuição. Orlandi (2007) explica o apagamento pela política do silêncio, mais especificamente, pelo silêncio constitutivo:

Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma “outra” formação discursiva, uma “outra” região de sentidos. O silêncio trabalha assim os limites das formações discursivas, determinando conseqüentemente os limites do dizer (ORLANDI, 2007, p. 73).

Falar de trabalho feminino é, em certa medida, “permitido”, principalmente se considerarmos as FDs constituintes da revista Claudia, por mais que ainda seja polêmico, mas atribuir ao pai alguma responsabilidade para com os filhos ou com o lar, ainda é um discurso limitado pelas próprias FDs e condições da época, por isso,

identificamos um silenciamento constitutivo do sujeito e a importância do sócio-histórico.

Um ponto é acrescentado, não basta ser mãe e ter um trabalho, ela precisa, acima de tudo, gostar do seu trabalho e estar feliz em sua profissão. A nova FD sugere, com argumentos positivos e afetivos, um novo posicionamento feminino, mas continua situando a mulher na maternidade como lugar inquestionável e nas tarefas domésticas, mesmo que decida por trabalhar fora; esse sentido apreendemos por meio do modalizador *exclusivamente* (linha 39) com efeito pressuposto de que trabalhar fora não isenta a mulher das atividades domésticas – ela não será exclusiva/restrita ao lar, terá acesso a outras esferas, mas com acúmulo de atividades. Esse silenciamento, segundo Orlandi (2007), é atribuição da correspondência entre língua e ideologia, já que nem tudo pode ser dito em determinada CP. Essa “jornada dupla”, fruto desse silenciamento, produz efeito de uma justificativa lógica (determinada por uma ideologia), resultando em “causa e efeito”: mulher que trabalha fora acumula atividade.

PARÁGRAFO 8	
40	E a verdade é que a maioria não gosta. Nas eternas conversas em que mulheres reunidas
41	falam do assunto básico de sua vida – babás, crianças, empregadas –, o tom é sempre
42	lamuriento, há uma murmuração de martírio geral, de holocausto no altar familiar. Entusiasmo,
43	nunca! Tudo é enfrentado de maneira sofrida: a mudança não representa a alegria da nova casa,
44	mas o cansaço do encaixotamento, as obras são o martírio de pintores e pedreiros fazendo
45	desordem; a cozinheira nova assusta pela inexperiência e a cozinheira velha pelo medo de
46	perdê-la. Dir-se-ia que a valorização da profissão doméstica é proporcional ao sacrifício
47	exigido.

Além da adjetivação ser predominante no oitavo parágrafo, a seleção lexical é bem marcada por palavras e expressões carregadas de valor negativo, ao reafirmar ações e emoções do sujeito dona de casa, encaminhando a interpretação pela associação de termos com sentido pejorativo que demonstram apelação exacerbada (quase hiperbólica), são eles:

SELEÇÃO LEXICAL	LINHA
Lamuriento	42
Murmuração	42
Martírio	42 e 44
Holocausto	42
Entusiasmos, nunca! (negação do	42 e 43

entusiasmo)	
Sofrida	43
Não representa a alegria (alegria não representada)	43
Cansaço	44
Desordem	45
Inexperiência	45
Mêdo	45
Sacrifício	46

O teor denso revelado pelos termos conduz a argumentação do texto para o efeito de que a mulher que não trabalha fora é infeliz, insatisfeita, e direciona, pelo viés afetivo, a possível resignificação das informações por meio do interdiscurso. Conforme Orlandi (2015, p. 29), a memória sustenta as CPs do discurso, “o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”. Na linha 40, o trecho “nas eternas conversas em que mulheres reunidas falam do assunto básico de sua vida” remete à memória do que já ocorreu anteriormente, quando, antes do século XIX, o espaço urbano era restrito às mulheres.

Aos poucos, a partir da terceira década do século XIX, conforme D’Incao (2002), a mulher da elite passou a frequentar teatros e cafés, todavia, com a autorização do marido. Então, mulheres se reunirem para conversar revela um sujeito/posicionamento governado por uma FI, mas que nem sempre foi assim, pois outra ideologia representava os valores e as condutas das mulheres em outra época. A possibilidade de se reunir e falar a respeito de babás e empregadas indica a FD de pessoas de maior poder aquisitivo (a possível leitora de Claudia), a mesma classe que antes não podia estar em áreas urbanas e passou a frequentar casas de chás; com isso, observamos o vínculo entre FDs e FIs, ao simbolizarem a posição social e ideológica de determinados grupos.

Verificamos que o adjetivo *eternas* (linha 40) revela que as conversas entre as mulheres acontecem com frequência; e o adjetivo *básico* (linha 41) acrescenta o sentido de que há determinada banalidade ao ato das mulheres utilizarem o tempo para temas triviais.

O discurso apresenta o sofrimento como a única verdade experienciada pela mulher reservada à esfera doméstica, nega-se o entusiasmo (linhas 42 e 43) e a alegria (linha 43), ao estabelecer relação com qualquer outro discurso já dito, ancorado na memória, sobre os motivos de felicidade outrora vividos; são sentidos

que se repetem na possibilidade de serem transformados em novas práticas discursivas, em CPs determinadas. Conforme Koch (2011, p. 141), “todo enunciado negativo pressupõe um enunciado afirmativo de outro enunciador”; não podemos dizer que não há entusiasmo se desconhecemos o entusiasmo, só podemos dizer que não há alegria se conhecemos o efeito da alegria.

A negação do entusiasmo em “entusiasmo, nunca!” (linhas 42 e 43) e a negação da alegria ao fazer a mudança (linha 43) se difere das demais construções em que se afirmam palavras negativas (lamuriento, murmuração, holocausto e outras); há negação de palavras positivas a fim de contraporem sentidos do discurso, já que a negação tem o intuito de ressignificar os sentidos, ou seja, intensificar a falta de alegria, do entusiasmo, inclusive com o recurso gráfico da exclamação ao final da expressão.

Durante todo o discurso, o trabalho doméstico não é considerado uma profissão ou uma ocupação que se preze e, no final do oitavo parágrafo, as atividades do lar são comparadas a um sacrifício, indicando o trabalho doméstico como custoso, sofrido, punitivo, desvalorizado; e esses efeitos podem ser constatados no parágrafo seguinte.

PARÁGRAFO 9	
48	Realmente, é pouco gratificante tirar um pó que sempre volta, varrer onde todos pisam, preparar refeições que somem em poucos minutos, pôr a mesa e tirá-la vêzes sem conta, na realização de um “trabalho que não aparece”.
49	
50	

Segundo Castilho (2010), *realmente* (linha 48) é considerado um modalizador asseverativo afirmativo e valida o conteúdo do discurso; Koch (2011, p.133) salienta que os modalizadores

apontam as conclusões para as quais os diversos enunciados podem servir de argumento, selecionam os encadeamentos capazes de continuá-los, dão vida, enfim, aos diversos personagens cujas vozes se fazem ouvir no interior de cada discurso.

Com apoio no modalizador *realmente*, algumas atividades domésticas são mencionadas a fim de reafirmar a FI das mulheres do lar como frustrantes, redundantes e desvalorizadas. Há nesse discurso o silenciamento, é dito que as atividades domésticas são desmerecedoras, mas não é dito quem deverá responsabilizar-se por elas caso a mulher trabalhe fora, pressupondo o acúmulo de

atividades; segundo Orlandi (2007, p. 13), “o sentido não para; ele muda de caminho”. A desconstrução da ideologia de que a casa é responsabilidade da mulher permaneceu por muitas décadas seguintes e, em muitos casos, até hoje.

O discurso é finalizado com a crítica de que a vida é considerada sofrida na opinião de muitas mulheres, sofrimento que mostra a presença de dificuldades nos dois lados, no grupo tradicional e no grupo ativo. No penúltimo parágrafo, é possível constatar a ironia, pois há concordância com o sofrimento, lembrando a falta de gratificação do trabalho doméstico e o lugar onde a mulher é socialmente inserida como possuidora de um papel secundário.

PARÁGRAFO 10

51 52 53 54	Então, por que aferrar-se com tanta força a algo que não satisfaz? Porque não satisfaz, mas garante. Porque tomar parte numa engrenagem social nos torna automaticamente responsáveis por ela, conscientes e, como tais, sujeitos a conflitos mais amplos. Porque produzir é uma forma maior de estar vivo – e estar vivo, às vezes, dói.
----------------------	---

A adjetivação deste último parágrafo consolida a transmissão do efeito positivo quanto à participação da mulher no mercado de trabalho, utilizando a vida como argumento principal e conduzindo o sujeito mulher para a participação ativa na sociedade, denominando-as como *responsáveis* (linha 53) e *conscientes* (linha 53) caso seu envolvimento seja influente.

A pergunta retórica “por que aferrar-se com tanta força a algo que não satisfaz?” (linha 51) possui sentido irônico quanto ao contexto de todo o discurso, e as respostas, articuladas de forma a quebrar expectativas, a confirmam; a respeito da pergunta retórica, Plantin (2008, p. 70) destaca, “a argumentação é vista como um modo de construção de respostas a perguntas que organizam um conflito discursivo”. A escolha lexical *aferrar-se*²⁶ *com tanta força* (linha 51) é redundante, pois já se presume determinada força ao ato de aferrar, assim, compreendemos a intensificação no uso dos termos, demarcada, também, pelo advérbio *tanta*. Conforme Citelli (1994, p. 69), a escolha de palavras orienta a argumentação e “costuma significar o cruzamento dos planos estilísticos e ideológicos na direção dos discursos persuasivos”.

²⁶ Segundo Houaiss (2009), *aferrar* significa “prender ou segurar com gancho de ferro ou similar; fixar, firmar (qualquer coisa); agarrar(-se) com força, prender(-se), segurar(-se)”.

As respostas da pergunta seguem em três conjuntos iniciados pelo operador *porque* (linhas 51, 52 e 53), intensificando os argumentos com a reiteração desse termo, concretizando a figura de repetição anáfora (repetição de termos no começo dos enunciados). No primeiro conjunto, o operador argumentativo *mas* (linha 52) orienta para uma conclusão contrária, ou seja, a não satisfação em permanecer na zona de conforto, sendo “garantia” o argumento mais forte para a possível reflexão do interlocutor, levando em conta a ironia do discurso. Por fim, o dêitico temporal *às vezes* (linha 54) indica a naturalidade do ser humano em passar por sofrimentos pelo simples fato de estar vivo, e, pensando na justificativa introduzida pelo operador *porque* (linha 53), viver de forma produtiva ao trabalhar remete à dignidade. O discurso é finalizado com a palavra *dói* (linha 54), seleção lexical relevante, pois sinaliza que a mudança não é fácil, mas é necessária.

São colocadas duas situações (possibilidades), a de ocupar-se com os afazeres domésticos (não reconhecidos/ valorizados) e a de estar no mercado de trabalho, que vai colocar a mulher em situações de responsabilidades e maiores conflitos. Embora a forma de produzir, por meio do trabalho fora de casa, seja colocada como “maior” (mais importante, com resultados mais eficazes e valorizados), qualquer forma de trabalho “dói”, provavelmente porque a questão a ser discutida não está no fato de se produzir/ trabalhar fora, mas sim na condição feminina de ser mulher e de ser capaz.

Por meio do discurso, é possível refletir como a mulher representa sua relação com a exterioridade, pois o lugar onde ela está inserida pela ideologia dominante é colocado em cheque, sua memória e seu posicionamento são questionados para uma possível ressignificação, a de ter uma profissão e trabalhar fora do lar. A linguagem, centrada na exterioridade e nas condições sócio-históricas, não é neutra nem inocente, ela reproduz a sociedade, manifesta a ideologia e não pode ser estudada separada de suas condições de produção. Nas palavras de Brandão (2012, p. 11), “o ponto de articulação dos processos ideológicos e do fenômeno linguístico é, portanto, o discurso”.

No discurso em análise, compreendemos duas FDs, a conservadora (grupo de mulheres tradicionais), ligada à FI dominante em relação à CP da época; e a FD moderna, apresentando motivos para ressignificações em uma nova FI; segundo Brandão (2012), a FD autoriza os sujeitos, situados em um momento histórico, a concordarem ou discordarem a respeito de determinadas questões,

assim, a FI só será ressignificada no cruzamento do discurso com os atravessamentos do sujeito, fazendo com que sentidos permaneçam ou sejam alterados. Para Baccega (2007, p. 21), o receptor “lê’ o discurso a partir do seu universo, também constituído pelo diálogo estabelecido entre discursos”.

Novos sentidos, segundo Baccega (2007, p. 35), ocorrem a partir de manifestações ideológicas, do confronto de discursos anteriores com discursos atuais, mantendo-os ou remodelando-os, “todas as mudanças garantem uma dose de permanência do passado, já que no cotidiano gesta-se o novo a partir do que é, a partir do que está. Ou seja: o novo está contido nas possibilidades do velho”.

A nova FD tenta desconstruir o argumento justificado pela FD conservadora, inserindo o interlocutor em uma nova CP que, ao detectar a resistência, refletirá a respeito da nova FI de sair da zona de conforto, integrando-se em uma nova FD. Pela contribuição de Baccega (2007), o sujeito escolherá uma ou outra ideologia, a que mais convier aos seus valores, pois a formação ideológica permite que sentidos sejam reproduzidos, conservados, transformados ou modificados, fazendo o discurso servir ou não para uma ou outra classe.

Atualmente, o discurso propagado é de que a mulher pode ser quem ela quiser – profissional em alguma área, dona de casa, mãe, casada, solteira – os sentidos do empoderamento refletem essa mais nova FD; no discurso de Claudia de 1968, existe um efeito de força pendente, somente, para um lado, indicando ser condenável a atitude da mulher de manter-se na posição exclusiva de sujeito dona de casa. Dessa forma, compreendemos que o discurso é o resultado do entrelaçamento de dizeres anteriores com a necessidade do dizer atual, considerando toda rede de FDs e de FIs que atravessam o sujeito, direcionando o que deve ser dito, conservando ou modificando sentidos conforme as CPs. Nas palavras de Soares, Sella e Costa-Hübes (2013, p. 269),

o sentido da palavra é determinado pelo lugar ocupado pelo sujeito, determinando sua filiação a uma ou a outra formação discursiva. Afinal, nem tudo pode ser dito nem qualquer um pode dizer o que quer. São essas condições de produção que permitem ou não que algo possa ser falado e, conseqüentemente, fazer o devido sentido para alguém em um determinado momento histórico.

Nessa perspectiva, quando analisamos o termo *empoderamento*, observamos um arranjo lexical produzido pelo contexto histórico e legitimado pela política de recursos humanos e por instituições midiáticas, dessa forma, o termo

mobiliza a voz da comunidade que a repassa para as instâncias sociais e produz sentido. Com a inscrição da língua na história, revela-se a ideologia, capaz de afetar e constituir sujeitos. Então, os sentidos de *empoderamento*, ou de outros termos relacionados ao protagonismo feminino, são dados a partir de uma FD; a mesma palavra, em outra FD, terá outro sentido. Consideramos, dessa forma, a impossibilidade de definir um termo apenas pelo significado apresentado por um dicionário, detectar um sentido é ir além, é relacionar contextos, detectar as CPs e compreender a história.

6.2 E NO FINAL DEU CERTO – CYNTHIA DE ALMEIDA (REVISTA CLAUDIA, ABRIL DE 2018 – ANEXO B)

	<p>Bom trabalho</p> <p style="text-align: center;">E no final deu certo</p> <p>“Se o filho der certo, é porque Deus quis; se der errado, é porque você trabalhou fora de casa.”</p> <p>Com seu jeitão despachado e carismático, a empresária Luiza Helena Trajano abriu seu painel no Fórum CLAUDIA 2018, no último mês, contando com bom humor que a frase acima, ouvida da própria mãe, a eximiu desde cedo de qualquer culpa da maior cobrança social sobre as mulheres que, como ela, puseram o pé para fora do lar. Os efeitos negativos que o trabalho materno pode ter no desenvolvimento pessoal e profissional dos filhos quando se tornarem adultos recaem nos ombros femininos. O estigma é particularmente cruel, pois projeta para o futuro esse prognóstico incerto sobre um comportamento do presente.</p> <p>Como podemos nos defender da previsão nefasta? Do que ainda não aconteceu? Como garantir que no fim vai dar tudo certo? Depois de três décadas da entrada da mulher de maneira massiva no mercado de trabalho, finalmente já é possível medir o chamado “efeito da mãe que trabalha” sobre a sua prole crescida.</p> <p>Uma grande pesquisa realizada pela Harvard Business School revelou que, diferentemente da crença convencional, ter sido criado por uma mulher que trabalha muito não trouxe consequências negativas sobre as crianças que se tornaram adultos. Nem do ponto de vista social nem do ponto de vista econômico.</p> <p>O estudo foi feito para o lançamento da Gender Initiative, uma nova área de estudos de gênero da prestigiada universidade americana, e envolveu 50 mil pessoas de 18 a 60 anos, em 25 países, entre 2002 e 2012. O resultado não apenas derruba a condenação antecipada de uma geração como mostra que o “efeito da mãe que trabalha” melhora as perspectivas dos filhos, em particular das meninas. De acordo com a investigação, conduzida pela professora de Harvard, Kathleen McGinn, mulheres que durante a infância, antes de completar 14 anos, assistiram à rotina profissional de suas mães têm melhor desempenho nos ambientes corporativos, ganham mais e ocupam mais posições de liderança quando comparadas às filhas das que permaneceram em casa.</p> <p>Em alguns países, como os Estados Unidos, os números apurados impressionam. As filhas adultas das mulheres que trabalharam ou trabalham ganham hoje 23% mais do que as que tiveram mães donas de casa. E ocupam 33% de cargos de liderança, enquanto as demais respondem por 25%. Na visão dos pesquisadores, as conclusões mostram que negar às mulheres a oportunidade de perseguir carreiras que as realizem, pode ser contraproducente não apenas para as crianças mas para a sociedade de forma geral.</p> <p>Quanto aos meninos, a pesquisa revelou que o desempenho na carreira independe do fato de a mãe ter atuado fora ou não. Mas seu comportamento em relação à família muda completamente. Os homens educados por mães que trabalharam contribuem mais nas tarefas domésticas e nos cuidados com os filhos. Entre os respondentes, os que tinham mãe com carreiras próprias passavam o dobro do tempo com os filhos (16 horas por semana ante oito e meia dos demais).</p> <p>A combinação de mulheres mais confiantes e bem-sucedidas com parceiros atentos e participativos dentro de casa é mais do que uma excelente notícia. É um salvo-conduto para provar, afinal, o que as mães que saíram para trabalhar já sabiam intuitivamente: no final, vai dar tudo certo com as crianças.</p> <p>Cynthia de Almeida é jornalista e estudiosa do comportamento feminino</p>
--	--

Meio século separam a publicação de Marina Colasanti, de 1968, e a da jornalista Cynthia de Almeida, de 2018, na revista *Claudia*. Durante o período, a revista permaneceu no mercado direcionando conteúdos ao mesmo público alvo: mulheres de classe média. Como qualquer veículo de comunicação, sustenta seu discurso de acordo com as FDs e as FIs de cada época, mantendo ou alterando objetivos de acordo com as demandas sociais, indicando determinada liberdade, porém, sempre regulada por certas FDs que, segundo Pêcheux (2014, p. 147), “representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”.

Até a década de 1980, *Claudia* seguia uma linha editorial, os temas tratados envolviam, basicamente, família, marido e filhos; com uma proposta “moderna” para a época, abria caminho para alguns temas polêmicos. A partir de 1980, os assuntos abordados por *Claudia* tornaram-se mais diversificados, com mais temas envolvendo o mercado de trabalho, beleza e saúde, questões de família, casamentos e maternidade continuaram em vigor, com textos mais curtos e numerosas reportagens e curiosidades. Toda revista expressa representações sociais e, além disso, propaga discursos, produz e põe em circulação as ideias e os desejos de uma sociedade, tornando visíveis os sentidos constituídos pela história.

Nesta publicação de 2018, verificamos sentidos reveladores dos benefícios do trabalho feminino, motivo que, em 1968, manifestava dúvidas e muita polêmica. O título “E no final deu certo” aponta a incerteza do passado quanto à vantagem do trabalho feminino para os filhos e indica sua eficácia para o desenvolvimento da sociedade atual. O operador argumentativo e, no título, direciona o sentido conclusivo, levando-nos a compreender a existência de contratempos, mas, seguidos por vitórias, revelando uma nova FD relacionada com formações anteriores; segundo Pêcheux (2014, p. 147), a formação discursiva “*determina o que pode e deve ser dito*”, a partir de um posicionamento e em uma determinada ocasião.

O recurso argumentativo predominante no texto é a adjetivação, principalmente as orações adjetivas, estabelecendo relações de afetividade com o termo que as caracterizam, restringindo-o, individualizando-o, realçando detalhes ou conferindo informações adicionais; de acordo com Castilho (2010, p. 366), as orações adjetivas “atuam como complementadores”. Elencaremos as formações adjetivas e, em seguida, iniciaremos a análise por parágrafos.

ADJETIVAÇÃO			
1º parágrafo	2º parágrafo	3º parágrafo	4º parágrafo
Certo	Despachado	Nefasta	grande
Errado	Carismático	Certo	convencional
	Último	da mulher	que trabalha
	Bom	massiva	negativas
	Própria	de trabalho	que se tornaram adultos
	Maior	possível	adultos
	Social	da mãe	social
	que puseram o pé para fora do lar	que trabalha	econômico
	Negativos	crescida	
	que o trabalho materno pode ter no desenvolvimento pessoal e profissional dos filhos		
	Materno		
	Pessoal		
	profissional		
	Adultos		
	Femininos		
	Cruel		
	Incerto		
	do presente		

ADJETIVAÇÃO			
5º parágrafo	6º parágrafo	7º parágrafo	8º parágrafo
nova	Apurados	educados	de mulheres mais confiantes e bem-sucedidas
de gênero da prestigiada universidade americana	Adultas	que trabalharam	confiantes
da prestigiada universidade americana	das mulheres	domésticas	bem-sucedidas
prestigiada	que trabalharam	que tinham mães com carreiras próprias	atentos
americana	ou trabalham	com carreiras próprias	participativos
antecipada	que tiveram mães donas de casa	próprias	excelente
de uma geração da mãe	donas de casa		que saíram certo
que trabalha dos filhos	de liderança		
das meninas	dos pesquisadores que as realizem		

que assistiram à rotina profissional de suas mães	Contraproducente		
profissional	de forma geral		
de suas mães	Geral		
Melhor			
Corporativos			
de liderança			
Comparadas			
que permaneceram em casa			

Neste texto, de 2018, constatamos que, do primeiro ao quarto parágrafo, a adjetivação consiste em demarcar as características do sujeito mulher mãe que trabalha, que, ainda na primeira parte do texto, tem seu trabalho apresentado como duvidoso para o sucesso dos filhos. Do quinto ao último parágrafo, a adjetivação valoriza o argumento por autoridade “Universidade americana” e indica o sucesso dos filhos das mães que decidiram trabalhar, principalmente no último parágrafo, com adjetivação de carga positiva, exteriorizando boas impressões.

PARÁGRAFO 1	
1	“Se o filho der certo, é porque Deus quis; se der errado, é porque você trabalhou fora de casa.”
2	

O enunciado entre aspas revela a memória de Luiza Helena Trajano (empresária citada no texto) – enquanto sua fala em um evento que reúne, anualmente, líderes de empresas para discussões relacionadas ao protagonismo feminino – sobre um conselho de sua mãe. Há uma condição estabelecida a partir do operador argumentativo *se* (linha 1), intensificado pela sua reiteração, concretizando a figura de repetição anáfora (repetição no início das orações). O mesmo procedimento ocorre com o operador *porque* (linha 1), justificando o enunciado anterior.

Além de, sintaticamente, a repetição manifestar a intensidade da argumentação, discursivamente, apreendemos, no termo repetido, um novo sentido em “dar certo”, no qual *certo* (linha 1), um adjetivo com carga positiva, está relacionado a Deus, argumento por autoridade incontestável, no âmbito do cristianismo; em “dar errado”, *errado* (linha 1) é um adjetivo com carga negativa, e está relacionado ao trabalho da mulher. Essa relação ocorre a partir da fala do

sujeito feminino que ocupa a posição de mãe, sujeito nascido em outra década, em outra CP e atravessado por outras FIs e FDs. O sujeito mãe é constituído pelo discurso do outro, ou seja, vozes que o atravessam em determinada CP – formadora do dizer; como define Orlandi (1993, p. 109), a CP é a “relação da seqüência discursiva com o sujeito e com a situação, relação dos interlocutores com a ideologia numa conjuntura histórica dada”.

Para a Semântica Argumentativa, toda menção, citação e referência a discursos que retomem o texto de quem o produziu é denominado intertextualidade explícita, segundo Koch (2009), a intertextualidade é outro texto (intertexto), produzido anteriormente, dentro do texto. Conforme nossa análise, na referência aos dizeres da mãe há intertextualidade explícita.

Para a Análise do Discurso, as citações e as paráfrases, isto é, o uso das palavras do outro no discurso, de forma explícita, é denominado, conforme Authier-Revuz (2004), heterogeneidade mostrada. A autora (2004), além do conceito de heterogeneidade mostrada, aborda a heterogeneidade constitutiva como um discurso que resulta de outros discursos. Maingueneau (1997, p. 75) também conceitua a heterogeneidade, classificando como heterogeneidade mostrada “as manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de enunciação” e como heterogeneidade constitutiva, as manifestações não marcadas “em superfície, mas que a AD pode definir, formulando hipóteses, através do interdiscurso, a propósito da constituição de uma formação discursiva”.

Com o sujeito filha, ocorre a heterogeneidade mostrada, quando ela se refere aos dizeres da mãe (linhas 1 e 2), mas no enunciado também funciona a heterogeneidade constitutiva, tanto por parte da mãe – o sujeito acredita ser dono do que diz, quando é atravessado por outros discursos, outras vozes – quanto por parte da filha – sujeito cindido pela voz da mãe e, também, por outras vozes que falaram antes e que levarão à formulação de outros dizeres. Segundo Maingueneau (2008, p. 31), é o interdiscurso que revela a heterogeneidade constitutiva, é “o Mesmo do discurso e seu Outro”, esse Outro, segundo Lacan (1998), é um posicionamento marcado pelo inconsciente, ou seja, não é apenas um sujeito falante, mas sim um Outro que fala, suporta e ancora o dizer de um Eu (que se acha dono do dizer).

PARÁGRAFO 2	
3	Com seu jeitão despachado e carismático, a empresária Luiza Helena Trajano abriu seu painel no Fórum CLAUDIA 2018, no último mês, contando com bom humor que a frase acima, ouvida da própria mãe, a eximiu desde cedo de qualquer culpa da maior cobrança social sobre as mulheres que, como ela, puseram o pé para fora do lar. Os efeitos negativos que o trabalho materno pode ter no desenvolvimento pessoal e profissional dos filhos quando se tornarem adultos recaem nos ombros femininos. O estigma é particularmente cruel, pois projeta para o futuro esse prognóstico incerto sobre um comportamento do presente.
4	
5	
6	
7	
8	
9	

No segundo parágrafo, por meio dos efeitos de sentido dos adjetivos *despachado* (linha 3), *carismático* (linha 3) e *bom (humor)* (linha 4) é possível formar uma imagem do sujeito empresária. O adjetivo *maior* (linha 5) indica a dimensão da cobrança realizada pela sociedade, mais intensa no passado, quanto à educação dos filhos de mães que trabalham; o adjetivo *social* (linha 5) abrange homens, mulheres, instituições, cada um com determinados atravessamentos ideológicos. O operador argumentativo *como* (linha 6) compara o sujeito empresária com todas as outras mulheres que tomaram a atitude de trabalhar, mesmo diante das cobranças sociais; esse “realizar atitude” é conduzido pela escolha lexical “puseram o pé para fora do lar” (linha 6), indicando não apenas o fato de a mulher trabalhar, mas também a ação de decidir trabalhar, mesmo diante das circunstâncias, e ampliar a participação na sociedade.

Os primeiros parágrafos, por introduzirem o assunto, indicam previsões a respeito do comportamento dos filhos das mulheres que trabalham fora. É a partir do quarto parágrafo que os sentidos são direcionados para dados reveladores de que é positivo para a educação dos filhos o envolvimento profissional da mulher. Os sentidos que circulam enquanto as previsões são introduzidas, a partir da linha 6, resgatam a memória da mulher ser considerada cuidadora, a única responsável pelo desenvolvimento dos filhos e dos cuidados com a casa, pois o homem, na figura de pai, seria redimido da responsabilidade de direcionar os filhos, afinal, a ele caberia apenas a incumbência de sustentar a família por meio de seu trabalho, esse sentido é apreendido a partir do adjetivo *negativos* (linha 6): já que a mãe é a responsável, se algo não sair como previsto pela sociedade, ela será a culpada (“recaem nos ombros femininos” – linha 8); essa memória discursiva, segundo Brandão (2012), é viabilizadora, devido às FDs da própria sociedade patriarcal, pela circulação de elaborações anteriores e permite o apagamento do papel do pai, a rejeição da ideia de que a mulher que trabalha fora deixa a desejar na educação dos filhos, ou a

transformação de discursos imediatos, de que o trabalho feminino contribui positivamente no desenvolvimento dos filhos.

A seleção lexical *estigma* (linha 8) comprova a visão estereotipada do que seriam as atribuições femininas, indicando a percepção social do indivíduo, segundo Amossy (2005), conforme ela foi demarcado; *estigma* é seguido de *particularmente* (linha 8), modalizador do adjetivo *cruel* (linha 8), adjetivação capaz de revelar a emoção do sujeito quanto ao sentimento de culpa, duramente e culturalmente conferido à mulher. O operador argumentativo *pois* (linha 8) explica essa emoção do sujeito, já que seria cruel julgar a mulher que trabalha, considerando incerto o futuro dos filhos. É possível resgatar a memória de que, em outras décadas, a mulher de classes mais favorecidas que trabalhava fora era motivo de escândalo, e apreendemos, pelo discurso publicado na revista Claudia, esse comportamento do passado para desmistificar o que foi criticado e provar que a FD patriarcal existiu, mas, pelas ressignificações e novas CPs, há outras FDs atribuídas ao sujeito feminino, como a FD da mulher profissional, por exemplo.

PARÁGRAFO 3

10	Como podemos nos defender da previsão nefasta? Do que ainda não aconteceu? Como
11	
12	
13	

O terceiro parágrafo é iniciado com três perguntas em continuidade à discussão a respeito da incerteza quanto ao sucesso dos filhos das mães que trabalham; o interrogativo, de acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 179), “é um modo cuja importância retórica é considerável. A pergunta supõe um objeto, sobre o qual incide, e sugere que há um acordo sobre a existência desse objeto”. Os verbos *podemos*, *defender* (linha 10) e *garantir* (linha 11) sugerem a mãe como total responsável pelo futuro dos filhos, pois, se ela decidia trabalhar, não sabia se seria bom para os filhos, então, não tinha como prevenir nada e nem garantir nada, o que a inseriu na posição de um sujeito que se arrisca inconsequente, por colocar a educação e o desenvolvimento dos filhos em risco.

“Garantir que no fim vai dar tudo certo” (linha 11) reafirma a responsabilidade do sujeito mãe de assegurar a proteção dos filhos e o *tudo* (linha

11), como afirmação plena, não deixa margem para que o sujeito cometa equívocos, ratificando a ideologia de que a mãe precisa “dar conta” de tudo. Conforme Peron (2017, p. 37), “o sentido é sempre produzido em um processo de sobredeterminação histórica no qual o real da língua se encontra no real da história”; a linguagem, definida pela ideologia, produz significações e, ao analisarmos a construção verbal das três perguntas, entendemos determinados atravessamentos que, mesmo no desejo de indicar o trabalho da mulher como positivo para o desenvolvimento dos filhos, revela a continuidade da atribuição materna como principal responsável pelos filhos, silenciando a atuação paterna e o aumento, por exemplo, do rendimento financeiro familiar.

O numeral *três décadas* (linha 11) mostra a década de 1980 como o período inicial da inserção da mulher no mercado de trabalho e o adjetivo *massiva* (linha 12) corrobora a noção de quantidade, possibilitando a retomada histórica; um pouco antes de 1980, o nível de instrução da mulher havia aumentado, o magistério era uma das funções mais cogitadas, na década de 1970, e a urbanização, nesse período, segundo Cardoso (1980), contribuiu para que 50% das mulheres colaborassem de forma efetiva na economia do país, sendo a maior parte delas solteiras. Bruschini (1987) destaca a ampliação da atividade feminina a partir de 1980, principalmente de mulheres casadas e com filhos, auxiliando na renda familiar, época em que o mercado de consumo se expandia.

O modalizador *finalmente* (linha 12) promove o engajamento das questões iniciais do parágrafo com as respostas, valorizando o fato de existir, mesmo após um tempo, um resultado para o que estava incerto, ou seja, qual seria o “efeito da mãe que trabalha” sobre os filhos; construção, no final da linha 12, marcada pela adjetivação “da mãe que trabalha”.

O verbo *medir* (linha 12) indica avaliação, ou seja, determinado valor é atribuído ao ato de comprovar a eficácia da mulher que trabalha quanto ao desenvolvimento dos filhos; se é preciso avaliar, em 2018, a importância do trabalho feminino para o sucesso dos filhos, é porque há, possivelmente, crítica social em relação ao tema; a necessidade de medir para provar indica o quanto há cobranças em relação ao sujeito mãe, denunciando a FD reguladora desse sujeito nesse posicionamento; de sempre ser a responsável e de sempre dar conta de tudo. Conforme destaca Souza (2006, p. 44), “ao ser marcado na e pela linguagem, o sujeito vai-se revelando ao longo da cadeia discursiva, fornecendo identidades que

possibilitam sua inscrição em propriedades discursivas, apesar de sua dispersão ao longo do discurso”.

PARÁGRAFO 4

14 15 16 17	Uma grande pesquisa realizada pela Harvard Business School revelou que, diferentemente da crença convencional, ter sido criado por uma mulher que trabalha muito não trouxe consequências negativas sobre as crianças que se tornaram adultos. Nem do ponto de vista social nem do ponto de vista econômico.
----------------------	--

O quarto parágrafo começa a apresentar o resultado da pesquisa realizada pela universidade americana Harvard, argumento por autoridade que procura responder as questões do parágrafo anterior, esse argumento é intensificado pelo adjetivo anteposto *grande* (linha 14), indicando valor e credibilidade ao enunciado. O modalizador *diferentemente* (linha 15) inicia a explicação inserida entre vírgulas: “diferentemente da crença convencional” (linha 15), em que *crença convencional* afirma a FI conservadora e *diferentemente* indica a flexibilização da FI, conforme Baccega (2007), na ideologia do dia a dia, novos sentidos se manifestam, então, o resultado da pesquisa é apresentado, indicando ser positiva para os filhos a inserção da mãe no mercado de trabalho.

O trecho “não trouxe consequências negativas” (linha 16) se constrói pela negação, escolha discursiva feita em detrimento de outra, pois o enunciado poderia ser apresentado de forma afirmativa – “trouxe consequências positivas”, todavia, o recurso da negação possui maior carga argumentativa e evoca outro sentido, já que a negação denota efeito de resistência, isto é, as crianças se tornaram bons adultos, pois a mãe resistiu diante de discursos conservadores que tentavam impedi-la de alcançar uma posição profissional e rompeu com sentidos cristalizados na sociedade de que a única possibilidade para a mulher era cuidar de casa e dos filhos.

O parágrafo é finalizado com um paralelismo: “nem do ponto de vista social nem do ponto de vista econômico” (linhas 16 e 17), recurso argumentativo intensificador pela repetição da mesma estrutura sintática:

NEM	DO	PONTO	DE	VISTA	SOCIAL
NEM	DO	PONTO	DE	VISTA	ECONÔMICO

Nas palavras de Antunes (2010, p. 125), o paralelismo é “um recurso textual que cria uma harmonia formal entre dois ou mais pontos, o que, além de promover a coesão entre esses pontos, produz um efeito agradável de articulação e entrelaçamento”. Dessa forma, observamos o funcionamento do sentido na relação entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, deslocando sentidos e produzindo outros efeitos; a intensificação tem caráter emocional, então, enquanto o adjetivo *social* (linha 17) promove efeito de relacionamento, *econômico* (linha 17) sugere efeito profissional, e ambos revelam a atuação de uma sociedade perpassada por uma ideologia capitalista.

PARÁGRAFO 5

18 19 20 21 22 23 24 25 26	O estudo foi feito para o lançamento da Gender Initiative, uma nova área de estudos de gênero da prestigiada universidade americana, e envolveu 50 mil pessoas de 18 a 60 anos, em 25 países, entre 2002 e 2012. O resultado não apenas derruba a condenação antecipada de uma geração como mostra que o “efeito da mãe que trabalha” melhora as perspectivas dos filhos, em particular das meninas. De acordo com a investigação, conduzida pela professora de Harvard, Kathleen McGinn, mulheres que durante a infância, antes de completar 14 anos, assistiram à rotina profissional de suas mães têm melhor desempenho nos ambientes corporativos, ganham mais e ocupam mais posições de liderança quando comparadas às filhas das que permaneceram em casa.
--	--

A Gender Initiative é uma área da Harvard Business School que apoia a pesquisa e o desenvolvimento de cursos, envolvendo parceiros (empresas, instituições) em causas promotoras de liderança feminina e de equidade de gênero²⁷. No discurso, observamos atribuição de valor dada a essa área a partir do adjetivo *nova* (linha 18) e da locução adjetiva *da prestigiada universidade americana* (linha 19), que é formada por dois adjetivos, *prestigiada*, anteposto, e *americana*, intensificando a argumentação por autoridade, recurso utilizado, na visão de Plantin (2008), para impressionar.

A credibilidade do discurso é direcionada por numerais que indicam dados de participantes da pesquisa feita pela Gender Initiative, quantidade de pessoas, idade, localidade e período da pesquisa; esses dados demonstram que o estudo não foi realizado em um curto período de tempo, foram dez anos (2002 até 2012), com envolvimento de muitas pessoas (50 mil), de diversas idades (de 18 a 60 anos), a inclusão de jovens e adultos revela que os filhos, possivelmente entrevistados, já

²⁷ Informações disponíveis na página *on-line* do projeto Gender Initiative: <<https://www.hbs.edu/gender/Pages/default.aspx>>. Acesso em 06 de setembro de 2019.

estariam inseridos em um curso superior ou no mercado de trabalho e que as mães já teriam determinada experiência. O número que indica a diversidade de países participantes (25) ressalta a possível distinção cultural. A relevância do lugar de quantidade, apontado pelos números, validam a amplitude da pesquisa.

No direcionamento ao resultado positivo, a partir da linha 20, na construção “não apenas derruba a condenação antecipada de uma geração como mostra que o ‘efeito da mãe que trabalha’ melhora as perspectivas dos filhos” (linhas 20 e 21), os operadores argumentativos “não apenas... como” adicionam argumentos com o mesmo valor. De um lado, o verbo *derrubar* (linha 20) apresenta o insucesso da visão estereotipada, “imagens prontas, que medeiam a relação do indivíduo com a realidade” (Charaudeau e Maingueneau, 2016, p. 213), da atribuição da mulher mãe e, de outro lado, o verbo *mostrar* (linha 21) retoma o dizer já mencionado na linha 12, “efeito da mãe que trabalha”, para expor o sucesso do resultado das famílias em que a mãe trabalha.

Na primeira construção, em *condenação antecipada*, há uma série de dizeres, pois, se houve condenação, é porque alguém condenou, alguém duvidou que o trabalho feminino fosse benéfico (sociedade, família e, até mesmo, a própria mulher). A partir da seleção lexical *condenar* revela o efeito de que o ato de julgar inseriu a mulher no posicionamento de culpada, a responsável pelo bom ou mau desenvolvimento dos filhos; os sentidos de um julgamento antecipado são adquiridos por sua relação com as FIs em que são reproduzidos, conforme afirma Pêcheux (2014). Assim, entendemos que o ato de condenar atitudes maternas está atrelado à ideologia que atravessa e constitui a sociedade conservadora, já que a ideologia, conforme Orlandi (2015, p. 94), “torna possível a relação entre pensamento, a linguagem e o mundo”.

Quando as filhas das trabalhadoras são meninas, segundo o resultado do estudo, apresentam melhor desempenho social e profissional por terem acompanhado, desde a infância, a rotina de trabalho das mães. A adjetivação *de liderança* (linha 25) revela a FD do protagonismo feminino; nas atuais CPs, há outros discursos a respeito da liderança feminina, com incentivos e resultados de pesquisas indicadoras de sucesso em áreas representadas por mulheres, como o Movimento Mulher 360, por exemplo, em que empresas como Unilever, Santander, Natura e outras, conforme informações destacadas no segundo capítulo da tese, acreditam

no fortalecimento do setor produtivo quando mulheres estão envolvidas em cargos gerenciais. Mussalim (2004) salienta que as CPs são formadoras de significações.

Duas FDs são comparadas no final do parágrafo, as filhas das mães que trabalham com as filhas das mães que não trabalham, o sucesso é atribuído ao primeiro grupo.

A - FILHAS DAS MÃES QUE TRABALHAM	X	B - FILHAS DAS MÃES QUE PERMANECERAM EM CASA
têm melhor desempenho nos ambientes corporativos (linha 24).		Não se destacam nos ambientes corporativos.
ganham mais (linha 25).		Ganham menos.
ocupam mais posições de liderança (linha 25).		São, na maioria dos casos, subordinadas.

O discurso, quando afirma A não afirma B; se em A verificamos resultados bem sucedidos, intensificados por *melhor*, *mais* e *mais*, pressupomos que o grupo comparado se desenvolve de maneira oposta. Na adjetivação que marca o grupo B, “que permaneceram em casa” (linha 26), é possível compreender o efeito de sentido do verbo *permanecer* (linha 26), demonstrando que ainda há insistência, por opção de algumas mulheres, em conservarem-se no ambiente doméstico, já que, nas atuais CPs, as FDs “autorizam” que a mulher trabalhe fora, ou seja, o indivíduo, segundo Baccega (2007), considera o que pode ou não ser dito ou ser feito, esse poder ocorre pelas conveniências do desempenho dos papéis, conforme comportamentos esperados pela sociedade, porém, toda FD se relaciona com FDs anteriores, conforme destaca Orlandi (2015, p. 44), “as palavras recebem seus sentidos de formações discursivas em suas relações”.

PARÁGRAFO 6

27 Em alguns países, como os Estados Unidos, os números apurados impressionam. As
 28 filhas adultas das mulheres que trabalharam ou trabalham ganham hoje 23% mais do que as
 29 que tiveram mães donas de casa. E ocupam 33% de cargos de liderança, enquanto as demais
 30 respondem por 25%. Na visão dos pesquisadores, as conclusões mostram que negar às
 31 mulheres a oportunidade de perseguir carreiras que as realizem, pode ser contraproducente não
 32 apenas para as crianças mas para a sociedade de forma geral.

A comparação entre as filhas continua no sexto parágrafo, especificamente, entre as americanas. O primeiro texto de nosso *Corpus*, publicação de Claudia de 1968, também mostrou dados referentes aos Estados Unidos e, neste ano de 2018, verificamos que, dentre os 25 países onde a pesquisa se desenvolveu, os Estados Unidos foi destacado como modelo de bons resultados quanto ao desempenho dos filhos das mães que trabalham. A comparação entre as filhas é apresentada em porcentagem, numeral que indica proporção, por meio dos termos comparativos *mais do que* (linha 28) e *enquanto* (linha 29). O resultado promove a FD das mães trabalhadoras.

FILHAS ADULTAS DAS MULHERES QUE TRABALHARAM OU TRABALHAM	X	FILHAS ADULTAS DAS MULHERES DONAS DE CASA
Salário maior (23% mais do que das filhas de donas de casa).		Salário menor.
Ocupam 33% de cargos de liderança.		Ocupam 25% de cargos de liderança.

Maruani (2009) destaca o crescimento do envolvimento da mulher no mercado de trabalho, desde a década de 1970, e a permanência delas mesmo após tornarem-se mães, modificando paradigmas históricos e sociais, mas, mesmo representando, praticamente, a metade da população economicamente ativa e ocupando quantidade significativa de cargos de liderança, os números indicam a maioria desses cargos preenchidos por homens, confirmando o quanto o conceito de liderança é atravessado pela questão de gênero que, marcado pela construção social, reforça, ideologicamente, a submissão das mulheres.

Para ser líder, são necessários habilidades e conhecimentos desenvolvidos ao longo da vida, uma carreira profissional, seja qual for, é marcada pela identidade de cada sujeito, definido, conforme Brandão (2012) como clivado, formado pela interação com o outro, por seu inconsciente e pela ideologia. Por sua existência social, o sujeito mulher é atravessado pela noção de dominação e de dependência e, só a partir dos novos atravessamentos, das novas FDs constituídas

nas novas CPs, vemos mais iniciativas, pois a mulher que estudou e se especializou é competente para assumir cargos.

A conclusão da pesquisa indica vantagens para a carreira das filhas de mulheres que trabalham e, além disso, benefícios para toda a sociedade. Os recursos argumentativos corroboram a interpretação: *mas* (linha 32), operador argumentativo que após a negativa *não apenas* (linhas 31 e 32) estabelece a verdade sobre o assunto; e a adjetivação *de forma geral* (linha 32) indica a abrangência dos benefícios.

A partir do verbo *negar* (linha 30), é possível resgatar a memória discursiva em relação às minorias, no passado, uma sociedade formulada nas bases do patriarcalismo, a partir de sua FI, impediu o acesso da mulher aos estudos, ao trabalho ou ao espaço público; é pela memória que, segundo Orlandi (2015, p. 65), “a história se faz presente na língua”, pois as palavras apontam sentidos de discursos já praticados. O interdiscurso da privação do acesso feminino ao meio profissional atravessa este novo discurso publicado pela revista; de certa forma, a utilização do verbo pressupõe que alguém ainda nega e que, em alguns casos, a mulher precisa ser autorizada antes de fazer suas escolhas, seja pelas leis, pelo esposo, por si mesma ou por alguma instituição. Nas palavras de Pêcheux (2014), o discurso se reproduz por discursos outros:

O pré-consciente caracteriza a retomada de uma representação verbal (consciente) pelo processo primário (inconsciente), chegando à formação de uma nova representação, que aparece conscientemente ligada à primeira, embora sua articulação real com ela seja inconsciente (PÊCHEUX, 2014, p. 163).

O comportamento dos filhos está condicionado às suas próprias experiências no seio familiar e no processo de socialização, para Biroli (2014), os estímulos diferenciados que influenciam a posição de autonomia ou de subordinação dos filhos são realizados nas relações familiares. Todo sujeito, segundo Orlandi (2015), é afetado pela língua em determinado contexto e, conforme é apresentado em Lacan (1998), o efeito de linguagem é a causa introduzida no sujeito, por esse efeito, ele não é causa dele mesmo, mas traz em si a causa que o cinde, pois sua causa é o significante sem o qual não haveria nenhum sujeito no real. Assim, toda escolha de carreira e o posicionamento no mercado terão interferência daquilo que foi vivenciado, seja pela menina ou pelo menino, se o acesso ao meio profissional for algo externo e distante em sua experiência de vida, seja por intervenção cultural ou

familiar, o envolvimento em atividades produtivas será menor, principalmente para as mulheres, pois há ideias pré-concebidas quanto às suas habilidades e competências.

Se, conforme a pesquisa abordada no texto, a menina tem mais sucesso na carreira pela experiência de ver a mãe trabalhando e a carreira do menino segue independentemente dessa experiência, é porque estereótipos foram demarcados para estes filhos de seguir o modelo estabelecido para o feminino ou para o masculino. De acordo com Amossy (2005), a sociedade percebe o indivíduo conforme ele foi demarcado, portanto, o discurso reproduz valores de acordo com modelos formados coletivamente na história.

PARÁGRAFO 7

33 34 35 36 37 38	Quanto aos meninos, a pesquisa revelou que o desempenho na carreira independe do fato de a mãe ter atuado fora ou não. Mas seu comportamento em relação à família muda completamente. Os homens educados por mães que trabalharam contribuem mais nas tarefas domésticas e nos cuidados com os filhos. Entre os respondentes, os que tinham mãe com carreiras próprias passavam o dobro do tempo com os filhos (16 horas por semana ante oito e meia dos demais).
----------------------------------	---

O parágrafo anterior informou dados a respeito das meninas e, neste parágrafo, os meninos, filhos das mães que trabalham, conforme o estudo do grupo de Harvard, não apresentam alteração em seu desenvolvimento profissional em relação aos filhos de donas de casa; a partir desse resultado, é possível apreender o sentido de que o espaço produtivo sempre foi destinado ao homem, as influências culturais, as FIs, o condicionaram aos lugares de poder, de provedor, de administrador, indicando determinada hierarquia (ideologia cristalizada) de que o homem atua na esfera pública e a mulher na esfera privada. Van Dijk (2017, p. 47) afirma que a ideologia

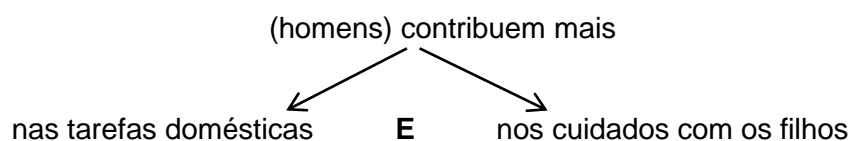
refere-se à “consciência” de um grupo ou classe, explicitamente elaborada ou não em um sistema ideológico, que subjaz às práticas socioeconômicas, políticas e culturais dos membros do grupo, de forma tal que seus interesses (do grupo ou da classe) materializam-se (em princípio da melhor maneira possível).

O operador argumentativo *mas* (linha 34) demarca o contraste entre os dois argumentos:

A		B
Quanto aos meninos, a pesquisa revelou que o desempenho na carreira independe do fato de a mãe ter atuado fora ou não (linhas 33 e 34).	MAS X	seu comportamento em relação à família muda completamente (linhas 34 e 35).
Se a mãe trabalha/ trabalhou fora ou não, o desempenho do filho adulto no trabalho é o mesmo.	MAS X	Se a mãe trabalha/ trabalhou fora, o filho adulto colabora mais nas tarefas domésticas.

O argumento B é intensificado pelo modalizador *completamente* (linha 35), que atribui maior valor afetivo ao enunciado e o qualifica como superior ao argumento A. A alteração do comportamento do homem em relação à família é possível devido às novas CPs e FDs; segundo Malidier (2017), a FD é articulada sobre a ideologia e rege o que pode ser dito em determinada conjuntura. A autora afirma que o sentido se constitui na FD, assim, a mudança de comportamento é possível devido à confluência entre atravessamentos anteriores e atravessamentos atuais.

Em “os homens educados por mães que trabalham” (linha 35), a adjetivação *educados* e *que trabalham* reforça o sentido da possibilidade de educar (transmitir saberes, cuidar do desenvolvimento da personalidade) e exercer carreira profissional. O operador argumentativo e (linha 36) adiciona dois argumentos a partir do verbo *contribuir* (linha 35):



O intensificador *mais* (linha 35) denota que, em outras épocas, as contribuições masculinas nas tarefas do lar eram mínimas, até mesmo, ausentes. À mulher, culturalmente, foram atribuídas as atividades domésticas e os cuidados com os filhos e, mesmo ela atuando de forma crescente no mercado de trabalho, a participação do homem nos afazeres domésticos não cresceu proporcionalmente, subsistindo o efeito da clivagem da mulher ao espaço privado e do homem ao espaço público. Segundo Mussalim (2004), o sujeito é formado por diversos discursos, a partir desse assujeitamento/ clivagem, ele se representa, ocupa

determinados posicionamentos sociais e enuncia com base neles, em um contexto que lhe autoriza a dizer algumas coisas e não outras. Como o resultado da pesquisa apresentada pelo texto indica a contribuição masculina nas tarefas domésticas pelo fato de esses homens terem sido criados por mães trabalhadoras, há o pressuposto de que os filhos das que não trabalham não possuem a característica de participar dessas tarefas.

O discurso aponta o sucesso das filhas na carreira profissional, não mencionando sua contribuição na esfera doméstica, e expõe a crescente participação dos filhos nas tarefas do lar, indicando que seu desempenho no trabalho não se altera caso a mãe trabalhou/ trabalhe fora:

	ESFERA PROFISSIONAL	ESFERA DOMÉSTICA
MENINAS	<ul style="list-style-type: none"> - melhores perspectivas (linha 21); - melhor desempenho nos ambientes corporativos (linhas 24 e 25); - ganham mais (linha 25); - ocupam mais posições de liderança (linha 25); - tornam a sociedade produtiva (linha 32). 	
MENINOS		<ul style="list-style-type: none"> - mudanças de comportamento (linha 34); - contribuição nas tarefas domésticas (linha 35); - contribuição nos cuidados com os filhos (linha 36); - maior tempo com os filhos (linha 37).

Nesse sentido, não está dito, mas pressuposto, que as atividades da família já são realizadas pelas mulheres e a necessidade de afirmar o “novo” comportamento masculino assinala novas FIs; conforme Fiorin (1998), as FIs possibilitam a ação dos sujeitos aos acontecimentos. É por meio das práticas, valores e representações sociais que funciona a ideologia e, então, indivíduos são condicionados em suas atitudes, por isso, hoje, homens e mulheres desenvolvem atividades antes não praticadas, revelando sujeitos movidos pela história e pelo que os constitui; de acordo com Soares, Sella e Costa-Hübes (2013, p. 266),

são as FDs que determinam os sentidos que as palavras adquirem a partir de uma posição dada em sua conjuntura, isto é, numa certa

relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes. Novos sentidos sempre podem caracterizar, portanto, outra FD.

Pelos não ditos sobre a relação entre meninas e a esfera doméstica, compreendemos o sentido do pertencimento feminino a esse espaço e, pela inalterabilidade do desempenho profissional do menino, vemos seu pertencimento fixado na esfera pública. Assim, verificamos a constituição do sujeito a partir do outro, particularmente, do que o outro não é. O efeito de sentido do verbo *contribuir* (linha 35) revela o entendimento do não dito, pois, quem contribui, segundo o dicionário Houaiss da língua portuguesa (2009), “colabora na execução de algo, coopera, presta ajuda”, ou seja, não há iniciativa masculina no trabalho doméstico, há auxílio para quem iniciou o trabalho e é responsável por ele, no caso, a mulher.

Nesse sentido, o discurso publicado em Claudia é atravessado por discursos anteriores, mas apagados, o que Brandão (2012) denomina como esquecimento número um, o sujeito se coloca como fonte do dizer, de forma inconsciente ele rejeita o que não compete à sua FD, diz uma coisa e não outra sem perceber a causa dessa escolha, já que seu discurso não é autônomo, apresenta-se em vários espaços discursivos e mantém uma relação essencial com elementos pré-construídos. Toda FD,

no universo do gramaticalmente dizível, circunscreve a zona do dizível legítimo, definindo o conjunto de enunciados possíveis de serem atualizados em uma dada enunciação a partir de um lugar determinado. Ao fazer isso, ela circunscreve também uma zona do não dizível, definindo o conjunto dos enunciados que devem ficar ausentes do seu espaço discursivo; delimita, dessa forma, o território do Outro que lhe é incompatível, excluindo-o do seu dizer (BRANDÃO, 2012, p. 93).

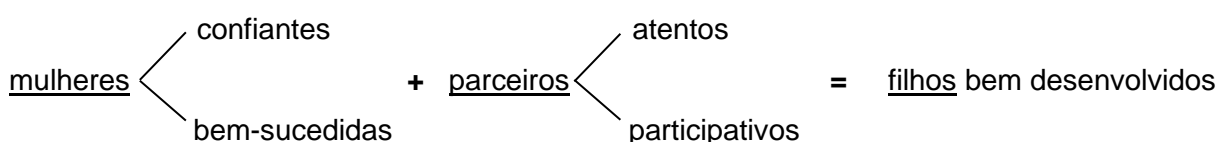
O sétimo parágrafo é finalizado com uma comparação da quantidade de horas dedicadas aos filhos. Os pais, filhos das mães que trabalharam, passam mais tempo com seus filhos em relação aos que não tiveram mães engajadas no mercado de trabalho. O lugar da quantidade *dobro* (linha 37), *16 horas* (linha 37) e *oito e meia* (linhas 37 e 38) reforçam argumentativamente o conteúdo. Os números apresentados ao longo do discurso estão relacionados a fatos e realidades, aumentando o nível de convencimento discursivo, pois o argumento ocorre a partir da lógica (verdade incontestável). Os números só parecem neutros, conforme Oliveira e Nascimento (2008, p. 11), eles “têm sua força persuasiva em decorrência,

principalmente, de sua utilização como *argumento de autoridade*, no contexto de uso”.

PARÁGRAFO 8

39 40 41 42	A combinação de mulheres mais confiantes e bem-sucedidas com parceiros atentos e participativos dentro de casa é mais do que uma excelente notícia. É um salvo-conduto para provar, afinal, o que as mães que saíram para trabalhar já sabiam intuitivamente: no final, vai dar tudo certo com as crianças.
----------------------	---

O último parágrafo, ao concluir o discurso, atrela o bom relacionamento do casal (mãe e parceiro) ao sucesso dos filhos e isso podemos verificar por meio dos adjetivos atribuídos a cada um:



Os adjetivos *confiantes* (linha 39) e *bem-sucedidas* (linha 39), qualificando as mulheres, e intensificados por *mais* (linha 39), estão associados ao ambiente externo/ público: mercado de trabalho; os adjetivos *atentos* (linha 39) e *participativos* (linha 40), caracterizando os homens, estão relacionados ao ambiente interno/ privado: casa e família, denotando a não colaboração do homem em atividades domésticas em épocas anteriores, indicando tanto a modificação de FDs e FIs da relação mulher e trabalho quanto a relação homem e lar. Para Orlandi (1987), a FD caracteriza-se por meio de seu encadeamento com a FI e assim sentidos são constituídos.

A linguagem, segundo Orlandi (2016), faz a mediação entre o sujeito e a realidade, sendo uma prática que se relaciona com as condutas sociais diárias (mulheres com carreiras de liderança e homens cuidando dos filhos, como não era comum em outra época, por exemplo). O sentido existe, pois a língua se insere na história e produz o discurso por meio dos sujeitos, posicionados em uma época e em um ambiente. Pela relação da mulher ao ambiente externo (trabalho) e do homem ao ambiente interno (lar), é possível verificar sentidos diferentes e múltiplas FDs, revelando atravessamentos e práticas simbólicas que afetam a forma de atuação da mulher e do homem na sociedade.

Ao longo do discurso, ao sujeito mãe foi atribuída a responsabilidade com os filhos, já que o sentido revela o sucesso dos filhos condicionado ao fato de a mãe estar inserida no mercado de trabalho, significando que independente do papel assumido pelo sujeito feminino, a mãe sempre será responsável. A figura paterna só é mencionada no último parágrafo como partícipe nas responsabilidades da família. O intensificador *mais* (linha 40) acrescenta força ao argumento de filhos bem desenvolvidos, pois, se a mãe profissional é “excelente notícia”, a soma da mãe profissional com o parceiro colaborativo é “mais do que” uma excelente notícia.

O discurso é finalizado resgatando a atitude das mães que decidiram trabalhar no passado, encorajando outras mulheres, modificando as FDs e a FI da relação mulher e trabalho. A escolha do léxico *intuitivamente* (linha 41) legitima a trabalhadora do passado, considerando positiva sua atitude e, também, indica o pressentimento que gerava medo e insegurança, revelando a resistência do sujeito mãe que, por sua conduta e persistência no mundo profissional, mesmo diante de tantas adversidades, gera resultados no desenvolvimento de seus filhos e da sociedade como um todo, pois esse posicionamento pode afetar (assujeitar) gerações, por isso, entendemos o discurso como incompleto, para Orlandi (1987, p. 195),

o texto é incompleto porque o discurso instala o espaço da intersubjetividade, em que ele, texto, é tomado não enquanto fechado em si mesmo (produto finito) mas enquanto constituído pela relação de interação que, por sua vez, ele mesmo instala.

Assim, compreendemos que o interlocutor é considerado no processo de significação.

6.3 ESTA É A MELHOR MANEIRA DE VOCÊ PROVAR QUE CONFIA EM SUA MULHER (REVISTA VEJA, 18 DE SETEMBRO DE 1968 – ANEXO C)

	<p>Esta é a melhor maneira de você provar que confia em sua mulher.</p>
5	<p>Não fique só falando que você confia no senso de economia de sua mulher. Prove-lhe isso. Reparta com ela a responsabilidade de administrar o dinheiro da família – abra uma conta bancária conjunta na União de Bancos. Com uma conta conjunta, tanto você como sua mulher podem movimentar o dinheiro depositado no Banco e sacar com a assinatura de um ou de outro. Além de ser uma verdadeira demonstração de confiança de você para com ela, isso facilita a vida de ambos.</p>
10	<p>Por exemplo: você não vai precisar mais ficar andando de um lugar a outro da cidade para pagar as contas de luz, telefone, água, impostos, carnês, etc. Ela poderá fazer isso por você, tranquilamente, na agência União de Bancos mais próximo de sua casa. Tempo é dinheiro, não é isso que você vive falando?</p>
15	<p>Por outro lado, ela não precisa ficar com grandes quantidades de dinheiro em casa, para pagar as contas do armazém, tintureiro, açougue, médico, escola das crianças e um mundo de coisas. Ela poderá controlar melhor as despesas domésticas, graças às anotações feitas nos canhotos dos cheques. Ela sempre poderá saber para quem pagou, quanto pagou e quando pagou.</p>
20	<p>E pense nela também. Para uma mulher, é muito mais elegante pagar em cheque do que em dinheiro. Mais elegante e prático. Conta conjunta também é muito útil quando você tem que viajar de repente. Você não precisa se preocupar em deixar dinheiro para a família. Também em casos de doença. Ou em qualquer imprevisto. É fácil abrir uma conta conjunta. Você pode ter uma com sua mulher, com seus filhos, com seu sócio, com quem quiser.</p>
25	<p>Fale hoje mesmo com o pessoal da União de Bancos. A União de Bancos Brasileiros é uma das maiores organizações bancárias do País. Tem 333 agências pelo Brasil e, muito provavelmente, uma bem pertinho de sua casa. Abra uma conta conjunta com sua mulher. Um simples gesto vale mais que mil palavras.</p>
30	<p>UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS</p>

A primeira edição da revista Veja, lançada em 11 de setembro de 1968 (período de crescimento da oposição à ditadura militar instaurada no país), vendeu quase todos os setecentos mil exemplares impressos. Veja é fruto de alto investimento da editora Abril e, pelo êxito nas vendas do primeiro número, a tiragem da segunda edição, em 18 de setembro de 1968, também foi volumosa, mas não obteve tanto sucesso, cerca de duzentos mil exemplares foram vendidos e o número se reduzia a cada edição; o custo era caro, anunciantes diminuíram suas publicações, a censura do regime pressionava o grupo editorial. Após o período de regime militar e de modificações na equipe de redatores, a popularidade da revista

aumentou a partir de 1978, chegando a vender um milhão de exemplares na década de 1980 e, desde então, é o semanário líder em circulação no país. A revista *Veja* sempre divulgou sua proposta de atuação como um veículo semanal de informação direcionado ao público em geral, porém, a maior parte dos anúncios e matérias publicadas no ano de sua estreia voltou o discurso para o homem, com temas de envolvimento masculino (política, esportes, tecnologia); a figura da mulher era retratada em raras propagandas e nas páginas dedicadas ao cinema e ao teatro.

A propaganda da União de Bancos Brasileiros foi veiculada na segunda edição da revista *Veja*; o volume recebeu críticas (publicadas na seção de cartas do leitor da edição seguinte) pela alta quantidade de anúncios, a revista apresentou a justificativa de que propaganda também é informação e auxilia na redução do preço final dos exemplares. A União de Bancos Brasileiros, conhecida atualmente como Unibanco, foi fundada em 1924 e fundiu-se ao banco Itaú, em 2008, na década de 1960, era um dos bancos de maior operação no país.

A propaganda propõe a abertura de uma conta conjunta entre cônjuges, apresentando ao homem motivos para compartilhar a conta bancária com sua esposa. O texto não verbal mostra um extrato bancário em nome do casal com as palavras “conta conjunta” carimbadas e em destaque, o que direciona o tema do anúncio. Na época, poucas mulheres tinham conta bancária; por meio do lugar ideológico da mulher de não participar da economia ativa (pois havia a concepção ideológica de que se a mulher não trabalhasse fora, ela não poderia participar, efetivamente, da economia), compreendemos os sentidos produzidos, a começar pelo título, e que promovem a alteração da posição de não ter uma conta bancária para a posição de possuir uma conta a partir de um caminho: o homem.

O título “Esta é a melhor maneira de você provar que confia em sua mulher” aponta, pelo adjetivo *melhor*, a inexistência de outra forma de provar a confiança do homem na esposa que não seja compartilhando uma conta bancária com ela. Os efeitos de sentido dessa construção diminuem os valores femininos, pois, se é preciso provar que confia, presume-se a falta de conhecimento econômico por parte da mulher e a reafirmação do seu posicionamento como secundária em assuntos financeiros. “Provar que confia” indica, também, a FI de que o sujeito mulher só poderia ser legitimado pelo sujeito marido, demarcando a ideologia em uma CP. O sujeito banco sugere inserir a figura feminina na esfera da economia para sinalizar seu envolvimento com as novas FDs da época (maior quantidade de

mulheres no espaço público e no mercado de trabalho), porém, limitando (mantendo) essa mulher no controle do marido; parafraseando Orlandi (2015), todo sujeito é livre, porém submisso.

Os dêiticos pessoais “você” e “sua” estão presentes no título e ao longo do discurso, a dêixis é uma marca argumentativa constante em textos publicitários por sua característica de formalizar o relacionamento entre interlocutores. A adjetivação é o principal recurso argumentativo do texto, as construções adjetivas, registradas a seguir, referem-se ao campo familiar e ao bancário, delineando a afetividade entre instituição e pessoa.

ADJETIVAÇÃO		
1º e 2º parágrafos	3º e 4º parágrafos	5º e 6º parágrafos
de economia de sua mulher	da família	Verdadeira
de sua mulher	Bancária	de ambos
	Conjunta	de luz, telefone, água
	Conjunta	Próximo
	Depositado	
	de um ou de outro	

ADJETIVAÇÃO		
8º parágrafo	9º e 10º parágrafos	11º, 12º e 13º parágrafos
Grandes	Elegante	da União de Bancos
de dinheiro	Elegante	Maiores
do armazém, tintureiro, açougue, médico, escola das crianças	Prático	Bancárias
das crianças	Conjunta	do País
Melhor	Útil	Conjunta
Domésticas	de doença	Simplex
dos cheques	Fácil	
	Conjunta	

Em geral, os adjetivos deste texto publicitário trabalham, argumentativamente, a favor da adesão quanto à conta conjunta. A seleção de adjetivos envolve tarefas e as destina, por meio da decisão do homem, para a mulher; como se trata de um discurso endereçado ao sujeito homem, a adjetivação procura integrar este sujeito, fornecendo detalhes que promovam o reconhecimento

do produto anunciado, conforme valores ideológicos e socioculturais da época. A seguir, analisaremos o discurso por parágrafos.

PARÁGRAFOS 1 E 2	
1	Não fique só falando que você confia no senso de economia de sua mulher.
2	Prove-lhe isso.

Textualmente, os verbos *fique* (linha 1) e *prove* (linha 2) estão no imperativo, modo comumente identificado no discurso publicitário por sua carga argumentativa de ordem. A atitude promovida por *fique* é negada (não fique) para que o sentido do verbo *provar* seja intensificado. O operador argumentativo *só* (linha 1) aponta para o próximo argumento, o ato de provar à mulher a confiança do marido. *Provar* sugere que argumentos serão elencados a fim de demonstrar a autenticidade do discurso, ou seja, a confiança do homem em sua mulher.

A menção ao senso de economia feminino valoriza a mulher, a princípio, e revela o interdiscurso da mulher com a economia; no início do século XX, a mulher não lidava com questões financeiras, quando trabalhava, seu salário era visto como um complemento, situação alterada com o passar do tempo, principalmente após a metade do século XX. Ter senso de economia indica entendimento do assunto, mas não experiência; o discurso orienta para que a mulher viva essa experiência, porém, a partir da autorização do marido, silenciando/anulando a própria capacidade feminina em possuir autonomia financeira; conforme Orlandi (2007, p. 103), “o silêncio trabalha os limites das diferentes formações discursivas, isto é, trabalha o jogo da contradição de sentidos e da identificação do sujeito”.

A maioria das mulheres, nesta CP, não é considerada economicamente ativa e o discurso desta propaganda baseia-se nessa caracterização, de que o ambiente feminino é dentro de casa e de que a mulher não costuma participar da vida pública (imagem cristalizada na memória coletiva). Maingueneau (2005, p. 72), ao referir-se ao *ethos*, ressalta a possibilidade de apreendê-lo por meio de um comportamento global, são “determinações fixas e psíquicas atribuídas pelas representações coletivas” valorizadas ou não. Geralmente, os discursos se apoiam nesses estereótipos, colaborando para que determinadas representações sejam reforçadas ou transformadas, por exemplo: a mulher mãe, a mulher dona de casa, o

homem dominador, a moça romântica. A mídia, em especial a publicidade, recorre aos estereótipos a fim de inserir seu público e, conforme Maingueneau (2008b, p. 19), “em sua própria enunciação, a publicidade pode, apoiando-se em estereótipos validados, ‘encarnar’ o que prescreve.”.

PARÁGRAFOS 3 E 4	
3	Reparta com ela a responsabilidade de administrar o dinheiro da família – abra uma
4	conta bancária conjunta na União de Bancos.
5	Com uma conta conjunta, tanto você como sua mulher podem movimentar o dinheiro
6	depositado no Banco e sacar com a assinatura de um ou de outro.

Os verbos *reparta* e *abra* (linha 3) estão no imperativo; observamos este modo verbal nos parágrafos iniciais (1 ao 4), como estratégia de convencimento, e nos parágrafos finais (11 ao 13), com efeito de ação. O discurso atribui ao homem a função de repartir as responsabilidades com a mulher. Mesmo assim, fica evidente que a administração financeira familiar compete ao homem e que a mulher só terá o acesso pela permissão e domínio dele, ou seja, o papel do sujeito homem é fixado como “autorizador”. *Repartir* denota igualdade, mas, pelo sentido do discurso, uma igualdade controlada.

A ideia de promover essa igualdade é direcionada pelo operador argumentativo *tanto...como* (linha 5), que adiciona argumentos a favor da mesma conclusão, o efeito tenta promover a noção de igualdade entre o marido e a esposa, mas silencia o controle masculino. Ao dizer que ambos terão acesso à conta bancária, não se diz que o acesso da mulher ocorrerá, somente, pela permissão do homem. Esses dizeres e não dizeres reproduzidos no discurso formam-se pelas FDs que, por sua vez, são carregadas de memórias e indicam determinadas ideologias; nesse sentido, conforme Chauí (2003, p. 95), a ideologia, “partindo da experiência imediata dos dados da vida social, constrói abstratamente um sistema de idéias ou representações sobre a realidade”.

Os argumentos *movimentar* e *sacar* (linhas 5 e 6) sustentam o efeito de sentido promovido pelo operador argumentativo *tanto...como*, pois revelam a ação promovida por ambos sujeitos. Além disso, *movimentar* e *sacar* estão ligados pelo operador *e*, que adiciona palavras com o mesmo valor persuasivo. A partir dessa construção, o sujeito mulher tem a sua capacidade de lidar com dinheiro “reconhecida”, todavia, os sentidos constituídos circulam pelo silenciamento entre o

mesmo (saber ideológico da mulher restrita à esfera doméstica) e o diferente (envolvimento da mulher na esfera urbana), limitando as atitudes do sujeito mulher à decisão do homem, isto é, este “reconhecimento” só ocorre após a “permissão” masculina. Segundo Orlandi (2007), esse movimento do silêncio acontece pela ilusão do sujeito em manifestar um só sentido (efeito ideológico), no caso, o sentido da mulher ter a “liberdade” para administrar uma conta.

PARÁGRAFOS 5 E 6	
7	Além de ser uma verdadeira demonstração de confiança de você para com ela, isso
8	facilita a vida de ambos.
9	Por exemplo: você não vai precisar mais ficar andando de um lugar a outro da cidade
10	para pagar as contas de luz, telefone, água, impostos, carnês, etc. Ela poderá fazer isso por
11	você, tranquilamente, na agência União de Bancos mais próximo de sua casa.

O quinto parágrafo é iniciado com *além de* (linha 7), operador argumentativo que adiciona argumentos a favor da mesma conclusão, em que a atitude de abrir uma conta conjunta com a esposa é resultado da demonstração de confiança em busca de facilitar a vida de ambos.

demonstrar confiança + facilitar a vida = abrir uma conta conjunta com a esposa

A palavra *verdadeiro* (linha 7), conforme a classificação de Castilho (2010), é um adjetivo modalizador epistêmico com função de gerar uma certeza, é reforçador do substantivo e emite sentido de avaliação no que concerne à realidade, ao que não é enganoso. Reforçar o ato de demonstrar confiança na mulher remete à memória da não confiança em outra época. A reiteração, a partir das redes de memória, de que a mulher não é digna de confiança para lidar com assuntos financeiros e de que seu lugar é no cuidado com as coisas da casa, provoca deslizamentos de sentidos que produzem efeitos sobre o papel do sujeito mulher e, também, do sujeito homem ao posicioná-lo como chefe do lar e “facilitador” da vida. O segundo argumento, *facilitar a vida de ambos* (linha 8), inclui os dois (homem e mulher) como beneficiários dessa facilidade, mas, a partir da linha 9, são apresentados, somente, benefícios a favor do homem. O termo *por exemplo* (linha 9) inicia a justificativa das facilidades em obter a conta.

A primeira “facilidade” é inserida a partir do argumento de que o homem não vai mais precisar ficar andando de um lugar a outro para pagar contas, isto é, a mulher será “permitida” a assumir tal função. *Ficar andando de um lugar a outro* (linha 9) indica sentido depreciativo ao ato de sair para pagar as contas, como se fosse uma trivialidade e perda de tempo, inserindo o homem na posição de “muito ocupado para atividades corriqueiras” e a mulher no lugar de “desocupada” e de “ajudante”, já que realizará tais atividades para servi-lo – “ela poderá fazer isso **por você**” (linha 10). Dessa forma, a ideologia dominante é reforçada, ideologia que configura sujeitos (o que detém o poder e o submisso) e sentidos (ocupado e capaz *versus* desocupado e limitado). De acordo com Orlandi (2014, p. 39):

O sujeito, com seus gestos de interpretação, é um sujeito interpelado ideologicamente. Desse modo, a ideologia, não concebida como ocultação, passa a ser compreendida em sua estrutura-funcionamento pela qual, sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, pelo acontecimento do significante na história.

O discurso revela quem é o sujeito que, por conseguinte, vai refletir FIs e FDs. Se o sujeito enuncia a partir de uma FD dominante, neste caso o homem “autorizador” e “atarefado”, ressignificará a dominação; se parte de uma FD contrária, pode ressignificar a ponto de ameaçar as estruturas sociais em dada CP, dessa forma, conforme Fiorin (1998, p. 74), “a linguagem pode ser instrumento de libertação ou de opressão, de mudança ou de conservação”.

Os sentidos do sujeito mulher sem maiores obrigações e de auxiliadora são reforçados pelo modalizador *tranqüilamente* (linha 11). Este enunciado vale-se a partir de dois lugares ideológicos e das FDs que os autorizam: o da modernidade e, também, o da continuidade da mulher no papel secundário de colaboradora; isso ocorre no espaço interdiscursivo, pelo resgate de modelos pré-construídos de feminilidade e masculinidade. Segundo Zoppi-Fontana e Ferrari (2017, p. 14), os indivíduos se reconhecem sócio historicamente nos campos da feminilidade e da masculinidade, pois isso faz parte da constituição do sujeito do discurso. Biroli (2014) entende que esse papel secundário da mulher e a alta demanda de atividades domésticas e de cuidados com os filhos resultam em barreiras para a execução do trabalho remunerado, pela falta de tempo na conciliação das ocupações. Com a mulher cuidando das demandas da casa, segundo a autora (2014, p. 35), o homem estará “liberado para atender as exigências profissionais que lhe permitem maior remuneração e a construção de uma carreira, assim como para

usufruir o tempo livre – livre da rotina profissional, mas também das exigências da vida doméstica”.

PARÁGRAFOS 7 E 8

12	Tempo é dinheiro, não é isso que você vive falando?
13	Por outro lado, ela não precisa ficar com grandes quantidades de dinheiro em casa,
14	para pagar as contas do armazém, tintureiro, açougue, médico, escola das crianças e um mundo
15	de coisas. Ela poderá controlar melhor as despesas domésticas, graças às anotações feitas nos
16	canhotos dos cheques. Ela sempre poderá saber para quem pagou, quanto pagou e quando
17	pagou.

O sétimo parágrafo é iniciado com uma intertextualidade com a frase feita *tempo é dinheiro* (linha 12), no caso, uma intertextualidade implícita, já que não existe menção à fonte do intertexto. O uso desse fator textual é muito comum em propagandas, pois envolve o interlocutor e sua ativação da memória discursiva. Segundo Koch (2009), o intertexto não precisa ser necessariamente ativado para a captação do sentido, mas quanto mais ampla a representação de conhecimentos ativada pela memória, melhor será a interpretação e o envolvimento dos sujeitos no processo discursivo de significação.

O dinheiro é colocado como fruto da dedicação (tempo) do homem ao trabalho, então, continuar na responsabilidade de pagar as contas de casa é inserido como fator que interrompe a dedicação ao trabalho; dessa forma, o sentido é direcionado para a seguinte interpretação possível pelo interdiscurso, ou seja, ao acionar a memória discursiva tem-se o efeito de que o trabalho do homem ocupa todo o seu tempo (valorização) e a mulher tem tempo porque não trabalha (desvalorização). O interdiscurso, com base em Orlandi (2015), relaciona o discurso com vários discursos, representando sentidos anteriores e novos; relacionar o homem à ocupação com o trabalho e à responsabilidade pela economia remete a FDs anteriores e promove o funcionamento da ideologia na história; segundo Orlandi (2015, p. 78), “as palavras remetem a discursos que derivam seus sentidos das formações discursivas, regiões do interdiscurso que, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas”. Conforme Poltronieri, Sousa e Garcia (2018, p. 183):

É pelo funcionamento do interdiscurso que temos sentidos “evidentes” para a mulher e sua posição na sociedade. Ou seja, ao funcionar o interdiscurso, os sujeitos na posição-homem e na posição-mulher se inscrevem em determinadas formações

discursivas e fazem circular sentidos ao masculino (poderoso, chefe de família, dominador) e ao feminino (sexo frágil, submisso, dominado) vistos como únicos sentidos possíveis à mulher e ao homem.

Ao iniciar o oitavo parágrafo, o termo *por outro lado* (linha 13) demarca o contraste entre dois argumentos, de um lado o homem trabalha (fora de casa) e, de outro lado, a mulher auxilia no controle das despesas domésticas (dentro de casa), revelando a permanência na FI de espaços próprios para homens e para mulheres, o qual refirma as palavras de Althusser (1974), segundo as quais a relação dos indivíduos com sua condição de existência é representada na/pela ideologia.

Na linha 13, várias responsabilidades domésticas são elencadas e, sendo do ambiente doméstico, logo, ideologicamente, são condicionadas ao sujeito mulher. Todo compromisso mencionado como contas (armazém, açougue, escola) está ligado ao uso doméstico e aos filhos, mantendo a mulher neste espaço. *Armazém e tintureiro* (linha 14) são comércios específicos da época, daquela CP, frequentados, na maioria, pelas mulheres. *Mundo de coisas* (linhas 14 e 15) é um termo que coisifica os cuidados com o lar, reduzindo a importância dessas responsabilidades e, conseqüentemente, do papel/função da mulher como dona de casa. Os talões de cheque são inseridos como motivo de segurança, parecendo valorizar quem os manuseia, no caso, a mulher, mas o uso ao qual ele é orientado (responsabilidades domésticas e coisificadas) desvaloriza as atribuições femininas, pois as direcionam, somente, aos cuidados do lar, silenciando suas demais capacidades. *Melhor* (linha 15) demarca conteúdo pressuposto ao corroborar o sentido de que as atividades domésticas já eram atribuições femininas e, a partir do controle financeiro dessas atividades, o compromisso com o lar é reafirmado.

Há paralelismo sintático na construção final do oitavo parágrafo, intensificado pela repetição do verbo *pagar* ao término de cada enunciado, repetição denominada epístrofe, ou seja, reincidência de palavra ou grupo de palavras no final de dois ou mais enunciados. De acordo com Oliveira e Azevedo (2005), as figuras de repetição são recorrentes no discurso publicitário, a seguir, a ocorrência do paralelismo:

*Ela sempre poderá saber **para quem pagou**
quanto pagou
quando pagou*

Considerando as próprias CPs e o gênero propaganda, há algumas interpretações possíveis e, conseqüentemente, efeitos de sentido promovidos pelos recursos linguísticos (representantes da materialidade linguística do discurso): essa repetição do verbo *pagar* também pode ser entendida como ironia e suscitar outros efeitos de sentido, pois reafirma, de certo modo, o fato de que a mulher tem a necessidade de anotar todas as informações para, posteriormente, prestar contas/dar satisfação ao marido, colocando, assim, a sua capacidade em dúvida. A ironia também pode sugerir a possibilidade de o marido ter controle sobre os gastos da mulher. Podemos relacionar esses sentidos com o que Charaudeau e Maingueneau (2016, p. 291) definem por ironia, isto é, “um efeito de *não assumir* a enunciação por parte do locutor”.

PARÁGRAFOS 9 E 10

18	E pense nela também. Para uma mulher, é muito mais elegante pagar em cheque do
19	que em dinheiro. Mais elegante e prático.
20	Conta conjunta também é muito útil quando você tem que viajar de repente. Você não
21	precisa se preocupar em deixar dinheiro para a família. Também em casos de doença. Ou em
22	qualquer imprevisto. É fácil abrir uma conta conjunta. Você pode ter uma com sua mulher,
23	com seus filhos, com seu sócio, com quem quiser.

Desde o início do discurso, as vantagens da conta conjunta são direcionadas ao marido, a utilidade para a mulher é inserida, somente, no final (*e pense nela também* - linhas 18 e 19) e, além de tudo, com a justificativa da elegância e da praticidade em utilizar talão de cheque, reforçando a FI dos padrões de beleza femininos, e toda FI, conforme Brandão (2012), possui uma ou inúmeras FDs encadeadas, ou seja, FDs de ideais comportamentais, seja de beleza, de delicadeza, de espírito materno, de submissão, entre outros. *Também* (linha 18) pressupõe que o sujeito homem pensa nele primeiro, mesmo quando sugere atribuir importância à mulher, reforçando o sentido da divisão da conta bancária por interesse próprio e não mútuo.

O operador argumentativo *para* (linha 18), com a função de indicar finalidade, ressalta a utilidade da conta conjunta para a mulher: manter o estereótipo da mulher elegante (*mais elegante* – linha 19) e trazer praticidade para o homem (*e prático* – linha 19), pois como único garantidor de dinheiro em espécie, não precisará mais deixar notas de dinheiro em casa, podendo controlar os gastos pelo canhoto

dos cheques. Além de tudo, o adjetivo *elegante* (linha 18) é intensificado pelos advérbios *muito mais* (linha 18). *Elegante*, repetido na linha 19 e intensificado, novamente, pelo *mais*, possui significado elogioso e reforça a postura esperada para uma mulher com poder aquisitivo na época (FI circulante naquela CP), mas também pode produzir um efeito pejorativo de futilidade. E o sentido do adjetivo *prático* (linha 19) também pode representar a tentativa de encobrir, ironicamente, a futilidade em preocupações estéticas atribuída a mulher.

O benefício da conta conjunta é apresentado pelo recurso da intensificação: repetição de termos (*também* – linhas 18, 20 e 21); palavras como *muito* e *mais*; adjetivos que indicam vantagens, como *útil* (linha 20) e *fácil* (linha 22). Para Carvalho (2002), a intensificação é um recurso de fixação do conteúdo, próprio do gênero propaganda.

A propaganda indica a importância de o homem demonstrar confiança em sua esposa, mas o sentido se contradiz ao longo do discurso, principalmente ao final do décimo parágrafo (linhas 22 e 23), ao acrescentar que a conta conjunta pode ser aberta com qualquer um, pois descredita o que é afirmado no início, sobre a confiança na mulher. A autoridade do sujeito homem é validada em todo discurso como provedor e regulador financeiro, revelando a ilusão de uma nova FD, mas reforçada pela FD conservadora. O discurso aparenta atribuir uma roupagem de modernidade à mulher, todavia, dentro do controle do marido.

A construção *você pode ter uma conta com sua mulher, com seus filhos, com seu sócio, com quem quiser* (linhas 22 e 23) é um paralelismo sintático que se inicia no campo semântico familiar (mulher e filhos), indicando carga apreciativa, porém, depreciando o valor familiar, pois o paralelismo é finalizado com um campo amplo de sujeitos (sócio ou, até mesmo, quaisquer um).

*Você pode ter uma conta **com sua mulher,**
com seus filhos,
com seu sócio,
com quem quiser.*

PARÁGRAFOS 11, 12 E 13

24	Fale hoje mesmo com o pessoal da União de Bancos.
25	A União de Bancos Brasileiros é uma das maiores organizações bancárias do País.
26	Tem 333 agências pelo Brasil e, muito provavelmente, uma bem pertinho de sua casa.
27	Abra uma conta conjunta com sua mulher. Um simples gesto vale mais que mil
28	palavras.

Após as justificativas, relevantes para o homem, para obter uma conta conjunta, a propaganda é finalizada com informações práticas a respeito do banco e apresenta imperativos, como os verbos *fale* (linha 24) e *abra* (linha 27), auxiliares no processo argumentativo. O recurso numeral é, também, aliado em gêneros de cunho persuasivo e nestes últimos parágrafos identificamos que o numeral 333 (linha 26) gera credibilidade ao banco, por estar presente em várias regiões do país; e o lugar de quantidade *mais que mil* (linha 27) valida a expressão popular ao qual se refere. Nas palavras de Fiorin (2017, p. 159), “os números dão uma aparência de objetividade à argumentação”.

Como recursos enaltecendores da empresa União de Bancos Brasileiros, as construções *muito provavelmente* (linha 26), intensificador mais modalizador, e *bem pertinho* (linha 26), intensificador mais advérbio, fortalecem a argumentação da estabilidade, da localização e do acesso ao banco. *Pertinho* (linha 26) tem valor afetivo por estar no diminutivo, mas indica efeito contrário, pois designa valor/sentido aumentativo.

muito provavelmente

intensificador + modalizador = garantia da qualidade e certeza do que é anunciado

bem pertinho

intensificador + advérbio no diminutivo = relação afetiva ao indicar grande proximidade

Há outra ocorrência de intertextualidade na propaganda: *um simples gesto vale mais que mil palavras* (linhas 27 e 28), intertextualidade com a expressão popular “uma imagem vale mais que mil palavras”. A expressão sugere classificar a conta conjunta como se fosse um presente para a mulher, mas o uso desse presente, na verdade, é controlado pelo homem e promove comodidade a ele.

conta conjunta = presente = liberdade controlada

O gesto valer mais que mil palavras também retoma o sentido do valor ideológico da expectativa feminina por palavras e dizeres românticos do marido à mulher, já que várias FDs sobre ser amada, cuidada, mimada, tratada como uma “princesa” atravessam o campo dos relacionamentos, fixando a postura do sujeito marido como “paparicador”, mesmo que por interesses próprios, e a imagem do sujeito esposa como quem deve alimentar as expectativas por um homem romântico e que prove seu amor com palavras e atitudes que a convençam ou, até mesmo, a mantenha em seu domínio.

Por muito tempo, anúncios como este, e em geral, divulgaram (muitos ainda o fazem) a imagem passiva da mulher, com inclinação para os cuidados da casa, da família, da satisfação do marido, demarcando estereótipos. Atualmente, é comum observar propagandas em que a mulher é inscrita como ativa, corajosa, com estímulos para valorizar a beleza natural. A partir de 2014, nos Estados Unidos, o termo *Femvertising* passou a circular no meio publicitário, a palavra é fruto da união entre *feminism* (feminismo) e *advertising* (publicidade) com o propósito de estimular empresas e publicitários a criarem e divulgarem anúncios que não valorizem padrões estéticos e que destaquem a representatividade produtiva da mulher na sociedade. A seguir, apresentamos dois exemplos desse tipo de anúncio:



Esta propaganda da empresa de seguros Tokio Marine foi publicada na revista *Época*, na página 11 da edição de 15 de maio de 2017. O discurso insere a mulher no ambiente de negócios, ao dizer que as mulheres resolvem as situações na empresa anunciada; fica implícita a informação de que em outros espaços a mulher não costumava/costuma resolver e administrar.

Viva sua
beleza viva

ESTUDAR
TRANSAR
RECOMEÇAR
NAMORAR
TRABALHAR
ARRISCAR

#velhapra

VELHO É JULGAR.
NÃO EXISTE IDADE CERTA PARA VOCÊ FAZER O QUE GOSTA.
FAÇA PARTE DESSA CONVERSA. #VELHAPRAISSO

CHRONOS

The advertisement features a black and white portrait of a smiling woman with short, styled white hair. She is wearing a dark top and a necklace with large, round, metallic beads. The background is dark. The text is arranged in a vertical list on the right side, with the hashtag #velhapra overlaid on the woman's image. At the bottom right, there are icons for various digital platforms and the Chronos logo.

Esta propaganda da Natura foi divulgada na revista *Claudia*, na segunda capa, no dia 31 de outubro de 2016. A campanha “Beleza viva” da Natura, em 2016, fez circular vários anúncios a respeito da beleza real, sem padrões demarcados, estimulando a mulher a conhecer-se, cuidar de si e apreciar seus próprios atributos sem comparações. Uma mulher de idade madura ilustra a propaganda e o texto verbal sugere desconstruir julgamentos a respeito das atitudes de uma mulher com mais idade e prioriza as vontades próprias da mulher.

Esses exemplos revelam que o *Femvertising* vem para suprir uma nova demanda ideológica, pois, nas atuais CPs, a imagem da mulher é outra e essas CPs são reguladas por FIs e FDs controladoras do que pode ser divulgado. Para Voigt (2018, p. 89), “sabe-se que, antes de qualquer possibilidade de escolha, as formações de linguagem inscrevem os sujeitos em determinadas posições de ordem simbólica”, as palavras só fazem sentido se relacionadas à história e à CP em que são produzidas e, por isso, as propagandas demarcam princípios “convenientemente” a cada gênero em relação com a época de veiculação. No caso do anúncio da conta

conjunta, por exemplo, as CPs daquele momento (época) não inspirava/permitia, na maioria dos casos, a atuação feminina no mercado de trabalho, muito menos em cargos de liderança.

Os já ditos e esquecidos estão alojados em nossa memória e definem o que poderemos dizer e, ao entrar em contato com as condições atuais, produzem deslocamentos de sentidos. A imagem da mulher esposa na propaganda da conta conjunta relaciona-se ao interdiscurso (memória) de toda história da mulher brasileira desde o período da colonização. A esposa é apresentada numa posição de subalternidade por estar relacionada ao imaginário social da história, do patriarcalismo, e também por ser a cuidadora do lar, dos filhos e dona da beleza e da elegância.

6.4 MENINAS PELO CLIMA – THAIS NAVARRO (REVISTA VEJA, 27 DE MARÇO DE 2019 – ANEXO D)

Meninas pelo clima	
	Aos 16 anos, a ativista sueca Greta Thunberg, indicada ao Nobel da Paz, lidera em mais de 100 países um gigantesco movimento juvenil que exige atenção para o aquecimento global.
5	Desde o dia 24 de agosto de 2018, toda tarde de sexta-feira, faça sol, chuva ou neve, a adolescente Greta Thunberg falta às aulas para sentar-se nas escadarias do Parlamento da Suécia segurando uma placa que diz: “Em greve escolar pelo clima”. Com seu ato de rebeldia, a menina discreta, de semblante sério e cabelo loiro preso em duas tranças, desencadeou uma espécie de desobediência civil entre jovens do mundo todo que se mobilizam em torno da questão das mudanças climáticas. Na maior e mais recente mostra de força de sua campanha,
10	na sexta-feira 15 um exército juvenil convocado pelas redes sociais marchou em 1769 cidades de 112 países para cobrar das autoridades maior atenção ao tema. Um dia antes, Greta, 16 anos, foi indicada pelo deputado socialista norueguês Freddy Ovstegard ao Prêmio Nobel da Paz.
15	O interesse da garota pelas questões ambientais começou aos 9 anos, quando assistiu na escola a vídeos que discutiam os impactos do aquecimento global. O problema nunca mais lhe saiu da cabeça e praticamente moldou sua vida. Greta tornou-se vegetariana, plantou uma horta e abriu mão de viajar de avião, entre outras resoluções. A decisão de dar plantão no Parlamento surgiu no mais recente verão do Hemisfério Norte, quando o calor drástico castigou a população europeia. “Vou fazer greve todas as sextas-feiras até que a Suécia esteja alinhada com o Acordo Climático de Paris”, anunciou ela, dando início ao movimento batizado de Sextas pelo Futuro. Para Greta, que sofre de síndrome de Asperger (uma espécie de autismo) e passou por uma depressão aos 11 anos, o ativismo só traz benefícios. “O mundo solitário continua em mim. Mas está diminuindo, e o mundo real está ficando maior”, diz.
20	Tamanha é a influência de Greta nas questões climáticas que em dezembro ela discursou na Conferência do Clima na ONU, na Polônia, e em janeiro fez uma apresentação no Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça – onde deu bronca nos altos executivos da plateia, que a ouviram calados. Ao lado de Greta atua hoje uma novíssima geração de líderes ambientalistas que nada têm a ver com a turma das antigas, como o americano Al Gore. São adolescentes preocupadas com o próprio futuro, a exemplo das belgas Anuna de Wever, de 17 anos, e Kyra Gantois, de 20, que acabam de lançar o livro <i>Nós Somos o Clima</i> ; da britânica Anna Taylor, de 17; das australianas Harriet O’Shea Carre e Milou Albrecht, de 14; e da americana Isra Hirsi, de 16 – todas organizadoras da marcha mundial em seu país. “A história de Greta é simples e inspiradora. Faz com que outros jovens também se sintam transformadores”, diz Ilona Dougherty, da Universidade de Waterloo, no Canadá. O meio ambiente agradece.
25	
30	
35	Thais Navarro

A reportagem assinada por Thais Navarro para a edição de Veja de 27 de março de 2019 é uma das primeiras, na mídia impressa, a abordar a adolescente Greta Thunberg em 2019; a popularidade da menina sueca vem crescendo, sendo noticiada por vários veículos de mídia, principalmente em redes digitais. Greta, inclusive, discursou na Cúpula da Clima da ONU, ocorrida em Nova Iorque, em setembro de 2019. O texto publicado em Veja explica o ativismo de Greta e seus

interesses, revelando sentidos em relação ao protagonismo feminino no que se refere a alterações ideológicas e discursivas do sujeito mulher ao longo dos anos. Os efeitos indicam outro posicionamento feminino comparado ao da década de 1960, demonstrando a emancipação da mulher e sua voz ativa no campo do estudo, do trabalho e no envolvimento social.

O título *Meninas pelo clima* insere a mulher como protagonista de uma matéria divulgada na revista, o substantivo *meninas*, no plural, revela a carga semântica do discurso, pois, por mais que articule a respeito de um sujeito (Greta), envolve a pluralidade, ou seja, vários sujeitos (jovens, meninas); com o passar do tempo, tornou-se comum, em *Veja*, mais textos e propagandas com referência às mulheres, mas, grande parte das páginas, por reproduzirem acontecimentos, descrevem eventos de envolvimento masculino, indicando áreas políticas, tecnológicas, esportivas e outras, recorrentes na revista de informação, ocupadas por homens, na maior parte dos casos. A adjetivação é o recurso argumentativo predominante ao longo do texto, listaremos, a seguir, as ocorrências.

ADJETIVAÇÃO	
Manchete	1º parágrafo
Sueca	de sexta-feira
indicada ao Nobel da Paz	do Parlamento da Suécia
da Paz	da Suécia
Gigantesco	que diz: “Em greve escolar pelo clima”
Juvenil	Escolar
que exige atenção para o aquecimento global	de rebeldia
Global	Discreta
	de semblante sério e cabelo loiro preso em duas tranças
	Sério
	Loiro
	Preso
	em duas tranças
	de desobediência civil
	Civil
	do mundo todo
	Todo
	que se mobilizam em torno da questão das mudanças climáticas
	da questão das mudanças climáticas
	das mudanças climáticas
	Climáticas
	Maior
	Recente

	de sua campanha
	Juvenil
	Sociais
	Maior
	Socialista
	Norueguês
	da Paz

ADJETIVAÇÃO	
2º parágrafo	3º parágrafo
da garota	Tamanha
Ambientais	de Greta
que discutiam os impactos do aquecimento global	Climáticas
do aquecimento global	do Clima
Global	Econômico
Vegetariana	Mundial
Recente	de Davos
do Hemisfério Norte	Altos
Norte	da platéia
Drástico	que a ouviram calados
Europeia	Calados
Alinhada	de Greta
Climático	Novíssima
de Paris	de líderes ambientalistas
Batizado de Sextas pelo Futuro	Ambientalistas
que sofre de síndrome de Asperger	das antigas
de Asperger	Americano
de autismo	Preocupadas
Solitário	Próprio
Real	das belgas Anuna de Wever, de 17 anos, e Kyra Gantois, de 20
Maior	Belgas
	que acabaram de lançar o livro <i>Nós Somos o Clima</i>
	da britânica Anna Taylor, de 17
	Britânica
	das australianas Harriet O'Shea Carre e Milou Albrecht, de 14
	Australianas
	da americana Isra Hirsi, de 16
	Americana
	Mundial
	de Greta
	Simple
	Inspiradora
	Transformadores
	Ambiente

Neste texto, a adjetivação, primeiramente, qualifica o sujeito objeto do discurso, em seguida, caracteriza sua pessoa e suas atividades com adjetivos que

detalham épocas, lugares e aspectos físicos. Esses pormenores são relevantes para a apreensão dos efeitos de sentido, pois priorizam a juventude envolvida em causas mundiais. O último parágrafo insere qualidades de outros sujeitos a fim de reforçar a argumentação. Primeiramente, analisaremos a manchete do texto e, em seguida, os parágrafos.

MANCHETE	
1	Aos 16 anos, a ativista sueca Greta Thunberg, indicada ao Nobel da Paz, lidera em mais de 100 países um gigantesco movimento juvenil que exige atenção para o aquecimento global.
2	

A manchete é um elemento que faz parte da estrutura de textos de informação; é o tópico inicial do texto, escrito com letras de tamanhos diferenciados, capaz de atrair a atenção do leitor com informações sucintas e relevantes sobre o texto. A manchete do artigo publicado na *Veja* pretende sustentar os argumentos a partir do lugar da quantidade em três manifestações:

- a) *16 anos* (linha 1) reforça a pouca idade da ativista diante do tamanho envolvimento na causa climática;
- b) *100 países* (linhas 1 e 2) apresenta a alta repercussão do ativismo;
- c) *gigantesco* (linha 2), adjetivo com característica de lugar de quantidade, intensifica argumentativamente o movimento juvenil.

Os números apresentam evidências e geram credibilidade, revelando posturas ideológicas, os numerais representam um argumento por autoridade.

Na linha 1, a indicação ao *Nobel da Paz* simboliza também um argumento por autoridade, pois legitima a atuação da adolescente. O prêmio é conferido anualmente aos que melhor promovem trabalhos pela fraternidade entre as nações e celebrado com uma cerimônia no mês de dezembro na Noruega. O comitê para a indicação dos possíveis premiados é formado por representantes noruegueses; dentre os premiados, destacamos George Marshall, dos Estados Unidos, em 1953, pelo Plano Marshall; Martin Luther King, dos Estados Unidos, em 1964, pelo ativismo em direitos humanos; Madre Tereza de Calcutá, da Índia, em 1979, pela luta contra a pobreza na Índia; Nelson Mandela, da África do Sul, em 1993, pelo fim do regime Apartheid e estabelecimento de novos princípios para a África do Sul; Barack Obama, dos Estados Unidos, em 2009, pelos trabalhos diplomáticos internacionais e cooperação entre povos; Malala Yousafzai, do Paquistão, em 2014, pelo direito de

crianças e jovens à educação. Entendemos, então, que citar a indicação de Greta ao Nobel da Paz, logo na Manchete, insere a ativista em um patamar de reconhecimento mundial.

O adjetivo *juvenil* (linha 2) apresenta quem faz parte do movimento pelo clima, ou seja, jovens, fortalecendo a argumentação da pouca idade dos sujeitos representantes em face da complexidade do tema. Normalmente, os promotores de manifestações são adultos engajados com a política, mas a participação de jovens em manifestações reflete a memória de outros grupos que já tiveram suas vozes ouvidas em nossa nação, como movimentos estudantis, os caras-pintadas, por exemplo; e, também, a memória de jovens ativos em alguma causa, como Malala e a luta pelo direito dos paquistaneses à educação. Nas palavras de Soares, Sella e Costa-Hübes (2013, p. 269), “por meio de itens lexicais, o analista pode avaliar como o discurso referenda posturas ou mesmo marca ressignificações”; dessa forma, compreendemos como o adjetivo revela sentidos já ditos, assim como a seleção lexical *exigir* (linha 2), que promove o objetivo rigoroso do movimento.

O *aquecimento global* (linha 2) mostra a pauta emergente nas atuais CPs, antes não se discutia o aquecimento global, hoje há outra realidade, tornando assunto procedente, é uma nova ideologia movendo sujeitos para novos comportamentos em relação ao consumo e à ideologia. Nas últimas décadas, muitas informações a respeito do clima no planeta passaram a ser anunciadas e, conseqüentemente, posturas foram tomadas, programas políticos foram iniciados, ideias sustentáveis foram criadas. É a ideologia que torna possível a conexão entre o que é informado e o que o sujeito realiza após obter a informação, conforme ressalta Orlandi (2015, p. 94), “é a ideologia que torna possível a relação palavra/coisa”.

O sujeito tem sua crença por uma escolha livre, e age conforme as ideias dessa crença de forma regulada, nas palavras de Althusser (1974, p. 87), “estas práticas são reguladas por *rituais* em que elas se inscrevem, no seio da *existência material de um aparelho ideológico*”. Dessa forma, o autor pontua que as práticas só ocorrem por meio da ideologia e a ideologia só existe por meio do sujeito e para sujeitos, isto é, seu funcionamento só é possível por meio de sujeitos. Portanto, o sujeito ativista e o sujeito população em geral fazem movimentar as FIs relativas ao aquecimento global.

PARÁGRAFO 1	
4	Desde o dia 24 de agosto de 2018, toda tarde de sexta-feira, faça sol, chuva ou neve, a
5	adolescente Greta Thunberg falta às aulas para sentar-se nas escadarias do Parlamento da
6	Suécia segurando uma placa que diz: “Em greve escolar pelo clima”. Com seu ato de rebeldia,
7	a menina discreta, de semblante sério e cabelo loiro preso em duas tranças, desencadeou uma
8	espécie de desobediência civil entre jovens do mundo todo que se mobilizam em torno da
9	questão das mudanças climáticas. Na maior e mais recente mostra de força de sua campanha,
10	na sexta-feira 15 um exército juvenil convocado pelas redes sociais marchou em 1769 cidades
11	de 112 países para cobrar das autoridades maior atenção ao tema. Um dia antes, Greta, 16
12	anos, foi indicada pelo deputado socialista norueguês Freddy Ovstegard ao Prêmio Nobel da
13	Paz.

O primeiro parágrafo situa a respeito do que será informado; as datas *24 de agosto de 2018* (linha 4) e *na sexta-feira 15* (linha 10) funcionam como contextualizadores, elementos que, segundo Koch (2009), são responsáveis pela conexão do texto em certa situação comunicativa. A argumentação é estruturada e fortalecida por meio de alguns recursos, em “toda tarde de sexta-feira, faça sol, chuva ou neve [...]” (linha 4), o *toda* intensifica a frequência e a permanência (resistência) da manifestação; e há gradação crescente em *faça sol, chuva ou neve*, mostrando desde o fator favorável até o desfavorável. Provavelmente, quando a adolescente iniciou a greve, não havia reconhecimento da população e, somente a partir da resistência é que o caso foi notado e ganhou repercussão. O sujeito ativista, assujeitado pelas FIs que envolvem questões a respeito do aquecimento global, manifesta/faz greve. De acordo com Zoppi-Fontana e Ferrari (2017, p. 15), “as lutas pelo conhecimento e as práticas de resistência às diversas formas de dominação surgem no interior do processo de interpelação ideológica e não fora dele”.

A partir da linha 5, é detalhada a maneira como a manifestação ocorre, sendo que a primeira ação do sujeito é faltar às aulas. Pelo senso comum, faltar às aulas é um fato ruim; para o sujeito adolescente, a escola, culturalmente, é o compromisso social e intelectual mais importante e, ao abrir mão desse compromisso, por um dia na semana, o protesto se eleva a um patamar significativo.

Ao denominar o ato da menina com a adjetivação *de rebeldia* (linha 6), compreendemos que, devido às CPs, há uma luta intensa pela conscientização dos homens em relação à própria vida na Terra. A adjetivação atribuída à menina, além de descrever suas características, reforça a FI juvenil, indicando o efeito de que não é comum um jovem revelar percepções dessa ordem, já que os problemas com o

clima refletem mais ao futuro (a longo prazo). Veremos, a seguir, o processo da adjetivação que é corroborado pelo texto não verbal (foto da menina):

- menina discreta
- menina de semblante sério e cabelo loiro preso em duas tranças

O ato, então rebelde, de uma menina, inspirou demais jovens a protestarem pela causa; a seleção lexical *desobediência civil* (linha 8) funciona como símbolo de resistência e denota contrariedade ao regime imposto, revelando o cruzamento entre FDs e FIs, tanto anteriores *versus* atuais, quanto FDs e FIs do governo *versus* FDs e FIs dos jovens manifestantes. As FDs se deslocam, pois funcionam em relação aos embates ideológicos, às lutas políticas e sociais. Ao assumir uma responsabilidade ou tomar um posicionamento, por exemplo, o sujeito, imerso em uma diversidade de posicionamentos ideológicos, lançará o seu dizer em uma ou em outra FD, produzindo sentidos, a partir do lugar de onde fala o sujeito, conforme complementa Orlandi (1993). Além disso, a seleção lexical *desobediência civil* (linha 8) retoma a memória de algumas personalidades que aplicaram esse termo²⁸ em seus enfrentamentos, como Mahatma Gandhi, na ação de independência da Índia e do Paquistão, e Martin Luther King, na luta pelos direitos civis e combate à segregação racial nos Estados Unidos.

A *desobediência civil* é corroborada pelo adjetivo *todo* (linha 8) – *jovens do mundo todo* – apresentando a dimensão do ato de protesto pela causa de mudanças climáticas. Pelo conhecimento geral, compreendemos que mudar o clima não se resolve de imediato, as ações de hoje, ao serem ressignificadas e interpelarem sujeitos, promoverão resultados futuros, talvez tão futuros que, se forem efetivos, não serão nem vivenciados pelos jovens manifestantes e, sim, por gerações futuras. Essa interpretação revela afetividade, empatia e civilidade, por isso, é um forte argumento no processo de assujeitamento, em que o sujeito significa, manifesta, concorda ou discorda, impulsionado pela língua e pelo mundo, pelos novos sentidos e por sua memória discursiva, que ressignificam em FDs e em FIs (ORLANDI, 2015).

A partir da linha 9, a força do grupo mobilizado pelas atitudes de uma jovem figura feminina, tem seu sentido validado por meio da seleção de alguns

²⁸ Desobediência civil é uma maneira de protesto político pacífico contra o governo; o conceito foi formulado por Henry David Thoreau (1997), por meio de sua obra *A desobediência civil*, de 1849.

termos, como exército (linha 10), *convocado* (linha 10), *marchou* (linha 10) e *cobrar* (linha 11), que assinalam a intolerância do grupo à falta de atenção ao tema e acrescentam, pelo lugar da quantidade, a argumentação do que é concreto (número de cidades, 1769, e de países participantes, 112). O sucesso do envolvimento na causa ocorre por meio de uma outra FD da atualidade atribuída à temática de preocupação ambiental das CPs em vigência e veiculada, principalmente, por meio das redes sociais. A conscientização ambiental tornou-se a lei dos dizeres, em especial entre os mais jovens. Aliada a FDs de desenvolvimento e de crescimento, está a FD de preservação, de aproveitamento/reaproveitamento, de economia, de sustentabilidade, entre outras.

Finalizando o primeiro parágrafo, a menção ao deputado da Noruega (linha 12), como responsável por indicar o nome da jovem ao Nobel da Paz, atua como argumento por autoridade; o adjetivo que o qualifica, *socialista* (linha 12), emite sentidos possíveis de serem apreendidos pelo funcionamento desse sistema, que se caracteriza pela promoção da igualdade e se opõe ao capitalismo. É possível inferir que a associação entre preservação ambiental e socialismo ocorre a partir da ideia de que a destruição ecológica acontece por causa do sistema capitalista (consumo de produtos que não se decompõem, consumo de energia, de água, agrotóxicos, emissão de gases poluentes e outros), portanto, se o capitalismo é inimigo do meio ambiente e o socialismo é o oposto do capitalismo, é possível compreender, conforme a CP determinante das leis dos dizeres, que o socialismo é amigo do meio ambiente. Segundo Peron (2017, p. 37):

As condições de produção nos possibilitam pensar o sentido como processo histórico, sobredeterminado pelas formas de produção histórica, e consistem, portanto, nas determinações que caracterizam um processo discursivo; elas são o próprio exterior da língua, definido ideologicamente, que afeta e constitui a materialidade linguística e as significações produzidas por ela.

PARÁGRAFO 2

14 15 16 17 18 19 20 21 22 23	O interesse da garota pelas questões ambientais começou aos 9 anos, quando assistiu na escola a vídeos que discutiam os impactos do aquecimento global. O problema nunca mais lhe saiu da cabeça e praticamente moldou sua vida. Greta tornou-se vegetariana, plantou uma horta e abriu mão de viajar de avião, entre outras resoluções. A decisão de dar plantão no Parlamento surgiu no mais recente verão do Hemisfério Norte, quando o calor drástico castigou a população europeia. “Vou fazer greve todas as sextas-feiras até que a Suécia esteja alinhada com o Acordo Climático de Paris”, anunciou ela, dando início ao movimento batizado de Sextas pelo Futuro. Para Greta, que sofre de síndrome de Asperger (uma espécie de autismo) e passou por uma depressão aos 11 anos, o ativismo só traz benefícios. “O mundo solitário continua em mim. Mas está diminuindo, e o mundo real está ficando maior”, diz.
--	---

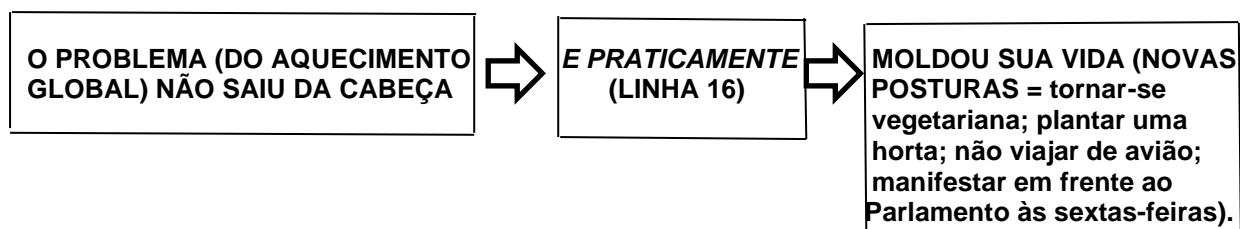
O segundo parágrafo aborda noções pessoais a respeito da jovem ativista e seu início no movimento pelo clima. As informações dos interesses pelas causas climáticas com início na escola, na linha 15, salientam o papel da educação escolar como formadora de opiniões, pois é capaz de influenciar sujeitos, no caso, por meio de vídeos transmitidos durante as aulas. A escola atua como força cultural e revela FIs diversas. A escola é uma instituição que faz parte da organização da sociedade, ela consome e também produz ideias, movimentando e sendo movimentada pelas relações dos sujeitos. Segundo Chauí (2003), a ideologia é consequência da prática social dos indivíduos e se move conforme as relações dos sujeitos na história. Nas palavras da autora (2003, p. 84), “a ideologia é o processo pelo qual as idéias da classe dominante tornam-se idéias de todas as classes sociais, tornam-se idéias dominantes”.

A ideologia opera em grupos que têm poder, os que têm conhecimento, e grupos que não têm poder, escassos de conhecimento; nesse sentido, a escola se enquadra como possuidora do conhecimento e, conforme Chauí (2003), assim ocorre a ideologia da competência. Na ideologia da competência privatizada, segundo a autora (2003), o indivíduo aprende a cuidar da saúde pelo discurso da medicina, a cuidar da natureza pelo discurso ecológico, a cuidar do corpo pelo discurso da beleza, entre outros. Dessa forma, surgem programas, propagandas e ideias que disseminam esses valores e será considerado cidadão aquele que aderir a tais valores. Com isso, identificamos a escola como capaz de assujeitar sujeitos e fazer movimentar ideologias por meio desses sujeitos, também clivados de acordo com sua história e memória.

O assunto a respeito do aquecimento global foi tão significativo para o sujeito estudante que o fez tomar atitudes, e isso é possível pelo fato do sujeito não ser individualizado e, sim, social, atravessado pela ideologia. A atitude de manifestar é constituída por vozes de determinada realidade histórica e social, vozes provenientes de diferentes discursos (polifonia). Para Peron (2017, p. 40), o processo discursivo não é individual, mesmo que advenha de um único ser, pois há uma coletividade de relações de significados dentro de um processo histórico, em que deve ser considerado o posicionamento do sujeito, que é confrontado pela ideologia.

Textualmente, verificamos que o problema do aquecimento global discutido na escola é ligado às atitudes e à postura do sujeito jovem pelo

modalizador *praticamente* (linha 16), revelando a maneira como pontos de vista podem ser transformados.



O verbo *moldar* (linha 16) corrobora tal interpretação, pois novas práticas são adquiridas devido a uma nova consciência ideológica (como a redução do uso de plásticos, por exemplo, conduta em alta na atual CP). Tornar-se vegetariana, plantar uma horta, abrir mão de viajar de avião (linhas 16 e 17) comunicam novas práticas, o sujeito é afetado por FIs vigentes e seu posicionamento, ao ser interpelado, propaga tal ideologia, assim, novos comportamentos e sentidos são formados.

A prática que motiva a divulgação deste texto em *Veja* é a manifestação da jovem em frente ao Parlamento. A partir da fala do próprio sujeito, nas linhas 19 e 20, “Vou fazer greve todas as sextas-feiras até que a Suécia esteja alinhada com o Acordo Climático de Paris”, vemos que, hoje, um ano e meio após o início da greve, a jovem mantém sua rotina nas sextas-feiras, mas diferentemente das primeiras semanas, ela possui milhões de seguidores nas redes sociais e possui reconhecimento mundial.

É mencionado no discurso que a jovem é portadora da *síndrome de Asperger* (linha 21), este argumento exerce apelo afetivo, pois revela limitação, já que o diagnóstico prevê a dificuldade de interação com outras pessoas, e promove a superação, denotando efeito de vitória, já que o sujeito ultrapassa a condição do diagnóstico, pois seu posicionamento aproximou muitas pessoas. Outro argumento insere o sujeito jovem em posição de determinação e vitória, quando, na linha 22, é mencionada a depressão que sofreu no período dos 11 anos de idade, doença psiquiátrica caracterizada por tristeza profunda. Esses argumentos elevam a condição da ativista, pois elencam fatores de indicação de superação. A partir da fala do sujeito, “O mundo solitário continua em mim. Mas está diminuindo, e o mundo real está ficando maior” (linhas 22 e 23), identificamos que a relação do mundo real é, de forma pressuposta, relacionada ao mundo social (com a presença de pessoas).

MUNDO SOLITÁRIO ⇨ mundo irreal

MUNDO SOCIAL (RODEADO DE PESSOAS) ⇨ mundo real

Apreendemos, também, o sentido de que a ocupação em atividades e outras causas proporciona qualidade de vida e auxílio na cura de questões emocionais.

PARÁGRAFO 3

24 Tamanha é a influência de Greta nas questões climáticas que em dezembro ela
25 discursou na Conferência do Clima na ONU, na Polônia, e em janeiro fez uma apresentação no
26 Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça – onde deu bronca nos altos executivos da
27 plateia, que a ouviram calados. Ao lado de Greta atua hoje uma novíssima geração de líderes
28 ambientalistas que nada têm a ver com a turma das antigas, como o americano Al Gore. São
29 adolescentes preocupadas com o próprio futuro, a exemplo das belgas Anuna de Wever, de 17
30 anos, e Kyra Gantois, de 20, que acabam de lançar o livro *Nós Somos o Clima*; da britânica
31 Anna Taylor, de 17; das australianas Harriet O’Shea Carre e Milou Albrecht, de 14; e da
32 americana Isra Hirsi, de 16 – todas organizadoras da marcha mundial em seu país. “A história
33 de Greta é simples e inspiradora. Faz com que outros jovens também se sintam
34 transformadores”, diz Ilona Dougherty, da Universidade de Waterloo, no Canadá. O meio
35 ambiente agradece.

No terceiro e último parágrafo do texto, há mais informações a respeito do trabalho da jovem ativista e nomes de outros jovens que comprovam a influência da menina. Na linha 24, o adjetivo *tamanha* assinala a intensidade e a insistência do posicionamento da jovem em lutar, tanto que foi reconhecida pela ONU. Apresentar-se na *Conferência do Clima da ONU* e no *Fórum Econômico Mundial* (linhas 25 e 26) funciona como argumento por autoridade, principalmente porque os discursos, nesses eventos, são proclamados por líderes mundiais, no caso, ela foi ouvida pelos líderes.

A figura de uma jovem menina discursando para líderes em renomados eventos apresenta determinadas FDs dentro daquela CP, primeiramente, porque se subentende menor experiência e conhecimento de vida de uma menina de 16 anos perante autoridades e, segundo, a voz de alguém “menos experiente”, e do gênero feminino, se destacou em dada conjuntura. Dessa forma, novos significados são possíveis, a de que jovens, por exemplo, têm capacidade de se envolver em causas maiores e que serem ouvidos é importante para o desenvolvimento da nação. De

acordo com Baronas (2004, p. 54), “palavras, expressões e proposições adquirem seus significados a partir de determinadas formações discursivas nas quais são produzidos”. O discurso da menina passa a ter mais sentido e, conseqüentemente, sua figura e causa pela qual luta ganham maior popularidade, pois se constitui e é legitimado pelos sujeitos envolvidos no contexto (líderes mundiais). Segundo Soares, Sella e Costa-Hübes(2013, p. 269),

os enunciados são produzidos em situações de interlocução constituídas pela história. Conseqüentemente, o sentido não é de nenhum interlocutor, mas produzido, enquanto efeito, no discurso que se constitui pelos/nos interlocutores em interação.

Pela seleção lexical é possível apreender os valores ideológicos envolvidos no discurso e no contexto de produção do discurso. A seleção lexical *bronca* (linha 26), em *deu bronca nos altos executivos da plateia, que a ouviram calados*, revela a voz em tom de protesto, que sobressai perante as vozes mais importantes das nações; o adjetivo *altos* (linha 26) intensifica o valor dos executivos e revela a resistência e o comprometimento da adolescente pela coragem ao discursar perante autoridades. O silêncio indicado pelo adjetivo *calados* (linha 27) é significativo em relação ao posicionamento dos sujeitos dentro da CP, esse silêncio revela sentidos, além de autorizar a fala da jovem, ele valida a dimensão dos problemas ambientais, inclusive, para Orlandi (2007, p. 71), “o sentido é múltiplo porque o silêncio é constitutivo”.

A partir da linha 27, alguns nomes de jovens são citados como apoiadores, divulgadores e participantes da causa, e, para corroborar esse argumento, o adjetivo no superlativo *novíssima* (linha 27) valida o efeito de sentido das lutas por novas causas, a partir de novos sujeitos, com FDs e FIs diferenciadas do que é estabelecido como socialmente comum (sujeitos que atuam conforme possibilitados pelas CPs). A locução adjetiva *das antigas* (linha 28) justifica o sentido de *novíssima*, pois remete à memória discursiva da geração anterior, pessoas que não se envolviam em questões sociais ou se envolviam numa perspectiva diferente, como o citado ex-vice-presidente americano Al Gore, ativista pelo clima, ganhador do Nobel da Paz em 2007 (esse sujeito já possuía um título reconhecido politicamente, o de vice-presidente, e já ocupava um espaço de notoriedade, diferentemente de Greta, que foi reconhecida, somente, após sua resistência). Esses atravessamentos interdiscursivos, do cruzamento entre a geração *das antigas* e a *novíssima geração*, possibilitam novos dizeres em novas atuações, pois agem

diferente por reconhecerem que discussões anteriores não atingiram sucesso. Nesse sentido, a interdiscursividade é constitutiva de todo discurso, pois todo discurso nasce de um trabalho sobre outros discursos.

No sujeito atual, portanto, há o reflexo do sujeito de outras gerações, falando antes, em outro lugar e fazendo a ideologia funcionar no contexto atual. De acordo com Orlandi (2014, p. 71), o interdiscurso não é acessível ao sujeito (esquecimento), ele já está constituído, o sujeito não controla essa relação, pois é parte do inconsciente, por isso, a relação entre sujeito e sentido, é opaca. “É pensando o discurso atravessado pela ideologia – assim como pelo inconsciente – que se coloca a questão do sujeito dividido, constitutivamente, já que, pelo funcionamento do interdiscurso, no sujeito há o Outro”.

A partir da linha 29, a menção ao nome e à idade de jovens influenciadas (linhas 29 a 32) complementa o sentido da rápida disseminação ideológica pelas FDs das redes sociais. A voz de uma delas, citada diretamente e entre aspas (intertextualidade explícita), “A história de Greta é simples e inspiradora. Faz com que outros jovens também se sintam transformadores” (linhas 32 a 34), legitima o significado de sujeitos atravessados por FIs e possibilitam outros. Segundo Pêcheux (2014, p. 147), “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. Nas palavras de Orlandi (2016, p. 204):

Sujeitos e sentidos se constituem na relação da língua com a história, atravessados pelo inconsciente e pela ideologia. E é como tal que têm suas práticas sociais funcionando no espaço urbano; significando e sendo significados através delas, nas suas diferenças.

Constatamos que as FDs da rede social tornam possíveis os dizeres de adolescentes e provam o quanto são influentes tais dizeres, principalmente, no que se refere à ideologia, e, para Courtine (2016), as FDs (da rede social, neste caso) se deslocam por conta da ideologia, o discurso da preocupação climática faz sentido na posição ideológica da rede social, pois foi produzido com base em suas FDs, no que lhe é “autorizado” divulgar e para quem se divulga, no caso, jovens; os sujeitos, conforme o autor (2006, p. 64), são considerados pontos de “condensação entre linguagem e ideologia”. O efeito significativo sobre o clima organiza-se pela combinação de forças e de situações culturais, políticas, linguísticas e outras.

Segundo Zoppi-Fontana e Ferrari (2017, p. 10), “sujeito e sentido se constituem simultaneamente, como efeitos, pela relação com a memória discursiva e as condições de produção do discurso”.

Ao inserir a ativista em suas divulgações, compreendemos o reconhecimento da revista *Veja*, como FD, ideologicamente inserida na CP, da figura jovem feminina como influente; por conta das FIs de determinada CP, os discursos refletem-se na revista e a revista nos discursos. Conforme Maingueneau (2015, p. 148):

As mídias são, ao mesmo tempo, uma zona entre o conjunto de áreas de produção discursiva de uma sociedade e um conjunto de lugares nos quais todos os discursos vêm se refletir, inclusive as próprias mídias, que cada vez mais entram em cena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se, de um lado, a mulher vive historicamente uma situação tensa, repleta de conflitos, cheia de duplicidades, por outro lado, ninguém mais do que ela aprendeu historicamente a caminhar no interior das ambigüidades, a trilhar as contradições, a exercer sua resistência num jogo em que, na maior parte das vezes, não foi ela quem deu as cartas (ORLANDI, 1993, p. 100).

As bases teóricas fundamentadoras deste trabalho possibilitaram análises do modo de produção do sentido a respeito do protagonismo feminino, especialmente no mercado de trabalho, a partir de quatro textos da mídia impressa. Empregando os conceitos da Semântica Argumentativa (adjetivação, seleção lexical e lugar da quantidade) e da Análise do Discurso (condição de produção, memória discursiva, formação discursiva e formação ideológica), pesquisamos várias questões que envolvem a imagem da mulher profissional, conforme ideologias circulantes em diferentes momentos sócio-históricos. Os discursos revelam o modo de funcionamento da linguagem e evidenciam sentidos históricos e ideológicos, por isso, precisam ser problematizados para que haja reflexão sobre o dito e o silenciado.

Os estudos argumentativos e discursivos possibilitam a compreensão do posicionamento da mulher em nossa história, pois a linguagem, conforme destaca Brandão (2012), não é neutra, sendo um lugar singular da revelação da ideologia. Com base nos discursos analisados, verificamos o desenvolvimento argumentativo e ideológico de textos da mídia impressa das décadas de 1960 e de 2010, compreendendo os sentidos difundidos conforme o funcionamento social, não só pelo uso de recursos argumentativos como também pela maneira como o sujeito é interpelado pela ideologia. Os mecanismos linguísticos são condutores da movimentação do discurso, pois exercem persuasão ao refletirem os valores sociais de cada época, e, como salienta Koch (2011, p. 17), tentam “influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões”.

No primeiro capítulo, destacamos alguns pontos da história da mulher no Brasil, apresentando reflexões a respeito da relação entre mulher e sociedade para compreendermos como se originou seu envolvimento no setor profissional. Com isso, abrimos espaço para a interpretação quanto aos atravessamentos culturais e

ideológicos naturalizados na sociedade, decorrentes, pelo viés interdiscursivo, das vozes ecoadas desde o discurso do período colonial, que posicionou o homem no setor público e a mulher no privado.

No segundo capítulo, realizamos um breve histórico do trabalho feminino, seu desempenho profissional, a conciliação com as funções familiares e domésticas, seu desenvolvimento escolar e universitário. Também apontamos alguns programas políticos e legislações implantadas no decorrer dos anos, demonstrando sua relevância para a formação de uma sociedade mais justa, igualitária, inclusiva, menos preconceituosa, menos violenta. A entrada da mulher no mercado de trabalho, como um acontecimento discursivo, produziu mudanças no papel da mulher e, ao ser absorvido, provoca novos significados em tempos atuais.

No terceiro capítulo, evidenciamos a mídia como canal de comunicação, especificamente a mídia impressa, focalizando a segmentação das revistas *Claudia* e *Veja*. Compreendemos a mídia impressa como mediadora no processo de significação do sujeito, podendo constituir, manter ou transformar identidades a partir de inscrições em FDs. Neste capítulo, também retratamos algumas palavras comumente utilizadas pela mídia impressa: nova, moderna e empoderada, pois essas formas de linguagem revelam a ideologia, e indicam sentidos inscritos em determinadas CPs, em um processo de ressignificação, abrindo espaço para a manifestação de vozes e a conquista de posicionamentos. As palavras sugerem realização pessoal completa a partir da mudança de comportamento, escondendo algumas significações atreladas ao mercado de consumo, mas, ao mesmo tempo, promovendo a alteração de padrões. Segundo Gregolin (2003a, p. 16), a mídia, conforme explora alguns conceitos, “constrói uma história do presente a partir de retomadas de idéias desenraizadas do passado”; ela difunde ideologias, forma opiniões e influencia sujeitos que também se sentem representados por ela.

No quarto capítulo, reiteramos a teoria de que a Semântica Argumentativa considera a argumentação como impressa na própria língua e que o sentido do enunciado decorre da interação entre os indivíduos conduzidos pela linguagem. As palavras vão além de ser um canal de comunicação, elas evocam imagens, cheiros, sentidos e emoções; elas orientam posicionamentos, reações capazes de ressignificar sentidos. Toda palavra tem um significado base, porém, ao estar em uso, assume sentidos próprios do contexto e que são revelados pela associação entre sujeitos, tempo, espaço e palavra. Os significados das palavras, então, se

ajustam ao discurso, com conotações singulares, contemplando, no discurso, todos os sujeitos envolvidos e seus conhecimentos. Pelo trabalho com as palavras, verificamos a circulação do discurso possibilitada pelos efeitos de sentido dos recursos argumentativos, refletindo valores e ideologia, para Possenti (2002, p. 18), “o discurso se constitui pelo trabalho *com* e *sobre* os recursos de expressão, que produzem determinados efeitos de sentido em correlação com posições e condições de produção específicas”.

No quinto capítulo, reforçamos que a Análise do Discurso, em seu caráter interdisciplinar, dialoga com mais de uma área de conhecimento e estuda a linguagem na exterioridade, por princípios sócio-históricos e ideológicos. Segundo Mussalim (2004), a linguagem é o local preferido em que a ideologia se materializa; e, nas palavras de Orlandi (2015, p. 18), “os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos”. A AD é considerada uma disciplina inacabada, em que o linguístico é o espaço da materialidade e o indivíduo se faz sujeito histórico e mensageiro do discurso social. Por isso, ao tomar a revista como objeto de estudo, consideramos o veículo, o segmento, a classe leitora, o texto não verbal (se houve), os elementos gráficos, os recursos linguísticos, o contexto histórico-social, os sujeitos, indícios para a compreensão dos sentidos.

Por fim, a partir da análise do *corpus*, no sexto capítulo, utilizando o conhecimento apreendido com a elaboração dos capítulos anteriores, verificamos como ocorreu a movimentação argumentativo-discursiva nos quatro textos selecionados de veículos e épocas distintas, no que se refere à participação feminina na sociedade, sobretudo, no meio profissional. Nossos resultados, mesmo que consigam o cumprimento dos objetivos traçados, não consideram encerrada a investigação, pois novos caminhos podem sempre ser desbravados, novos sentidos podem sempre surgir.

O discurso publicado em Claudia, em 1968, reflete a imagem de uma nova mulher (moderna) dentro daquela CP, recorrendo aos sentidos da antiga mulher (conservadora) para ser capaz de, a partir do novo e do diferente, do jogo entre a paráfrase e a polissemia, definir os benefícios da sua inserção no mercado de trabalho, apresentando este posicionamento como ideal, de hipótese única. Dessa forma, por meio da comparação incessante entre a FD moderna e a FD tradicional, algumas práticas são confrontadas, gerando reflexão sobre o

posicionamento feminino. O assunto mulher e trabalho, em 1968, põe em confronto diferentes FDs, repetem, reforçam e polemizam os papéis do sujeito feminino, pois no contexto da década de 1960, o ativismo feminino ganhou projeção, levando a questionamentos a respeito do papel da mulher na sociedade. A adjetivação contribui para o direcionamento do sentido; a seleção lexical permite o acesso à memória discursiva; e o lugar da quantidade colabora para a comprovação argumentativa. Enquanto consideramos os recursos argumentativos, questionamos seus efeitos de sentido, como ocorrem e a partir de quais condições de produção se formam e geram determinados significados e não outros.

Pelo lugar da quantidade analisado no discurso veiculado por Claudia em 2018, verificamos a articulação de uma resposta à dúvida representada no discurso de 1968. Se o medo quanto ao desenvolvimento dos filhos foi apresentado, outrora, como justificativa para a não integração feminina ao meio profissional, os números do novo discurso buscam comprovar a prática da FD moderna, isto é, a mulher no mercado de trabalho. Os adjetivos e a seleção lexical valorizam o reconhecimento da mulher, na esfera profissional, principalmente no que se refere ao sucesso dos filhos, inserindo o homem (companheiro) como colaborador, a partir da formulação de uma condição que promove o bom desempenho dos filhos pela inclusão da mulher na esfera pública e do homem na esfera privada.

Entre as duas publicações de Claudia, realçamos o efeito da nova mulher como uma caracterização da velha imagem, pela resignificação decorrente de novas FIs em diferentes CPs. O velho/ conservador foi resgatado nos dois discursos para que o novo significasse; em 1968, o discurso da mudança, pela análise lexical, apresentou teor incisivo, enquanto em 2018, apreendemos o desfecho positivo do trabalho feminino, fazendo circular novos sentidos a respeito da liderança e do empoderamento feminino. As análises apresentam, em seu conteúdo dito, sentidos que encaminham para a ascensão da mulher no mercado de trabalho, mas também indicam uma tensão entre vida pessoal (marido, filhos, atividades domésticas) e profissional (carreira), comprovando, pelos efeitos de sentido, a existência de uma sociedade patriarcalista que, muitas vezes, apropria-se de discursos ativistas para manter padrões.

Pelas comparações entre mulheres que trabalham e as que não trabalham, em ambos os discursos de Claudia, identificamos o conflito de forças ideológicas entre as duas representações, característico de enfrentamentos no

contexto histórico. Pela heterogeneidade do discurso, para se referir ao sujeito profissional, é preciso mencionar o sujeito dona de casa e vice-versa, portanto, o texto é constituído por discursos díspares, pela relação entre eles; este combate de forças ocorre em determinado momento histórico por conta da FI (luta nos aparelhos conforme a ideologia social em dado momento). Segundo Mussalim (2004, p. 125), “uma formação discursiva é governada por uma formação ideológica”, como verificamos mais de uma FI, temos a representação de mais de uma FD, todavia, FDs instáveis, pois se apresentam em um ambiente de lutas ideológicas e se engajam em outras FDs.

Quanto à análise dos materiais selecionados da revista *Veja*, de 1968 e de 2019, observamos que o discurso divulgado em 1968 mantém, completamente, a mulher na esfera doméstica, ressaltando que as atividades prioritárias devem ser os cuidados com a família, mas esconde esse sentido a partir do que é dito, é somente pela análise dos efeitos de sentido provocados pelos recursos argumentativos e pela manutenção da ideologia hierarquizada que compreendemos a movimentação do discurso ao legitimar a permanência de valores estereotipados quanto à capacidade (ou falta de capacidade) da mulher em envolver-se com a economia.

O discurso de *Veja* de 2019 não mostra uma representação direta com o mercado de trabalho, mas nosso objetivo foi demonstrar que o protagonismo feminino, possibilitado por novas FIs e FDs nas atuais CPs, vai além da relação entre mulher e trabalho, pois, para contribuir para o avanço social, o ato de adquirir conhecimento e colocá-lo em prática não solicita idade determinada, basta envolver-se em causas maiores, que repercutam e continuem mobilizando temáticas, dessa forma, sentidos serão ampliados e novos interesses serão estimulados pela circulação de sujeitos e significações nas FIs e nas FDs.

Como a publicação mais recente da revista *Veja* tem como objeto de discurso uma adolescente, não há evidência de tensão entre as FDs do espaço público e do privado, o sujeito já está no espaço público, isso se justifica pela idade e pelo envolvimento escolar dos sujeitos representados; mas o discurso apresenta os atravessamentos de uma nova geração e a valorização das mobilizações e dos enfrentamentos para a resolução de grandes causas. Podemos refletir que, hoje, novas gerações têm mais determinação para lutar por motivos sociais em relação às anteriores; essa prática denuncia a postura de sujeitos maduros que estão em posição de lideranças mundiais. Se é preciso lutar por novas demandas, é porque

ainda há posicionamentos em antigas práticas, pela afirmação de Zoppi Fontana e Ferrari (2017, p. 15), “concebemos que as lutas pelo reconhecimento e as práticas de resistência às diversas formas de dominação surgem no interior do processo de interpelação ideológica e não fora dele”.

Tanto em Claudia quanto em Veja, notamos modificações em termos de valores, e padrões socialmente aceitos. A revista Claudia, pelo seu caráter de veículo voltado ao público feminino, resgata o interdiscurso para comprovar, pelo discurso da mulher trabalhadora como ideal, a imagem da mulher nas atuais CPs. Certamente, a compreensão na correspondência entre mulher e trabalho avançou, proporcionando inúmeros benefícios para o desenvolvimento pessoal da mulher (de reconhecimento de seu próprio valor), de sua família e da sociedade como um todo, mesmo assim, Claudia, como FD, alimenta o discurso da mulher que trabalha, ancorando-o em comparações com modelos conservadores que significaram em outras CPs.

A revista Veja, pela sua natureza de suporte direcionado ao público em geral, informa sobre a mulher (mesmo que a maioria das páginas contemple o homem como objeto discursivo), sem reafirmar características da feminilidade ou do valor de seu trabalho, permitindo que sentidos do protagonismo feminino sejam apreendidos pelo viés informativo.

Ao colocar um discurso em circulação, a mídia transforma-o em discurso coletivo. Seus textos indicam a história atual, resignificando sentidos estabelecidos no passado. Textos da mulher e do mercado de trabalho, em revistas, recuperam sentidos do passado e, ao entrarem em circulação, permitem representações atuais e reais. Segundo Gregolin (2005, p. 16), “o discurso acontece sempre no interior de uma série de outros discursos, com os quais estabelece co-relações, deslocamentos, vizinhanças”, por isso, a visão anterior é necessária para a compreensão do texto vigente, o sentido transformador só é apreendido, porque o passado opressor foi lembrado. Uma opinião lançada na mídia pode repercutir de forma positiva ou negativa, o que abrirá espaço para novos discursos; Gregolin (2003a, p. 108) ressalta a necessidade de compreender “o papel da mídia não apenas como suporte ideológico de discursos dominantes, mas também como espaço de produção de estratégias de rebelião e resistência contra discursos oficiais”, pois o imaginário social é subjetivo.

A sociedade revelará sua identidade com base no valor adquirido pelo

simbólico, muitas vezes, apontado pela mídia, ou seja, as revistas apresentam a mulher no ambiente profissional, conseqüentemente, a mulher luta por posicionamentos, mas não em busca de um trabalho, propriamente dito, e sim de sua liberdade. Pelo trabalho com a mídia impressa, é possível estabelecer relação com o entorno social e ideológico que sustenta e potencializa a imagem da mulher ao longo dos anos. Em ambos os veículos, a mulher está posicionada historicamente e é produto da ideologia, dessa forma, estudá-la permite-nos abrir caminhos a respeito das suas representações sociais, já que as publicações de revista de hoje não são as mesmas de antigamente, pois várias FDs já percorreram o caminho até hoje, ressignificando as condições dos sujeitos.

Com base nos conhecimentos de Orlandi (2015), entendemos que todos estão sujeitos à linguagem, às suas falhas, à sua opacidade; o uso das palavras não é neutro e não somos de tudo conscientes. Há um jogo de memória em prol do funcionamento do discurso, a memória institucional e a memória constituída pelo esquecimento, capaz de manifestar sentidos. Os sujeitos e os sentidos são concebidos na contingência, enquanto a história determina as enunciações e os posicionamentos. Os discursos da atuação da mulher no mercado de trabalho vão se constituindo e se transformando com o tempo, conforme cada contexto e os enfrentamentos sucedidos. Nas palavras de Mussalim (2004, p. 132), “não são quaisquer sentidos que são constituídos a partir de uma formação discursiva”, e prossegue, “mas somente aqueles previstos pela formação ideológica que rege determinado discurso”. Vale a pena estudar a representação feminina e auxiliar no processo da busca por novos sentidos, sentidos estes que nunca se esgotarão, pois cada sujeito significa a partir de muitas vozes, movimentando os sentidos constantemente, o que torna instigante e infinito o trabalho com a linguagem.

REFERÊNCIAS

A *REVISTA NO BRASIL*. São Paulo: Editora Abril, 2000.

ABRAMO, Laís. Evolução do emprego feminino e equidade de gênero na América Latina. *Mulher, trabalho e políticas públicas locais*. Caderno nº 1 da Coordenadoria Especial da Mulher. São Paulo: CEM, 2002.

ABRANTES, Talita. As mulheres de negócios mais poderosas do Brasil. *Exame*. 13 de setembro de 2016. Disponível em: <http://exame.abril.com.br>. Acesso em 17 de dezembro de 2016.

ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa (1970 – 2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

ABREU, Antônio Suárez. *A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção*. 9. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006.

ADAM, Jean-Michel; BONHOMME, Marc. *La argumentación publicitaria*. Retórica del elogio y de la persuasión. Traducción de María A. Pérez Harguindey y Manuel Talens. Madrid: Ediciones Cátedra, 2000.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todos feministas*. Tradução Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AGUIAR, Ione. *Qual é o seu feminismo? Conheça as principais vertentes do movimento*. Disponível em: http://www.huffpostbrasil.com/2015/06/14/qual-e-o-seu-feminismo-conheca-as-principais-vertentes-do-movim_a_21680114/. Acesso em: 04 de janeiro de 2018.

ALENCAR, Ana Valderez Ayres Neves de. *A mulher e o trabalho*. Coordenação Walter Costa Porto. Brasília: Fundação Projeto Rondon, 1988.

ALMEIDA, Cynthia de. E no final deu certo. *Claudia*. p. 130. São Paulo: Abril, abril de 2018.

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Tradução Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença, 1974.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana Marta; CARVALHO, Angelita Alves de; SOARES, Maira Covre Sussai. Meio século de feminismo e o empoderamento das mulheres no contexto das transformações sociodemográficas do Brasil. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (Org.). *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2017.

- AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Tradução Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005.
- ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. L'Argumentation dans la langue. *Langages*, 42, 1976.
- ANTUNES, Irlandé. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola, 2007.
- ANTUNES, Irlandé. *Análise de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo: Parábola, 2010.
- ANTUNES, Ricardo (Org.). *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- APPLE, Michael. Ensino e trabalho feminino: uma análise comparativa da história e ideologia. Tradução Tina Amado. *Cadernos de pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, n. 64, p. 14 – 23, fevereiro de 1988.
- ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; FERREIRA, Verônica Clemente. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- ARAÚJO, Clara. As mulheres e o poder político – desafios para a democracia nas próximas décadas. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (Org.). *O progresso das mulheres no Brasil 2003 – 2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU MULHERES, 2011.
- AREND, Silvia Fávero. Trabalho, escola e lazer. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.
- ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Tradução Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Tradução Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- AVELAR, Lúcia; RANGEL, Patrícia. Como as mulheres se representam na política? Os casos de Argentina e Brasil. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (Org.). *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2017.
- BACCEGA, Maria Aparecida. *Palavra e discurso: história e literatura*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- BACHEN, Christine M. Quase parte da família? Explorando as conexões entre a vida familiar e o uso das mídias. In: MAZZARELLA, Sharon R. (Org.). *Os jovens e a*

mídia: 20 questões. Tradução Sandra Maria Mallmann da Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BAKHTIN, Mikhail; VOLÓCHINOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 173-187, jan.-abr. 2012.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900 – 2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800 – 1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARONAS, Roberto Leiser. Formação discursiva em Pêcheux e Foucault: uma estranha paternidade. In: SARGENTINI, Vania; NAVARRO-BARBOSA, Pedro. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. 3. ed. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2001.

BARROSO, Carmen Lúcia de Melo; MELLO, Guiomar Namó de. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. *Cadernos de pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, n. 15, p. 47 – 77, novembro de 1975.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

BATLIWALA, Srilatha. Taking the power out of empowerment: an experiential account. *Development in Practice*, v. 17, n. 4/5, 2007, p. 557-565.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. V. 2 – A experiência vivida. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Tradução Eduardo Guimarães et al. Campinas, SP: Pontes, 1989.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Tradução Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

BESSIS, Sophie. Os direitos civis das mulheres na África Subsaariana e no mundo árabe. In: OCKRENT, Christine (Org.); TREINER, Sandrine (coordenação). *O livro negro da condição das mulheres*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.

BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BLAY, Eva Alterman. Trabalho industrial x trabalho doméstico: a ideologia do trabalho feminino. *Cadernos de pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, n. 15, p. 8 – 20, fevereiro de 1975.

BLAY, Eva Alterman. *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*. São Paulo: Ática, 1978.

BLAY, Eva Alterman. Como as mulheres se construíram como agentes políticas e democráticas: o caso brasileiro. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (Org.). *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2017.

BRAIT, Beth. *Literatura e outras linguagens*. São Paulo: Contexto, 2010.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

BRASIL. *Constituição* (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRISSET, Claire. Desde a infância... In: OCKRENT, Christine (Org.); TREINER, Sandrine (coordenação). *O livro negro da condição das mulheres*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.

BRUHNS, Heloisa Turini. Corpos femininos na relação com a cultura. In: ROMERO, Elaine (Org.). *Corpo, mulher e sociedade*. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Sexualização das ocupações: o caso brasileiro. *Cadernos de pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, n. 28, p. 5 – 20, outubro de 1979.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho da mulher: igualdade ou proteção? *Cadernos de pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, n. 61, p. 58 – 67, maio de 1987.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. *Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistanas*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Edições Vértice, 1990.

BRUSCHINI, Maria Cristina A.; LOMBARDI, Maria Rosa. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Org.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no*

mercado de trabalho. Tradução Clevis Rapkiewicz. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

BRUSCHINI, Maria Cristina A.; LOMBARDI, Maria Rosa; MERCADO, Cristiano; BIZZOCHI, Miriam (Org.). *Banco de dados sobre o trabalho das mulheres*. Fundação Carlos Chagas, 2010. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/bdmulheres/index.php?area=home>. Acesso em 03 de janeiro de 2019.

BRUSCHINI, Maria Cristina A.; LOMBARDI, Maria Rosa; MERCADO, Cristiano Miglioranza; RICOLDI, Arlene. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (Org.). *O progresso das mulheres no Brasil 2003 – 2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU MULHERES, 2011.

BRUSCHINI, Maria Cristina A.; ROSEMBERG, Fúlvia. A mulher e o trabalho. In: BRUSCHINI, Maria Cristina A.; ROSEMBERG, Fúlvia (Org.). *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Imprensa feminina*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Enunciação e argumentação no discurso jurídico: léxico, significação e sentido. In: OLIVEIRA, Esther Gomes de; SILVA, Suzete (Org.). *Semântica e estilística: dimensões atuais do significado e do estilo. Homenagem a Nilce Sant'Anna Martins*. Campinas, SP: Pontes, 2014.

CACOUAULT, Marlaine. Introdução: variações nos ofícios femininos e masculinos. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Org.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. Tradução Clevis Rapkiewicz. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

CAMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática: referente à língua portuguesa*. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CARDOSO, Iredé. *Mulher e trabalho: discriminações e barreiras no mercado de trabalho*. São Paulo: Cortez Editora, 1980.

CARMEN DA SILVA. *Biografia*. Disponível em <http://www.carmendasilva.com.br>. Acesso em 06 de agosto de 2018.

CARVALHO, Nelly. *Publicidade: a linguagem da sedução*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CHALITA, Gabriel. *Mulheres que mudaram o mundo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Tradução Angela M. S. Corrêa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Tradução Ângela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

CHARAUDEAU, Patrik; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *O que é ideologia?* 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CHOMSKY, Noam. *Linguagem e pensamento*. Tradução Francisco M. Guimarães. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes Limitada, 1971.

CITELLI, Adilson. *O texto argumentativo*. São Paulo: Scipione, 1994.

CIVITA, Roberto. O trabalho que elas deram. *Realidade*. Ano 1, número 10. Editora Abril, janeiro de 1967.

COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

COLASANTI, Marina. A mulher moderna: uma vida maior. *Claudia*. p. 28. São Paulo: Abril, setembro de 1968.

COLLIER, Maria Elisa. A estrutura familiar da mulher que trabalha. In: RABELLO, Sylvio (Org.). *Participação da mulher no mercado de trabalho*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais e Ministério de Educação e Cultura, 1969.

CORDEIRO, Isabel Cristina; OLIVEIRA, Esther Gomes de. A argumentação no gênero carta do leitor. *Anais – 1º CIELLI – Colóquio internacional de estudos linguísticos e literários*, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

CORRÊA, Sonia. O conceito de gênero: teorias, legitimação e usos. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (Org.). *O progresso das mulheres no Brasil 2003 – 2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU MULHERES, 2011.

CORRÊA, Thomaz Souto. A era das revistas de consumo. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

CORTÊS, Iáris Ramalho. A trilha legislativa da mulher. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

COSTA, Maria Paula. A imagem feminina na revista *Claudia*: as representações do cotidiano familiar (1961-1985). *Domínios da Imagem*, Londrina, v. II, n. 4, p. 69-80, maio de 2009a.

COSTA, Maria Paula. *Entre o sonho e o consumo*: as representações femininas na revista *Claudia* (1961 – 1985). Tese de doutorado. Faculdade de Ciências de Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista. 2009b.

COURTINE, Jean-Jacques. *Metamorfoses do discurso político*: as derivas da fala pública. Tradução Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

COURTINE, Jean-Jacques. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. Tradução Flávia Clemente de Souza e Márcio Lázaro Almeida da Silva. *Policronias*. UFRJ, Rio de Janeiro, ano 1, v. 1, junho de 2016. Disponível em: <http://revistas.ufrj.br>. Acesso em 09 de dezembro de 2019.

COUTINHO, Maria Chalfin; DIOGO, Maria Fernanda. A inserção de mulheres no setor de vigilância privada: análises preliminares de um estudo de caso com gestores de empresas catarinenses prestadoras de serviços. In: NUNES, Jordão Horta; FREITAS, Revalino Antonio (Org.). *Trabalho e gênero: entre a solidariedade e a desigualdade*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2011.

DEL PRIORE, Mary. *A mulher na história do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1992.

DEL PRIORE, Mary. Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. In: DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

DUCROT, Oswald. *Provar e dizer*: linguagem e lógica. Tradução Maria Aparecida Barbosa, Maria de Fátima Gonçalves Moreira e Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: Global Universitária, 1981.

DUCROT, Oswald. Enunciação. *Enciclopédia Einaudi*. V. 2. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Tradução Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

Esta é a melhor maneira de você provar que confia em sua mulher. *Veja*. p. 20. São Paulo: Abril, 18 de setembro de 1968.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. Semântica argumentativa: a questão da autoria para uma designação brasileira. *Línguas e instrumentos lingüísticos*, n. 11, Campinas, SP: Pontes, 2003.

FERREIRA, Eliane Schmaltz; LEMOS, Marcelo Rodrigues. A construção social do gênero e o rompimento do caráter assexuado das relações de trabalho. In: NUNES, Jordão Horta; FREITAS, Revalino Antonio (Org.). *Trabalho e gênero: entre a solidariedade e a desigualdade*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2011.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.

FIORIN, José Luiz. *Introdução à linguística*. São Paulo: Contexto, 2005.

FIORIN, José Luiz. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2017.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola, 2013.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Trabalho doméstico. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FREIRE, Marcelo. *Jornalismo de revista em tablets: um estudo dos aplicativos para iPad da revista Wired e Katachi*. Covilhã, Portugal: Editora LabCom.IFP, 2016.

GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. 19. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

GOLDENBERG, Mirian; TOSCANO, Moema. *A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

GOMES, Mayra Rodrigues. *Jornalismo e ciências da linguagem*. São Paulo: Hacker Editores/ Edusp, 2000.

GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003a.

GREGOLIN, Maria do Rosário de Fátima Valencise. Análise do discurso: lugar de enfrentamentos teóricos. In: FERNANDES, Claudemar Alves; SANTOS, João Bôsco Cabral dos (Org.). *Teorias linguísticas: problemáticas contemporâneas*. Uberlândia: EDUFU, 2003b, p. 21-34.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades. *Atas do II SEAD*. II Seminário de Análise do Discurso, UFRGS, Porto Alegre, 2005.

GRUPO ABRIL. *Revista Claudia*. Disponível em: <http://publiabril.abril.com.br/marcas/claudia/plataformas/revista-impressa>. Acesso em 20 de julho de 2018.

GRUPO ABRIL. *Revista Veja*. Disponível em: <http://publiabril.abril.com.br/marcas/veja/plataformas/revista-impressa>. Acesso em 20 de julho de 2018.

GUIMARÃES, Eduardo. *Modalidade e argumentação linguística: análise dos enunciados no passado em língua portuguesa*. Tese de doutorado. São Paulo, FFLCH – USP, 1979.

GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes, 1995.

GUIMARÃES, Eduardo. *Os estudos sobre linguagens: uma história das idéias*. 2011. Disponível em <http://www.comciencia.br/reportagens/linguagem/linha14.htm>. Acesso em 15 de maio de 2019.

GUIMARÃES, Elisa. Figuras de retórica e argumentação. In: MOSCA, Lineide do Lago Salvador (Org.). *Retóricas do ontem e do hoje*. São Paulo: Humanitas, 1999.

HAHNER, June Edith. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850 - 1940*. Tradução de Eliane Lisboa. Florianópolis: Editora Mulheres, 2003.

- HAHNER, June Edith. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A divisão sexual do trabalho. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Org.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. Tradução Clevis Rapkiewicz. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.
- HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. Trabalho (conceito de). In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- HJELMSLEV, Louis. *Ensaio linguístico*. Tradução Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. Empoderamento: definições e aplicações. Encontro Anual da ANPOCS, 30, 2006, Caxambu. *Anais*. Caxambu: Anpocs, 2006, p. 1-29.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva. Versão 2009.3 [CD-ROM]. 2009.
- JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. Tradução Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 24. ed. São Paulo: Cultrix, 2007.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *L'Énonciation: de la subjectivité dans le langage*. 4. ed. Paris: Armand Colin, 2009.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2003a.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 2003b.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Introdução à Linguística Textual: trajetórias e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Argumentação e linguagem*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- KOSHIYAMA, Alice Mitika. Intelectuais feministas na imprensa brasileira. Associação Nacional de História – ANPUH. *XXIV Simpósio Nacional de História*, 2007.

KRISTEVA, Julia. *História da linguagem*. Tradução Maria Margarida Barahona. Lisboa: Edições 70, 1969.

LACAN, Jacques. *Escritos*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

LAPA, Manuel Rodrigues. *Estilística da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEGISLAÇÃO DA MULHER. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009.

LEGISLAÇÃO DA MULHER. 7. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

LEÓN, Magdalena. El empoderamiento en la teoría y práctica del feminismo. In: LEÓN, Magdalena (Org.). *Poder y empoderamiento de las mujeres*. Bogotá, Colômbia: Tercer Mundo y Facultad de Ciencias Humanas, 1997.

LEÓN, Magdalena. Empoderamiento: relaciones de las mujeres com el poder. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 191, jan. 2000. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11935/11201>. Acesso em: 24 ago. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

LUCA, Tania Regina de. Mulher em revista. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

LUZ, Madel Therezinha. O lar e a maternidade: instituições políticas. In: LUZ, Madel Therezinha (Org.). *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Tradução Freda Indursky. 3. ed. São Paulo: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Tradução Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008a.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: Motta, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Org.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008b.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Tradução Maria Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2017.

MALHEIROS, Iraci de Jesus Barros. *Aspectos estilísticos na colocação do adjetivo*. São Luís, MA: UFMA, 1982.

MARCOVICH, Malka. O tráfico de mulheres no mundo. In: OCKRENT, Christine (Org.); TREINER, Sandrine (coordenação). *O livro negro da condição das mulheres*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008a.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Nilce Sant'anna. *Introdução à Estilística: a expressividade na língua portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

MARTINS, Sergio Pinto. *Comentários à CLT*. 20. Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MARUANI, Margaret. Emprego. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução Luis Claudio de Castro e Costa. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. *História das teorias da comunicação*. Tradução Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

MAZIÈRE, Francine. *A análise do discurso: história e práticas*. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2007.

MERRIAM-WEBSTER 2018. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/>. Acesso em 27 de agosto de 2018.

MIGUEL, Raquel de Barros; RIAL, Carmen. “Programa de mulher”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX*. São Paulo: Olho d'Água/ Fapesp, 2001.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2015.

MONTEIRO, José Lemos. *A estilística*. São Paulo: Ática, 1991.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador. Velhas e novas retóricas: convergências e desdobramentos. In: MOSCA, Lineide do Lago Salvador (Org.). *Retóricas de ontem e de hoje*. São Paulo: Humanitas, 1999.

MOTA, Ilka de Oliveira. O corpo colonizado, as representações imaginárias sobre o corpo feminino em uma revista erótica brasileira. In: ZOPPI FONTANA, Mônica Graciela; FERRARI, Ana Josefina (Org.). *Mulheres em discurso: gênero, linguagem e ideologia – volume 1*. Campinas, SP: Pontes, 2017.

MOTTA, Alda Britto da. Elas começam a aparecer... In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

MOVIMENTO MULHER 360. *Institucional*. Disponível em <http://www.movimentomulher360.com.br>. Acesso em 03 de dezembro de 2018.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. Volume 2. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

NADER, Maria Beatriz. *Paradoxos do progresso: a dialética da relação mulher, casamento e trabalho*. Vitória: Edufes, 2008.

NAVARRO, Thais. Meninas pelo clima. *Veja*. p. 59. São Paulo: Abril, 27 de março de 2019.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução – um estudo das trabalhadoras do telemarketing*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NUNES, Jordão Horta. As transformações na divisão sexual do trabalho e os novos arranjos de gênero domésticos. In: NUNES, Jordão Horta; FREITAS, Revalino Antonio (Org.). *Trabalho e gênero: entre a solidariedade e a desigualdade*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2011.

OLIVEIRA, Esther Gomes de. A argumentação na Antigüidade. *Signum: Estudos da Linguagem*. Londrina, n. 5, p. 201-214, dezembro de 2002.

OLIVEIRA, Esther Gomes de. Aspectos diferenciais dos operadores argumentativos e dos marcadores discursivos. In: MACÊDO, Joselice; ROCHA, Maria José Campos; SANTANA NETO, João Antonio de (Org.). *Discursos em análise*. Salvador: Universidade Católica de Salvador/ Instituto de Letras, 2003.

OLIVEIRA, Esther Gomes de. Argumentação: da Idade Média ao século XX. *Signum: Estudos da Linguagem*. Londrina, n. 7/2, p. 101-108, dezembro de 2004.

OLIVEIRA, Esther Gomes de. Aspectos ideológico-argumentativos em um conto de Judith Grossmann. In: OLIVEIRA, Esther Gomes de; SILVA, Suzete (Org.). *Semântica e estilística: dimensões atuais do significado e do estilo*. Homenagem a Nilce Sant'Anna Martins. Campinas, SP: Pontes, 2014.

OLIVEIRA, Esther Gomes de; AZEVEDO, Melissa Carolina Herrero de. Mecanismos intensificadores no discurso publicitário. *Entretextos*. Londrina, v. 5, p. 09-20, janeiro/dezembro de 2005.

OLIVEIRA, Esther Gomes de; AZEVEDO, Melissa Carolina Herrero Rezende de; NASCIMENTO, Suzete Silva. Recursos lingüístico-argumentativos no discurso publicitário. *Língua e letras*. Vol. 9, n. 16, 2008. p. 119 – 135.

OLIVEIRA, Esther Gomes de; NASCIMENTO, Suzete Silva. O numeral como fator de persuasão no discurso da publicidade. *Revista Tabuleiro das Letras*. V. 1, n. 1, 2008.

OLIVEIRA, Grazielle. *A nova luta das mulheres*. Disponível em: <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/02/bnova-lutab-das-mulheres.html>. Acesso em 22 de novembro de 2017.

OLIVEIRA, Lolyane Cristina Guerreiro de. *Chevrolet e o público feminino: hibridismo e argumentação ideológica na propaganda*. 175 f. Tese de doutorado em Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

ONU BRASIL. *OIT: participação das mulheres no mercado de trabalho ainda é menor que dos homens*. 2018. Disponível em: <http://www.nacoesunidas.org/oit>. Acesso em 04 de dezembro de 2018.

ONU MULHERES. *Mais igualdade para as mulheres brasileiras: caminhos de transformação econômica e social*. Brasília: ONU Mulheres – Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, 2016.

ONU MULHERES. *Sobre a ONU mulheres*. Disponível em <http://www.onumulheres.org.br>. Acesso em 03 de dezembro de 2018.

ONU MULHERES BRASIL; REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL. *Princípios de empoderamento das mulheres*. Movimento Mulher 360, 2017. Disponível em http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha_ONU_Mulheres_Nov2017_digital.pdf. Acesso em 03 de dezembro de 2018.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1987.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *O que é Linguística*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e leitura*. 2. ed. Campinas, SP: Editora, 1993.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Cidade dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso. In: ORLANDI, Eni Puccinelli; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy Maria (Org.). *Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: UNICAMP, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Terra à vista – discurso do confronto: velho e novo mundo*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Ciência da linguagem e política: anotações ao pé das letras*. Campinas, SP: Pontes, 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 12. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2016.

ORSATTO, Franciele Luzia de Oliveira. Mulher e consumo na revista Nova: digo-lhe o que compras e também o que és. In: TARINI, Ana Maria de Fátima Leme;

ORSATTO, Franciele Luzia de Oliveira (Org.). *Mulheres sobre mulheres: reflexões à luz da análise do discurso*. Curitiba: Editora IFPR, 2018.

OXFORD UNIVERSITY PRESS 2018. Disponível em: <https://en.oxforddictionaries.com/>. Acesso em 27 de agosto de 2018.

PASSOS, Úrsula. O que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não pago, diz Silvia Federici: autora de 'Calibã e a Bruxa' diz que a desvalorização das tarefas domésticas, incluindo o sexo, permite o controle das mulheres. *Folha de São Paulo*, 19 de outubro de 2019. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/10>. Acesso em 03 de fevereiro de 2020.

PAVEAU, Marie-Anne. *Os pré-discursos: sentido, memória, cognição*. Tradução Grciely Costa e Débora Massmann. Campinas, SP: Pontes, 2013.

PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução Bethania S. Mariani et al. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PECHÊUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni P. Orlandi et al. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do sul. In: DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PERON, Ana Paula. A produção de sentidos sobre a mulher-mãe em relatos de violência conjugal. In: ZOPPI FONTANA, Mônica G.; FERRARI, Ana Josefina (Org.). *Mulheres em discurso: gênero, linguagem e ideologia – volume 1*. Campinas, SP: Pontes, 2017.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução Denise Bottmann. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Tradução de Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

PETTER, Margarida. Linguagem, língua, lingüística. In: FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à lingüística*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Mulheres dos anos dourados*. São Paulo: Contexto, 2014.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos, civis e políticos: a conquista da cidadania feminina. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (Org.). *O progresso das mulheres no Brasil 2003 – 2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU MULHERES, 2011.

PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice (Org.). *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011.

PLANTIN, Christian. *A argumentação: história, teorias, perspectivas*. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2008.

POLTRONIERI, Karen Gabriele; SOUSA, Lucília Maria Abrahão; GARCIA, Dantielli Assumpção. Da Capitu à vadia: as mulheres e suas formas de resistência. In: TARINI, Ana Maria de Fátima; ORSATTO, Franciele Luzia de Oliveira (Org.). *Mulheres sobre mulheres: reflexões à luz da análise do discurso*. Curitiba: Editora IFPR, 2018.

PORTILHO, Raquel. “Onde está o jornalismo?” – Uma análise da imprensa feminina a partir de Claudia (1961 – 1968). Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. *XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação* – Curitiba – PR – 4 a 7 de setembro de 2009.

POSSENTI, Sírio. *Os limites do discurso*. Curitiba: Criar Edições, 2002.

POSSENTI, Sírio. *Língua na mídia*. São Paulo: Parábola, 2009.

PRADO, Adélia. *Bagagem*. São Paulo: Siciliano, 1993.

PRADO, Maria Ligia; FRANCO, Stella Scatena. Participação feminina no debate público brasileiro. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

RABELLO, Sylvio. A condição do trabalho feminino no Recife. In: RABELLO, Sylvio et al. *Participação da mulher no mercado de trabalho*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais e Ministério de Educação e Cultura, 1969.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In: DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RELATÓRIOS DINÂMICOS. *Relatórios dinâmicos: monitoramento de indicadores*. Realização SESI: NIDEP – SESI Paraná, 2018. Disponível em: <http://www.relatoriosdinamicos.com.br/mulheres>. Acesso em 03 de dezembro de 2018.

RME - Rede Mulher Empreendedora. Disponível em <http://rme.net.br>. Acesso em 01 de fevereiro de 2019.

RODRIGUES, Maria Fernanda. *Lygia Fagundes Telles é homenageada e diz que sua 'luta foi heroica e desesperada'*. 2015. Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/literatura,lygia-fagundes-telles-e-homenageada-e-diz-que-sua-luta-foi-heroica-e-desesperada,10000001880>>. Acesso em: 27 de dezembro de 2017.

ROMERO, Elaine. A arquitetura do corpo feminino e a produção do conhecimento. In: ROMERO, Elaine (Org.). *Corpo, mulher e sociedade*. Campinas, SP: Papirus, 1995.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

ROSEMBERG, Fúlvia; MADSEN, Nina. Educação formal, mulheres e gênero no Brasil contemporâneo. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (Org.). *O progresso das mulheres no Brasil 2003 – 2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU MULHERES, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAHAY, Sushama. *Women and empowerment: approaches and strategies*. New Delhi: Discovery Publishing House, 1998.

SAMPAIO, Rafael. *Propaganda de A a Z: como usar a propaganda para construir marcas e empresas de sucesso*. Rio de Janeiro: Campus: 2003.

SANTAELLA, Lúcia. *Cultura das mídias*. São Paulo: Experimento, 2000.

SANTAELLA, Lúcia. Mulheres em tempos de modernidade líquida. *Comunicação e cultura*. nº 6. pp. 105-113, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ucp.pt>. Acesso em 21 de janeiro de 2020.

SANTOS, Sonia Sueli Berti. Pêcheux. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola, 2013.

SARDENBERG, Cecília M. B. Conceituando “Empoderamento” na perspectiva feminista. *I Seminário Internacional: trilha do empoderamento de mulheres – projeto TEMPO*. NEIM/UFBA, Salvador, Bahia, 2006.

SARDENBERG, Cecilia M. B. O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. *Revista IBICT – Inclusão social*. Brasília, DF, v. 11, n. 2, p. 15-29, jan./jun. 2018.

SARTI, Cynthia; MORAES, Maria Quartim de. Aí a porca torce o rabo. In: BRUSCHINI, Maria Cristina A.; ROSEMBERG, Fúlvia. (Org.). *Vivência: história, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCALZO, Marília. *Jornalismo de revista*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

SCHATZ, Kate. *Mulheres incríveis: artistas e atletas, piratas e punks, militantes e outras revolucionárias que moldaram a história do mundo*. Ilustrações Miriam Klein Stahl; tradução Regiane Winarski. Bauru, SP: Astral Cultural, 2017.

SCHIAVO, Marcio Ruiz.; MOREIRA, Eliesio N. *Glossário social*. Rio de Janeiro: Comunicarte, 2005.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico V. *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SCOTT, Ana Sílvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

SILVA, Adriana Pucci Penteadado de Faria e. Bakhtin. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola, 2013.

SILVA, Carmen da. A arte de ser mulher. *Revista Claudia*, n. 24, setembro de 1963.

SILVA, Carmen da. *A arte de ser mulher*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1966.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. De colona a bóia-fria. In: DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

SILVA, Maritza Maffei da. Mulher, identidade fragmentada. In: ROMERO, Elaine (Org.). *Corpo, mulher e sociedade*. Campinas, SP: Papirus, 1995.

SILVA, Suzete; OLIVEIRA, Esther Gomes de; OLIVEIRA, Lolyane Cristina Guerreiro de. A expressividade argumentativa do adjetivo no texto publicitário. *Signum*. N. 16/1, Londrina, 2013.

SOARES, Alexandre Ferrari; SELLA, Aparecida Feola; COSTA-HÜBES, Terezinha. Maingueneau. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola, 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOF - Sempreviva Organização Feminista. *Para entender a economia feminista e colocar a lógica da vida em primeiro lugar*. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2014.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

SOUZA, Duda Porto de; CARARO, Aryane. *Extraordinárias: mulheres que revolucionaram o Brasil*. São Paulo: Seguinte, 2017.

SOUZA, Sérgio Augusto Freire de. *Conhecendo análise de discurso: linguagem, sociedade e ideologia*. Manaus: Valer, 2006.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

SPM – Secretaria Nacional de Políticas Públicas para Mulheres. Disponível em <http://www.mdh.gov.br/politicaspparamulheres>. Acesso em 30 de janeiro de 2019.

STUART MILL, John. *A sujeição das mulheres*. Tradução Debóra Ginza. São Paulo: Editora Escala, 2006.

TAMBA, Irène. *A semântica*. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2006.

TAVARES, Rebecca Reichmann. Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (Org.). *O progresso das mulheres no Brasil 2003 – 2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU MULHERES, 2011.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Tradução Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

THOREAU, Henry David. *A desobediência civil*. Tradução Sérgio Karam. Porto Alegre: L&PM, 1997.

TREINER, Sandrine. Em nome da “honra”: crimes no mundo muçulmano. In: OCKRENT, Christine (Org.); TREINER, Sandrine (coordenação). *O livro negro da condição das mulheres*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.

VAINFAS, Ronaldo. Homoerotismo feminino e o santo ofício. In: DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

VAN DIJK, Teun Adrianus. *Cognição, discurso e interação*. Organização e apresentação de Ingedore V. Koch. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

VAN DIJK, Teun Adrianus. *Discurso e poder*. Judith Hoffnagel, Karina Falcone (Org.). 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. In: DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol. Afinal, o que querem as mulheres? *Mulher, trabalho e políticas públicas locais*. Caderno nº 1 da Coordenadoria Especial da Mulher. São Paulo: CEM, 2002.

VERNIER, Martha Elena. Por qué “apoderar”. *Boletín 67*. México: El colégio de Mexico, mayo-junio, 1996.

VILAS BOAS, Sergio. *O estilo magazine: o texto em revista*. São Paulo: Summus, 1996.

VILASBOAS, Jaqueline Pereira de Oliveira. O trabalho associativo em economia solidária na ótica do gênero. In: NUNES, Jordão Horta; FREITAS, Revalino Antonio (Org.). *Trabalho e gênero: entre a solidariedade e a desigualdade*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2011.

VILELA, Mário; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Gramática da língua portuguesa: gramática da palavra, gramática da frase e gramática do texto/ discurso*. Coimbra: Almedina, 2001.

VOGT, Carlos. *O intervalo semântico: contribuição para uma teoria semântica argumentativa*. São Paulo: Ática, 1977.

VOGT, Carlos. *Linguagem, pragmática e ideologia*. 3. ed. São Paulo: Hucitec: Editora da Unicamp, 2015.

VOIGT, Juliana Karina. *Femvertising: ode às mulheres?* In: TARINI, Ana Maria de Fátima Leme; ORSATTO, Franciele Luzia de Oliveira (Org.). *Mulheres sobre mulheres: reflexões à luz da análise do discurso*. Curitiba: Editora IFPR, 2018.

WOLFF, Cristina Scheibe. Amazonas, soldadas, sertanejas, guerrilheiras. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZAIDMAN, Claude. Educação e socialização. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela; FERRARI, Ana Josefina (Org.). *Mulheres em discurso: gênero, linguagem e ideologia – volume 1*. Campinas, SP: Pontes, 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Periódicos e revistas influentes no Brasil

Título da revista	Temas (segmentação)	Ano de lançamento
<i>Correio Braziliense</i>	Política, comércio, artes, literatura e ciências.	1808
<i>As Variedades ou Ensaio de Literatura</i>	Virtudes morais e sociais; história antiga e moderna; versos ou prosas clássicas; descobertas filosóficas.	1812
<i>O Patriota</i>	Temas nacionais para a elite brasileira.	1813
<i>Anais Fluminenses de Ciências, Artes e Literatura</i>	Temas diversos de conhecimento humano (engenharia, ciência, medicina, entre outros).	1822
<i>O Propagador das Ciências Médicas</i>	Especializada em medicina.	1827
<i>Espelho Diamantino</i>	Política, literatura, belas artes, teatro e moda para o público feminino.	1827
<i>O Espelho das Brasileiras</i>	Moda e literatura para o público feminino.	1831
<i>Museu Universal</i>	Cultura e entretenimento sobre as Exposições Universais europeias.	1837
<i>Correio das Modas</i>	Novelas, poesias, anedotas e charadas.	1838
<i>A Marmota na Corte</i>	Variedades com ilustrações, textos curtos e humor.	1849
<i>Jornal das Senhoras</i>	Moda, literatura, belas artes e teatro para o público feminino.	1852
<i>O Espelho</i>	Moda, literatura, teatro e artes.	1859
<i>Semana Ilustrada</i>	Notícias, crítica social e política.	1860
<i>Bello-sexo</i>	Moda, literatura, teatro e artes.	1862
<i>O Jornal das Famílias</i>	Moda, literatura, teatro e artes com a colaboração de Machado de Assis.	1863
<i>O Sexo Feminino</i>	Moda, literatura, matérias em defesa pela abolição da escravatura e o movimento sufragista.	1873
<i>Revista Ilustrada</i>	Notícias, crítica social e política de forma satírica.	1876
<i>Echo das Damas</i>	Moda, literatura, teatro e artes.	1879
<i>A Família</i>	Educação da mãe e família.	1888
<i>Álbum das Meninas</i>	Literatura e educação para o público feminino jovem.	1898
<i>Rio Nu</i>	Política, sociedade, contos e fotos eróticas para o público masculino.	1898
<i>Revista da Semana</i>	Enfoque político com charges e ilustrações.	1900
<i>O Malho</i>	Conteúdo humorístico em crítica à política.	1902
<i>Renascença</i>	Literatura, ciências e artes.	1904
<i>Kosmos</i>	Crônicas, artes, eventos sociais.	1904
<i>Tico-Tico</i>	História em quadrinhos.	1905

<i>Fon-Fon</i>	Costumes e notícias do cotidiano.	1907
<i>Careta</i>	Conteúdo humorístico.	1908
<i>Revista de Automóveis</i>	Automóveis.	1911
<i>A Cigarra</i>	Cinema, moda e eventos para o público feminino.	1914
<i>Jornal das Moças</i>	Moda, economia doméstica, literatura, cinema, culinária para o público feminino.	1914
<i>Revista Feminina</i>	Moda, culinária, beleza, crônicas, amplo espaço para diálogo entre leitoras.	1915
<i>Aerófilo</i>	Aviões.	1915
<i>Klaxon</i>	Ideais da Semana de Arte Moderna.	1922
<i>A Maçã</i>	Literatura chamada “galante” com contos e fotos eróticas.	1922
<i>O Cruzeiro</i>	Reportagens (fotojornalismo).	1928
<i>Diretrizes</i>	Política (com tendência de esquerda).	1938
<i>Gibi</i>	História em quadrinhos (Popeye, Super-Homem, Tarzan, Zorro, entre outras).	1939
<i>Grande Hotel</i>	Fotonovelas.	1947
<i>Revista do Rádio</i>	Indústria cultural do rádio.	1948
<i>Pato Donald</i>	Histórias de Walt Disney.	1950
<i>Manchete</i>	Reportagens ilustradas (fotojornalismo).	1952
<i>Visão</i>	Semanal de informação.	1952
<i>Capricho</i>	Fotonovelas/ Público adolescente.	1952/ 1982
<i>Querida</i>	Casa, cozinha, moda, beleza, entretenimento, sexualidade, horóscopo para o público feminino.	1954
<i>Senhor</i>	Jornalismo, <i>design</i> , humor e literatura para a classe média.	1959
<i>Manequim</i>	Moda e moldes para confecção de roupas para o público feminino.	1959
<i>Quatro Rodas</i>	Indústria automobilística.	1960
<i>Claudia</i>	Moda, culinária, novelas, decoração, beleza, saúde, orçamento doméstico, relacionamentos, sexo para o público feminino.	1961
<i>Contigo</i>	Fotonovelas, celebridades.	1963
<i>Revista Civilização Brasileira</i>	Realidade brasileira perante o Regime Militar.	1964
<i>Revista Brasiliense</i>	Tendência marxista.	1964
<i>Realidade</i>	Reportagens e jornalismo investigativo.	1966
<i>Exame</i>	Negócios e economia.	1967
<i>Veja</i>	Semanal de informação.	1968
<i>Pais e filhos</i>	Maternidade, educação.	1968
<i>Ele e Ela</i>	Temas comportamentais ligados à relação homem-mulher.	1969

<i>Recreio</i>	Conteúdos infanto-juvenis.	1969
<i>O Bondinho</i>	Comportamento para o público jovem.	1970
<i>Turma da Mônica</i>	História em quadrinhos de Maurício de Sousa.	1970
<i>Placar</i>	Futebol.	1970
<i>Amiga</i>	Telenovelas e celebridades.	1970
<i>Pop</i>	Artistas, bandas, moda, automóveis para o público jovem.	1972
<i>Nova (Cosmopolitan)</i>	Amor, sexo, trabalho, beleza, saúde, moda para o público feminino.	1973
<i>Playboy</i>	Conteúdo erótico para o público masculino.	1975
<i>Brasil Mulher</i>	Pensamento feminista e político.	1975
<i>Nós Mulheres</i>	Pensamento feminista e político.	1976
<i>Isto É</i>	Semanal de informação.	1976
<i>Desfile</i>	Moda para o público feminino.	1980
<i>Mulherio</i>	Problemas que envolviam a mulher brasileira.	1981
<i>Vip</i>	Sexo e política para o público masculino.	1981
<i>Trip</i>	Conteúdos masculinos para o público jovem.	1986
<i>Boa forma</i>	Saúde, estética e nutrição.	1986
<i>Superinteressante</i>	Curiosidades culturais e científicas.	1987
<i>Marie Claire</i>	Beleza, celebridades, comportamento, horóscopo, moda para o público feminino.	1991 (Brasil)
<i>Caras</i>	Vida de famosos.	1993
<i>Atrevida</i>	Namoro, estudos, moda para o público adolescente feminino.	1995
<i>Todateen</i>	Namoro, estudos, moda para o público adolescente feminino.	1995
<i>Ana Maria</i>	Culinária, família, moda e beleza.	1996
<i>Carícia</i>	Sexualidade, carreira profissional, moda para o público adolescente feminino.	1997
<i>TiTiTi</i>	Televisão, resumos de novelas, celebridades.	1998
<i>Época</i>	Semanal de informação.	1998
<i>Minha Novela</i>	Televisão, resumos de novelas, celebridades,	1999
<i>TPM</i>	Conteúdos femininos para o público jovem.	2001
<i>Gloss</i>	Moda e beleza para o público feminino jovem.	2007

Fonte: o próprio autor.

ANEXOS

ANEXO A

Texto "A mulher moderna: uma vida maior" (Revista Claudia, 1968)

Você é capaz
de dizer os
nomes desses
personagens?



1) -----



2) -----

Tentou? Fácil, não? Esses personagens de Walt Disney povoaram a sua infância... e a de milhões de outras crianças, em todo o mundo.

Como você, os seus filhos também gostam desses personagens. Eles representam momentos de alegria, através de historinhas sempre interessantes, educativas e saudáveis.

Você os encontra simpáticos e coloridos como sempre, nas revistas Pato Donald, Mickey e Zé Carioca — revistas da Editora Abril.

1 - Tio Patinhas; e 2 - Pato
Ani, mas é fácil demais!



A MULHER MODERNA

Uma vida maior

Tenho falado e ouvido falar muito em emancipação da mulher, igualdade de direitos. E de tanto falar, penso às vezes que no Brasil também a marcha avança célere, levando as mulheres à posse de si mesmas. A experiência pessoal e a convivência me obrigam, entretanto, a reconhecer a enormidade da distância. Porque, se é verdade que existe no Brasil uma leva de jovens mulheres ativas e entusiasmadas, é verdade também que a seu lado cresce e se forma uma legião igualmente forte de mães dispostas somente a casar, ter filhos, e cuidar deles e do marido, sem nenhum acréscimo produtivo, sem nenhuma criação maior, pagas apenas com realizar aquilo a que a natureza as obriga.

Das jovens que ingressam em nossas universidades disputando um lugar a duras penas, a maioria interrompe o curso antes do fim para casar, enquanto outras se formam, casam e abandonam uma profissão que não chegaram a praticar. Somente uma minoria insignificante seguirá a carreira escolhida.

A verdade é que, por conforto e sobretudo por ignorância, existem ainda no Brasil preconceitos contra a mulher que trabalha — especialmente a mãe que trabalha — enquanto nenhum preconceito se ergue contra a suave posição parasitária de quem não produz.

Toda vez que, levada por meus entusiasmos, defendo em conversas a posição da mulher individualizada por um trabalho extradoméstico, vozes se levantam em tom de quase defesa, contestando o trabalho, "inimi-

go do lar e da paz doméstica, mania de emancipação que afasta a mulher dos seus deveres".

As que protestam são, por estranha coincidência, as que não trabalham. Jamais me aconteceu ouvir uma mulher se queixar do próprio trabalho como fator negativo no seu equilíbrio doméstico, ou com respeito à educação dos seus filhos. Entretanto, tenho visto, com espantosa frequência, mães de horário integral utilizarem seus filhos como escudo contra o trabalho, alegando que seu afastamento por algumas horas do dia prejudicaria a educação das crianças e o andamento da casa. Tenho ouvido inúmeras delas queixarem-se da falta de tempo, mesmo quando seus filhos já se encontram em idade escolar.

Pergunta-se até onde ignoram ou pretendem ignorar que a presença da mãe junto ao filho vinte e quatro horas seguidas tende mais a ser-lhe prejudicial do que favorável. E a ignorância espantosa ainda mais quando são elas próprias as primeiras a gabar incessantemente a posição do pai que, afastado por questões de trabalho, desgasta-se menos junto aos filhos, mantendo uma imagem favorável.

Estudos recentemente realizados nos Estados Unidos, junto a cerca de 2 mil mães demonstram que as mães em horário integral sentem-se mais enervadas pelos próprios filhos do que as outras, enquanto as mães que trabalham ficam em geral mais felizes com nova gravidez e sofrem menores conflitos com relação a seu "papel de mãe". Quanto às crianças, os filhos de mães que trabalham apresentam agressividade e inibição menos exacerbadas, maior facilidade no

colégio e noção de valor pessoal mais desenvolvido. Revelou-se, também, maior entendimento entre os filhos e as mães que trabalham gostando do seu trabalho, do que entre filhos e mães integrais que não gostam da sua profissão exclusivamente doméstica.

E a verdade é que a maioria não gosta. Nas eternas conversas em que mulheres reunidas falam do assunto básico de sua vida — babás, crianças, empregadas —, o tom é sempre lamurioso, há uma murmuração de martírio geral, de holocausto no altar familiar. Entusiasmo, nunca! Tudo é enfrentado de maneira sofrida: a mudança não representa a alegria da nova casa, mas o cansaço do encaixotamento, as obras são o martírio de pintores e pedreiros fazendo desordem; a cozinheira nova assusta pela inexperiência e a cozinheira velha pelo medo de perdê-la. Dir-se-ia que a valorização da profissão doméstica é proporcional ao sacrifício exigido.

Realmente, é pouco gratificante tirar um pó que sempre volta, varrer onde todos pisam, preparar refeições que some em poucos minutos, pôr a mesa e tirá-la vezes sem conta, na realização de um "trabalho que não aparece".

Então, por que aferrar-se com tanta força a algo que não satisfaz? Porque não satisfaz, mas garante. Porque tomar parte numa engrenagem social nos torna automaticamente responsáveis por ela, conscientes e, como tais, sujeitos a conflitos mais amplos. Porque produzir é uma forma maior de estar vivo — e estar vivo, às vezes, dói.

Marina Colasanti

ANEXO B

Texto “E no final deu certo” (Revista Claudia, 2018)

Bom trabalho

E no final deu certo

“S

e o filho der certo, é porque Deus quis; se der errado, é porque você trabalhou fora de casa.”

Com seu jeitão despachado e carismático, a empresária Luiza Helena Trajano abriu seu painel no Fórum CLAUDIA 2018, no último mês, contando com bom humor que a frase acima, ouvida da própria mãe, a eximiu desde cedo de qualquer culpa da maior

cobrança social sobre as mulheres que, como ela, puseram o pé para fora do lar. Os efeitos negativos que o trabalho materno pode ter no desenvolvimento pessoal e profissional dos filhos quando se tornarem adultos recaem nos ombros femininos. O estigma é particularmente cruel, pois projeta para o futuro esse prognóstico incerto sobre um comportamento do presente.

Como podemos nos defender da previsão nefasta? Do que ainda não aconteceu? Como garantir que no fim vai dar tudo certo? Depois de três décadas da entrada da mulher de maneira massiva no mercado de trabalho, finalmente já é possível medir o chamado “efeito da mãe que trabalha” sobre a sua prole crescida.

Uma grande pesquisa realizada pela Harvard Business School revelou que, diferentemente da crença convencional, ter sido criado por uma mulher que trabalha muito não trouxe consequências negativas sobre as crianças que se tornaram adultos. Nem do ponto de vista social nem do ponto de vista econômico.

O estudo foi feito para o lançamento da Gender Initiative, uma nova área de estudos de gênero da prestigiada universidade americana, e envolveu 50 mil pessoas de 18 a 60 anos, em 25 países, entre 2002 e 2012. O resultado não apenas derruba a condenação antecipada de uma geração como mostra que o “efeito da mãe que trabalha” melhora as perspectivas dos

filhos, em particular das meninas. De acordo com a investigação, conduzida pela professora de Harvard, Kathleen McGinn, mulheres que durante a infância, antes de completar 14 anos, assistiram à rotina profissional de suas mães têm melhor desempenho nos ambientes corporativos, ganham mais e ocupam mais posições de liderança quando comparadas às filhas das que permaneceram em casa.

Em alguns países, como os Estados Unidos, os números apurados impressionam. As filhas adultas das mulheres que trabalharam ou trabalham ganham hoje 23% mais do que as que tiveram mães donas de casa. E ocupam 33% de cargos de liderança, enquanto

as demais respondem por 25%. Na visão dos pesquisadores, as conclusões mostram que negar às mulheres a oportunidade de perseguir carreiras que as realizem pode ser contraproducente não apenas para as crianças mas para a sociedade de forma geral.

Quanto aos meninos, a pesquisa revelou que o desempenho na carreira independe do fato de a mãe ter atuado fora ou não. Mas seu comportamento em relação à família muda completamente. Os homens educados por

mães que trabalharam contribuem mais nas tarefas domésticas e nos cuidados com os filhos. Entre os respondentes, os que tinham mãe com carreiras próprias passavam o dobro do tempo com os filhos (16 horas por semana ante oito e meia dos demais).

A combinação de mulheres mais confiantes e bem-sucedidas com parceiros atentos e participativos dentro de casa é mais do que uma excelente notícia. É um salvo-conduto para provar, afinal, o que as mães que saíram para trabalhar já sabiam intuitivamente: no final, vai dar tudo certo com as crianças. □

Crianças que viram as mães saírem para trabalhar se tornam adultos com melhor desempenho na carreira, lideram e ganham mais

CYNTHIA DE ALMEIDA

é jornalista e estudiosa do comportamento feminino

ANEXO C

Texto "Esta é a melhor maneira de você provar que confia em sua mulher" (Revista Veja, 1968)

UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

Agência de: **ILMO. SR. NILTON CLARO E OU ANA MARIA M. CLARO R. SALLES JUNIOR, 594 CAPITAL**

CONTA CONJUNTA

DEBITO

DATA	DOCUMENTO	CÓD.	DEBITO
		1 5	2 5 0 0 0
2 VIII 68		0 4	7 0 0 0
2 VIII 68	2 3 6 9 5 2	0 3	4 3 0 0 0
6 VIII 68	2 3 6 9 5 4	0 5	
6 VIII 68		2 5 6 0 1	7 0 0 0 0
15 VIII 68	2 3 6 9 5 3	0 4	1 1 1 4 5
16 VIII 68	2 3 6 9 5 5	0 3	
		0 1	

CRÉDITO

1 5 1 2 6 1

2 0 0 0 0

SALDO

3 2 0 1 5 0 *

2 9 5 1 5 0 *

2 8 8 1 5 0 *

2 4 5 1 5 0 *

3 9 6 4 1 1 *

3 2 6 4 1 1 *

3 1 5 2 6 6 *

3 3 5 2 6 6 *

2 8 5 2 6 6 *

2 7 6 6 2 3 *

2 9 0 6 2 3 *

DEPÓSITOS POPULARES

CÓDIGOS:

01 - Dep. Poupança	12 - Juros
02 - Ch. Poupança	13 - O. Pagamento
03 - Ch. Poupança	14 - Tr. descontado
04 - Ch. Poupança	15 - Transf. Saldo
05 - Ch. Poupança	16 - Estorno
06 - Ch. Poupança	17 - Ch. dep. devolvido
07 - Ch. Poupança	18 - Ch. consultado
08 - Ch. Poupança	19 - Dep. em Agência
09 - Ch. Poupança	20 - Ch. pago Agência
10 - Ch. Poupança	21 - Dep. cheque

CHEQUES
Tábua N.º 2

Esta é a melhor maneira de você provar que confia em sua mulher.

Não fique só falando que você confia no senso de economia de sua mulher. Prove-lhe isso.

Reparta com ela a responsabilidade de administrar o dinheiro da família — abra uma conta bancária conjunta na União de Bancos.

Com uma conta conjunta, tanto você como sua mulher podem movimentar o dinheiro depositado no Banco e sacar com a assinatura de um ou de outro.

Além de ser uma verdadeira demonstração de confiança de você para com ela, isso facilita a vida de ambos.

Por exemplo: você não vai precisar mais ficar andando de um lugar a outro da cidade para pagar as contas de luz, telefone, água, impostos, carnês etc. Ela poderá fazer isso por você, tranquilamente, na agência União de Bancos mais próxima de sua casa.

Tempo é dinheiro, não é isso que você vive falando?

Por outro lado, ela não precisa ficar com grandes quantidades de dinheiro em casa, para pagar as contas do armazém, tintureiro, açougue, médico, escola das crianças e um mundo de coisas. Ela poderá controlar melhor as despesas domésticas, graças às anotações feitas nos canchotos dos cheques. Ela sempre poderá saber para quem pagou, quanto pagou e quando pagou.

E pense nela também. Para uma mulher, é muito mais elegante pagar em cheque do que em dinheiro. Mais elegante e prático.

Conta conjunta também é muito útil quando você tem que viajar de repente.

Você não precisa se preocupar em deixar dinheiro para a família. Também em casos de doença. Ou em qualquer imprevisto. É fácil abrir uma conta conjunta. Você pode ter uma com sua mulher, com seus filhos, com seu sócio, com quem quiser.

Fale hoje mesmo com o pessoal da União de Bancos.

A União de Bancos Brasileiros é uma das maiores organizações bancárias do País. Tem 333 agências pelo Brasil e, muito provavelmente, uma bem perto de sua casa.

Abra uma conta conjunta com sua mulher. Um simples gesto vale mais que mil palavras.

UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS

Fonte: Revista Veja, 18 de Setembro de 1968, p. 20.

ANEXO D

Texto “Meninas pelo clima” (Revista Veja, 2019)

AMBIENTE

MENINAS PELO CLIMA

Aos 16 anos, a ativista sueca Greta Thunberg, indicada ao Nobel da Paz, lidera em mais de 100 países um gigantesco movimento juvenil que exige atenção para o aquecimento global



INSPIRAÇÃO Greta (de casaco amarelo): marcha mundial convocada nas redes

DESDE O DIA 24 de agosto de 2018, toda tarde de sexta-feira, faça sol, chuva ou neve, a adolescente Greta Thunberg falta às aulas para sentar-se nas escadarias do Parlamento da Suécia segurando uma placa que diz: “Em greve escolar pelo clima”. Com seu ato de rebeldia, a menina discreta, de semblante sério e cabelo loiro preso em duas tranças, desencadeou uma espécie de desobediência civil entre jovens do mundo todo que se mobilizam em torno da questão das mudanças climáticas. Na maior e mais recente mostra da força de sua campanha, na sexta-feira 15 um exército juvenil convocado pelas redes sociais mar-

chou em 1769 cidades de 112 países para cobrar das autoridades maior atenção ao tema. Um dia antes, Greta, 16 anos, foi indicada pelo deputado socialista norueguês Freddy Ovstegård ao Prêmio Nobel da Paz.

O interesse da garota pelas questões ambientais começou aos 9 anos, quando assistiu na escola a vídeos que discutiam os impactos do aquecimento global. O problema nunca mais lhe saiu da cabeça e praticamente moldou sua vida. Greta tornou-se vegetariana, plantou uma horta e abriu mão de viajar de avião, entre outras resoluções. A decisão de dar plantão no Parlamento surgiu no mais recente verão

do Hemisfério Norte, quando o calor drástico castigou a população europeia. “Vou fazer greve todas as sextas-feiras até que a Suécia esteja alinhada com o Acordo Climático de Paris”, anunciou ela, dando início ao movimento batizado de Sextas pelo Futuro. Para Greta, que sofre de síndrome de Asperger (uma espécie de autismo) e passou por uma depressão aos 11 anos, o ativismo só traz benefícios. “O mundo solitário continua em mim. Mas está diminuindo, e o mundo real está ficando maior”, diz.

Tamanha é a influência de Greta nas questões climáticas que em dezembro ela discursou na Conferência do Clima da ONU, na Polônia, e em janeiro fez uma apresentação no Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça — onde deu bronca nos altos executivos da plateia, que a ouviram calados. Ao lado de Greta atua hoje uma novíssima geração de líderes ambientalistas que nada têm a ver com a turma das antigas, como o americano Al Gore. São adolescentes preocupadas com o próprio futuro, a exemplo das belgas Anuna de Wever, de 17 anos, e Kyra Gantois, de 20, que acabam de lançar o livro *Nós Somos o Clima*; da britânica Anna Taylor, de 17; das australianas Harriet O’Shea Carre e Milou Albrecht, de 14; e da americana Isra Hirsi, de 16 — todas organizadoras da marcha mundial em seu país. “A história de Greta é simples e inspiradora. Faz com que outros jovens também se sintam transformadores”, diz Ilona Dougherty, da Universidade de Waterloo, no Canadá. O meio ambiente agradece. ■

Thais Navarro

27 DE MARÇO, 2019 59

Fonte: Revista Veja, 27 de Março de 2019, p. 59.